

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

DO DISCURSO JURÍDICO-ACADÊMICO AO DISCURSO POLÍTICO:
Elementos para a constituição de um sujeito político no Império brasileiro

André Peixoto de Souza

CURITIBA

2003

ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA

DO DISCURSO JURÍDICO-ACADÊMICO AO DISCURSO POLÍTICO:

Elementos para a constituição de um sujeito político no Império brasileiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, no Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca

CURITIBA

2003

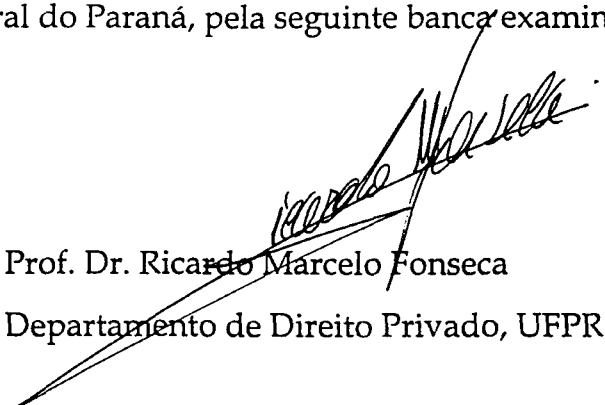
TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA

DO DISCURSO JURÍDICO-ACADÊMICO AO DISCURSO POLÍTICO:
Elementos para a constituição de um sujeito político no Império brasileiro

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca
Departamento de Direito Privado, UFPR



Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig
Departamento de Direito Privado, UFPR



Prof. Dr. Luiz Geraldo Santos da Silva
Departamento de História, UFPR

Curitiba, em 30 de outubro de 2003.

O homem que é forte

Não teme da morte,

Só teme o fugir.

Gonçalves Dias

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Clovis e Maria Lucia,
e à minha irmã, Betina,
por quem agradeço a todos os meus familiares,
pelo exemplo de *família* em mim incutido,
e pela bela formação que me foi oportunizada.

À minha esposa, Aline,
e aos meus filhos, Raphael e Maria Eduarda,
pela alegria diária e pela solidez a mim proporcionada.

Aos meus sogros, Rogério e Maria Helena,
e aos meus cunhados, Alexandre (Marcela e Kaio), Luciano e Helen,
pela amizade e por todo o apoio em momentos decisivos.

Aos meus grandes amigos, companheiros diários de trabalho,
Alexandre (Cristiane), Carlos Alberto (Mariane), Eduardo (Juliana)
e ainda Thaís (Fábio) e Caprice,
pela companhia fraternal e pela compreensão às minhas faltas profissionais.

A todos os meus amigos (e a amizade é o melhor valor),
aqui representados pelos meus alunos,
e pelos meus ilustres professores,
Ricardo, Celso e Luiz Geraldo,
e ainda pelos “padrinhos” no magistério,
Abili e Beatriz,
pela confiança e eterno aprimoramento.

Ao Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR,
na pessoa de seu coordenador, Prof. Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho,
e às funcionárias do referido programa,
Laura, Fátima e Rita,
pela oportunidade e incondicional atenção e apoio prestados.

Ao Centro Cultural Universitário Marumbi,
na pessoa do grande amigo Álvaro Siviero Jr.,
pela formação, atenção, amizade,
e pelo excelente ambiente de estudo viabilizado.

A todos os que, de alguma forma,
contribuíram e contribuem para a minha formação e para a minha vida.

SUMÁRIO

Sumário	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Introdução	01
Capítulo 1 – O cotidiano do estudante de Direito em São Paulo	05
1.1 Estudantes <i>versus</i> Paulistanos	06
1.2 As “Repúblicas”	10
1.3 Bebedeiras, traquinagens e serenatas	16
1.4 Donzelas e Prostitutas	18
1.5 Poesia e teatro	22
1.6 O Estudante na Academia	28
1.7 O Diploma	34
Capítulo 2 – A participação política do estudante de Direito de São Paulo no Império	39
2.1 Os jornais	40
2.2 “Sociedades” e “Partidos”, Lutas e Protestos	61
Capítulo 3 – O discurso jurídico-acadêmico transmutado em discurso político: constituindo um sujeito político no Império brasileiro	73
3.1 Do jurídico ao político: análise historiográfica de documentos	74
3.1.1 O <i>Manifesto Republicano de 1870 e a Constituição Federal de 1891</i>	74
3.1.2 <i>Relatórios Anuais da Academia e do Governo</i>	100
3.2 O retorno ao jurídico: constituindo subjetividades	105
Conclusão	110
Referências Bibliográficas	118
Anexos	123
Apêndice 1: Listagem dos docentes e discentes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco no Império (1827 à 1889)	
Apêndice 2: Relatório Ministerial de Quintino Bocaiúva (1891)	

RESUMO

Este trabalho pretende verificar a constituição de um sujeito político no Império brasileiro a partir das produções discursivas, num primeiro momento, jurídico-acadêmicas, que se transformam naturalmente em, num segundo momento, políticas. Para tanto, foram utilizadas pesquisas em fontes primárias nos arquivos confidenciais da Faculdade de Direito de São Paulo, captando e traduzindo os jornais acadêmicos do período enfocado (particularmente 1870, do Manifesto Republicano de Quintino Bocaiúva, à 1891, com a promulgação da primeira Constituição Republicana), bem como anuários acadêmicos e relatórios ministeriais. O cruzamento dos dados permitiu determinar por uma sucessão nos eventos políticos do Brasil imperial (especificamente a região de São Paulo), pois os personagens outrora presentes e destacados na Academia estariam, mais tarde, ocupando as tribunas e plenários políticos nas pretensões republicanas, sob discursos republicanos, federalistas e abolicionistas.

Palavras-chave: História, Direito, Brasil; Faculdade de Direito de São Paulo; Discurso; Política; Império; República.

ABSTRACT

This paper intends to verify a politics subject constitution in brazilian Empire since discursive productions, in a first moment, juridic-academics, that naturally are going, in a second moment, politics. For that, work into primary documents were done, in secret files of São Paulo's Law School, choosing and translating academics papers of that moment of history (from Quintino Bocayuva's Republic Manifest, in 1870, up to first Republic Constitution, in 1891), and a lot of academics annuaries and ministerial reports. Annalysis of the points shows us a current date in brazilian politics events (specifically in São Paulo), because people at first in Academy were, later, occupping polithics tribunes with republicanish intentions, and with republicanish, federalists and abolicionists discourses.

Kye-words: History, Right, Brazil; São Paulo's Law School; Discourse; Polithics; Empire; Republic.

INTRODUÇÃO

Aquelas fitas enxadrezadas de amarelo e preto que, por exemplo, em filmes americanos isolam o local do crime, ou aqui mesmo no Brasil servem para demarcar áreas em obras – e é justamente esta a intenção – “enfeitam” a entrada do grande Convento São Francisco, imóvel histórico que hoje (e desde 1827) abriga a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no centro da capital paulista.

O velho edifício, que parece permanentemente em obras, também está “adornado” com aquelas telas azuis utilizadas em construção civil a fim de proteger de entulhos e quedas de materiais.

Estas “obras permanentes”, na realidade, são obras necessárias para *amparar a história!*

E sobre história é que se falará. O embate que a partir de agora se estabelece diz respeito aos discursos. Produções, faladas ou escritas, provenientes dos pólos jurídicos e políticos no século XIX, que de alguma maneira contribuem para a formação ou delimitação do poder republicano brasileiro.

E como o objeto de estudo desta dissertação é efetivamente o *discurso detentor de poder* – em proporções jurídicas e políticas – produzido no momento

que antecede (e prepara) a proclamação da república no Brasil, *discursos provenientes da Academia*, com maior especificidade na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, e *discursos provenientes do parlamento*, também recortado em São Paulo (e eventualmente Rio de Janeiro), fica desde já recortado o âmbito temporal da questão: do manifesto republicano de Quintino Bocaiúva (1870) à Constituição republicana de 1891.

No aspecto material o enfoque será dado aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo – Largo São Francisco, que inicialmente são detentores de um discurso acadêmico, com moldes jurídicos, e posteriormente adquirem caráter político, por meio de participações diretas no parlamento e no organismo político-econômico do Império.

Obviamente, para se chegar a esse recorte, cumpre contextualizar, e esse contexto aparece logo no primeiro capítulo, onde são abordados elementos histórico-sociais dos estudantes de Direito do Largo São Francisco e verificado em que medida estas atitudes contribuíram para a constituição de uma situação política: é a produção discursiva jurídico-acadêmica adquirindo caráter de discurso político.

O capítulo traz verdadeiramente “o cotidiano do estudante de Direito em São Paulo”, analisando as temáticas dos “Estudantes *versus*

Paulistanos”, das “Repúblicas”, da poesia e do teatro, além de questionar a importância do diploma (sob o pano-de-fundo do bacharelismo) e de outros aspectos sociais.

Para tanto, procurou-se dar importância a fontes de época, textos produzidos exatamente no contexto, de tal forma que o capítulo permite – por si – uma produção de, diga-se, “história do cotidiano”. Neste primeiro momento datas e fatos não são imediatamente relevantes: procura-se demonstrar de que maneira os discursos – as atitudes – dos estudantes se relacionam com os discursos (atitudes) da sociedade, no caso, paulistana.

O segundo capítulo traz “a participação política do estudante de Direito de São Paulo no Império”, verificando fontes primárias (“Os jornais”) e demonstrando a efetiva participação política destes sujeitos que estarão sendo constituídos por meio da formação de “Sociedades” e “Partidos”.

A busca de fontes primárias foi decisiva à elaboração desta parte, fontes que se podem encontrar – como de fato o foram – nos arquivos confidenciais da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: jornais acadêmicos originais, manifestos, anuários acadêmicos, atas, provas e testes. A partir deste capítulo é percebido aquele recorte temporal, pois o estudo admite a possibilidade de divisão da discussão em três períodos: primeiro período – de 1827 (criação dos cursos jurídicos no Brasil, sendo as faculdades de São Paulo e

Olinda as primeiras instaladas) até 1850; segundo período - de 1851 à 1869; terceiro período - de 1870 à 1889.

A análise pormenorizada de tais documentos direciona efetivamente o discurso acadêmico (jurídico) rumo à sistemática política.

Mas será o terceiro capítulo que deverá revelar com propriedade a transformação do discurso jurídico-acadêmico para discurso político, pretendendo, em alguma medida, a constituição de um "sujeito político no Império brasileiro". Da mesma forma, atendendo às expectativas metodológicas, fontes primárias serão trabalhadas, tais como o Manifesto Republicano de Quintino Bocaiúva (1870), determinados Relatórios Ministeriais redigidos no Império (e em princípio de República), Anuários Acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo e a primeira Constituição da República (1891). O confronto desses documentos identifica as relações entre o poder político estabelecido e a Academia de São Paulo.

CAPÍTULO 1

O COTIDIANO DO ESTUDANTE DE DIREITO EM SÃO PAULO

“Adeus! Oh querida Paulicéia!
A hora da partida já soou.
Em teu peito cinco anos fui feliz.
Como o tempo, meu Deus! Breve passou!”¹

Para se construir história, e especificamente para se pretender demonstrar a presença de determinado grupo social em dada época histórica, *in casu*, a efetiva participação política dos estudantes de Direito do Largo São Francisco no Brasil imperial, especificamente em momentos que brevemente antecedem à proclamação da República, torna-se necessário verificar, em início, o cotidiano deste grupo: sua vida em sociedade, suas relações com outras classes, sua forma de organização, suas atitudes na Academia e fora dela.

Não é suficiente comprovar as atividades políticas dos jovens, mas ir além, observar o seu relacionamento com os paulistanos, a vida no interior das “repúblicas”, as realizações extra-curriculares, o contato com docentes (os “lentes”), políticos e autoridades.

Deve-se tentar viver com e como os acadêmicos, percorrer com eles as ruas de uma capital sem grandes atrativos, reacionária mas orgulhosa de sua

¹ Versos anônimos (1865). *Apud* VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo* - II. São Paulo: Saraiva, 1924, pp. 222-223.

Academia e dos líderes nela formados, participar das expectativas familiares, abrir as janelas das casas de família e enfrentar a fúria dos pais, freqüentar seu teatro, declamar sua poesia, vasculhar sua correspondência, para então estar-se em condições de compreendê-los sem anacronismos.

1.1. Estudantes *versus* Paulistanos

O relacionamento entre acadêmicos e paulistanos foi repleto de desavenças. Não era fácil, para os moradores da Paulicéia, aceitar os moços que se atreviam a perturbar a ordem pública, a ofender as autoridades constituídas, a infernizar as noites com serenatas e comícios, a seduzir, em prosa e verso, donzelas indefesas e deslumbradas, revolucionando os pacatos costumes.

“Os hábitos despreocupados e galhofeiros que muitos ostentavam não eram bem vistos pelos sisudos paulistanos. Às vezes causavam brigas, entrando em ação cacetes, pistolas e espadas”². A situação era delicada para ambas as partes: a vida social da capital da Província deixava muito a desejar para os rapazes, sobretudo pelo caráter retraído dos paulistanos, pois “viviam estes mais em família, empregando suas horas de lazer em jogos de prenda ou de cartas e em danças e cantigas”³.

² REZENDE, Carlos Penteado de. *Tradições musicais da Faculdade de Direito de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1954, p. 75.

³ *Idem*, p. 23.

Álvares de Azevedo colocava na boca de seu personagem, Satã, uma advertência sobre São Paulo: “a cidade colocada na montanha, envolta em várzeas relvosas, tem ladeiras íngremes e ruas péssimas. É a monotonia do tédio. Até as calçadas! São intransitáveis!”⁴.

Atormentava-o a rotina provinciana, como expunha em carta à sua família (1848): “[...] aqui não acontece nada; não há passeios que entretenham, nem bailes nem sociedades; parece isto uma cidade de mortos”⁵.

O tédio, como uma doença, sufocava o jovem poeta Álvares de Azevedo; no entanto, este desânimo não era comum a todos. Antônio Manoel dos Reis (bacharel em 1872) era um dos estudantes que se encantava com “a melhor cidade já vista por ele”, descrevendo-a como “a heróica Paulicéia, a mais mimosa flor do Jardim da América, a odalisca famosa que se mira nas encantadas margens do Tietê”⁶.

Embora os problemas de relacionamento não fossem fáceis para “ambas as partes”, era mais difícil para os paulistanos que, apesar de todas as restrições, sentiam ser preciso tolerar os “pedantes acadêmicos”, pelo prestígio que traziam à cidade, pelos lucros que possibilitavam ao comércio, pela chance de

⁴ ALMEIDA JR., A. *Problemas do ensino superior*. São Paulo: Nacional, 1956, pp. 151-152.

⁵ *Idem*, p. 152.

⁶ AZEVEDO, Vicente de. *A vida atormentada de Fagundes Varela*. São Paulo: Martins, 1966, p. 71.

casar uma filha com um doutor! Reconheciam, como o fazia Azevedo Marques, cognominado “o mestrinho”, em carta para seu irmão (1829), que os estudantes “davam vida à capital”. “E quanto à situação atual desta, consiste em estudantes ali e acolá; estudantes de manhã, à tarde e à noite”⁷.

Por ocasião das férias, a cidade ficava triste, “viúva dos seus acadêmicos”, porque “em São Paulo só estudantes é que eram a medida de tudo, da alegria e da tristeza, do movimento e da apatia da cidade”⁸.

Sentimentos de amor e ódio em relação aos acadêmicos conflitavam os paulistanos. Ofícios enviados às autoridades e artigos publicados em jornais documentam as reclamações dos moradores contra os abusos estudantis. “No entanto, apesar de toda essa diversidade de pensamento, de hábitos e costumes, que caracteriza os dois ramos da população da capital é esta uma das condições infalíveis de sua prosperidade. Tirem a Academia de São Paulo e esse grande centro morrerá inanimado”⁹.

Apesar de ninguém estar livre do estranho humor dos estudantes e da sua disposição em “pregar peças”, eram tratados com certa complacência pela

⁷ REZENDE, Carlos Penteado de. *Op. Cit.*, p. 19.

⁸ *Idem*, p. 103.

⁹ POVOA, José Joaquim Pessanha. *Annos Acadêmicos (1860-1864)*. In: VAMPRÉ, Spencer. *Op. Cit.*, pp. 61.

maioria; benevolência esta que contagiou o estrangeiro James Cooley Fletcher (1846):

Senti o mais profundo respeito por São Paulo do que por qualquer outra cidade sul-americana [...]. Há nada menos que quinhentos estudantes de direito na escola que ali funciona, cujo aspecto realmente evoca as escolas de direito dinamarquesas, da Universidade Harvard e dos estudantes de Heidelberg. O gênero estudante é o mesmo no mundo – cheio de travessuras, graça e malícia.¹⁰

Certamente nem todos os paulistanos se dispunham a ser tão compreensivos em relação aos predicados mencionados por Fletcher; deve-se considerar também que os aplausos ou reprovações dependiam muito da situação política e econômica das famílias dos estudantes a serem “julgados” pela opinião pública. A alguns acadêmicos, como Castro Alves, tudo era perdoado pelo talento.

Para certos jovens as “atividades extra-curriculares” e marginais que escandalizavam os conservadores ocupavam mais tempo do que o dedicado às aulas, sendo tão freqüentes que, muitas vezes, surpreendem as declarações de “tédio” (ou não?).

¹⁰ REZENDE, Carlos Penteado de. *Op. Cit.*, p. 72.

1.2. As “Repúblicas”

O termo “república” significava no Império, como ainda hoje, por um lado, um “sistema de governo”, e por outro, “moradia comum de estudantes”. O motivo da segunda denominação não é muito claro, mas uma menção feita de passagem pelo conservador e monarquista França Júnior informava que as residências estudantis receberam este nome em consequência da desordem que, “entrando pela porta da rua, ali se instala”¹¹.

A identificação da anarquia das residências estudantis com a suposta anarquia do regime republicano é bastante sintomática: aliava-se a prevenção contra o estilo de vida irreverente dos acadêmicos.

Percebe-se a relação entre estes elementos conceituais no dicionário da época: “**Republica** [...]. Sociedade, casa, reunião em que não ha governo, em que não ha ordem. § (t. do Rio de Janeiro). Casa de moradia de estudantes. [...]”¹².

“República” era, enfim, o nome dado a uma casa compartilhada pelos jovens enquanto durassem seus estudos. Alugavam-na por 30 a 50 mil réis e dividiam irmamente as despesas, que incluíam o ordenado de uma cozinheira por 20 a 25 mil réis. Mais que uma maneira de enfrentar a solidão numa cidade

¹¹ ALMEIDA JR., A. *Op. Cit.*, pp. 158-165.

¹² SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*, vol. II. 8ª ed., Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense, 1891, p. 704.

desconhecida, a “república” era, freqüentemente, uma necessidade econômica, uma vez que nem todos os estudantes se enquadravam na descrição de Renato Bahia:

O estudante do período imperial, em regra filho do grande proprietário agrícola, desfrutava [...] de uma situação privilegiada; era, economicamente, um despreocupado de sua subsistência, com o tempo bastante para os deveres escolares e inquietação extra-escolares e, além do mais, suficientemente livre, independente, para as mais audaciosas atitudes [...].¹³

Desta juventude também faziam parte pessoas menos abonadas, de outra origem social, embora em minoria. Mas, se a importância de um filho doutor era grande para o senhor rural, muito mais significativa era para as de menor poder aquisitivo, que a esta aquisição subordinavam todas as demais.

Obviamente se pode concluir que havia, portanto, distinções econômicas entre os estudantes, sendo assim formados blocos de “burgueses” e “proletários”. Certo é que, normalmente, essas “divisões” eram realizadas pelos pais dos jovens – os “burgueses” – que aspiravam a seus filhos posição e *status* de destaque, o que não seria possível na companhia de “proletários”.

Mas, enfim, além destas razões – economia e companhia – os estudantes foram sentindo a conveniência de se reunirem com colegas das

¹³ BAHIA, Renato. *O estudante na história nacional*. [s.l.]: Progresso, 1954, p. 187.

“mesmas plagas”, da mesma cidade do interior, da mesma Província de origem, de forma a manterem vivos alguns hábitos e sentimentos comuns.

Em 1829, apenas 14% dos acadêmicos eram originários da Província de São Paulo; com o rápido crescimento da cidade isto se modificou e, em 1871, 25% dos estudantes eram paulistanos.¹⁴

Algumas “repúblicas” figuram nas crônicas acadêmicas sob o nome de seu fundador, como a de Paranhos, a de Rangel Pestana (bacharel em 1863), a de Álvares de Azevedo, a de Sizenando Nabuco; outras são conhecidas pelo nome da cidade ou da Província de seus moradores (campineiros, mineiros) e outras ainda por nomes esquisitos, inventados pelos “republicanos”, competindo em criatividade e bom-humor, dando origem a um costume que também ainda persiste.

Mais que o local de origem, unia-os a condição de estudantes de Direito, exigência esta da máxima importância para estabelecer o comportamento e as regras a serem obedecidas no interior das “repúblicas”, onde se mantinha, como no resto, os privilégios dos veteranos, uma vez que as relações sociais eram consequência do *status* acadêmico. Por exemplo, os melhores cômodos da casa eram destinados aos veteranos; os calouros ficavam com o que sobrava após a

¹⁴ ALMEIDA JR., A. *Sob as arcadas*. Rio de Janeiro: MEC, 1965, p. 14. Só para constatar, em 1930 os paulistas representavam 78% do total dos acadêmicos de direito de São Paulo. Isso será retomado com maior propriedade no Capítulo 3.

escolha daqueles. Esta hierarquia estendia-se a outros aspectos da vida estudantil, como aos bailes, onde os calouros (“bichos”) deviam dar prioridade aos veteranos, e incluía até mesmo os “escravos” que eram mais ou menos prestigiados conforme a importância e o ano da série de seu ano.¹⁵

Em face das discordâncias e pelo que a literatura mostra é provável que cada estudante vivesse da maneira permitida pelas suas posses e, sobretudo, pelo seu “juízo” (comportamento). Havia tantos tipos diferentes de estudantes quantas eram suas diferenças individuais.

Havia os que trabalhavam, mesmo pertencendo a famílias de posses, como Vieira Couto de Magalhães, mineiro de Adamantina, que ministrou, desde o primeiro ano da academia, aulas particulares sobre a filosofia de Kant, destinando parte de seus ganhos a colegas mais necessitados. Havia os que, como Fagundes Varela, esbanjavam suas mesadas assim que as recebiam, passando necessidades e atormentando colegas e comerciantes até que alguém os socorresse. Havia os muito abonados, como José Maria da Silva Paranhos, futuro Barão do Rio Branco,

¹⁵ NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. São Paulo: Academia de São Paulo, 1907. Cumpre esclarecer que os escravos formavam uma espécie de sub-classe acadêmica: eles mesmos se denominavam calouros ou quintanistas, sendo que estes mandavam aos outros “medir a distância que os separa”. O escravo-criado, que acompanhava o senhor-moço para servi-lo como copeiro, camareiro, carteiro ou de qualquer outra maneira, poderia receber freqüentes agrados espontâneos de seu dono ou de outros moradores da “república” por pequenos serviços prestados. Mandava a tradição que o acadêmico, após receber seu diploma, outorgasse ao fiel escravo uma outra carta, diferente da que recebera, mas não menos importante: a de alforria.

que recebia colegas para jantar no Hotel Itália. Havia os que trabalhavam duro para realizar o sonho de bacharel.¹⁶

A imprensa, por exemplo, foi usada não apenas para manifestações literárias e políticas mas para garantir a sobrevivência de estudantes como João da Silva Carrão, que supria sua mesada com serviços prestados nas oficinas d'O Farol Paulistano. Aulas particulares e outros empregos de meio período também foram expedientes de acadêmicos sem posses. Joaquim Inácio Ramalho (bacharel em 1834), futuro Barão de Ramalho, mesmo antes de entrar para a Academia (da qual seria professor de filosofia racional e moral) supria suas necessidades materiais ministrando aulas particulares de geometria euclidiana.

E, finalmente, havia os que faziam da criatividade e da improvisação os "instrumentos" fundamentais à sua sobrevivência, usando a vida como um palco para suas interpretações. Albino dos Santos Pereira (bacharel em 1859), por exemplo, era mestre nos engenhos e diabrices; trocista de primeira, falsificava atestados médicos para justificar as faltas dos colegas e reproduzia firma letra e firma do tabelião com certificado autenticado! Ficou famoso na academia pelos seus "contos do vigário", que incluíram, no rol das vítimas, a própria Marquesa de Santos.¹⁷

¹⁶ VAMPRÉ, Spencer. *Op. Cit.*, pp. 493-494.

¹⁷ NOGUEIRA, Almeida. *Op. Cit.*, V, p. 153.

A diferença fundamental entre a “república” e a casa de família que o estudante havia deixado estava no clima de liberdade que ali reinava. A “república” constituiu, de fato e de direito, o território livre que as “gerais”¹⁸ nem sempre puderam ser no Império e em períodos posteriores.

No seu interior o acadêmico sentia-se à vontade para aceitar ou rejeitar as crenças sociais e políticas de suas famílias, para cortar o cordão umbilical e arrasar com antigas tradições. Lá, aprendiam tudo sobre o sucesso ou a derrota decorrente de seus próprios méritos descobrindo novos horizontes intelectuais que não lhes permitiriam voltar a serem os mesmos.

A “república” poderia, de repente, transformar-se em um pequeno teatro, em uma tribuna, em um bordel, ou em qualquer outra coisa que desejassem seus moradores. Nelas se destacavam os epígonos dos docentes mais queridos, poetas ou oradores, bêbados, baderneiros, seresteiros e outros tipos de alunos que se divertiam e se completavam em fértil convívio, vivendo imagens que nunca poderiam ser esquecidas. Este convívio produzia amizades para toda a vida, relações importantes para um futuro jurista ou político.

As constantes atitudes de rebelião e ousadia surpreendiam e atemorizavam os pais mais severos, habituados à não-contestação, à obediência

¹⁸ “Gerais” ou “Arcadas” era o nome dado ao pátio central do convento de São Francisco (sede, até hoje, da Faculdade de Direito), à Coimbra, porque ali se reuniam os alunos de todas as séries da academia.

irrestrita dos filhos. Poucos meses de frequência às aulas e de convívio “republicano” pareciam suficientes para que moços sensatos se transformassem em maçons, positivistas, liberais, abolicionistas ou republicanos.

1.3. Bebedeiras, traquinagens e serenatas

Alunos, ex-alunos e simples admiradores uniam-se nestas atividades com o objetivo de “matar o tempo” ou “dar vasão a impulsos” que, no dia-a-dia, deveriam ser sufocadas por uma conduta mais aceita socialmente.

Bebiam à porfia. Estúpidas competições a que davam o nome de duelos. Extinto o fogo, as cinzas não tardavam: sentiam-se fartos da vida, antes mesmo dos vinte anos. Um sentimento de lassidão, de desinteresse por tudo, desamor à vida, a que chamavam cinismo, com o significado de hipocondria, tristeza, tédio.¹⁹

O estudante que começava a beber para melhor enfrentar as noites solitárias continuava a fazê-lo para esquecer um amor não correspondido, para agüentar uma nota mais baixa, para afastar o tédio até que, havendo se tornado um alcoólatra, não precisasse mais de justificativas para seus “porres”.

Além disso, muitas “traquinagens” possuem registros nas bibliotecas paulistanas, como pequenos furtos a quintais e chácaras (aves, ovos, legumes, frutas). Foram comuns à época reclamações publicadas em jornais (1838):

¹⁹ AZEVEDO, Vicente de. *Op. Cit.*, p. 49.

Pede-se aos senhores estudantes do Largo São Francisco o obséquio de não continuarem a deitar o espelho ao sol para refletir nas casas que ficam na frente, e nas pessoas que passam pelo mesmo Largo; isto, quando nada possa acontecer, poderá a pessoa ficar estuporada; e se este nosso pedido não for atendido recorreremos ao Sr. Dr. Delegado de Polícia.²⁰

Freqüentes também foram os ofícios redigidos por padres às autoridades, queixando-se do desrespeito dos estudantes no interior das igrejas. Na semana santa, durante o ofício de trevas, quando a igreja ficava inteiramente às escuras, os jovens aproveitavam para redobrar os ruídos das matracas, batendo no assoalho com grandes pedras. Não satisfeitos com o tumulto provocado pelo barulho e acobertados pela escuridão, pregavam as saias das mulheres que, de acordo com o costume, sentavam-se ao chão. “O levantar-se punha à mostra as anáguas, entre os risos de uns e os gritinhos de protestos das vítimas”²¹.

Quanto às serenatas, embora sejam anteriores ao século XIX, coube aos acadêmicos prestigiá-las, atribuindo-lhes diferentes finalidades além da conquista amorosa, ou seja, a de complemento à boemia.

Acompanhadas pelo som da flauta, violão, cavaquinho e clarinete, seus instrumentos preferidos, os estudantes, vestidos a caráter, com longas capas pretas, perturbavam a tranquilidade noturna. O caráter “informal e artístico” das

²⁰ *Idem*, p. 68.

²¹ *Idem*, p. 54.

serenatas faz erroneamente conclusão de serem elas privilégio e prática dos liberais. No entanto, à noite, tendo o divertimento como objetivo principal, todas as divergências político-partidárias eram esquecidas. Conservadores, liberais, republicanos... não importava: a condição era a de ser boêmio.²²

Certamente, no Império, a repressão ocorria: quando os seresteiros se excediam acordando ruas inteiras a polícia intervinha para “restaurar a ordem”. Os abusos deviam ser freqüentes porque o governo, visando coibi-los, emitiu ordens (1832) limitando as realizações de serenatas para as quartas e sábados, encarregando os guarda-noturnos da tarefa de fiscalizar os desobedientes.²³

1.4. Donzelas e Prostitutas

Amor e ódio revezavam-se no relacionamento homem-mulher, *in casu*, acadêmico-mulher, fosse ela uma menina, uma senhora em busca de prazeres ou uma prostituta lutando pelo seu sustento.

O amor era uma arena, tal como a política, onde os fins justificavam os meios. Imaturidade e vaidade caracterizavam os amores dos jovens, cujo prestígio dentre os colegas não dependia apenas dos êxitos acadêmicos

²² REZENDE, Carlos Penteado de. *Op. Cit.*, p. 141.

²³ *Idem*, p. 139.

propriamente ditos mas também do número de senhoritas (e/ou senhoras) que conseguissem conquistar.

O sucesso de um namoro estava relacionado à imaginação e à criatividade, uma vez que as rótulas de casas da família “permaneciam trancadas como janelas de convento”²⁴. A reclusão feminina estimulava, de certo modo, os apaixonados afoitos, atormentando os pais e os patrões vigilantes. Os riscos compensavam os possíveis problemas.

Conta-nos a literatura que até mesmo ex-alunos e docentes da Academia eram obrigados a usar de artifícios para alcançarem seus objetivos amorosos. A ordem dos pais era para que suas filhas evitassem o Largo São Francisco; sujeitavam-se a falatórios e repressões as que ousassem passar várias vezes diante de uma “república” ou que tivessem o dispudor de se demorarem à janela.

Mas não era suficiente aos pais trancarem as filhas em casa; era preciso cuidar para que não recebessem cartas ou bilhetes, para que não lessem certos jornais acadêmicos, como “O Publicador Paulistano”, que divulgava versos “desapropriados” como os de Fagundes Varela (1860):

²⁴ AZEVEDO, Vicente de. *Op. Cit.*, p. 55.

Por que o mundo te nodoa a fonte
Messalina formosa! Por que pesa
Sobre teu nome a maldição dos grandes?
Pobre filha do gozo! Amo-te muito,
Pátria sedutora que perfumas
Minhas noites de insônia.

A virgindade, que é? Quimera estúpida,
Estulta convenção da humanidade.
Mais pura és tu, que teus desejos matas
Do que as virgens que em sonhos se desonram.
Do que as mulheres que sofrendo a custo
Seus desejos de fogo.²⁵

Na realidade a paixão sincera por uma jovem era tão ou mais temida pelos rapazes do que a fúria de um pai. Já naturalmente conduzidos ao romantismo exacerbado, pela farta literatura e pelo exemplo de colegas, alguns acadêmicos eram presas fáceis do fascínio feminino, chegando a tomar atitudes extremas, como o caso de Feliciano Coelho Duarte que, frustrado no seu amor por Laura Milliet, da alta sociedade paulista, matou-se ingerindo forte dose de arsênico. Neste dia trágico, 13 de setembro de 1850, Álvares de Azevedo, encarregado da oração fúnebre ao colega, completava 19 anos.²⁶

No dia 15 de setembro do ano seguinte (1851), novamente Álvares de Azevedo pronunciava a oração fúnebre de seu colega quintoanista João Batista da

²⁵ *Idem*, p. 47.

²⁶ LEITE, Manuel Cerqueira. *O estudante Manuel Antônio Álvares de Azevedo*. In: *Revista de História*, Universidade de São Paulo, ano III, nº 12, out-dez de 1952, p. 381.

Silva Pereira, sem vislumbrar o quão próximo estava de sua própria morte, ocorrida sete meses depois, aos 25 de abril de 1852.²⁷

A batalha donzela *versus* acadêmico revestiu-se de aspectos interessantes; ambos os sexos competindo em beleza, malícia e sedução. O sexo feminino não estava desarmado diante da elegância retórica. É verdade que, de um ponto de vista mais realista, as chances do sexo feminino eram menores considerando-se a experiência, a liberdade, a “educação de rua” recebida pelos rapazes. Provincianas, sem trato social, limitadas em suas leituras (pela educação recebida e pelos pais quanto ao conteúdo), as moças não podiam competir com personagens da literatura nacional ou estrangeira, que enfeitiçavam os jovens, leitores assíduos de obras consideradas impróprias para mulheres.

Quanto às prostitutas, estão bem explicadas por Álvares de Azevedo, assíduo freqüentador de seus serviços. Marcado por suas decepções e pelas experiências negativas de seus amigos, o jovem poeta dizia ser a meretriz uma paria social: “Aqueles mulheres são repulsivas. O rosto é macio, os olhos lânguidos, o seio morno... Mas o corpo é imundo . Têm uma lepra que ocultam num sorriso. Bofanheiras da infâmia, dão em troca do fogo o veneno da sífilis”²⁸.

²⁷ DEBES, Célio. *Alguns aspectos da vida acadêmica através da correspondência de um estudante*. Revista do Arquivo Municipal, ano 40, vol. 190, jul-dez de 1977, p. 190.

²⁸ HADDAD, Jamil Almansur. *Álvares de Azevedo, a maçonaria e a dança*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura - Comissão de Literatura, 1960, p. 42.

Enfim, o que se percebe na análise de documentos e textos de época é, de modo geral, uma certa inexplicável propensão à tragédia que parecia fazer de todas as mulheres, virgens ou vagabundas, donzelas ou prostitutas, objetos da desconfiança, causadoras de problemas de toda a espécie:

A mulher não destrói tão somente, não se limita a mover embriões, ela concorre também, e poderosamente, para o sorvedouro social; a maior parte dos suicídios têm-na por causa; as diáteses, que corroem as raças e consomem as energias da mulher provém; mais do que dos flagelos, a desumana tem dizimado as coletividades.²⁹

1.5. Poesia e teatro

Seduzidos pela ação política, os homens do século XIX manifestaram uma espécie de “sentimento de inferioridade” no trato com as Musas.³⁰

Haddad constatou ter sido o Império o momento da oratória parlamentar, a hora do apogeu do teatro, estando a população estudantil muito mais voltada para a eloquência do que para a poesia.³¹

²⁹ ALMEIDA, Pires de. *A escola byroniana no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1962, p. 123. Trata-se de trecho do diálogo de Satã (personagem literário) com seu compositor, o poeta Aureliano Lessa.

³⁰ HADDAD, Jamil Almansur. *Castro Alves e a revolução praieira*. In: *Revista de História da Universidade de São Paulo*, Ano IV, nº 13, jan-mar de 1953, p. 78.

³¹ *Idem*, p. 73.

Os estudantes privilegiaram o jornal e a tribuna como mais adequados do que a poesia à sua futura responsabilidade como advogados ou políticos, conforme confessou Joaquim Nabuco: “[...] quando as minhas faculdades, concentradas pelo estudo e pela meditação, se puderem aplicar ao positivo, ao exato, deixarei de queimar incenso às Musas”³².

Pode-se compreender, com esta atitude de Joaquim Nabuco, porque alguns acadêmicos, uma vez diplomados, abdicavam das Musas. A poesia era tida natural ao jovem enquanto jovem; mas, assim como a juventude não é eterna, também a atividade literária deveria ser passageira. Uma vez adentrado na política ou na advocacia, o jovem – agora não mais jovem – deveria controlar suas emoções e utilizar-se da razão para o trabalho.

E nesse sentido o próprio Lord Byron, o poeta dos acadêmicos, advertiu: “a poesia só foi feita para ocupar ociosos; ao meio de negócios mais sérios, compor versos seria completamente ridículo”³³.

De qualquer forma, estes preconceitos e regras (mais do que exceções) não impediram que a poesia fosse elaborada também como produto de reflexão política, com o objetivo de contestar ou aprovar fatos sociais, pois a arte e a literatura não são meramente um espelho passivo da sociedade.

³² *Idem*, p. 78.

³³ *Idem*, p. 79.

Basta, para isso, utilizar-se da história e da literatura, à disposição em todo lugar, para se perceber a quantidade (e qualidade) de acadêmicos – poetas – revolucionários.

Álvares de Azevedo, por exemplo, embora tenha preferido “transferir para a prosa a preocupação utilitária”, não deixou de viver poeticamente o momento épico de Pedro Ivo³⁴:

Alma cheia de fogo e mocidade,
Que antes a fúria dos reis não se acobarda,
Sonhava nesta geração bastarda,
Glória... e liberdade!
Nem sangue de Ratecliffe o fogo apaga
Que as fontes populares embriaga
Nem do herói a cabeça decepada,
Imunda, envolta em pó, ensangüentada,
Assusta a multidão que ardente brada
E tronos despedaça.³⁵

Posteriormente, Haddad buscava neste poema, Pedro Ivo, os argumentos necessários para defender Álvares de Azevedo, “acusado” de monarquista por Edison Carneiro.³⁶ Ora, monarquista não seria autor de poema que homenageava um filho do povo, fazendo de sua coragem e rebeldia um apelo

³⁴ *Idem*, p. 220.

³⁵ AZEVEDO, Álvares de. *Obras completas*. São Paulo: Nacional, 1942, p. 309-310.

³⁶ CARNEIRO, Edison. *Trajetória de Castro Alves*. Rio de Janeiro: Vitória, [s.d.], p. 41.

àqueles que, como Pedro Ivo, não temiam a fúria dos reis, dispondo-se a “despedaçar tronos”.

Além de Álvares de Azevedo, não se pode esquecer Castro Alves, o “condoreiro”, abolicionista e republicano. Não há como ignorar o conteúdo político de suas poesias. Foi chamado de “poeta socialista” em homenagem à defesa por ele feita dos participantes da Revolução Praieira. Segundo Haddad, a poesia castroalvesca inspirada nesta Revolução é o grito dos oprimidos, colocando-se ao lado “dos cavaleiros contra todos os Cavalcantis opressores: ao lado do nacional pauperizado em contraposição ao marinheiro parasitário e enriquecido; ao lado dos pardos do Recife contra os brancos, às vezes azulecidos de sangue holandês e encastelados nos engenhos”³⁷.

Castro Alves tinha apenas um ano de idade por ocasião da Revolução Praieira, mas cantou-a como se a presenciasse. Sentia-se empático aos ideais do líder Borges da Fonseca que, seduzido pelo exemplo americano, reivindicava, como o poeta posteriormente o faria, o voto livre e universal do povo brasileiro: “A terra que realizou a emancipação dos homens há de realizar a emancipação das mulheres. A terra que fez o sufrágio universal não tem o direito de recusar o voto de metade da América”³⁸.

³⁷ HADDAD, Jamil Almansur. *Op. Cit.*, p. 211.

³⁸ *Idem*, p. 214.

Álvares de Azevedo e Castro Alves são apenas dois exemplos de participação política acadêmica por meio da poesia. Muitos outros os seguiram, principalmente atraídos pela escola byroniana, como Bernardo Guimarães, Aureliano Lessa, Domingos Figueira, Teodomiro Alves Pereira, Pessanha Povoá, Junqueira Freire. Outros, perseguidos pelo Império em virtude do forte viés contestador, utilizaram-se de pseudônimos, como “Pinheiro Guimarães” e “Cardoso de Meneses”.

Além da literatura escrita, o Império foi o momento da oratória parlamentar, a hora de apogeu do teatro, e não é difícil explicar suas semelhanças com o “Fórum”.

O advogado - e mesmo o político - deveria, além de ter conhecimentos técnicos, ser um bom ator, que soubesse dominar sua “platéia”, dela arrancando risos e lágrimas, convencendo-a da sua verdade. Não é de se admirar que nos programas de ensino constasse Hegel, uma vez que, em certa medida, a dialética possibilita argumentação retórica.

Tal como o jornalismo, e até mesmo a poesia, o teatro propiciava aos jovens a oportunidade de exercitarem-se para seus futuros compromissos profissionais e de tornarem-se conhecidos, verdadeiro caminho para uma boa clientela. Mas o interesse dos acadêmicos ia além do sucesso econômico futuro. O interesse pelo “social” predominava nas teorias acadêmicas idealistas. O valor

educativo do teatro, como formador de uma consciência política, logo ficou bem claro aos estudantes, que a ele atribuíram a tarefa de estimular e convencer o povo: “daí é que devem sair as aspirações para as massas”, alegava Álvares de Azevedo.³⁹

E, assim como opinava, Azevedo colocava em prática sua teoria, utilizando o teatro como espaço especial para a apresentação de um trabalho no qual criticava, indistintamente, políticos e religiosos, que “bufavam” diante do atrevimento e da fúria anticlericais da “Noite na Taverna”.

Reacionários e conservadores estavam atentos a essa “ameaça”, temerosos de que o teatro colocasse os jovens (e não apenas os acadêmicos) em contato com conhecimentos inconvenientes aos seus propósitos de manutenção do *status quo*, estimulando-os a prestigiarem o texto representado mais como uma forma de participação política do que de entretenimento.

O teatro era tido como um prolongamento das Arcadas, onde a ousadia colocava ao alcance de todos a possibilidade de expressar as opiniões mais revolucionárias. Certamente havia o cuidado em não permitir que certos “excessos” cancelassem a autorização para as representações teatrais, mas eram apenas artifícios, estratégias para atingir o fim principal. Entre as providências tomadas para atrair o público e agradar ou “subornar” as autoridades, estava a de

³⁹ HADDAD, Jamil Almansur. *Álvares de Azevedo, a maçonaria e a dança. Op. Cit.*, p. 101.

incluir seus nomes (o das autoridades e o das famílias mais renomadas) entre os convidados, medida esta que unia o útil (demonstração de seriedade, de respeito às normas e aos costumes) ao agradável (certeza da presença das donzelas e de uma certa benevolência das autoridades).

1.6. O Estudante na Academia

“[...] o quinto ano pedisse ao quarto ano que dissesse ao terceiro ano que mandasse ao segundo ano insultar os calouros”⁴⁰.

A hierarquia se faz presente na Academia e isso é observado desde o momento de ingresso do aluno nas Arcadas, com o costumeiro e, já à época tradicional, “trote”.

O “trote” começava cedo para os calouros, antes mesmo da Academia propriamente dita. Para os neófitos que faziam o trajeto de navio do Rio de Janeiro para Santos, as brincadeiras começavam a bordo, quando eram obrigados a prestar o famoso “juramento pelas armas da Marquesa”, diante de um rochedo ereto, de forma esguia, no canal de Santos:

Juro e prometo,
Por esta zorra,
Que hei de ser burro

⁴⁰ NOGUEIRA, Almeida. *Op. Cit.*, I, p. 265.

Até que morra!⁴¹

Em São Paulo o trote tinha início com uma peruada ou passeata festiva dos calouros, obrigados a desfilar pela cidade em cima de uma carroça, seguidos de perto pelos trotistas e vaiados violentamente pelos colegas.

Uma vez na Academia o estudante deveria cumprir com uma série de obrigações, seguir uma infinidade de regras e observar irrestritamente o aspecto disciplinar: obediência às normas impostas pelos estatutos aos alunos, docentes e funcionários (desde o bedel até a Congregação) no tocante às atividades institucionais, curriculares e extra-curriculares.

A observância dos Decretos nº 1134, de 30 de março de 1853, nº 1136, de 26 de abril de 1854, nº 1586, de 24 de fevereiro de 1855 e nº 3454, de 26 de abril de 1856 (não foi posto em execução) atesta claramente as preocupações do governo em manter a Academia sob o mais absoluto controle, inclusive no que se referia ao conteúdo das aulas ministradas e ao comportamento dos alunos fora da instituição.

O desejo de controlar os possíveis “deslizes” e “desvios”, e ainda os docentes e discentes, por meio das normas estabelecidas, refletia um sistema de governo bastante centralizado, ciente dos seus interesses e, portanto, a necessidade

⁴¹ *Idem*, VI, p. 162.

de indicar um homem da mais absoluta confiança para a direção da Academia, escolhido pelo próprio Imperador, pois afinal de contas, teria como principais atribuições executar as decisões da Congregação, visitar as aulas e assistir aos atos e exercícios escolares, enviar ao governo imperial relatórios freqüentes e elaborar um relatório anual com dados completos sobre os alunos e seu aproveitamento, sobre os professores e seu desempenho.

Tais relatórios, mensais e anuais, tinham por objetivo oferecer ao governo as informações necessárias ao controle da Instituição e ao Diretor a certeza de que as atividades docentes e discentes estavam sendo cumpridas de acordo com as finalidades atribuídas pela burocracia do Estado ao ensino.⁴²

Como ressaltado, o controle era rigoroso – talvez mais ainda – sobre os docentes, pois tratava de um controle ideológico. Dos lentes exigia-se, dentro e fora das salas de aula, “a maior gravidade e serenidade”.

Controladores e controlados, como estabelecia a burocracia imperial:

Os lentes se apresentarão de beca nas respectivas aulas e atos acadêmicos à hora marcada e serão sempre os primeiros a dar exemplo de cortesia e urbanidade, abstendo-se absolutamente de propagar doutrinas subversivas ou perigosas; aqueles que se deslizarem destes preceitos serão advertidos pela Congregação, a quem o Diretor é obrigado a comunicar o fato

⁴² CUNHA, Luiz Antônio. *Universidade temporã. O ensino superior da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, pp. 108-109.

repreensível. Se não for bastante esta advertência o Diretor, ouvida a Congregação, o comunicará ao governo, propondo que sejam aplicadas as penas de suspensão de três meses a um ano com privação de vencimentos.⁴³

E quanto aos alunos, também estavam sujeitos à devida vigilância e eventual punição. Disciplina significava obediência e, embora obedecer fosse um verbo de fácil compreensão nas famílias patriarcais, era de difícil aceitação pelos jovens acadêmicos, muito mais preocupados (atordoados e admirados) com o gozo da liberdade recém-conquistada do que com os conhecimentos a serem adquiridos.

Os Decretos procuravam manter o controle sobre os acadêmicos, dentro e fora da Instituição, ameaçando-os com punições nem sempre cumpridas. Originários, em regra, de famílias de elite, os alunos estavam, muitas vezes, ligados aos lentes e ao próprio Diretor, por laços antigos de amizade, de vinculação política e até mesmo de parentesco, que raramente deixavam de ser considerados na hora das punições, “sugerindo maior tolerância e evitando danos maiores”⁴⁴.

Quanto à disciplina exigida em sala de aula, os Estatutos não toleravam nenhum comportamento mais liberal, dependendo apenas do docente

⁴³ *Idem*, p. 109.

⁴⁴ DEBES, Célio. *Campos Salles: perfil de um estadista* – I. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, [s.d.], p. 44.

fazer de sua aula uma longa exposição a ser ouvida em silêncio, um diálogo com os discentes mais prestigiados pela fama ou pelas notas, ou leitura de um autor reconhecido como autoridade pelo governo.

O estudante que perturbasse o silêncio, causasse desordem dentro da sala de aula ou nela procedesse mal seria repreendido pelo lente, e não se contendo, o lente o faria imediatamente sair da sala de aula, ordenando ao bedel que marcasse falta e tomasse nota do fato na caderneta para levar ao conhecimento do Diretor. Em caso de recusa ou uso de palavras desrespeitosas, o lente tomaria por termo dando parte do ocorrido ao Diretor. E se o lente visse que a ordem não poderia ser restabelecida, suspenderia a lição ou sabatina, mandando pelo bedel tomar o nome dos autores da desordem para o fim acima indicado.⁴⁵

As punições, portanto, iam da prisão correcional, de um a oito dias, à retenção ou demora na colação de grau, até dois meses, caso a insubordinação fosse praticada pelo estudante do último ano. O aluno poderia ser punido também com a perda do ano letivo ou a exclusão da Academia, sendo-lhe reconhecido o direito de apresentar recurso ao governo no sentido de minorar ou até mesmo anular a pena. A pena correcional deveria ser executada no próprio edifício da Faculdade, em local convenientemente preparado, de onde o “delinqüente” só teria permissão para assistir aulas nos dias letivos, ou para fazer ato caso este ocorresse nos dias em que estava na prisão.⁴⁶

⁴⁵ VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 67.

⁴⁶ CUNHA, Luiz Antônio. *Op. Cit.*, p. 111.

Havendo ou não punição, aplicando-se ou não os regimes de privilégio, o fato é que entre a ameaça de punição e a punição sempre houve um abismo, sendo interessante frisar a questão de que o governo, ao castigar, nem sempre atingia seus objetivos, não apenas pelo motivo das punições parecerem anacrônicas, retrógradas para o século⁴⁷, como também por propiciarem aos acusados um certo prestígio. Não havia, necessariamente, desprestígio no desrespeito a certas normas; ao contrário, fazê-lo - e sobretudo ser punido - podia transformar um acadêmico sem qualquer expressão em "herói improvisado". E uma vez punido um estudante, colegas e professores, líderes ou apenas liberais quase sempre dispunham-se a defendê-lo, na qualidade de vítima.

Enfim, difícil se torna a missão de qualificar ou definir um perfil objetivo ao acadêmico do Largo São Francisco em século XIX. Impossível, ainda, qualificá-lo como "comportado" ou "indisciplinado", pois encontra-se nas mais diversas situações: ora nas ruas, *expert* na arte de chamar à atenção, falando em defesa de fatos de elevado interesse social ou sobre assuntos absolutamente superficiais, sem outro objetivo que o de "exibir-se" aos colegas ou a alguma donzela; ora trancado em seu quarto, entediado com o cotidiano da escola ou da cidade; ora comportado, atencioso à lição de um grande mestre; ora indignado, desafiando a competência de tais mestres; ora "nacionalista", colocando-se à

⁴⁷ Zacarias, em pronunciamento feito na Câmara dos Deputados, lamentava as punições impostas à juventude, alegando não ser "próprio do nosso século dirigir a mocidade com rigor e castigos". *Apud VAMPRE, Spencer. Op. Cit., I, p. 395.*

disposição do governo em defesa da legalidade e da ordem; ora desacatando a autoridade constituída.

1.7. O Diploma

Em virtude das possibilidades profissionais futuras, sejam na esfera pública (funcionalismo governamental), sejam na particular (advocacia), os alunos, ao menos os aplicados, procuravam dar o melhor de si para garantir o seu futuro, fazendo de tudo para merecer um currículo exemplar (boas notas, disciplina, artigos publicados em jornais e revistas, bons relacionamentos com docentes).

Não ignoravam que o diploma, por si só, não seria suficiente para garantir-lhes uma nomeação satisfatória. A posição social, econômica e política dos pais significava muito: o desejo de fazer jus a um nome de família levava muitos a desdobrarem-se.

O acadêmico estava ciente de desfrutar, na Academia, uma oportunidade ímpar, uma vez que a “fama” adquirida no período escolar os acompanharia para sempre. Pois como visto, cada turma teve seus próprios ídolos ou heróis, a serem cultuados com respeito, admiração e saudades: seus poetas, seus malandros, seus oradores, seus professores, seus alcoólatras.

Nesse sentido, apresenta Almeida Jr. a súmula das prósperas relações entre os amigos:

Durante a vida acadêmica, a livre convivência faz nascer entre os moços amizades profundas que os acompanham até a velhice. E não  só; ainda quando os cursos são freqüentados em épocas diferentes o simples fato de no primeiro encontro poderem dois homens recapitular juntos a mocidade vivida na mesma escola, de repetirem um ao outro o mesmo anedtrio acadêmico e de evocarem as mesmas tradições estabelece entre eles suave corrente de simpatia, que basta muitas vezes para facilitar entendimentos de outra forma difíceis.⁴⁸

Ansio de Abreu, relembrando um passado próximo na Academia (1894), discursava: "geravam-se ali estas amizades que faziam ascender às altas posições da carreira política e administrativa, unidos, conhecendo-se e respeitando-se, aptos para mutuamente se fazerem a devida justiça, os Zacarias, os Nabucos, os Cotegipes, os Saraivas e tantos, tantos outros [...]"⁴⁹.

Amizades e apadrinhamentos  parte, quanto ao diploma propriamente dito, no contexto desse "bacharelismo", capítulo peculiar da nossa história, muitos aspectos podem ser retirados da análise das obras e documentos coletados. Carl Von Koseritz observou que o diploma de bacharel constituía "a chave para todas as posições da vida pública e o único que serve completamente para a carreira política". Sua colocação procedia porque a regra, no Brasil imperial,

⁴⁸ ALMEIDA JR., A. *Problemas do ensino superior. Op. Cit.*, p. 141.

⁴⁹ *Idem, ibidem.*

era a do predomínio do bacharel como “expressão dos ideais educativos da sociedade patriarcal, com o culto dos valores retóricos”⁵⁰.

O jovem diplomado, “bacharel”, tornava-se centro do chamado celeiro político do País: na Academia ingressando, jamais sairia o mesmo. No mínimo, sairia um “bacharel”.

[...] o jovem bacharel é melhor que não fique no meio rural, que ele pode perturbar a ordem e a rotina que ali imperam; demais, não é desejo seu, que não se adapta mais à vida acanhada do interior, pelas experiências e companhias que teve quando estudante; quanto ao fazendeiro, que nunca viveu em cidade grande, prefere continuar no campo. O jovem bacharel, portanto, é para a cidade e para a tribuna; o fazendeiro, para o interior e para a lavoura; um dá a base eleitoral ampla e sólida, o outro deve fazer a política em consonância com o interesse do grande eleitor.⁵¹

Joaquim Nabuco analisou as transformações a que foi submetido na Academia, a mudança de mentalidade, as ameaças aos valores familiares e as facilidades oferecidas a quem a cursava: “as minhas idéias [...] flutuavam no meio das atrações diferentes desse período, entre a monarquia e a república, sem preferência republicana, talvez somente por causa do fundo hereditário [...] e da fácil carreira política que tudo me augurava”⁵².

⁵⁰ *Idem*, p. 264.

⁵¹ IGLESIAS, Francisco. *Vida Política 1848-1868*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira* – t. II, v. III. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, p. 17.

⁵² NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*. São Paulo: Nacional, 1936, p. 19.

Nabuco é o exemplo típico do acadêmico de boa família, predestinado ao poder pela fama e competência de seu pai (quatro vezes Ministro do Império).

Difícilmente o estudante encontraria em outro lugar que não a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, principalmente nas décadas de 20 e 30 do século XIX, uma vez que, juntamente com a Faculdade de Direito do Recife, eram as únicas no Brasil, oportunidades de dar início a amizades tão valiosas para a sua carreira, pessoas predestinadas ao sucesso, ao poder, pelo berço, pelo talento, pelos laços matrimoniais ou quem sabe, pela sorte. A convivência com pessoas importantes, influentes, era imprescindível, mas o valor do diploma de bacharel não pode ser questionado no Império, pois ainda que as elites pudessem garantir, por outros meios, a defesa de seus interesses, a posse de um título de bacharel dava prestígio mais carismático do que a simples posse de bens.

Embora os cursos superiores tenham sido poucos em relação à demanda populacional, foram suficientes para satisfazer às elites, que neles prepararam seus filhos para os cargos cobiçados. Isso se dá por meio dos bacharéis em Medicina, em Engenharia, em Matemática, mas sobretudo aos bacharéis em Direito das Faculdades de Olinda-Recife e de São Paulo, privilegiados no preenchimento de cargos e funções.

A Academia de Direito de São Paulo foi, portanto, um posto de recrutamento e formação dos futuros líderes, aos quais se destinavam os maiores ofícios governamentais, que, afinal, traçavam as diretrizes da nação.

Obviamente o discurso lá produzido, inicialmente sob a categoria “jurídico-acadêmico”, transformou-se com naturalidade em um discurso “político”, capaz de efetivamente direcionar a estrutura do Brasil, contribuindo substancialmente para o fomento dos ideais republicanos concretizados em 1889.

CAPÍTULO 2

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO ESTUDANTE DE DIREITO DE SÃO PAULO NO IMPÉRIO

Apesar dos esforços feitos pelos colonizadores no sentido de impermeabilizar a cultura brasileira às transformações que se processavam no continente europeu, as autoridades e as instituições educacionais não foram capazes de subjugar completamente o ânimo, o entusiasmo, as primeiras sementes de patriotismo dos jovens.

Isso se percebe desde os colégios jesuíticos, conforme verificação da reação dos alunos brasileiros aos professores indicados por Pombal para substituírem os jesuítas: não se trata apenas de uma recusa imatura aos docentes pombalinos, mas de amadurecida oposição a professores incompetentes e, portanto, incapazes de fornecer aos jovens os conhecimentos que consideravam imprescindíveis, além do fato de apresentarem um comportamento “cheio de empáfia, orgulhoso e arrogante”⁵³.

Obviamente esta postura estudantil-colonial gera uma consequência inevitavelmente captada pelos estudantes do Império, e com muita precisão, pelos estudantes de Direito – o curso que, afinal, preparava – ou deveria preparar – o jovem aos cargos políticos de maior expressão.

⁵³ CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: USP/Saraiva, 1978, pp. 104-105.

No entanto, como visto no primeiro capítulo, a instabilidade no tocante à “definição” do acadêmico do Largo São Francisco no Império ainda perdura: ora são vistos como contestadores, oradores das Arcadas, panfletistas, jornalistas e poetas, preocupados com os problemas sociais, políticos e econômicos; ora são tidos por representantes de uma elite econômica, que simplesmente dissipam suas mesadas e seu tempo, no jogo de privilégios, indiferentes, às vezes, até mesmo aos seus próprios interesses e, quando muito, habilitados à manutenção do *status quo*.

O que não se pode concluir, baseado na análise da vida social dos estudantes em São Paulo do século XIX, é pela interpretação que procura estereotipar os jovens, adaptando ora a “versão ativa”, ora a “versão passiva”. O correto seria uni-las, buscando a contradição, o dilema, a dúvida, porque nem toda poesia acadêmica foi política ou superficial, nem todo estudante foi consciente ou alienado. No Império (talvez, como hoje) os alunos eram vadios e interessados, malandros e apaixonados, irresponsáveis e jornalistas.

2.1. Os jornais

A atividade jornalística foi um dos primeiros sonhos dos acadêmicos e um dos seus principais instrumentos de luta, ansiosos que estavam para

demonstrar os conhecimentos recém-adquiridos, para partilhar a fama de alguns colegas, para enviar aos pais um recorte de jornal com seu nome.

Alguns estudantes criaram, na base do esforço pessoal e do idealismo, jornais que duraram apenas dois ou três meses, sem qualquer repercussão, mesmo acadêmica; outros fundaram periódicos que completaram duas décadas de publicação, perpetuando uma significativa tradição acadêmica de participação política.

Obviamente, a história da participação dos estudantes de Direito no Império assume diferentes enfoques e nuances, dependendo da fase analisada. Isso porque, por certo, em conformidade com as mudanças sócio-políticas imperiais, o pensamento também mudou, inverteu-se, deslocou-se de determinados problemas a outros.

Nesse sentido, um “primeiro período” – se assim pode-se dizer – inicia-se com a criação dos cursos jurídicos no Brasil, em 1827 – um ano após a morte de D. João VI. Tendo em vista a transição política, o clima político encontrava-se tenso (em virtude das revoltas provocadas pela ausência de habilidade governamental de D. Pedro I), e as lutas estudantis, de caráter nacionalista e constitucionalista, se dirigiram contra o lusitanismo e o absolutismo

de Pedro I, contribuindo dessa forma, juntamente com outros fatores, para levá-lo à abdicação, em 07 de abril de 1831.⁵⁴

O jornal “Farol Paulistano”, cuja circulação teve início em 07 de fevereiro de 1827, representou papel importante como reação liberal a essa política. Quando se deu a abdicação e o Conselho de Regência assumiu o País (1831-1840), os acadêmicos de direito que eram membros da Sociedade Acadêmica organizaram seu próprio batalhão com o objetivo de dirigir-se ao Rio de Janeiro, colocando-se à disposição da Regência para o que deles necessitasse. Alegando a “voluntariedade dos serviços prestados”, solicitaram armas ao Governo.⁵⁵

Neste “primeiro período”, que, portanto, iria à 1850, temos notícia da existência de quatorze jornais acadêmicos, sendo cinco de confissão liberal e nove sem opinião política definida. Talvez se possa pensar que apenas quatorze jornais em um período de vinte e três anos não seja muito significativo: não no Império! Não no contexto social abordado, considerando-se os recursos e dificuldades com que esses jornais foram criados, os problemas de publicação e distribuição, o número de habitantes alfabetizados na cidade de São Paulo e o significado que cada um desses periódicos teve para seus criadores, colaboradores e leitores.

⁵⁴ POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 58.

⁵⁵ NOGUEIRA, Almeida. *Op. Cit.*, V, pp. 68-72.

A efetiva tradição jornalística teve origem no dia 04 de abril de 1830, com a publicação do primeiro número do jornal “O Amigo das Letras”, cujo redator principal era o fluminense Josino do Nascimento e Silva (turma 1830-1834); sem vínculos políticos, o jornal se dispunha a publicar artigos de diferentes tendências.

Pelas razões expostas, a trajetória dos jornais era bastante tumultuada; observamos que os de melhor sorte eram criados no primeiro ano de uma turma acadêmica e por ela mantidos até o quinto ano. É o caso do “Íris” (turma 1849-1853), que tratou de assuntos variados.

“A Voz Paulistana” (1831), liberal, foi criado para combater a política autoritária de Pedro I, deixando de circular quando da sua abdicação. Liberais também foram os jornais “O Novo Farol Paulistano” (1830), “O Público” (1838) e “O Meteoro” (1849), cujos colaboradores tornaram-se políticos de grande projeção no Império, assim como os de “A Voz Paulistana”.

Não faltou também a criação de um jornal acadêmico dirigido às senhoras, o “A Violeta”, fundado por Martim Francisco e Francisco Octaviano.

Essa fase de agitações políticas foi seguida de uma fase de “calmaria estudantil”; conseqüentemente, de efervescência literária. O progresso registrado na década de cinquenta foi conseguido graças às realizações dos gabinetes

conservadores, o de 1841-1843 e o de 1843-1853, que estimularam, além do desenvolvimento econômico, o cultural, fazendo desse período um dos mais promissores da Academia.⁵⁶

Nesse, portanto, “segundo período”, que partiria de 1850, inclusive, até 1870, temos nota do aparecimento de cinquenta e oito jornais acadêmicos, sendo 41 sem vinculação política definida, 5 conservadores, 1 católico-conservador, 6 liberais, 2 liberais e abolicionistas, 2 abolicionistas e 1 republicano.

A verificação comparativa das atividades jornalísticas do primeiro (14 jornais em 23 anos) e do segundo períodos (58 jornais em 20 anos) demonstra – e efetivamente prova – a continuidade e o desenvolvimento da participação política dos estudantes do Largo São Francisco no Império.

Jovens e idealistas, os acadêmicos julgaram-se aptos a solucionar todos os problemas nacionais, como se pode constatar nessas idéias apresentadas por alguns jornais acadêmicos:

a) “O Futuro”

Jornal acadêmico de viés liberal, redigido por Rangel Pestana, Theófilo Ottoni, Belfort Duarte e outros, apresentou, a 10 de maio de 1862, sua posição em defesa de um governo constitucional, contra o absolutismo:

⁵⁶ IGLESIAS, Francisco. *Op. Cit.*, p. 30.

Soldados da democracia, a postos! Façamos da Constituição nossa bandeira, da pena e da palavra nossas armas. Levantemo-nos e sejamos livres. A causa do povo periga porque o absolutismo ganha terreno. A monarquia se compromete porque os especuladores triunfam, nossas instituições vacilam, e um despotismo covarde se levanta. Os absolutistas, não tendo coragem de se declararem francamente, corrompem o governo constitucional e representativo. O fim já é bem conhecido. Não tendo prestígio para pagar abertamente suas doutrinas repugnantes à filosofia do século, estragam a obra da democracia, enervam o povo e apregoam os serviços do rei-sol. [...] 'O Futuro', aparecendo nesta situação política tão desanimadora para os inimigos das instituições livres, pretende trabalhar para ver de novo hasteada a bandeira que ficou vitoriosa com a proclamação do ato adicional.⁵⁷

Percebe-se que o *discurso* é o verdadeiro instrumento de luta: “[...] façamos da (...) pena e da palavra nossas armas [...]”.

b) “A Razão”

Apesar de declarar-se não-acadêmico este jornal foi dirigido por acadêmicos como Belfort Duarte, Campos Salles e Quirino dos Santos. Em seu primeiro número, datado de 21 de maio de 1862, defendeu o respeito à Constituição e aos direitos do homem. Eis o trecho:

O que mais queremos? O que nós queremos é a execução da lei: é o cumprimento fiel da Constituição. O que nós queremos é a inteira e

⁵⁷ AMARAL, Antônio Barreto do. *Jornalismo acadêmico*. In: Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, ano 40, vol. 190, julho-dezembro de 1977.

completa observância do governo monárquico-constitucional-representativo; é a integridade e o respeito de todos os direitos absolutos do homem. O que nós queremos é: a moral antes do escândalo; a justiça antes do patronato; a razão antes do arbítrio. É muito, é demasiado, mas quando as nossas forças se quebram diante do impossível, resta ao menos um alívio para a consciência: a boa vontade que tivemos.⁵⁸

c) *“A Independência”*

Jornal político e literário redigido por acadêmicos já famosos como Castro Alves, Rui Barbosa e Martim Cabral Moreira dos Santos, defendia em seu programa de apresentação, datado de 20 de maio de 1868, a liberdade de religião e de ensino, o sufrágio universal e o governo do povo pelo povo, neste termos:

A INDEPENDÊNCIA quer o progresso real do País; aulas abertas a todos os meninos, liberdade de ensino. Templos para todas as crenças, púlpitos para todas as religiões, altares para todos os deuses: liberdade do culto. Força para a opinião, garantia para o voto, a espada de Breno para a consciência do País e pesar na balança dos seus destinos, o governo do povo, extensão do sufrágio universal. Independência do poder legislativo pela independência dos seus mandatários; responsabilidade dos ministros, representação das minorias, efetividade do ato adicional; verdade, integridade e pureza do regime representativo. Que mais? Estímulos à imigração, reconhecimento da família estrangeira: casamento civil.⁵⁹

d) *“O Constitucional”*

⁵⁸ *Idem*, p. 40.

⁵⁹ *Idem*, p. 44.

Tratava-se de órgão do Clube Constitucional Acadêmico que efetivamente ofereceu uma posição diferente dos demais, defendendo a Constituição, “a ordem e a conservação social”, dispondo-se inclusive a “lutar contra o liberalismo, com seu ardor reformista e o republicanismo”.⁶⁰

Em 19 de novembro de 1871, ao findar sua primeira fase de publicação (que se iniciara aos 06 de maio), o redator-chefe, o quintoanista Francisco Bernardino Rodrigues da Silva, declarava:

Nunca sentimos desmaiar a coragem, [lutar] e apagar-se o ânimo na [defesa] das idéias do partido a que nos filiamos, na sustentação dos santos e grandiosos princípios da ordem e da conservação social. Estamos satisfeitos porque envidamos esforços em defesa de uma causa nobre e simpática, a da ordem constitucional do nosso país: porque só procuramos inspiração em fontes puras, essas duas irradiações da luz divina no espaço e no tempo.⁶¹

Nesse “segundo período” (1850-1870), embora apenas 17 dos 58 jornais acadêmicos (portanto, pouco menos de um terço) se definissem politicamente, isso não diminuía o ardor dos ativistas que, raramente, contentavam-se em colaborar com apenas um periódico. Como os jornais possuíam uma divulgação limitada, restrita a certos círculos acadêmicos ou da elite, um único jornal não satisfazia o entusiasmo de jovens que, além da defesa de

⁶⁰ *Idem*, p. 50.

⁶¹ *Idem*, p. 46.

suas idéias, estavam preocupados também em terem seus nomes conhecidos e prestigiados na Província. Ligar seus nomes ao de um jornal, representá-lo publicamente, era o sonho da maioria dos acadêmicos. Os debates públicos – pela imprensa – ofereciam aos futuros advogados, delegados, funcionários públicos ou políticos, perspectivas de sucesso.

No entanto, o período mais frutífero (“terceiro período”, de 1870 à Proclamação da República), mais significativo no que diz respeito à atuação do estudante de Direito de São Paulo como autor de artigos e panfletos, revela a criação de oitenta e seis jornais acadêmicos! Se, no “primeiro” e no “segundo” “períodos”, aproximadamente um terço dos periódicos assumiam sua postura política, e ainda eram em número inferior, no “terceiro período” mais da metade (55%) não escondia sua posição.⁶²

“Abolição” e “república” foram as duas questões que monopolizaram os debates acadêmicos, dividindo ou unindo docentes e discentes, políticos e civis, povo e elite.

No período 1870-1889 os acadêmicos criaram 13 jornais que defendiam o abolicionismo e que, certamente, coagiram os republicanos a se posicionar sobre a emancipação, sobretudo porque, dentre eles, 6 diziam ser órgãos republicanos abolicionistas. Se até 1884-1885 o movimento abolicionista

⁶² *Idem*, p. 60.

pecou pela lentidão, fruto da conveniência em não incomodar a aristocracia agrária, após esta fase as reivindicações acadêmicas deixaram de permitir qualquer inércia. Aos 11 de agosto de 1884, dia da já tradicional comemoração da fundação dos cursos jurídicos no Brasil, a “Gazetinha” acusava:

Costumam os monarquistas, comemorando esta data, compará-la com sete de setembro, dia da independência; esta comparação, porém, não tem razão de ser porque, no nosso entender, o sete de setembro não exprime sequer uma manifestação de liberdade: se aí se atirou o jugo da metrópole, no entanto continuou ainda o Brasil sob o mesmo jugo, debaixo das mesmas rédeas da monarquia. A questão apenas resumiu-se numa transformação, ou antes, numa mudança sem efeitos de liberdade para o povo. Se a onze de agosto se pode fazer uma comparação aí está o vinte e um de abril, a data da conjuração mineira ou para o futuro e felizmente muito breve o dia em que o Brasil extinguir-se-á a instituição dos cativos. Felizmente sim, porque é na verdade uma vergonha como disse um escritor, comemorando o onze de agosto, que, no Brasil, onde se folheia há já tantos anos o livro de Direito, ainda não se compreende o absurdo contido nessa palavra: escravo. O Onze de Agosto é, pois, a data predileta da mocidade acadêmica e hoje, que esta a festeja, a Gazetinha que a ela pertence, a associa-se às suas manifestações de prazer.⁶³

O jornal “A Onda”, órgão do Centro Abolicionista Acadêmico, não media palavras em defesa da abolição que era, segundo ele, uma aspiração extensiva a todo o povo brasileiro e não apenas aos estudantes de Direito. Edmundo Muniz Barreto (turma 1880-1884), um de seus colaboradores, advertia

⁶³ *Idem*, pp. 87-88.

ser a abolição “a mais palpitante aspiração nacional”, podendo seu cerceamento provocar sérios conflitos sociais:

Quando uma idéia incrusta-se no espírito do povo, a ponto de ser o seu único pensamento, de resumir o seu único desejo, o poder público, que presume-se ser o representante da vontade popular, deve concretizá-lo no mais puro curto prazo, sob pena de, além de cometer um erro político, manifestar sentimentos antipatrióticos e desejar a perturbação da ordem social. Assim apresentada, essa idéia traduz indubitavelmente uma soma de utilidades que interessam a todos os membros da sociedade, utilidades cuja importância está na razão direta do desenvolvimento mental do povo que as pesa, que as avalia antes de pedi-las. E a vontade do povo civilizado, ao contrário do que sucede com o povo primitivo, não é em geral intuitiva: o motivo que a determina é o resultado lógico de um cálculo utilitário, que nada tem de imoral. Essa necessidade sobe de ponto quando a vontade popular revela-se sob uma forma altruísta. A idéia da abolição da escravatura está perfeitamente compreendida nessa hipótese: é hoje – repete-se a cada momento – a mais palpitante aspiração nacional, base de muitas outras, também imprescindíveis, que dela dependem para sua realização, que a ela estão estreitamente ligadas, como os efeitos às causas, as conseqüências aos princípios, e os corolários às proposições demonstradas donde dimanaram. Querer cerceá-la é agitar os espíritos, provocar a explosão de ódios acumulados durante muitos anos de sofrimentos e resignações.⁶⁴

Neste mesmo jornal, aos 13 de setembro de 1884, Álvares Lobo (colega de turma de Muniz Barreto) previa a emancipação dos escravos como conseqüência do aprofundamento e da valorização do ideal do Direito:

⁶⁴ *Idem*, pp. 89-90.

A idéia escravagista é um cadáver: os corvos que voam e revoam em torno desta organização de vermes representam o passado ignominioso que se esfacela, que se mói, que se nulifica. Deixemos que estas aves agourentas vão-se reunindo junto das ossadas de outras instituições anômalas que, se afastando do sublime objetivo imposto ao gênero humano, conseguem levar os povos aos abismos mais desgraçados. [...] O luminoso ideal do Direito, há muito enxovalhado e obscurecido, abrir-se-á ainda mais vivaz, pelo colorido da iluminada aurora da redenção dos cativos.⁶⁵

Em 1885, sob nova direção, vez que a turma anterior se bacharelara, “A Onda” anunciava com grande alarido a libertação de seis escravos pelo Congresso (28 de setembro de 1885).⁶⁶

O jornal “A Vida Semanária”, comandado por Emiliano David Pernetta (turma 1885-1889) e outros acadêmicos, expunha em seu programa objetivos bem amplos, como o de ocupar-se de todos os assuntos sociais, além da arte, julgando-se emancipado do ponto de vista religioso e político e prometendo participação política e engajamento:

Combatendo pela liberdade em todos os sentidos é lógico, fatalmente lógico, desnecessário mesmo dizê-lo, que é abolicionista. Trará, para advogar esta causa, tão bem advogada, sem ares declamatórios, toda a sua indignação, toda a revolta de seu espírito diante desta miséria tão suja, a palavra simples, nervosa e ardente de quem se defende de uma calúnia.

⁶⁵ *Idem*, p. 90.

⁶⁶ *Idem*, p. 91.

Não recua diante da indiferença, não se deixa vencer pelo ceticismo desses que trazem um riso amargo no canto da boca e as mãos abanando.⁶⁷

O outro tema avidamente registrado nas publicações acadêmicas deste “terceiro período” toma trajeto a partir da publicação do Manifesto Republicano (em 03 de dezembro de 1870): são, portanto, 32 jornais (dos 86 deste período) os defensores diretos do republicanismo. Mas este tema, obviamente, fora, ao lado da questão escravidão/abolicionismo, o mais debatido, o que se percebe pela simples verificação das diversas tendências registradas em jornais republicanos e conservadores.

Nota-se que em 1871 fora criado o Clube Constitucional, grupo conservador, liderado por acadêmicos monarquistas como Francisco Bernardino Rodrigues da Silva (bacharel em 1873), Carlos Ferreira França (bacharel em 1878) e José Joaquim Cardoso de Mello (bacharel em 1858), sob o protesto das ligas liberais e republicanas.

O jornal correspondente a essa Associação, “O Constitucional”, cujo primeiro número foi publicado em 06 de maio de 1871, viveu várias fases, até 1889, mantendo-se fiel ao seu conservadorismo, alegando estar lutando contra “o liberalismo, com seu ardor reformista e o republicanismo, que, demagogia qual é no Brasil, só quer uma coisa, destruir”⁶⁸. Em artigo publicado aos 11 de maio de

⁶⁷ *Idem*, p. 93.

⁶⁸ *Idem*, pp. 46-47.

1889, seu redator-chefe, João Luiz Alves Junior, então prestes a deixar a Academia (bacharelou-se neste ano), demonstrava sua descrença na possibilidade dos liberais e republicanos serem realmente capazes de “discutir as questões que mais de perto afetam a felicidade do Brasil”, mostrando-se decidido a “combater a propaganda republicana que tem desvairado tanto, que é hoje anárquica”⁶⁹.

Eis, ainda, alguns registros coletados no proibido e erudito arquivo da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo São Francisco):

a) “A Crença” (1873)

No seu programa de apresentação, datado de 15 de maio de 1873, esse jornal dizia de sua “descrença” quanto à viabilidade de uma monarquia baseada no princípio da soberania popular, considerando o eterno conflito entre “os direitos do cidadão e os privilégios do trono, a consciência e a autonomia dos povos e a arbitrariedade dos reis”.

Desde que o poder real, pelos caracteres de que o revestiam, tende naturalmente a ampliar-se, em ordem a multiplicar o todo, a interferência dos cidadãos na direção política do Estado, é evidente que esse poder se torna uma perfeita incompatibilidade com o princípio da soberania popular. Quis, porém, o legislador do nosso código fundamental combinar os dois inconciliáveis princípios: o elemento monárquico e a soberania do

⁶⁹ *Idem*, pp. 49-50.

povo, razão porque esta parte da América vive destinada a suportar uma infância perene, sob a tutela ignominiosa do imperialismo.⁷⁰

b) “*A Consciência*” (1876)

Na apresentação de seu programa, em 20 de abril de 1876, o presente periódico defendeu o ensino livre e o respeito à autoridade, nestes termos:

A Consciência é livre mas não licenciosa, é independente mas não rebelde. A liberdade e a independência estão não na afronta insolente à autoridade, mas no constante labutar, na discussão delicada e fina pela vida e manutenção das crenças. [...] A Consciência é uma modesta escola e uma humilde tribuna. Escola, estuda as várias manifestações dos conhecimentos humanos [...]. Tribuna, ela é propagandista e clama pela instrução e moralidade. Ela quer o ensino em toda a sua plenitude: obrigatório no curso inferior, e livre, libérrimo, no superior.⁷¹

c) “*A República*” (1876)

Dada a importância desse jornal como órgão do Clube Republicano Acadêmico e dos seus colaboradores, torna-se mister citar alguns trechos selecionados de artigos nele publicados em diferentes ocasiões, favoráveis à República, à democracia e às idéias liberais:

Em 03 de maio de 1877, eis o que traz artigo de Lúcio de Mendonça:

⁷⁰ *Idem*, pp. 50-51.

⁷¹ *Idem*, pp. 56-57.

Em vez de dizermos ao povo que estamos prontos a morrer por ele, melhor é que lhe ensinemos que pode viver por si, que a sua força é bastante, é sobeja para não precisar de sacrifícios. Em vez de cerrarmos o punho para o monarca e para a monarquia, demonstraremos pela História, pela Filosofia, pelo Direito, que ele é um usurpador e ela um erro e um crime. Propagandistas da República, tenhamos principalmente as grandes e simples qualidades que dão ganho de causa aos partidos políticos: energia e prudência, bom-senso e perseverança.⁷²

Em 1878, artigo redigido por Manhães de Campos:

Entendemos que a sociedade brasileira carece mais alguma coisa além de uma simples substituição de partidos sem idéias e sem prestígio: ela necessita de um violento abalo na ordem política e de uma completa metamorfose nas péssimas instituições que a dominam. [...] Queremos a verdade entronizada nas esferas políticas. Pretendemos a democracia que é a própria justiça, tão insultada e tão ofendida pelas guardas do imperialismo, a justiça que é a liberdade em toda a amplitude luminosa de suas manifestações no meio social. Continuamos a manter a necessidade da República.⁷³

E em 29 de julho de 1886, data do último número publicado pelo jornal, segue trecho de texto anônimo:

A República, único eco da democracia no centro da mocidade acadêmica, aparece, como nos anos anteriores, defendendo os princípios de sua escola e combatendo os erros dos adversários. Felizmente vai-se formando na sociedade brasileira uma classe de homens destituídos de interesses, que

⁷² *Idem*, p. 58.

⁷³ *Idem*, pp. 58-59.

procuram levantar bem alto a nossa pátria, abatida pela inépcia e pelos desmandos dos apaniguados do rei. Esta classe é constituída pelos republicanos que já começam a avolumar-se tanto, a ponto de obrigar os falsos defensores da democracia a unirem-se aos seus rivais nos privilégios para combaterem as idéias verdadeiramente liberais, tanto econômicas como políticas.⁷⁴

Apenas nestes trechos percebemos muitas reivindicações contidas: autonomia dos povos, ensino obrigatório no curso de primeiras letras, ensino livre no curso superior, mudança nas instituições monárquicas, liberdade e justiça sob regime republicano!

Os liberais, que em 1827 já possuíam seu jornal acadêmico (“Farol Paulistano”) com opiniões políticas definidas, sentiam-se lesados pelos republicanos, que teriam roubado suas idéias principais, difundindo-as como suas. Diante do prestígio conquistado pelos republicanos, os liberais diziam-se “mártires esquecidos e vilipendiados”.

Para recuperar, na memória dos colegas acadêmicos, as contribuições que haviam sido feitas pelo seu partido, o jornal “O Liberal”, em artigo publicado aos 09 de maio de 1877 e atribuído a Espiridião Eloy de Barros Pimentel Junior (bacharel neste mesmo ano), explicava:

⁷⁴ *Idem*, p. 61.

As nossas idéias. Surgindo na arena política tem por fim o órgão do Clube Liberal Acadêmico: 1 – provar que a mocidade da Faculdade de Direito de São Paulo não se conserva indiferente aos destinos da Pátria; ao contrário, tenta na esfera das idéias proporcionar à mãe comum a felicidade na liberdade; 2 – provar, também, que dos partidos políticos militantes, o que mais impressiona e assegura-lhe confiança é o partido mártir do ostracismo político, o partido liberal.⁷⁵

Para os liberais, o partido republicano era o único a lhes fazer frente. Embora com idéias muito semelhantes a respeito do poder monárquico e outros assuntos, debatiam-se pelo privilégio de serem os mais democráticos e populares:

Deixando de parte o partido ultramontano, que não é merecedor de discussão, ocupemo-nos com os republicanos brasileiros, esses voluntários parias de nossa sociedade. Os republicanos não se podem dizer mais liberais do que nós. Até agora, toda a república, idealizada na imprensa, tem tido por base as idéias liberais. Não houve, ao que nos consta, quem defendesse a república fundada na autoridade, como a dos socialistas, nem tão pouco sobre a absoluta igualdade, como a dos comunistas. Republicano, entre nós, é simplesmente qualificativo com que se decoram certos liberais, presos a uma forma. Em todos a essência é a mesma. Por isso é que vos perguntamos, se quereis ser diferentes de nós, qual o vosso caráter? O que pretendeis fazer a respeito do modo de ser da liberdade do Brasil?⁷⁶

Os desentendimentos entre os jornais acadêmicos, representantes de diferentes tendências políticas (em especial republicanos, liberais e monarquistas)

⁷⁵ *Idem*, p. 66.

⁷⁶ *Idem*, *ibidem*.

corroboram e tornam inquestionáveis a participação política dos jovens na desde já desvairada paulicéia do século XIX. No entanto, importa aprofundar o desenvolvimento e consolidação dos “partidos políticos” na Academia, por meio das “Sociedades” lá formadas, verdadeiros instrumentos, ao lado dos periódicos analisados, de participação política ativa dos estudantes do Largo São Francisco.

Arrolamos, a partir das fontes indicadas, a listagem completa dos jornais acadêmicos publicados no império brasileiro, o que segue na forma de tabela:

Tabela 1

Arrolamento dos Jornais Acadêmicos publicados no Brasil imperial (1827-1889)

ANO	NOME
1827	O Farol Paulistano
1830	O Amigo das Letras
1830	O Novo Farol Paulistano
1831	A Voz Paulistana
1833	Revista da Sociedade Philomática
1838	O Público
1846	Os Ensaios Literários
1848	A Violeta
1849	O Arrebol
1849	Íris
1849	O Meteoro
1849	O Piratininga
1849	Ypiranga
1851	Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano
1852	Acaiaba
1852	Ensaios Literários do Ateneu Paulistano
1853	Ensaios Literários do Ateneu
1855	O Cruzeiro do Sul
1856	Academia
1856	O Futuro
1856	O Guaianá
1857	O Acadêmico do Sul
1857	Arcádia Paulistana
1857	Íris

1857	Revista Paulistana
1858	Azarrogue
1858	O Espelho da Assembléia
1858	O Talião
1859	Ensaio da Sociedade Brasília
1859	Exercícios Literários
1859	Memórias da Associação Culto à Ciência
1859	Revista da Academia de São Paulo
1859	Revista Popular
1860	Revista Acadêmica
1860	A Legenda
1860	O Lyrio
1860	Revista Dramática
1860	Revista Jurídica
1860	Timbira
1860	Trabalhos Literários da Associação Amor à Ciência
1861	Fórum Literário
1861	Revista da Associação Recreio Instrutivo
1862	Anais do Ensaio Acadêmico
1862	O Buscapé
1862	Esperança
1862	O Futuro
1862	A Ordem
1862	A Razão
1862	Revista Mensal do Instituto Científico
1863	Revista da Academia Literária
1863	Revista da Associação Tributo às Letras
1863	Revista do Clube Acadêmico
1864	A Crença
1864	A Crença Schismática
1864	Diabo Coxo
1864	Imprensa Acadêmica
1865	O Sete de Abril
1866	O Cabrião
1866	Palestra Acadêmica
1867	A Democracia
1867	O Estudante
1867	A Tribuna Liberal
1867	A Vanguarda
1867	O Ypiranga
1868	O Acadêmico
1868	Dezesseis de Julho
1868	A Independência
1868	Quinze de Outubro
1869	Opinião Conservadora
1869	Radical Paulistano
1870	Império Acadêmico
1870	A Imprensa Juvenil
1871	O Constitucional
1871	A Propaganda
1871	Revista de Ensaio Literário
1871	Tribuna Acadêmica
1873	A Coruja

1873	A Crença
1873	O Porvir
1873	O Tribuno
1874	O Americano
1874	A Borboleta
1874	A Chrysálida
1874	A Ordem
1874	O Rebate
1875	O Onze de Agosto
1876	A Academia
1876	A Academia de São Paulo
1876	O Católico
1876	A Consciência
1876	A Luta
1876	A República
1876	A República das Letras
1877	O Academus
1877	Labarum
1877	O Liberal
1877	Opinião Republicana
1877	A Reação
1878	Constitucional
1878	Direito e Letras
1878	Revista da Fraternidade
1879	A idéia
1879	A Opinião
1879	Revista da Sociedade Fênix Literária
1879	A Vanguarda
1880	Evolução
1880	O Federalista
1880	Revista de Ciência e Letras
1881	O Americano
1881	A Comédia
1881	Entr'Acto
1881	Bohemio
1881	Nove de Setembro
1882	Ihering
1882	O Noventa e Três
1882	A Ordem
1882	Revista Acadêmica
1883	A idéia
1883	Meridiano
1883	A Onda
1883	A Ordem
1883	O
1883	Pindamonhangaba
1883	O Vinte e Um de Abril
1884	A Gazetinha
1884	A Onda
1885	Revista Acadêmica
1885	Tribuna Acadêmica
1886	O Allioth
1887	Revista Galeria Ilustada
1887	Revista Literária

1887	A Sentinela
1887	A Vida Semanária
1888	O Besouro
1888	O Bisturi
1888	O Escândalo
1888	O Grito do Povo
1888	O Mês
1888	O Mosquito
1888	A Paulicéia
1888	A República Mineira
1888	Revista Democrática
1888	Vinte e Um de Abril
1889	O Brasil
1889	A Democracia
1889	O Estudo
1889	A Fanfarra
1889	A Folha Acadêmica
1889	A Luta
1889	A Metralha
1889	O Oitenta e Nove
1889	A Opinião
1889	A Quinzena Paulista
1889	A Sentinela da Monarquia

Fonte:

ALMEIDA JR., A. *Problemas do ensino superior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

AMARAL, Antônio Barreto do. *Jornalismo acadêmico*. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, ano 40, vol. 190, jul-dez de 1977, pp. 299-319.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1982.

2.2. “Sociedades” e “Partidos”, Lutas e Protestos

Costumeiramente os jornais acadêmicos eram mantidos ou sustentados por grupos determinados que se enquadravam ora em “Sociedades” ou “Clubes”, ora em “Partidos Políticos” (acadêmicos).

No entanto, essa tradição tomou corpo a partir da década de 50 (século XIX), quando os argumentos, principalmente, de abolicionismo e republicanismo cativaram os jovens idealistas.

A partir desse período, os partidos políticos estudantis multiplicaram-se, inconstantes e irreverentes, fiéis ao temperamento de seus dirigentes. Em 1877, por exemplo, o jornal “*Labarum*”, órgão da Associação Literária e Científica do Primeiro Ano, atestava a “poluição ideológica” da Academia, divulgando o nome de onze partidos nela existentes: conservador-ultramontano; conservador não-ultramontano; liberal; liberal puro (reformista ou revolucionários); radical ou radical-liberal; liberal moderado; filosófico; eclético; republicano puro; republicano moderado ou misto; o ligeiro (ou de todas as bandeiras).⁷⁷

Se considerarmos que cada partido tinha o seu próprio programa, poderemos imaginar o empenho e a criatividade dos jovens, desejosos de apresentar idéias inovadoras. Reacionários, conservadores, republicanos, liberais, abolicionistas... todos julgando-se com o direito de opinar ou de mudar de opinião. Nesse sentido:

O procedimento que liberais e conservadores tiveram ao ocupar o poder foi absolutamente semelhante, como também foram muito parecidas as críticas, como oposição. As atitudes tomadas, as reformas programadas também provam a falta de reais diferenças entre os dois partidos, que tiveram em geral que sustentar além da oposição esperada, um grupo oposicionista, fragmento de seu próprio partido. A linguagem usada por

⁷⁷ VAMPRÉ, Spencer. *Op. Cit.*, II, p. 85.

luzias e saquaremas era a mesma, com a diferença apenas da situação – ser ou não ser poder.⁷⁸

Fidelidade partidária era questão muito complexa até mesmo para os experientes políticos que sabiam não poder contar com o apoio irrestrito ou incondicional de seus próprios correligionários. Assim sendo, como exigir coerência e lealdade dos acadêmicos, “políticos” principiantes?

No entanto, o que se pretende expor é o elemento “vontade” proveniente de absolutamente todos os estudantes (pouquíssimas eram as exceções) no tocante à participação ativa das discussões políticas e sociais. Desde a criação dos cursos jurídicos (1827) até 1850 tivemos notícia da criação de quatro “Associações” ou “Sociedades”: Sociedade Acadêmica; Sociedade Filomática (1833), fundada pelo mineiro Antônio Augusto de Queiroga (turma 1830-1834); Sociedade Epicuréia (1845) e Sociedade do Ensaio Filosófico Paulistano (1850), ambas fundadas por Álvares de Azevedo. E de 1850 à 1870, quinze foram os grupos consolidados, dos quais apenas um deixou de publicar jornal que o representasse: Sociedade O Ateneu Paulistano (1852); Associação Arcádia Paulistana (1857); Associação Culto à Ciência (1859); Associação Culto Literário (1858); Clube Científico (1858); Instituto Acadêmico Paulista (1858); Sociedade Acadêmica Brasília (1859); Associação Amor à Ciência (1860); Associação Recreio Instrutivo (1861); Associação Ensaio Acadêmico (1862); Associação do Instituto

⁷⁸ LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *O Senado nos anos finais do Império (1870-1899)*. Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1973.

Científico (1862); Clube Acadêmico (1863); Associação Tributo às Letras (1863); Clube Conservador (1868); e Clube Radical Paulistano (1869).⁷⁹

Sobre a importância destas Associações ou Sociedades para o crescimento das manifestações estudantis, várias são as interpretações, dentre as quais há que se destacar a do cronista do jornal “Caleidoscópio”, Simão (pseudônimo), que em artigo datado de 25 de junho de 1860, determinava o desinteresse dos jovens pelas questões culturais e científicas (valorizando as questões políticas e econômicas), motivo pelo qual as Associações não usufruíam de maior sucesso:

Tanta sociedade, tanta dedicação pelas letras... não sei onde vai parar tanto entusiasmo... O fim delas é sagrado, e útil, entendido no ato de lançar os alicerces ao edifício, no ato de colocar-se a pedra inaugural da instituição; aí os fundadores, cruzando suas armas intelectuais, juram que a sua causa há de ser sempre o cultivo da ciência: porém, concluem-se as sessões preparatórias, que tratam dos estatutos, das bases *etc.*, vai-se também, pouco a pouco, quebrando o vigor, porque as questões em que têm de entrar são mais sérias, e não próprias de todos, como são, sem dúvida, as questões econômicas, onde cada um é um Cícero. E o que acontece depois? Para que não se tenha de abolir, com tanta rapidez, a construção, erguida com tanto calor, meia dúzia de moços sensatos, e inteiramente dedicados de coração às letras, é que sustentam a Sociedade, porque são os únicos que entram nas discussões científicas, onde a falta de sócios é sensível, não a sendo nas econômicas.⁸⁰

⁷⁹ VAMPRÉ, Spencer. *Op. Cit.*, II, pp. 86-88.

⁸⁰ *Idem*, pp. 89-91.

Certas Associações, portanto, ao menos em seus princípios históricos, seriam “sustentadas” por meia dúzia de jovens idealistas, e geralmente seriam dedicadas às letras.

Mas, como dito, a preocupação política emancipou as “Sociedades” acadêmicas, e nas temáticas “abolição” e “república” puderam os estudantes demonstrar a efetiva capacidade de participação política. Em 1856 foi criada uma Associação abolicionista na Academia de São Paulo – acompanhada de dois jornais acadêmicos abolicionistas, “O Guayaná” e “A Academia”, Associação essa semelhante à “Sociedade Dois de Julho”, fundada em 1852 por estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia com intuito específico de libertar os negros⁸¹.

Segundo Almeida Junior, embora o êxito desta Sociedade acadêmica abolicionista tenha sido pequeno, uma vez que conseguiu libertar apenas um escravo, sua existência foi significativa, estimulando outras iniciativas. A título de exemplificação, não só deste caso em particular, mas do poder exercido pelos jovens à sociedade, percebemos que, contagiadas pelo idealismo dos acadêmicos, senhoras da elite paulistana fundaram a “Sociedade Redentora” (1870), abolicionista.⁸²

⁸¹ ALMEIDA JR. *Op. Cit.*, p. 171. Segundo o autor, esta teria sido a primeira Associação abolicionista criada no Brasil por estudantes.

⁸² VAMPRÉ, Spencer. *Op. Cit.*, p. 193.

E um exemplo específico está na produção da turma 1859-1863, cujo trabalho em prol da abolição passou para a história da Faculdade de Direito como modelo de engajamento e coragem. Pertenceram a essa turma os acadêmicos Theófilo Carlos Benedito Ottoni, Prudente de Moraes Barros, Manoel Ferraz de Campos Salles, Francisco Rangel Pestana, Paulo Emílio de Sales Eiró e Francisco Quirino dos Santos.

Aos 13 de março de 1850, os acadêmicos do Largo São Francisco: Francisco Ribeiro Escobar, Theófilo Ottoni, Quirino dos Santos, Américo Lobo, Afonso Celso, Pedro Luís, Couto de Magalhães, Silveira Martins e Lafayette Rodrigues Pereira, liderados por Álvares de Azevedo, fundaram a sociedade literária Associação Acadêmica Ensaio Filosófico Paulistano, tão prestigiada que se dizia acessível somente aos alunos do quarto ou quinto anos ou “por exceção muito apurada, aos cursistas do terceiro ano [...]”. Foram selecionados para dela participarem, como justa exceção, os calouros Paulino José Soares da Rocha, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e José Maria Corrêa de Sá e Benevides. Como de hábito, esta Associação criou seu órgão de divulgação, a “Revista Ensaio Filosófico Paulistano”, que atingiu recordes de publicação, uma vez que foi mantida por mais de dez anos: seu caráter político era predominantemente abolicionista.

Estimulados pelos colegas, pelos seus progressos literários, e admirados pelas damas, certos acadêmicos ousavam tornar público seus ideais.

Paulo Eiró encenou sua peça “Sangue Limpo” (em 02 de dezembro de 1862) abordando o tema *escravidão* “de modo mais direto e cortante que Alencar” e o *república* com atrevimento, logo imitado pelos colegas.⁸³ Eis seu pensamento:

Penso eu (e este pensamento parece-me digno de ser a divisa de todos aqueles que trabalham no magnífico edifício da arte nacional), penso eu que o presente deve ser preparar o futuro; e que é dever de todos quanto têm poder e inteligência, qualquer que seja a sua vocação e o seu posto, do poeta quanto do estadista, apagar essas raias odiosas e combater os preconceitos iníquos que se opõem à emancipação completa de todos os indivíduos nascidos nesta terra. Essa grande revolução, infalível porque é lógica, triunfante porque é santa, não há de ser completa pelos mancebos de hoje; restar-nos-á, porém, a glória de haver-lhe aplainado o caminho.⁸⁴

Na comédia “Traficantes de Escravos” Paulo Eiró reivindicava liberdade para todos os indivíduos “nascidos nesta terra”. Seu colega de turma Quirino dos Santos escreveu a “Canção do Escravo”, relatando o desespero de um negro que, entre o cativeiro e a morte, optou pelo suicídio.⁸⁵

Os estudantes conservadores e católicos procuraram responder à altura às críticas dos rivais acadêmicos, chegando mesmo a criar, em 1865, uma Sociedade secreta denominada Brasília que, sendo essencialmente política, tinha por objetivo o fortalecimento da idéia conservadora no Brasil. Tendo como seu

⁸³ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970, pp. 170-171.

⁸⁴ AMARAL, Antônio Barreto do. *Op. Cit.*, pp. 305-306.

⁸⁵ *Idem*, p. 306.

presidente honorário o Dr. Duarte de Azevedo, esta Sociedade congregou estudantes que, posteriormente, se destacaram na vida política, tais como Paulino Soares de Souza, Andrade Figueira, Rodrigo Silva, Duque Estrada Teixeira, Bento Lisboa, Delfino Cintra, Cardoso de Mello, Frederico Abranches, Antônio Prado, Francisco Belisário, Thomaz Coelho, Mello Mattos, Paulo Egydio e Martinho da Silva Prado Junior.⁸⁶

As idéias fervilhavam e os espaços ideológicos acabaram sendo compartilhados. Martinho da Silva Junior (bacharel em 1866) a todos surpreendeu quando, incumbido de redigir o relatório anual da Sociedade Brasília, apresentou um trabalho entusiasticamente republicano.

Rui Barbosa (transferido do Recife para São Paulo) falava de seu tempo de estudante na Academia (1868-1870) como um período de entrosamento entre teoria e prática, de amadurecimento e conscientização política, em que os estudantes viviam e conviviam em função das suas atividades acadêmicas e em que a política era discutida quase que obrigatoriamente nas mais diversas ocasiões:

A São Paulo, indiscutivelmente, lhe cabem os dois títulos no mesmo brasão: professa a liberdade e ensina a justiça. O estudo aqui nunca foi livresco, egoístico, indiferente à vida social. Nunca o Direito se regulou em textos estéreis e mortos. O tirocínio escolar, nesta cidade, sempre se

⁸⁶

VAMPRE, Spencer. *Op. Cit.*, pp. 165-167.

animou ardentemente do espírito de luta, de civilismo, de reação liberal [...]. Quem tiver ensejo de se dar a uma excursão de recreio, pela história de São Paulo, nas tradições e reminiscências de sua Academia, traçadas, agora, em aprazível desalinho, em tão carinhosa minudência, e tão amável bondade, por uma das suas ilustrações atuais, verá que essa corrente não desmentiu, até hoje, o calor de sua origem. [...] Quando vim freqüentar o terceiro ano do meu curso a minha natureza, já então sensível às influências da sua vocação liberal, teve a impressão de outros ares desses que se respira instintivamente a peito cheio, com a sensação de estar reoxigenando o sangue, e cobrando vida a longos tragos. Nesse triênio de 1868 a 1870 em que inteirei aqui os meus estudos, encetados em Recife, o mundo acadêmico e o mundo político se penetravam mutuamente. Estava a província, quando cheguei, sob a administração liberal de Saldanha Marinho, cujas relações com meu pai me auspiciavam o ingresso a este período inovidável dos meus melhores tempos, com a honra de hospedagem num lar de virtudes patriarcais, como o daquele ilustre brasileiro.⁸⁷

E como verificado pelas publicações jornalísticas, o mesmo se deu com as Sociedades: a partir de 1870 (indo até a proclamação da República) percebe-se maior significância no tocante à atuação do estudante de Direito de São Paulo como membro de clubes políticos. Isso, sempre sob o pano-de-fundo do abolicionismo e do republicanismo, principalmente.

Antônio Moniz de Souza (bacharel em 1878), colaborador dos jornais estudantis “O Academus” (1877) e “Direito e Letras” (1878), ao lado de nomes como Assis Brasil, Silva Jardim, Alberto Fialho, Valentim Magalhães e Celso

⁸⁷ Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, v. 2, pp. 265-266, in: VAMPRE, Spencer. *Op. Cit.*, pp. 245-248.

Ferreira França, atribuía à sua geração um desempenho político excepcional, consciente e dinâmico, abrangendo não apenas a “propagação teórica das idéias”, mas a sua discussão, “com ardor e proficiência”. Seus elogios eram dirigidos sobretudo aos seus companheiros que “arvoravam fervorosamente a bandeira da federação democrática”. Para não deixar dúvidas quanto ao engajamento político de sua geração, alegava que, dos duzentos e noventa e nove acadêmicos do ano de 1877, “talvez não se possam destacar dez completamente estranhos aos clubes políticos”, onde os liberais teriam menos número de sócios.

Às vésperas da abolição a população escrava havia diminuído (de um milhão e meio, em 1872, para setecentos mil, em 1887), no entanto os acadêmicos consideravam muito lentas as medidas adotadas. Assim, aos 20 de novembro de 1887, participaram da Sociedade Emancipadora de São Paulo, fundada com os seguintes objetivos: conseguir a libertação dos escravos existentes nas Províncias no prazo máximo de três anos, a terminar em 31 de dezembro de 1890; e promover a modificação do regime de trabalho agrícola nas fazendas, para assegurar a permanência do liberto, pelo menos durante o período de transição, evitando dessa maneira uma possível desorganização do trabalho.⁸⁸

Além do apoio moral à Sociedade Emancipadora, o Clube Liberal Acadêmico, secretariado pelo então primeiroanista Lafayette das Chagas Justiniano (turma 1887-1891), ofereceu à Academia um Livro de Ouro, destinado à

⁸⁸ *Idem*, pp. 512-513.

causa abolicionista. Aos 11 de agosto de 1887, como parte das comemorações da data, onze escravos foram libertados com a verba angariada através do Livro, inaugurado pelo Cônego Andrade, que destinou 15\$000 (quinze mil réis) por mês à causa abolicionista.⁸⁹

Podemos perceber nesse período (1870-1889), pelo registro em fontes, a criação de dezenove Associações ou Sociedades, todas com seus respectivos jornais: Clube Constitucional (1871), jornal “O Constitucional”; Associação Ensaio Literário (1871), “Revista do Ensaio Literário”; Clube Literário Onze de Agosto⁹⁰ (1875), jornal “O Onze de Agosto”; Clube Republicano Acadêmico (1876), jornal “A república”; Associação Literária e Científica do Primeiro Ano (1877), jornal “Labarum”; Clube Liberal Acadêmico (1877), jornal “O Liberal”; Círculo dos Estudantes Católicos (1877), jornal “A Reação”; Clube Conservador (1878), jornal “O Constitucional” – 1878 e “A Ordem” – 1883; Sociedade Acadêmica Literária (1878), “Revista da Fraternidade Literária”; Associação Ateneu Jurídico e Literário (1879), jornal “Direito e Letras”; Sociedade Fênix Literária (1879), “Revista da Sociedade Fênix Literária”; Clube Nove de Setembro (1881), jornal “Nove de Setembro”; Centro Republicano Acadêmico (1882), jornais “A Onda” e “A Ordem”; Clube Acadêmico União Pindamonhagabense (1883), jornal “O Pindamonhagabense”; Congresso acadêmico Vinte e Um de Abril (1883), jornal “O Vinte e Um de Abril”; Centro Abolicionista Acadêmico (1884), jornal “A Onda”;

⁸⁹ *Idem*, pp. 512-515.

⁹⁰ Que em 1903 se torna “Centro Acadêmico XI de Agosto”, comandado pelo “Partido XI de Agosto”.

Congresso Abolicionista Acadêmico (1886), jornal “A Onda”; Clube Republicano Mineiro (1888), jornal “Vinte e Um de Abril”; Clube Pereira da Silva (1889), jornal “O Estudo”.⁹¹

⁹¹ VAMPRÉ, Spencer. *Op. Cit.*, pp. 515-520.

CAPÍTULO 3

O DISCURSO JURÍDICO-ACADÊMICO TRANSMUTADO EM DISCURSO POLÍTICO: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO NO IMPÉRIO BRASILEIRO

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, colega de turma de Rui Barbosa por algum tempo, estudou na Academia do Largo São Francisco nos anos de 1866 a 1869⁹², exatamente nos tempos de propagação do abolicionismo, o que executava por meio da oratória, verdadeiro destaque que determinou sua saudação, em 02 de abril de 1868, a José Bonifácio, o moço, por ocasião de seu regresso após perder o cargo de Ministro em virtude da queda do gabinete Zacarias.

Dez anos depois, no parlamento, o “já-não-mais-tão-jovem” Joaquim Nabuco, um dos maiores estadistas que o Império consagrou, discursava – ainda – em prol do abolicionismo: “– Sr. Presidente, na semana passada a Câmara, atendendo a um pedido motivado com a maior franqueza pelo orador que ocupa a tribuna neste momento, concedeu-me urgência para na sessão de sexta-feira

⁹² Em 1869 foi transferido, por motivos familiares, à Faculdade de Direito do Recife, onde obteve o grau de bacharel. Em 1870 deslocou-se ao Rio de Janeiro, em busca de serviços advocatícios e jornalísticos. Ainda como acadêmico no Recife, Joaquim Nabuco escreveu “A escravidão”: lançada estava a semente que germinaria por toda a sua vida pública, traduzindo-o como um dos maiores defensores do abolicionismo no Brasil.

fundamentar um projeto de lei que tinha por fim a extinção do elemento servil [...]”⁹³.

Este era o ímpeto do político formado na Academia de São Paulo, cuja coerência histórica de pensamento se revela pela pregação teórica nos tempos de estudante e pela defesa prática na condição de deputado. Esse é um dos inúmeros exemplos de transformação de um discurso aparentemente (ou inicialmente) jurídico (e acadêmico) para um discurso político, detentor de possibilidades agora concretas de realização das teorias outrora pregadas.

3.1 Do jurídico ao político: análise historiográfica de documentos

3.1.1 O Manifesto Republicano de 1870 e a Constituição Federal de 1891

A importância que se percebe nestes dois marcos históricos está na relação entre eles desenvolvida: em 03 de dezembro de 1870 o jornal carioca “A República” trouxe publicado o *Manifesto Republicano*⁹⁴, texto produzido por

⁹³ NABUCO, Joaquim. *Urgência para um projeto extinguindo a escravidão* (discurso de 30 de agosto de 1880). In: *Obras Completas de Joaquim Nabuco*, v. XI, *Discursos Parlamentares* (1879-1889). São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 119.

⁹⁴ É curioso observar que exatamente nesse momento os “paulistas” procuram divulgar suas idéias em pleno centro positivista, pois o Rio de Janeiro está – nesse momento – produzindo os ideais *comtistas*, por meio dos teóricos Miguel Lemos e Teixeira Mendes.

Quintino Bocaiúva⁹⁵, Salvador de Mendonça e Saldanha Marinho, que pode ser considerado como “a primeira página verdadeiramente política do movimento republicano”⁹⁶. Representou uma postura tomada por todos aqueles que viam na monarquia decadente uma instituição incapaz de responder aos anseios do País. Em 1889 vislumbramos, de certa maneira, a tal “revolução”, melhor praticada por meio de um “golpe”, mas que, finalmente, registra seus ideais e perspectivas – aos 24 de fevereiro de 1891 – na *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*.

O que se pretende com essa delimitação temporal é, ousadamente, determinar, ao menos sob o ponto de vista metodológico, pelo início do fomento político republicano – que se principia com discursos “juvenis”, jornalísticos, jurídicos, acadêmicos – e pelo seu término, o *clímax* atingido com a promulgação da primeira Constituição Federal republicana. Passeia-se, nesta medida, do discurso jurídico-acadêmico ao discurso político propriamente dito.

A participação de Rui Barbosa (egresso da Faculdade de Direito de São Paulo em 1870) foi fundamental na elaboração da Constituição Brasileira de 1891. Coube a ele revisar os projetos constitucionais da comissão presidida por Joaquim Saldanha Marinho, patriarca da propaganda republicana (cumpre notar,

⁹⁵ Quintino Bocaiúva ingressou em 1851 na Faculdade de Direito de São Paulo, no entanto, não constam registros, nem mesmo no arquivo da própria instituição, de término do curso (bacharelado).

⁹⁶ DIEGUES JR., Manoel. *Notícia histórica sobre a idéia republicana no Brasil*. In: *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro: [s.e.], 3ª fase, ano II, n. 17, 1939, p. 14.

um dos subscritores do Manifesto de 1870): seu substitutivo, encaminhado ao Congresso Constituinte, rompeu de vez com a tradição parlamentarista, herança do Império, e consagrou o regime presidencialista nos moldes do sistema adotado nos Estados Unidos.

Enfim, eis o porquê das compatibilidades dos textos:

a) o *Manifesto Republicano* (1870):

[...]

Aos Nossos Concidadãos

É a voz de um partido a que se alça hoje para fallar ao paiz. E esse partido não carece demonstrar a sua legitimidade. Desde que a reforma, alteração, ou revogação da carta outhorgada em 1824, está por ella mesma prevista e auctorisada, é legitima a aspiração que hoje se manifesta para buscar em melhor origem o fundamento dos inauferiveis direitos da nação.

Só a opinião nacional cumpre acolher ou repudiar essa aspiração. Não reconhecendo nós outra soberania mais do que a soberania do povo, para ella apellamos. Nenhum outro tribunal pode julgar-nos: nenhuma outra auctoridade pôde interpôr-se entre ella e nós.

Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, não é nossa intenção convulcionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecel-a.

Em um regimen de compressão e de violência, conspirar seria o nosso direito. Mas no regimen das ficções e da corrupção, em que vivemos, discutir é o nosso dever.

As armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, postos ao serviço de uma convicção sincera, bastam, no nosso entender, para a victória da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa patria.

A bandeira da democracia, que abriga todos os direitos, não repelle, por erros ou convicções passadas, as adhesões sinceras que se lhe manifestem. A nossa obra é uma obra de patriotismo e não de exclusivismo, e acceitando a comparticipação de todo o concurso leal, repudiamos a solidariedade de todos os interesses illegitimos.

Exposição de Motivos

Uma longa e dolorosa experiência ha doutrinado ao povo, aos partidos e aos homens públicos em geral da nossa terra. A imprevidencia, as contradições, os erros e as usurpações governamentaes, influindo sôbre os negócios interno e externos da nossa pátria, hão creado esta situação deploravel, em que as intelligencias e os characteres políticos parecem fatalmente obliterados por um funesto eclypse.

De todos os angulos do paiz surgem as queixas, de todos os lados políticos surgem os protestos e as revelações estranhas que denunciam a existência de um vicio grave, o qual põe em risco a sorte da liberdade pela completa annulação do elemento democratico.

O perigo está indicado e é manifesto. Sente-se a acção do mal e todos apontam a origem delle. E quanto maior seja o empenho dos que buscam occultar a causa na sobra de uma prerogativa privilegiada e quasi divina, tanto maior deve ser o nosso esforço para espancar essa sombra e fazer a luz sobre o mysterio que nos rodeia.

As condições da lucta política hão variado completamente de certo tempo a esta parte. Já não são mais os partidos que pleiteam, no terreno constitucional, as suas idéias e os seus systemas. São todos os partidos que se sentem annuilados, reduzidos a impotência e expostos ao desdem da

opinião pela influencia permanente de um principio corruptor e hostil à liberdade e ao progresso de nossa patria.

Os agentes reconhecidos pela lei fogem a censura pela allegação da força superior que os avassalla. A seu turno, o elemento accusado rethrae-se a sombra da responsabilidade dos agentes legaes.

Em taes condições, e abandonando a questão dos nomes próprios, que é mesquinha ante a grandeza do mal que nos assoberba e ante a idéia que nos domina, appresentamo-nos nós, responsabilizando diretamente à nossa forma de governo, ao nosso modo de administração, ao nosso systema social e político.

Neste paiz, que se presume constitucional, e onde só deveram ter acção poderes delegados, responsaveis, acontece, por defeito do systema, que só ha um poder ativo, omnimodo, onnipotente, perpetuo, superior a lei e à opinião, e esse é justamente o poder sagrado, inviolavel e irresponsavel.

O privilegio, em todas as relações com a sociedade - tal é, em synthese, a fórmula social e política do nosso paiz - privilegio de religião, privilegio de raça, privilegio de sabedoria, privilegio de posição, isto é, todas as distincções arbitrarías e odiosas que cream no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou a de alguns sobre muitos.

A esse desequilibrio de forças, a essa pressão atrophiadora, deve o nosso paiz a sua decadência moral, a sua desorganisação administrativa e as perturbações economicas, que ameaçam devorar o futuro depois de haverem arruinado o presente.

A sociedade brasileira, apoz meio século de existência como collectividade nacional independente, encontra-se hoje, apesar disso, em face do problema da sua organização política, como se agora surgisse do chão colonial.

As tradições do velho regime, aliadas aos funestos preconceitos de uma escola política meticulosa e suspicaz, que só vê nas conquistas moraes do progresso e da liberdade invasões perigosas, para quem cada victoria dos princípios democraticos se affigura uma usurpação criminosa, hão por tal forma trabalhado o espírito nacional, confundido todas as noções do direito moderno, anarchisado todos os princípios tutelares da ordem social, transtornado todas as consciências, corrompido todos os instrumentos de governo, sophysmado todas as garantias da liberdade civil e política, que no momento actual tem de ser forçosamente - ou a autora da regeneração nacional ou o accaso fatal das liberdades públicas.

Como parte desta investigação, estão relacionados todos os signatários do Manifesto Republicano publicado no periódico carioca “A República”; foram traçadas ainda as possíveis relações entre estes e a Faculdade de Direito de São Paulo. Os dados são reveladores, eis que 58 foram as assinaturas e 13 possuem formação na referida instituição (do total de envolvidos, 22,41% possuíram vínculo direto com o Largo São Francisco); dentre os juristas (com formação ou informação na área do Direito), 17 perfazem o total, determinando assim o índice de 76,47% com ligação direta à Faculdade de Direito de São Paulo. Eis o quadro que assim demonstra:

Tabela 2

Signatários do Manifesto Republicano de 1870

e sua relação com a Faculdade de Direito de São Paulo

NOME	PROFISSÃO	RELAÇÃO COM A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO
Joaquim Saldanha Marinho	Advogado	
Aristides da Silveira Lobo	Advogado	
Christiano Benedicto Ottoni	Engenheiro	
Flávio Farnezi da Paixão Junior	Advogado	Bacharel em Direito - 1856
Pedro Antônio Ferreira Vianna	Advogado	Bacharel em Direito - 1862
Lafayette Rodrigues Pereira	Advogado	Bacharel em Direito - 1857
Bernardino Pamplona	Fazendeiro	Bacharel em Direito - 1869
João de Almeida	Jornalista	Bacharel em Direito - 1850
Pedro Bandeira de Gouveia	Médico	
Francisco Rangel Pestana	Advogado	Bacharel em Direito - 1863
Henrique Limpo de Abreu	Advogado	Bacharel em Direito - 1861
Augusto César de Miranda Azevedo	Médico	
<i>Elias Antônio Freire</i>	Negociante	
Joaquim Garcia Pires de Almeida	Jornalista	
Quintino Bocayuva	Jornalista	Ingressou em 1851 (sem maiores dados)
Joaquim Maurício de Abreu	Médico	
Miguel Vieira Ferreira	Engenheiro	
Pedro Rodrigues Soares de Meirelles	Advogado	Bacharel em Direito - 1869
Galdino Emiliano das Neves	*	
Julio César de Freitas Coutinho	Advogado	Bacharel em Direito - 1869
Alfredo Moreira Pinto	Professor	
<i>Carlos Americano Freire</i>	Engenheiro	
Jerônimo Simões	Negociante	
José Teixeira Leitão	Professor	
João Vicente de Brito Galvão	*	
José Maria de Albuquerque Mello	Advogado	
Gabriel José de Freitas	Negociante	
Joaquim Heliodoro Gomes	Empregado Público	
<i>Francisco Antônio Castorino de Faria</i>	Empregado Público	
José Caetano de Moraes e Castro	*	
Octaviano Hudson	Jornalista	
Luiz de Souza Araújo	Médico	
João Baptista Lupez	Médico	
Antônio da Silva Netto	Engenheiro	

Antônio José de Oliveira Filho	Advogado	
Francisco Peregrino Viriato de Medeiros	Médico	
Antônio de Souza Campos	Médico	
Manoel Maruques da Silva Acauan	Médico	
Máximo Antônio da Silva	*	
Francisco Leite de Bittencourt Sampaio	Advogado	Bacharel em Direito - 1884
Salvador de Mendonça	Jornalista	
Eduardo Baptista R. Franco	*	
Manoel Benício Fontenelli	Advogado	
Felix José da Costa e Souza	Advogado	Bacharel em Direito - 1870
Paulo Emílio dos Santos Lobo	*	
José Lopes da Silva Trovão	Médico	
Antônio Paulino Limpo de Abreu	Engenheiro	
Macedo Sodré	Negociante	
Alfredo Gomes Braga	Empregado Público	
Francisco C. de Brício	*	
Manoel Marques de Freitas	*	
Thome Ignacio Botelho	Capitalista	
Eduardo Carneiro de Mendonça	*	
Julio V. Gutierrez	Negociante	
Cândido Luiz de Andrade	Negociante	
José Jorge Paranhos da Silva	Advogado	Bacharel em Direito - 1833
Emílio Rangel Pestana	Negociante	
Antônio Nunes Galvão	*	

*: Sem possibilidade de identificação.

Vinculação com a Faculdade de Direito de São Paulo: 13 (de 58 possibilidades) = 22,41%

Dentre os formados em Direito, 13 com formação na Faculdade de Direito de São Paulo (de 17 possibilidades) = 76,47%

Fonte: Manifesto Republicano (do jornal "A República", Rio de Janeiro, 03/12/1870)
Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, anno de 1900, vol. VIII

Na realidade o quadro demonstra, portanto, que *um quinto* de todos os signatários do manifesto tiveram relações diretas com a Academia de São Paulo.

O contraponto surge na outra esfera, com a percepção das relações presentes na primeira Constituição republicana. Obviamente a estatística será menor, visto que a Constituição foi firmada por uma Assembléia Constituinte, composta de praticamente todo o Congresso.

b) a *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (1891):

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (de 24 de fevereiro de 1891)

Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

TÍTULO I

Da Organização Federal

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A Nação brasileira adota como forma de Governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de

1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil.

Art. 2º - Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.

Art. 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal.

Parágrafo Único - Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.

Art. 4º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexar a outros, ou formar novos Estados, mediante aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas, em duas sessões anuais sucessivas, e aprovação do Congresso Nacional.

Art. 5º - Incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração; a União, porém, prestará socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar.

Art. 6º - O Governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:

- 1º) para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;
- 2º) para manter a forma republicana federativa;
- 3º) para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos;
- 4º) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

[...]

Art.15 - São órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si.

Da mesma forma, desenvolveu-se estudo estatístico para o percebimento dos signatários da Constituição Federal de 1891, dentre todos os constituintes e dentre os constituintes representantes do Estado de São Paulo, e sua possível relação com a Faculdade de Direito do Largo São Francisco: sendo, na primeira hipótese, o total de 220 assinaturas e 45 nomes vinculados à instituição, tem-se 20,45% de parlamentares ligados à Faculdade de Direito de São Paulo; sendo, na segunda hipótese, o total de 15 assinaturas (2 senadores, dentre eles o Presidente do Congresso, Prudente de Moraes, e 13 deputados) e 7 nomes vinculados à instituição, tem-se 46,66% de parlamentares paulistas com alguma ligação entre a Faculdade de Direito de São Paulo. Eis o quadro que instrumenta o alegado:⁹⁷

⁹⁷ Está juntada a esta dissertação, na forma de *Apêndice 1*, a “Revista da Faculdade de Direito de São Paulo” publicada no “anno de 1900”, páginas 209 à 291, onde se arrolam todos os bacharéis e doutores formados pela Faculdade de Direito de São Paulo, bem como os diretores, vice-diretores, lentes catedráticos e lentes substitutos da mesma instituição no período que compreende 1830 a 1900.

Tabela 3

Signatários da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891)

NOME	CARGO	Relação com a Faculdade de Direito de São Paulo
Prudente José de Moraes Barros	Presidente do Congresso, Senador SP	Bacharel em Direito - 1863
Antônio Euzébio Gonçalves de Almeida	Vice-Presidente do Congresso, Deputado BA	
João da Matta Machado	1º Secretário, Deputado MG	
José Paes de Carvalho	2º Secretário, Senador PA	
Ten.-Cel. João da Silva Retumba	3º Secretário, Senador PB	
Eduardo Mendes Gonçalves	4º Secretário, Deputado PR	
Manoel Francisco Machado	Senador AM	
Leovigildo de Souza Coelho	Senador AM	
Joaquim José Paes da Silva Sarmento	Senador AM	
Manoel Ignácio Belfort Vieira	Senador AM	
Manoel Uchôa Rodrigues	Deputado AM	
Manoel de Mello C. Barata	Senador PA	
Antônio Nicoláo Monteiro Baena	Senador PA	
Arthur Índio do Brasil e Silva	Deputado PA	
Inocêncio Serzedello Corrêa	Deputado PA	
Raymundo Nina Ribeiro	Deputado PA	
José Ferreira Cantão	Deputado PA	
Pedro Leite Chermont	Deputado PA	
José Teixeira da Matta Bacellar	Deputado PA	
Lauro Sodré	Deputado PA	
João Pedro Belfort Vieira	Senador MA	Bacharel em Direito - 1868
Francisco Manoel da Cunha Junior	Senador MA	
José Secundino Lopes Gomensoro	Senador MA	
Manoel Bernardino da Costa Rodrigues	Deputado MA	
Casimiro Dias Vieira Junior	Deputado MA	
Henrique Alves de Carvalho	Deputado MA	
Joaquim Antônio da Cruz	Senador PI	
Theodoro Alves Pacheco	Senador PI	
Elyseu de Souza Martins	Senador PI	
Anfriso Fialho	Deputado PI	
Joaquim Nogueira Paranaguá	Deputado PI	
Nelson de Vasconcellos Almeida	Deputado PI	
Cel. Firmino Pires Ferreira	Deputado PI	
Joaquim de Oliveira Catunda	Senador CE	
Manoel Bezerra de Albuquerque Junior	Senador CE	
Theodoreto Carlos de Faria Souto	Senador CE	

86

Bacharel em Direito - 1865

Pedro Paulino da Fonseca	Senador AL	Bacharel em Direito - 1866
Cassiano Cândido Tavares Bastos	Senador AL	
Theophillo Fernandes dos Santos	Deputado AL	
Joaquim Pontes de Miranda	Deputado AL	
Francisco de Paula Leite Oititica	Deputado AL	
Gabino Besouro	Deputado AL	
Manoel da Silva Rosa Junior	Senador SE	
Ivo do Prado Montes Pires da França	Deputado SE	
Manoel Prescilliano de Oliveira Valladão	Deputado SE	
Felisbello Firmo de Oliveira Freire	Deputado SE	
Virgílio C. Damásio	Senador BA	Bacharel em Direito - 1870
Rui Barbosa	Senador BA	
José Augusto de Freitas	Deputado BA	
Francisco de Paula Argollo	Deputado BA	
Joaquim Ignacio Tosta	Deputado BA	
José Joaquim Seabra	Deputado BA	
Aristides César Spinola Zama	Deputado BA	
Arthur Cesar Rios	Deputado BA	
Garcia Dias Pires de Carvalho e Albuquerque	Deputado BA	
Marcolino de Moura e Albuquerque	Deputado BA	
Francisco dos Santos Pereira	Deputado BA	Bacharel em Direito - 1887
Custódio José de Mello	Deputado BA	
Francisco Aristides A. Milton	Deputado BA	
Amphilophio Botelho Freire de Carvalho	Deputado BA	
Francisco Maria Sodré Pereira	Deputado BA	
Dionysio E. de Castro Cerqueira	Deputado BA	
Leovigildo do Ypiranga Aiorini Filgueiras	Deputado BA	
Cap.-de-Mar-e-Guerra Barão de S. Marcos	Deputado BA	
Barão de Villa Viçosa	Deputado BA	
Sebastião Landulpho da Rocha Medrado	Deputado BA	
Francisco Prisco de Souza Paraizo	Deputado BA	Bacharel em Direito - 1867
Domingos Vicente Gonçalves Souza	Senador ES	
Gil Diniz Goulart	Senador ES	
José Cesário Miranda Monteiro de Barros	Senador ES	
José de Mello Carvalho Muniz Freire	Deputado ES	
Antônio Borges de Athayde Junior	Deputado ES	
João Baptista Laper	Senador RJ	
Braz Cameiro Nogueira da Gama	Senador RJ	
Francisco Victor da Fonseca e Silva	Deputado RJ	
João Severiano da Fonseca Hermes	Deputado RJ	
		Bacharel em Direito - 1867
		Bacharel em Direito - 1867
		Bacharel em Direito - 1881

Nilo Peçanha	Deputado RJ	
Urbano Marcondes dos Santos Machado	Deputado RJ	
Contra-Almirante Dionysio Manhães Barreto	Deputado RJ	
Cyrillo de Lemos Nunes Fagundes	Deputado RJ	
Augusto de Oliveira Pinto	Deputado RJ	
José Gonçalves Viriato de Medeiros	Deputado RJ	Bacharel em Direito - 1858
Joaquim José de Souza Breves	Deputado RJ	Bacharel em Direito - 1869
Virgílio de Andrade Pessoa	Deputado RJ	
Carlos Antônio de França Carvalho	Deputado RJ	Bacharel em Direito - 1867
João Baptista da Motta	Deputado RJ	
Luiz Carlos Fróes da Cruz	Deputado RJ	Bacharel em Direito - 1876
Alcindo Guanabara	Deputado RJ	
Erico Marinho da Gama Coelho	Deputado RJ	
Eduardo Wandenkolk	Senador Capital Federal	
João Severiano da Fonseca	Senador Capital Federal	
Joaquim Saldanha Marinho	Senador Capital Federal	
João Baptista de Sampaio Ferraz	Deputado Capital Federal	Bacharel em Direito - 1878
Lopes Trovão	Deputado Capital Federal	
Alfredo Ernesto Jacques Ourique	Deputado Capital Federal	
Aristides da Silveira Lobo	Deputado Capital Federal	
F. P. Mavrink	Deputado Capital Federal	
Francisco Furquim Werneck de Almeida	Deputado Capital Federal	
Domingos Jenuino de Albuquerque Junior	Deputado Capital Federal	
Thomaz Delfino	Deputado Capital Federal	
José Augusto Vinhaes	Deputado Capital Federal	
Américo Lobo Leite Pereira	Senador MG	Bacharel em Direito - 1863
Antônio Olyntho dos Santos Pires	Deputado MG	
Pacífico Gonçalves da Silva Mascarenhas	Deputado MG	
Gabriel de Paula Almeida Magalhães	Deputado MG	Bacharel em Direito - 1855
João das Chagas Lobato	Deputado MG	Bacharel em Direito - 1859
Antônio Jacob da Paixão	Deputado MG	Bacharel em Direito - 1875
Alexandre Stockler Pinto de Menezes	Deputado MG	
Francisco Luiz da Veiga	Deputado MG	Bacharel em Direito - 1866
José Candido da Costa Senna	Deputado MG	
Antonio Affonso Lamounier Godofredo	Deputado MG	Bacharel em Direito - 1883
Álvaro A. de Andrade Botelho	Deputado MG	Bacharel em Direito - 1883
Feliciano Augusto de Oliveira Penna	Deputado MG	Bacharel em Direito - 1869
Polycarpo Rodrugues Viotti	Deputado MG	
Antônio Dutra Nicacio	Deputado MG	Bacharel em Direito - 1886
Francisco Corrêa Rabello	Deputado MG	Bacharel em Direito - 1865

Antônio Justiniano Esteves Junior	Senador SC	
Luiz Delfino dos Santos	Senador SC	
Lauro Severiano Müller	Deputado SC	
Carlos Augusto Campos	Deputado SC	
Felipe Schmidt	Deputado SC	
José Cândido de Lacerda Coutinho	Deputado SC	
Ramiro Fortes de Barcellos	Senador RS	
Julio Anacleto Falcão da Frota	Senador RS	
José Gomes Pinheiro Machado	Senador RS	Bacharel em Direito - 1878
Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro	Deputado RS	
Joaquim Pereira da Costa	Deputado RS	Bacharel em Direito - 1883
Antão Gonçalves de Faria	Deputado RS	
Julio de Castilho	Deputado RS	
Antônio Augusto Borges de Medeiros	Deputado RS	
Alcides de Mendonça Lima	Deputado RS	Bacharel em Direito - 1882
J. F. e Assis Brasil	Deputado RS	Bacharel em Direito - 1882
Thomaz Thompson Flores	Deputado RS	
Joaquim Francisco de Abreu	Deputado RS	Bacharel em Direito - 1887
Homero Baptista	Deputado RS	
Manoel Luiz da Rocha Osório	Deputado RS	
Alfredo Cassiano do Nascimento	Deputado RS	
Fernando Abbott	Deputado RS	
Demétrio Nunes Ribeiro	Deputado RS	
Antônio Adolpho da Fontoura Menna Barreto	Deputado RS	

Vinculação de parlamentares com a Faculdade de Direito de São Paulo: 45 (de 220 possibilidades) = 20,45%

Vinculação de parlamentares paulistas com a Faculdade de Direito de São Paulo: 7 (de 15 possibilidades) = 46,66%

Fonte: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil - 1891
Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, anno de 1900, vol. VIII

Se, por um lado, a Constituição de 1891 categorizou, nos seus dois primeiros artigos, a forma de Governo “República Federativa” exercida sob regime representativo e proclamou a união perpétua e indissolúvel dos – então – Estados (e, curiosamente, desde já demarcou a região do planalto central como futura capital federal – art. 3º), por outro lado, o Manifesto de 1870 pregava essas delimitações, essas preocupações, demonstrando ser a voz de um partido que respeitava tão-somente a soberania popular, objetivando o “progresso” e a “grandeza” da pátria. Isso serve para demonstrar uma certa linearidade, por mais que se pretenda metodologicamente quebrá-la, entre os acontecimentos, entre os “discursos” produzidos; mais do que linearidade, a palavra seria “fluxo”: o manifesto denuncia o privilégio como única forma de poder e responsabiliza exatamente a forma de governo (monárquica), a administração e, genericamente, o sistema social e político. A Constituição pretende acabar com todas as denúncias: com a forma de poder (tripartindo-o no art. 15), com a forma de governo (que será, portanto, republicana) e com o sistema (que será federativo).

Interessante é perceber que o signatário do Manifesto Republicano, na verdade seu principal mentor intelectual, Quintino Bocaiúva, agora em 1889 assumia o posto de Ministro das Relações Exteriores do Brasil (isso em 20 de novembro de 1889), conforme se comprova pela análise do documento que efetivamente reconhece o regime republicano brasileiro por parte do governo dos Estados Unidos da América. Eis a íntegra:

Legation of the United States

Petrópolis, Nov. 20th 1889.

I have the honor to acknowledge the receipt of the Circular dated November 18th 1889 of the Department of External Relations, addressed to this Legation, by His Excellency the Minister thereof.

With expressions of my high regard,

Robert Adams Jr.

His Excellency

Quintino Bocayuva

*Minister of External Relations*⁹⁸

O “Relatorio apresentado ao Generalissimo Chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil por Quintino Bocayuva, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores”, em 1891, encontra-se disponibilizado à íntegra no *Apêndice 2*.

Outro processo estatístico realizado naqueles moldes leva em consideração a presidência da Câmara e do Senado no período imperial: estiveram 45 deputados no cargo de presidência da Câmara dos Deputados no período entre 1826 a 1889; destes, 14 (31,1%) estiveram de alguma forma vinculados, sejam como estudantes, sejam como lentes ou ainda como diretores, à Faculdade de Direito de São Paulo.

⁹⁸ BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil* – v. 3. Brasília: Senado Federal – Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996, p. 84.

Numa interpretação extensiva, incabível neste trabalho, mas que sacia momentaneamente a curiosidade, 11 presidentes obtiveram seus graus em Direito nas universidades portuguesas (1 em Lisboa, 10 em Coimbra), e 7 presidentes foram formados pelas universidades pernambucanas (4 em Olinda, 3 em Recife). Ainda, 1 presidente proveniente da Faculdade do Rio de Janeiro e 1 da Universidade de Gottingen (Alemanha). Verificação essa que demonstra o índice de no mínimo 66,67% para presidentes da Câmara dos Deputados com formação em Direito (“no mínimo” em virtude de que alguns não puderam ter sua formação identificada).

No tocante ao Senado, estiveram 22 senadores ocupando a presidência, dentre os quais 4 (18,2%) vinculados ao Largo São Francisco.

Na mesma linha de “saciar a curiosidade”, 15 foram os senadores com formação jurídica (68,18%), sendo, além daqueles de São Paulo, 7 bacharéis pela Universidade de Coimbra (46,66%), 2 pela Faculdade de Olinda (13,34%), 2 sem possibilidade de identificação.

Os quadros que demonstram tais informações estatísticas seguem na forma de tabelas:

Tabela 4

Presidentes da Câmara dos Deputados no Brasil Imperial

NOME	PROCEDÊNCIA	PERÍODO	FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Luiz Pereira da Nóbrega de S. Coutinho	Rio de Janeiro	1826	Brigadeiro	*
Francisco de Paula Souza e Melo	São Paulo	*	Nenhuma	Nenhuma
Pedro de Araújo Lima	Pernambuco	*	Direito	Universidade de Lisboa
José da Costa Carvalho**	Bahia	*	Direito	Universidade de Coimbra
Romualdo Antônio de Seixas	Pará	*	Sacerdócio	*
José Ribeiro Soares da Rocha	Bahia	*	Direito	Universidade de Coimbra
Martim Francisco Ribeiro de Andrada (pai)	São Paulo	1830-1833	Matemática	Universidade de Coimbra
José Martiniano de Alencar (pai)	Ceará	*	Eclesiástico	*
Antônio Paulino Limpo de Abreu	Portugal	*	Direito	Universidade de Coimbra
Bento de Oliveira Braga	*	1834	Fazendeiro	Nenhuma
Venâncio Henriques de Rezende	Pernambuco	*	Sacerdócio	*
Antônio Maria de Moura****	Minas Gerais	*	Sacerdócio, Leis	Universidade de Coimbra
Cândido José de Araújo Viana	Minas Gerais	*	Direito	Universidade de Coimbra
Joaquim Marcelino de Brito	Bahia	1840	Direito	Universidade de Coimbra
Manoel Inácio Cavalcanti de Lacerda	Pernambuco	1843-1844	Direito	Universidade de Coimbra
José Joaquim Fernandes Torres****	Minas Gerais	1846	Direito	Universidade de Coimbra
Francisco Muniz Tavares	Pernambuco	1847	Sacerdócio	*
José Pedro Dias de Carvalho	Minas Gerais	1847	Nenhuma	Nenhuma
Antônio Pinto Chichorro da Gama	Bahia	1848	Direito	Universidade de Coimbra
Gabriel Mendes dos Santos	Minas Gerais	1851	Direito	Universidade de Coimbra
José Ildefonso de Souza Ramos	Minas Gerais	1850-1852	Direito	Faculdade de São Paulo
Antônio Peregrino Maciel Monteiro	Pernambuco	1852-1853	Medicina	Universidade de Paris
Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama	Rio de Janeiro	1854-1860, 1870-71	*	*
Pedro F. de P. Cavalcanti de Albuquerque	*	1861-1863, 1869	Direito	Universidade de Gottingen
Zacarias de Góes e Vasconcelos	Bahia	1864	Direito	Faculdade de Olinda
Francisco José Furtado	Piauí	1864	Direito	Faculdade de São Paulo
Camilo Maria Ferreira Armond	Minas Gerais	6 vezes	Medicina	Universidade de Paris
Joaquim Saldanha Marinho	Pernambuco	*	Direito	Faculdade de Olinda
Francisco de Paula da Silveira Lobo	Paraíba	1868	Direito	Faculdade de Olinda

Joaquim Octávio Nébias	São Paulo	1869	Direito	Faculdade de São Paulo
Jerônimo José Teixeira Júnior	Rio de Janeiro	1871-1873	Direito	Faculdade de São Paulo
Inocência Marques de Araújo Góes	Bahia	1874	Direito	Faculdade do Recife
Manoel Francisco Correia	Paraná	1874-1875	Direito	Faculdade de São Paulo
Paulino José Soares de Souza	Rio de Janeiro	1877	Direito	Faculdade de São Paulo
Martinho Álvares da Silva Campos	Minas Gerais	1882	Medicina	*
Martim Francisco Ribeiro de Andrada (filho)****	França	1882	Direito	Faculdade de São Paulo
João Ferreira de Moura	Bahia	1882	Direito	Faculdade de Olinda
José Rodrigues de Lima Duarte	Minas Gerais	1882-1884	Medicina	Faculdade do Rio de Janeiro
Antônio Moreira de Barros	São Paulo	1884-1885	Direito	Faculdade de São Paulo
Manoel Alves de Araújo	Paraná	1884	Direito	Faculdade de São Paulo
Franklin Américo de Menezes Dória	Bahia	1885	Direito	Faculdade do Recife
André Augusto de Pádua Fleury***	Mato Grosso	1885	Direito	Faculdade de São Paulo
Domingos de Andrade Figueira	Rio de Janeiro	1886	Direito	Faculdade de São Paulo
Augusto Olímpio Gomes de Castro	Maranhão	1887	Direito	Faculdade do Recife
Henrique Pereira de Lucena	Pernambuco	1888-1889	*	*

*: Sem possibilidade de identificação.

** : Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo em 1836.

***: Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo em 1883.

****: Lentes catedráticos da Faculdade de Direito de São Paulo.

Vinculação com a Faculdade de Direito de São Paulo: 14 (de 45 possibilidades) = 31,1%

Fonte: LYRA, Carlos Tavares de. *Presidentes da Câmara dos Deputados durante o Império - 1826 a 1889*.
 Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1978.
 Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, anno de 1900, vol. VIII

Tabela 5
Presidentes do Senado no Brasil Imperial

NOME	PROCEDÊNCIA	PERÍODO	FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO
José Egídio Álvares de Almeida	Bahia	1826-1827	Direito	Universidade de Coimbra
D. José Caetano da Silva Coutinho	Portugal	1827-1832	Direito Canônico	*
Bento Barroso Pereira	Minas Gerais	1832-1836	Engenharia	Academia Militar
Antônio Luiz Pereira da Cunha	Bahia	1837	Direito, Filosofia	Universidade de Coimbra
Manuel Jacinto Nogueira da Gama	Minas Gerais	1838	Matemática, Filosofia	Universidade de Coimbra
Diogo Antônio Feijó	São Paulo	1839-1849	Sacerdício	*
Francisco Vilela Barbosa	Rio de Janeiro	1840-1841	Matemática	Universidade de Coimbra
Estevão Ribeiro de Rezende	Minas Gerais	1841	Direito	Universidade de Coimbra
José da Costa Carvalho**	Bahia	1842-1843	Direito	Universidade de Coimbra
João Vieira de Carvalho	Portugal	1844-1847	Engenharia	Academia Militar
Luiz José de Oliveira Mendes	Bahia	1847-1850	Direito	*
Cândido José de Araújo Viana	Minas Gerais	1851-1853	Direito	Universidade de Coimbra
Manoel Inácio C. de Lacerda	Pernambuco	1854-1861	Jurídicas e Sociais	Universidade de Coimbra
Antônio Paulino Limpo de Abreu	Portugal	1861-1873	Direito	Universidade de Coimbra
José Ildefonso de Souza Ramos	Minas Gerais	1874-1881	Direito	Faculdade de São Paulo
João Maurício Wanderley	Bahia	1882-1885	Direito	Faculdade de Olinda
Braz Carneiro Nogueira da Costa Gama	Rio de Janeiro	1885-1887	Militar	Academia Militar
João Lins Vieira Cansação de Sinimbu	Alagoas	1887-1888	Direito	Faculdade de Olinda
Antônio Cândido da Cruz Machado	Minas Gerais	1888	Direito	*
Paulino José Soares de Souza (II)	Rio de Janeiro	1889	Direito e Letras	Faculdade de São Paulo
Floriano Vieira Peixoto	Alagoas	1891	Engenharia	Escola Militar
Prudente José de Moraes Barros	São Paulo	1891-1894	Direito	Faculdade de São Paulo

*: Sem possibilidade de identificação da Instituição formadora.

** : Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo em 1836.

Vinculação com a Faculdade de Direito de São Paulo: 4 (de 22 possibilidades) = 18,2%

Fonte: Organizações e Programas Ministeriais, Rio de Janeiro, 1962.
Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, anno de 1900, vol. VIII

Se a restrição do corte temporal (1870-1889) for aplicada nestas tabelas, poder-se-á perceber facilmente que, dentre os Presidentes da Câmara dos Deputados, 64,28% (9, do total de 14) possuem relações com a Academia do Largo São Francisco. Da mesma forma, aplicando-se a fórmula à Presidência do Senado imperial, 42,85% foram os Presidentes vinculados, de alguma forma, com a Faculdade de Direito de São Paulo (3, do total de 7).

Nestas perspectivas estatísticas, fundamental é a análise de José Murilo de Carvalho⁹⁹, quando aponta para uma “unificação da elite” no período estudado. Estas tabelas anteriormente produzidas podem ser confrontadas com as apresentadas n’A Construção da Ordem, onde o autor supra referido destaca, primeiramente, o nível educacional dos Ministros:

Tabela 6
Nível Educacional dos Ministros, por períodos, 1822-1889
(%)

Educação	Períodos					
	1822-31	1831-40	1840-53	1853-71	1871-89	Total
Com Educação Superior	86,67	85,72	86,96	96	95,46	91,32
Sem Educação Superior	11,11	14,28	13,04	4	4,54	8,22
Sem Informação	2,22	-	-	-	-	0,46
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. 2ª ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 68.

⁹⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. 2ª ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

E dos Senadores:

Tabela 7
Nível Educacional dos Senadores não-Ministros, por períodos, 1822-1889 (%)

Educação	Períodos					
	1822-31	1831-40	1840-53	1853-71	1871-89	Total
Com Educação Superior	81,82	73,34	57,9	80	80,77	76,11
Sem Educação Superior	15,15	26,66	31,58	20	19,23	21,24
Sem Informação	3,03	–	10,52	–	–	2,65
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. 2a ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 68.

Quando se adentra à análise das áreas de formação (instrução) destas personagens, percebemos que as “ciências jurídicas” ocupam papel de absoluto destaque e preferência. Eis o que se demonstra por José Murilo de Carvalho:

Tabela 8
Formação dos Ministros, por períodos, 1822-1889 (%)

Educação	Períodos					
	1822-31	1831-40	1840-53	1853-71	1871-89	Total
Jurídica	51,29	56,67	85	77,09	85,73	72,5
Ciências Exatas	20,51	13,33	5	2,08	–	7
Militar	28,2	20,01	10	18,75	7,93	16,5
Médica	–	6,66	–	2,08	6,34	3,5
Religiosa	–	3,33	–	–	–	0,5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. 2a ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 74.

Ainda, quando se atenta para os locais de formação desta elite, há que se perceber que a Faculdade de São Paulo (objeto do presente estudo) ocupa a segunda posição em comparação internacional, e a primeira posição no âmbito nacional:

Tabela 9
Local de Educação Superior dos Ministros, por períodos, 1822-1889 (%)

Local	Períodos					
	1822-31	1831-40	1840-53	1853-71	1871-89	Total
Coimbra	71,8	66,68	45	-	-	28,5
Outro	28,2	16,67	-	-	-	8
Total Portugal	100	83,35	45	-	-	36,5
São Paulo	-	3,33	30	35,42	49,2	27,5
Olinda/Recife	-	-	15	39,58	34,92	22
Outro	-	6,66	10	20,83	14,28	11,5
Total Brasil	-	9,99	55	95,83	98,4	61
Outro País	-	6,66	-	4,17	1,6	2,5
Total Geral	100	100	100	100	100	100

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. 2a ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 71.

Ora, uma vez recortado o tempo, nas conformidades do período pretendido (1870-1889), mais uma vez há que se deparar com dados, no mínimo, impressionantes: 85,73% dos Ministros, nesse período, estiveram formados na área jurídica; e destes, 49,20% são provenientes da Academia de São Paulo!

Mais uma comparação que merece análise por demonstrar as relações – e agora de forma direta – diz respeito aos relatórios anuais da própria Faculdade de Direito de São Paulo e aos relatórios ministeriais do Império brasileiro. Destacamos, por motivos práticos, tendo em vista a disponibilidade dos arquivos em virtude do incêndio de 1880, o ano de 1877 para verificação e posteriores comentários:

a) *Memoria Historica Academica de 1877, Faculdade de Direito de S. Paulo:*

Illms. e Exms. Srs. Doutores.

Não ha muito tempo Warnkoenig, o Illustrado Professor da Faculdade de Liége, nos celebrados artigos sobre o estado do ensino do direito nos Paizes-Baixos, escreveu estas palavras dignas de constante recordação:

“O estado do ensino da jurisprudencia em um povo qualquer deve despertar tanto interesse como o de sua legislação. Considerando-se o fim desta, e os resultados de uma eschola esclarecida, onde os que se dedicam ao espinhoso encargo de magistrado, ou á tribuna judiciaria , vão beber a necessaria instrucção, póde-se dizer, que a direcção do ensino e o estado da sciencia do direito tem sobre a felicidade de um povo mais influencia do que a propria legislação. Com isto não queremos dizer que, tendo-se bons jurisconsultos, deve-se conservar as leis que são viciosas; mas sim que é mais perigoso ter magistrados destituídos de instrucção, do que leis imperfeitas. De que servem, de facto, leis boas e perfeitas se os encarregados de sua guarda e execução não as comprehendem, nem sabem interpretal-as?

Os effeitos saudaveis da applicação das leis sobre a ordem publica, sobre a vida civil, sobre os interesses privados, ficam completamente paralyzados quando os executores são ignorantes, e então as disposições mais sanctas e justas tornam-se iniquas e vexatorias.

A instrucção só é que póde evitar esses males.

Com ella os Juizes, longe de serem instrumentos mechanicos, que só fazem a applicação dos textos aos casos particulares, que diariamente se succedem na sociedade, tornão-se habilitados para supprir as imperfeições, as obscuridades, as lacunas e insufficiencias dos mesmos textos. E a sciencia, que é acompanhada da probidade, traz sempre a independencia, o que não acontece com a ignorancia, que vive dominada pela intriga, pelos prejuizos e pelos sophismas, sobretudo quando habilmente desenvolvidos.

No paiz, emfim, em que o ensino do direito é vicioso e retrogrado, a legislação não póde florescer, nem aperfeiçoar-se; mais tarde ou mais cedo cahe em completa decadencia”.

- 2 -

Quando se considera com attenção a organização e o estado da nossa Faculdade não se póde deixar de reconhecer que as considerações do sábio Professor se realizam de modo completo e satisfactorio entre nós.

Graças a essa organização, aos methodos seguidos no ensino, ás sabias e profundas explicações dos illustrados Mestres, os moços que frequentam as aulas da Faculdade vão adquirindo annualmente aquella somma de conhecimentos, que tão necessaria é para mais tarde se tornarem perfeitos Legisladores, Homens de Estado, verdadeiros Juizes e bons Jurisconsultos.

Se as paginas da nossa legislação contêm muitas e boas disposições, se o direito é estremecido como uma realidade, se a sciencia é amada e presada, se no poder judiciario e na administração se encontram verdadeiros interpretes da lei, e se no foro continuamente apparecem jurisconsultos, tudo se deve á organização que temos do ensino do direito, e em grande parte, aos methodos de ensino, e ás sabias e luminosas prelecções (de conformidade com o progresso da sciencia em todos os seus ramos) dos dignos Lentes.

Que se percorra, em qualquer ocasião, uma por uma as aulas da Faculdade, e ver-se-ha de modo claro e preciso confirmada aquella verdade.

As sciencias juridicas e sociaes, as revoluções que tem tido, as idéas e theorias que dellas têm brotado, são estudadas e ensinadas com minuciosidade e perfeição.

Entre nós, portanto, o ensino do direito e das sciencias sociaes não é retrogrado e vicioso. D'aqui a gloria que a Faculdade de Direito de S. Paulo sempre teve de concorrer efficazmente para a prosperidade do Imperio, dando-lhe grande parte desses homens eminentes, que tanto hão trabalhado para o aperfeiçoamento de suas leis, e de todas as suas instituições.

Desculpai-me, senhores, por eu assim occupar a vossa atenção. O estado prospero e animador em que se acha a nossa Faculdade, as suas tradições gloriosas, a sincera admiração que tributo á illustração dos nossos mestres e collegas, prendem-me de tal modo, que não podia deixar de fazer estas considerações.

[Faculdade de Direito de S. Paulo, 1º de março de 1878.

O Lente Substituto,

Dr. Joaquim Augusto de Camargo.]¹⁰⁰

b) *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Setima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho [publicado em 1878]:*

[...]

Instrucção Superior

Applicando a liberdade de ensino aos cursos de instrucção superior torna-se indispensavel promover a associação de professores para

¹⁰⁰ FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO. *Memoria Historica Academica de 1877 redigida pelo lente substituto Joaquim Augusto de Camargo*. São Paulo: [s.e.], 1878, pp. 01-02.

fundação de cursos particulares que, mediante certas condições e garantias, possam obter do Governo a qualidade de *Faculdades Livres* com autorização para conferirem grãos academicos. Urge também reformar o systema do ensino official.

O velho regimen de faltas, lições e sabbatinas, que ainda hoje vigora nas academias, merece ser abolido.

Semelhante pratica está condemnada pela experiencia de longos annos como inefficaz para attingir o fim que o legislador teve em vista - compellir o estudante ao trabalho, forçando-o á freqüência das aulas e sujeitando-o ás provas que o lente entender exigir-lhe no decurso do anno. Para conseguir que se applicuem ao estudo moços em quem pela idade e cultura do espirito já se presume o necessario discernimento para comprehenderem os seus deveres e interesses, não ha outro meio senão a severidade nos exames, deixando-se-lhes a liberdade de estudar como e com quem entenderem, certos de que somente as provas de habilitação exhibidas no acto decidirão do resultado deste. É verdade que muitas vezes, por natural timidez, uma indisposição de momento ou qualquer outra causa accidental, acontece que estudantes, que deram as melhores contas durante o anno lectivo, fazem actos mediocres ou máos, e neste caso, quando a salvação é possível, a sua garantia esta no conhecimento anterior que tem o lente do seu merecimento e applicação. O argumento, porém, que deste facto poderia inferir contra o ensino livre perde inteiramente o valor, desde que se considera que há meio de obviar o inconveniente, e consiste em exigir-se do examinado, após o exame oral, uma prova escripta, em que elle possa, ao abrigo de todo vexame ou constrangimento, revelar o seu talento e estudo.

São intuitivas as vantagens da reforma indicada, por qualquer lado que a consideremos.

A sociedade, interessada no aproveitamento de todos os talentos, não póde ver sem desgosto moços a quem uma vocação decidida impelle para o estudo de alguma sciencia provados de obter o grau acadêmico que faz objecto de suas aspirações, porque não dispondo, ou seus pais, de recursos, e residindo em localidades longínquas, não podem vir fazer os

seus estudos na sede da respectiva Faculdade. Com o ensino livre, todos os que se acharem em taes condições no lugar mesmo onde tem o seu domicilio poderão preparar-se sob a direcção de professores particulares e no tempo proprio vir perante qualquer instituto official ou Faculdade livre prestar os seus exames.

Por outro lado, dispensadas as lições e sabbatinas, o estudante mal succedido no seu acto não poderá attribuir esse resultado a prevenções, antipathias ou ressentimentos; os lentes, ficando adstrictos ás provas exhibidas por essa occasião e não tendo prévio juizo sobre o merito dos examinandos, usarão para com todos a mesma argumentação e tratamento, evitando-se assim as queixas, reclamações e até conflictos que muitas vezes do procedimento contrario originam-se; finalmente os mesmos lentes achar-se-hão a coberto de censuras que injustamente acarreta-lhes o resultado do exame de um estudante comparado com o de outro, quando em favor do que o fez peor concorreram as provas do anno lectivo que ao outro eram contrarias.¹⁰¹

Muito objetivamente se percebe o contraste das idéias: enquanto a Faculdade de Direito (que “discursa” por meio de seu representante, no momento da produção do relatório anual) está absolutamente convicta de que seus moldes são ideais, perfeitos, merecedores de atenção e crédito por parte do sistema (educacional), e isso é notado pela própria auto-exaltação (“[...] Se as paginas da nossa legislação contêm muitas e boas disposições, [...] se no poder judiciario e na administração se encontram verdadeiros interpretes da lei, [...] tudo se deve á organização que temos do ensino do direito, e em grande parte, aos methods de ensino, e ás sabias e luminosas prelecções [...] dos dignos Lentes”), o governo

¹⁰¹ BRASIL. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Setima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, pp. 25-26.

pretende modificar tudo isso com a institucionalização do chamado “ensino livre”, que confere poder de descentralização do ensino superior.

É interessante confrontar esse combate como um todo com o Relatório Ministerial que será ao final interpretado (Ministério da Instrução Publica, Correios e Telegraphos – Ministro Dr. João Barbalho Uchoa Cavalcanti). Eis, no entanto, uma primeira indicação:

Instrução Publica

Infelizmente não é ainda lisongeiro o estado d’esse ramo da administração publica.

O antigo regimen monarchico delle descurou de modo sensível a ponto de podermos asseverar que, longe de progredir, em certo sentido temos retrogradado.

Esse descuremento se aggrava, e compulsados os ultimos relatorios do extincto Imperio, mostram elles todos o conhecimento de tão infeliz verdade.¹⁰²

3.2 O retorno ao jurídico: constituindo subjetividades

Como elemento confrontante ao documento universitário apresentado (de 1877), importa perceber as modificações na Academia quando a transição está completa (ou seja, em 1891, já com a nova Constituição Federal discutida e prestes a ser promulgada). Interessa notar que as determinações

¹⁰² BRASIL. *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Barbalho Uchoa Cavalcanti, Ministro de Estado dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos, em maio de 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 11.

políticas dos anos 1890 e 1891 de fato interferiram no aspecto educacional, cuja “frustração” (de certo modo) é percebida pelo discurso do Lente Catedrático Prof. Dr. Ernesto Moura:

a) *Faculdade de Direito de São Paulo. Memoria Historica de 1891 por Ernesto Moura – Lente Cathedratico:*

[...]

Varias causas influiram para a desorganização do ensino. Entre as que estão ao meu alcance descobrir, acham-se as difficuldades naturaes dos primeiros tempos de mudança de Regulamento, difficuldades que não devem ser levadas a conta de seus defeitos, os quaes são outras causas.

O paiz atravessava uma phase difficil!! A maior solitudine era para a politica: e isso explica talvez porque o ensino primario ainda não recebeu forte impulso, como cumprimento de reiteradas promessas de propaganda, e como as censuras feitas no antigo regimen politico davam direito a suppor que não se faria esperar.

Esse enfraquecimento do ensino primario e a falta de real fiscalização nos estabelecimento particulares, reflectem sensivelmente no ensino superior, que difficilmente póde eliminar esse virus contagioso de vadiação, esse vezo de não considerar nada debaixo de sério.

E como accumulo de difficuldades a embaraçarem a marcha dos trabalhos academicos, temos que lamentar o terem sido muitos distinctos lentes da nossa Faculdade chamados a levar suas luzes para o seio do Congresso, para vantagem da legislação e detrimento do ensino.

Oxalá sejam seus esforços alli feitos, proveitosos e aproveitados como costumam a ser na Faculdade.

[S. Paulo, 20 de Março de 1892.

E tal “frustração” está registrada no instante em que o signatário registra a lamentação por haverem os lentes da Faculdade sido convocados ao Congresso, pois se por um lado favorece a capacidade de legislar (a intelectualidade estará presente em tal circunstância), desfavorece o ensino jurídico, verdadeiro fomentador de novas mentes que no futuro estarão legislando.

b) *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Barbalho Uchoa Cavalcanti, Ministro de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, em maio de 1891:*

Sr. Presidente

A criação de um Ministério da Instrucção Publica era necessidade reconhecida ha annos e reclamada perante o corpo legislativo do extincto regimen. A Commissão especial eleita no seio do parlamento em 1882 assim se exprimiu em seu parecer: -“Longe de encerrar o caracter scientifico, que presume a idea hostil, a interferência do Governo no domínio da instrucção publica não passa de uma concepção abstracta contrariada pela evolução das idéas e dos factos dos paizes mais livres. Em vez de propor-vos medidas tendentes a enfraquecer a organização central do ensino, a vossa Commissão encara, por conseguinte, como *providencia de largo alcance e urgência imperiosa a criação do Ministerio da Instrucção Publica.*”

Engolfado na massa enorme de assumptos commetidos ao Ministerio do Imperio, distrahido no meio das innumeradas questões que delles se derivavam, tendo de attender aos vários ramos da administração publica interna, que absorvia quase inteiramente toda a sua attenção, o ministro não ligava aos assumptos da instrucção publica aquella solicitude necessaria a serviço de tão grande interesse nacional. Projectos sobre projectos, commissões de estudo, reformas impensadas, conferencias pedagogicas, tudo se resentia da falta da superintendencia propria, e que só poderia ser dada pela organização especial de um Ministerio e de uma Secretaria que exclusivamente se dedicassem a assumptos tão elevados, promovendo essas reformas necessarias, e dando a devida solução aos problemas derivados desse serviço de tanta magnitude.-

Conservado na actual situação o Ministerio do Interior, com a mesma organização, o defeito apontado e a necessidade reclamada mais se impunham e com maior fundamento.- As nações mais cultas, os escriptores especialistas no assumpto, os mais entendidos em materia de ensino publico, justificam com solidos fundamentos, essa administração e inspecção especial para um só Ministerio.

[...]

Para fundar a Republica não basta proclamar-a e decretar a liberdade. É necessario crear o meio que a torne viavel, e para esse fim procurar fazer penetrar em todas as camadas sociaes as idéas justas e Moraes para que, bem comprehendida a liberdade, possam subsistir as instituições republicanas.

Em uma sociedade fundada sobre a verdadeira democracia, em um paiz de suffragio universal é de absoluta necessidade, para garantia da ordem social e para a conservação das instituições livres, que todos os cidadãos sejam, ao menos, bastante esclarecidos para comprehender-lhes as vantagens.

Na grande Republica que a cada momento trazemos para exemplo, nos Estados Unidos da America do Norte, se comprehende que o primeiro interesse do Estado consiste em instruir o povo; o serviço mais real, mais proveitoso é aquelle que se dedida á instrucção publica. Ao alto

desenvolvimento intelectual de seu povo atribuem com razão os Americanos seu poder, sua força e seu brilho como nação.

Aos fundadores da Republica Brasileira não podia escapar essa necessidade urgente, e o Governo Provisorio, por Decreto n. 346 de 19 de Abril do anno proximo findo, creou a Secretaria de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos.¹⁰⁴

Até com aquele pessimismo, se assim podemos julgar, do Prof. Ernesto Moura, notamos claramente, pela comparação com o relatório de João Barbalho Uchoa Cavalcanti, que o discurso realmente passeia pelas categorias: ora está na Academia, ora no Congresso; retorna à Academia, vai ao Congresso novamente. Está na oratória das arcadas, nos jornais, depois está nos discursos parlamentares, nas leis. E retorna, e retorna, e retorna... Verdadeiramente sai de uma condição jurídico-acadêmica e adentra a uma condição política, e volta (talvez, sem obrigatoriedade, mas costumeiramente volta sim!) àquela condição inicial. Isso tudo, num processo de fluxo que determina, de uma vez por todas, a configuração plena de um verdadeiro sujeito político neste dado momento da história brasileira.

CONCLUSÃO

A grande síntese dessa abordagem determina por uma observação do papel verdadeiramente “ideológico” que possuíram os discursos inicialmente acadêmicos no século XIX.

Ideologia essa que capacitou ao Império discutir problemas de sua própria formação, sua consolidação política, sua desvinculação completa “das metrópoles”. Foi possível compreender de que maneira a estrutura política imperial, derivada das composições jurídicas (que de certa forma estão fulcradas no academicismo, apesar de ser elemento novo no Brasil), se estabeleceu a partir de discursos incisivos proporcionadores de revoltas, embates, protestos, panfletos e manifestos.

Isso porque antes, em fins de Brasil colônia – e pode-se dizer com alguma eficiência, em princípios de Império – toda a estrutura foi absolutamente “importada”. Até mesmo os ditames do Direito (positivamente, “ciências jurídicas”) foram captados inteiramente do modelo europeu. José Murilo de Carvalho muito bem demonstra tal situação:

O império brasileiro realizara uma engenhosa combinação de elementos importados. Na organização política inspirava-se no constitucionalismo inglês, via Benjamin Constant. Bem ou mal, a monarquia brasileira ensaiou um governo de gabinete com partidos

nacionais, eleições, imprensa livre. Em matéria administrativa a inspiração veio de Portugal e da França, pois eram estes dois países os que mais se aproximavam da política centralizante do Império. O direito administrativo francês era particularmente atraente para o viés estatista dos políticos imperiais. Por fim, até mesmo certas fórmulas anglo-americanas, como a justiça de paz, o júri, e uma limitada descentralização provincial, serviam de referência quando o peso centralizante provocava reações mais fortes.

Todas essas importações serviam à preocupação central que era a organização do Estado em seus aspectos político, administrativo e judicial. Tratava-se antes de tudo de garantir a sobrevivência da unidade política do País, de organizar um governo que mantivesse a união das províncias e a ordem social. Somente ao final do Império começaram a ser discutidas questões que tinham a ver com a formação da nação, com a redefinição da cidadania. Embora, no início da vida independente brasileira, um dos principais políticos da época, José Bonifácio, já tivesse alertado para o problema da formação da nação, mencionando sobretudo as questões da escravidão e da diversidade racial, tudo isto ficou em segundo plano, pois a tarefa mais urgente a ser cumprida era a da sobrevivência pura e simples do País.¹⁰⁵

Obviamente, a partir de determinado período, e na divisão previamente (e metodologicamente) direcionada por este trabalho, a partir de 1870, a necessidade de “emancipação” definitiva tornou-se gritante, haja vista a acirrada disputa do poder entre, principalmente, monarquistas e republicanos; a partir deste período esta categoria tomou impulso concreto, apesar de – como sabido – o ideal estar presente na história do Brasil desde meados do século XVIII, passando por diversas revoltas armadas em início do século XIX. Tal impulso foi

¹⁰⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, pp. 90-91.

dado exatamente com a publicação do *Manifesto Republicano*, no jornal “A República”, aos 03 de dezembro de 1870.

Um dos aspectos ressaltados por esta dissertação foi a relação, ou as relações, estabelecida(s) entre os signatários deste *Manifesto* com a Faculdade de Direito de São Paulo. E mais: as relações entre os principais membros de poderes públicos, especificamente o parlamento (Deputados, Senadores, Ministros), com a Academia paulistana. Diversas análises estatísticas, em parte produzidas pelo autor destes escritos, n’outra parte coletadas de referenciais importantes e reconhecidos, demonstraram a pertinência da abordagem, posto que a Faculdade do Largo São Francisco esteve presente em diversos momentos decisivos à formação da história política do Brasil imperial, leia-se com maior propriedade, pretense à República.

No tocante à importância da Academia de Direito paulistana a esse contexto levantado, confirma-se todo o alegado por meio do verbete disponibilizado no “Dicionário do Brasil imperial”, nestes termos:

Faculdades de Direito. Consideradas por Nabuco as ‘ante-salas da Câmara’ – centros por excelência de formação de políticos e da administração imperial – as faculdades de direito foram, junto com as de medicina, os primeiros cursos de nível superior criados no Brasil. (...) Criadas à semelhança de Coimbra, (...) as faculdades de direito brasileiras introduziram em seus currículos algumas modificações importantes (...). Isso evidencia, como mostram seus estatutos, que o objetivo da criação dos

cursos jurídicos era não só a formação de juristas, mas de advogados, deputados, senadores, diplomatas e quadros para a burocracia estatal, condição essencial para a constituição de um Estado de fato independente. (...) A Faculdade de Direito de São Paulo (...) continuou marcada pela militância política *stricto sensu* e pelo exercício do jornalismo. Foi dos bancos escolares paulistas da década de 1870 que saíram os bacharéis que doravante se destacariam pela militância política, como Rui Barbosa, que mais tarde diria: 'No estudo do Direito, o mundo acadêmico e o mundo político se penetram mutuamente'.¹⁰⁶

Veja-se ainda (e ressalte-se), a respeito da importância do referido manifesto, o que corrobora a delimitação temporal deste estudo, o dizer do "Dicionário do Brasil imperial":

[...] Apesar de contar entre os seus signatários com políticos mais radicais, o manifesto estabeleceu uma identidade entre república e federalismo, ao mesmo tempo em que não dedicou uma linha sequer à questão da abolição. O documento acabaria por exprimir, de todo modo, a tendência republicana que, apoiada na cafeicultura de São Paulo, conduziu à formação do Partido Republicano Paulista, em 1873, cujo programa limitava-se à *defesa da federação* – único meio julgado capaz de assegurar às províncias o controle da política bancária, da imigração, bem como a descentralização das rendas.¹⁰⁷

É importante esclarecer que não existe intenção alguma em "apropriar indebitamente" os esforços políticos desenvolvidos por outras camadas

¹⁰⁶ VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 256-257.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 632.

da sociedade imperial no sentido de ideais republicanos, federalistas e abolicionistas, e repassá-los à exclusividade dos acadêmicos do Largo São Francisco: mais do que ingenuidade, seria erro histórico imperdoável. Fica claro, portanto, que os discursos acadêmicos foram apenas “um” dos elementos na formação (e concretização) destes ideais. E como tal, de fato, contribuíram para a constituição de sujeitos políticos neste período.

A constituição destes *sujeitos políticos* tem início na sua própria formação familiar e conseqüente convívio social numa cidade promissora e diferente: aquela paulicéia que mais tarde será aclamada como “desvairada”. A rebeldia natural dos estudantes é percebida pelo foco de uma “história do cotidiano”, produzida sem preocupações temporais (apesar das repressões expressas), onde os acadêmicos são esmiuçados, levados às últimas categorias de sua existência, para se tentar traçar um perfil objetivo, uniforme. Pequeno exemplo dessa revolta paradoxal está no “discurso” apresentado por uma turma inteira ao lente de Direito Comercial Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, por meio de bilhete deixado à cátedra (1865), com as seguintes reivindicações (importa notar o paradoxo: rebeldia pela reclamação-em-si; rebeldia por vontade de saber): “queremos aprender Direito e nada de bagaceiras. Vossa Excelência estude, para nos ensinar, e não venha aqui encher lingüiça”.¹⁰⁸

¹⁰⁸ Apud ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 105.

Esse cotidiano apresentado, como dito, traça um perfil do estudante em São Paulo imperial, aproximando do conceito atual de estudante universitário (ou vice-versa, uma vez que este é herança, legado direto, daquele): *comportado e ao mesmo tempo* (eis o paradoxo!) indisciplinado.

Mas a formação desse *sujeito* pretendido toma corpo a partir de suas produções, dos discursos originais propriamente ditos. Foi verificado que o instrumento mais apropriado ao estudante naquela ocasião era o jornal acadêmico. E realmente o estudante fez do jornalismo acadêmico o verdadeiro trampolim à política, seja ainda em nível acadêmico, seja em nível próprio. Diversos artigos foram coletados nos arquivos confidenciais da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, todos, após rigorosa análise e seleção, convergindo para práticas políticas, em sua maioria na missão de criticar a ordem estabelecida. E a idéia exata do que se pretendeu está muito bem sintetizada por Sérgio Adorno na sua análise acerca da “profissionalização da política”:

A vida acadêmica e a formação cultural e profissional do bacharel, em São Paulo, durante a vigência da monarquia, nunca se circunscreveram às atividades curriculares e sequer se sustentaram às expensas das relações didáticas entre alunos e professores. A interferência das doutrinas difundidas no curso jurídico sobre a profissionalização do bacharel não residiu no processo de ensino-aprendizagem. Ao contrário, essa formação foi tecida nos interstícios dos institutos acadêmicos e do jornalismo literário e político. Nos institutos e associações acadêmicos os estudantes não só participavam de debates sobre assuntos nacionais, locais e mesmo cotidianos, além daqueles pertinentes à Academia, como também

articulavam alianças entre grupos partidários e promoviam campanhas. Dispondo de uma organização burocrática e formal, com distribuição de funções, estabelecimento de cargos eletivos e constituição de comissões para tratar de assuntos variados – como alterações no regimento interno, redação de manifestos, posturas a serem adotadas frente a acontecimento ligados à academia e a fatos políticos – esses institutos e associações desempenharam o papel que tradicionalmente esteve reservado às salas de aula.¹⁰⁹

Ora, a vinculação exata entre essas associações e o público-alvo de suas manifestações – o verdadeiro instrumento de prática política das reuniões partidárias acadêmicas – era a imprensa acadêmica, os jornais! Por isso têm-se, em uma segunda premissa, os jornais e as associações como elementos objetivos, primários, de constituição de uma subjetividade política no Brasil imperial.

E a questão atinge o seu clímax na observação final dos *frutos* daqueles discursos originais. Afinal de contas, ficou materializada a evolução, ou a transformação definitiva, de um discurso inicialmente jurídico-acadêmico, produzido 1) a partir de ingenuidades estudantis (formação familiar, cotidiano em São Paulo), adquirindo caráter de 2) política estudantil por meio de criações de sociedades e jornais com verdadeiras reivindicações, a um discurso *a posteriori* político propriamente dito, isto é, produzido na esfera política “de-gente-grande”.

A pretensão final deste trabalho foi demonstrar – de forma dissertativa, o que é próprio a essa produção, portanto, sem intenção de tese

¹⁰⁹

Idem, p. 157.

inovadora – que tal evolução (do discurso jurídico-acadêmico ao discurso político) deteve, naquele momento histórico, a capacidade de constituir alguma espécie de sujeito político, o que, ao menos é o que parece, ficou satisfatório pela interpretação e entrecruzamento de documentos (jurídico-acadêmicos e políticos) e pela abordagem estatística vinculante dos sujeitos efetivamente políticos (presentes no cenário político imperial em momentos decisivos à República) à Academia de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, Pires de. *A escola byroniana no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1962.

ALMEIDA JR., A. *Problemas do ensino superior*. São Paulo: Nacional, 1956.

_____. *Sob as arcadas*. Rio de Janeiro: MEC, 1965.

ALVES, Cláudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

AMARAL, Antônio Barreto do. *Jornalismo acadêmico*. In: Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, ano 40, vol. 190, julho-dezembro de 1977.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: UFPR, 2001.

AZEVEDO, Álvares de. *Obras completas*. São Paulo: Nacional, 1942.

AZEVEDO, Vicente de. *A vida atormentada de Fagundes Varela*. São Paulo: Martins, 1966.

BAHIA, Renato. *O estudante na história nacional*. [s.l.]: Progresso, 1954.

BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil* – v. 3. Brasília: Senado Federal – Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.

BRASIL. *Criação dos cursos jurídicos no Brasil. Documentos Parlamentares. Câmara dos Deputados*. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Setima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

_____. *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Barbalho Uchoa Cavalcanti, Ministro de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, em maio de 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

CARNEIRO, Edison. *Trajetória de Castro Alves*. Rio de Janeiro: Vitória, [s.d.].

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 2ª ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: USP/Saraiva, 1978.

CUNHA, Luiz Antônio. *Universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DEBES, Célio. *Alguns aspectos da vida acadêmica através da correspondência de um estudante*. Revista do Arquivo Municipal, ano 40, vol. 190, jul-dez de 1977.

_____. *Campos Salles: perfil de um Estadista* – v. I. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, [s.d.].

DIEGUES JR., Manoel. *Notícia histórica sobre a idéia republicana no Brasil*. In: *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro: [s.e.], 3ª fase, ano II, n. 17, 1939.

FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO. *Memoria Historica Academica de 1877 redigida pelo lente substituto Joaquim Augusto de Camargo*. São Paulo: [s.e.], 1878.

_____. *Memoria Historica de 1891 por Ernesto Moura, Lente Cathedratico*. São Paulo: Typ. Do Diário Official, 1892.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed., São Paulo: Globo, 2001.

HADDAD, Jamil Almansur. *Álvares de Azevedo, a maçonaria e a dança*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura – Comissão de Literatura, 1960.

_____. *Castro Alves e a revolução praieira*. In: *Revista de História da Universidade de São Paulo*, Ano IV, nº 13, jan-mar de 1953.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGLESIAS, Francisco. *Vida Política 1848-1868*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira* – t. II, v. III. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *O senado nos anos finais do Império (1870-1899)*. Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1973.

LEITE, Manuel Cerqueira. *O estudante Manuel Antônio Álvares de Azevedo*. In: Revista de História, Universidade de São Paulo, ano III, nº 12, out-dez de 1952.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*. São Paulo: Nacional, 1936.

_____. *Urgência para um projeto extinguindo a escravidão* (discurso de 30 de agosto de 1880). In: Obras Completas de Joaquim Nabuco, v. XI, Discursos Parlamentares (1879-1889). São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NOGUEIRA, Almeida. *A academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. São Paulo: Academia de São Paulo, 1907.

POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

REZENDE, Carlos Penteado de. *Tradições musicais da Faculdade de Direito de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1954.

SAES, Décio. *A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza* – v. II. 8ª ed., Rio de Janeiro: Empresa Litteraria Fluminense, 1891.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 4ª ed., São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da academia de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1924.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1982.

ANEXOS

Apêndice 1:

Listagem dos docentes e discentes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco no Império (1827 à 1889)

Apêndice 2:

Relatório Ministerial de Quintino Bocaiúva (1891)

Apêndice 1

REVISTA
DA
FACULDADE DE DIREITO
DE
SÃO PAULO

ANNO DE 1900

VOL. VIII



SÃO PAULO
ESPINDOLA, SIQUEIRA & COMP.—Rua Direita, 10-A
1900

INDICE

	Paginas
A ECONOMIA POLITICA E SEU METHODO.— <i>Dr. Dario Ribeiro</i>	7
PROJECTO DO CODIGO CIVIL BRAZILEIRO.— <i>Dr. Amancio de Carvalho</i>	29
DO CONCEITO GERAL DO CRIME PELO DR. PAULO EGYDIO.— <i>João Mendes Junior</i>	35
I.—A DEFORMIDADE E AS ANTIGAS LEIS PENAES. II.—A DEFORMIDADE E AS LEIS PENAES CONTEMPORANEAS. III.—O CONCEITO GERAL DA DEFORMIDADE NAS LESÕES PESSOAES. IV.—AS CONDIÇÕES EXISTENCIAES DAS LESÕES DEFORMATÓRIAS. V.—A PERICIA MEDICA.— <i>Dr. Alcantara Machado</i>	63
O PROCESSO CRIMINAL BRAZILEIRO POR JOÃO MENDES DE ALMEIDA JUNIOR.— <i>Dr. M. Vilaboim</i>	136
UNIDADE DO DIREITO.— <i>Dr. João Monteiro</i>	145
O DIREITO NO SEculo XIX.— <i>Dr. Pedro Lessa</i>	161
Lista geral dos bachareis formados pela Faculdade de Direito de S. Paulo	209
Lista geral dos doutores formados pela Faculdade de Direito de S. Paulo	281
Lista geral dos directores, vice-director, lentes cathedraicos e substitutos da Faculdade de Direito de S. Paulo	289

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Manoel Pedro Villaboim.

Presidente.

Dr. Ernesto Moura.

Dr. José Marianno Corrêa de Camargo Aianha.

Dr. Dario Sebastião de O. Ribeiro.

Dr. Candido Nanziaseno Moqueira da Molla.

A	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Abeilard de Almeida Pires	Rio G. do Sul	1896		
Abel Vaz Pinto Coelho da Cunha	Minas Geraes	1891		
Abelardo de Cerqueira Cezar	S. Paulo	1891		
» Saturnino Teixeira de Mello	Rio de Janeiro	1886		
Abilio Alvaro Miller	Rio G. do Sul	1896		
» Pereira da Silva	Bahia	1896		
Acacio Juvenio de Toledo	S. Paulo	1896		
» Polycarpo Figueira de Aguiar	»	1871		
Adalberto Garcia da Luz	»	—	1895	1898
» Guerra Durval	Rio G. do Sul	1892		
» Pinheiro de Ulhôa Cintra	S. Paulo	1894		
Adelardo da Fonseca	»	1896		
Adelino Jorge Montenegro	»	1871		
Adolpho Accioli Wanderley	Pernambuco	1878		
» Affonso da Silva Gordo	S. Paulo	1879		
» Alberto Nardy de Vasconcellos	»	1881		
» Augusto Olynto	Minas Geraes	1863		
» Botelho de Abreu Sampaio	S. Paulo	1882		
» Carneiro de Almeida Maia	Rio de Janeiro	1883		
» Corrêa Dias	S. Paulo	1884		
» de Carvalho Mello e Mattos	Rio de Janeiro	1864		
» Campos Araujo	Minas Geraes	—	—	1900
» Oliveira Figueiredo	Rio de Janeiro	1893		
» Souza Vianna	Capital Federal	1891		
» Elysio Teixeira Duarte	Minas Geraes	1870		
» Emydio Leal	Bahia	1882		
» Frederico Tourinho	»	1878		
» Greff Borba	Rio de Janeiro	1895		
» Luiz Osorio	Rio G. do Sul	1882		
» Macario Figueira de Mello	Rio de Janeiro	1893		
» Pereira Xavier Rebello	»	—	1895	
» Victorio de Oliveira Coutinho	Capital Federal	1896		
Adriano Fortes de Bustamante	Minas Geraes	1870		
Affonso Alves de Camargo	Paraná	1895		
» Arinos de Mello Franco	Minas Geraes	1889		
» Augusto da Costa Machado	Capital Federal	1891		
» » Moreira Penna	Minas Geraes	1870		
» Celso de Assis Figueiredo	»	1858		
» » » Junior	»	1880		
» » Garcia da Luz	S. Paulo	—	1895	
» » Guimarães Alvim	Minas Geraes	1891		

A	NATURALIDADE	SCIENCIAS			
		Jurídicas	Sociaes	Jurídicas	Sociaes
Afonso Coelho de Souza	Rio G. do Sul	1893			
da Silva Brandão	Minas Geraes	1881			
de Azevedo Marques	S. Paulo	1891			
Henrique de Loyola	Minas Geraes	1887			
» Vicira de Rezende	»	1886			
Henriques Guimarães	»	—	1895		
Infante Vieira	S. Paulo	1886			
José de Carvalho	Pernambuco	1889			
» Oliveira Peixoto	Bahia	1881			
» Gonçalves Fraga	Pernambuco	1888			
Peixoto de Abreu Lima	Capital Federal	1870			
Afranjo de Albuquerque	Minas Geraes	1891			
Ottingy de Mello Franco	Sergipe	1879			
Afrondizio Vidigal	Rio de Janeiro	—	1897		
Agenor de Azevedo Soares	Capital Federal	1893			
» Plácido Barreiros	Rio de Janeiro	1867			
Agostinho Antonio Corrêa	Portugal	1849			
» Gonçalves d'Almeida	S. Paulo	1813			
» José d'Oliveira Machado	Matto Grosso	1848			
» Luiz de Gama	Minas Geraes	1848			
» Marques Perdigão Malheiros	Rio de Janeiro	1864			
» Martins Collares	Minas Geraes	1866			
» Vidal Leite de Castro	S. Paulo	1899			
Alarico Silveira	Sergipe	1877			
Albano do Prado Pimentel	Paraná	—	1898	1896	
» Drumond dos Reis	Rio de Janeiro	1858			
Alberto Antonio Soares	Pernambuco	1890			
» Araujo de Oliveira	»	1888			
» Augusto de Godoy e Vasconcellos	Minas Geraes	1890			
» Diniz	Rio de Janeiro	1870			
» Bezamat	S. Paulo	—	1899		
» Carlos de Assumpção	Rio de Janeiro	1871			
» da Rocha Miranda	S. Paulo	1895			
» Ferraz de Abreu	»	1895			
» Ferreira da Silva	Côrte	1879			
» Fialho	Rio de Janeiro	1892			
» Frederico de Moraes Lamego	S. Paulo	—	1893	1896	
» Gomes Cardoso de Mello	Minas Geraes	1887			
» Ribeiro da Luz	S. Paulo	1874			
» Gonçalves Pereira d'Andrade	Capital Federal	—	—	1895	
» Guimarães	Rio de Janeiro	1888			
» Julio Pinto Pacca	Capital Federal	1893			
» Lisbôa Schmidt	Minas Geraes	1892			
» Moretz-Sohn Monteiro de Barros	S. Paulo	1891			
» Penteado	Rio G. do Sul	1891			
» Rodrigues Fernandes Chaves	S. Paulo	1892			
» Sarmento	»	—			

A	NATURALIDADE	SCIENCIAS			
		Jurídicas	Sociaes	Jurídicas	Sociaes
Alberto Vieira de Carvalho	S. Paulo	1894			
Albino dos Santos Pereira Filho	Rio de Janeiro	1859			
» Olegario de Moraes Dantas	S. Paulo	1882			
» Pinheiro de Siqueira	Rio de Janeiro	1862			
Alcibíades Juvenal de Mendonça Ulhôa	Alagoas	1882			
» Pessanha	Rio de Janeiro	1890			
Alcides de Freitas Cruz	Rio G. do Sul	1897			
» Mendonça Lima	»	1882			
Alcino Baptista Monteiro	Alagoas	1869			
Aldrovando Alves de Oliveira	Rio de Janeiro	1890			
Aleixo Ferreira Tavares de Carvalho	Portugal	1836			
» Marinho de Figueiredo	Rio de Janeiro	1868			
Alexandre Arthur Pereira da Fonseca	Minas Geraes	1900			
» Augusto Martins Rodrigues	S. Paulo	1863			
» Bernardino de Moura Junior	Rio de Janeiro	1891			
» Cardozo Fontes	»	1863			
» Cassiano do Nascimento	Rio G. do Sul	1880			
» Celestino Fernandes Pinheiro	Rio de Janeiro	1862			
» da Silveira Vargas Filho	»	1892			
» de Chaves Mello Ratisbona	Ceará	1886			
» Florindo Coelho	Rio G. do Sul	1883			
» Joaquim de Siqueira	Rio de Janeiro	1835			
» Ribeiro da Silva	S. Paulo	1875			
» Rodrigues da Silva Chaves	Rio de Janeiro	1817			
Alfredo Alfonso de Figueiredo Paraíso	Minas Geraes	1893			
» Alves de Sampaio	Rio de Janeiro	1886			
» Augusto Curado Fleury	Goyaz	1887			
» da Rocha	Minas Geraes	1979			
» Bernardes da Silva	Côrte	1882			
» Claudio da Silva	»	1877			
» Corrêa Dias	S. Paulo	—	1896		
» da Cunha Bueno	»	1888			
» d'Almeida Gama Lobo d'Eça	Rio G. do Sul	1881			
» de Almeida Rezende	S. Paulo	—	1893		
» Barros Madureira	Rio de Janeiro	1886			
» Carvalho Pinto	S. Paulo	—	1897	1896	
» Queiroz	Côrte	1868			
» Souza Lopes da Costa	»	1881			
» Vilhena Valladão	Minas Geraes	—	1891	1895	
» dos Santos Ribeiro	»	1891			
» Ferraz de Abreu	S. Paulo	1895			
» Ferreira Lage	Minas Geraes	1890			
» Gomes de Almeida	Rio G. do Norte	1894			
» Gustavo Pujol	Rio de Janeiro	1890			
» Henrique Vidigal	Minas Geraes	—	1896		
» José Caiala	»	1892			
» Vieira	Rio de Janeiro	1865			

A	NATURALIDADE	SCIENCIAS	
		Jurídicas e Sociaes	Jurídicas e Sociaes
Alfredo Leite Ribeiro	Rio de Janeiro	1868	
» Lisboa	Rio G. do Sul	—	1896
» Lopes Baptista dos Anjos	Bahia	1882	
» da Cruz	Rio de Janeiro	1892	
» Machado Guimarães	Côrte	1889	
» Mario Vieira	S. Paulo	—	1895
» Olympio de Oliveira Duarte	Rio G. do Sul	1886	
» Patricio do Prado Paulista	S. Paulo	1892	
» Penteado	»	—	1895
» Ribeiro dos Santos	»	1883	
» Rodrigues Fernandes Chaves	Côrte	1867	
» Jordão	S. Paulo	1886	
» Seraphico de Assis Carvalho	Pernambuco	1883	
» Silveira da Motta	S. Paulo	1864	
» Thomaz Whately	Rio de Janeiro	1861	
Alipio Alves da Silva Mello	Minas Geraes	1886	
» Benjamin Gonçalves Ferreira	»	1894	
» Esteves	Santa Catharina	1892	
Alonso Guayanaz da Fonseca	S. Paulo	1883	
» Starling	Minas Geraes	—	1896
Altino Arantes Marques	S. Paulo	1895	
Alvaro Augusto da Costa Carvalho	»	1886	
» de Andrade Botelho	Minas Geraes	1883	
» » Carvalho Aranha	Sergipe	1898	
» » Toledo	S. Paulo	1891	
» Benicio Gonçalves	Rio de Janeiro	1891	
» Carlos de Arruda Botelho	S. Paulo	1882	
» da Rocha Pereira da Silva	Rio de Janeiro	—	1895
» de Cantanheda	Capital Federal	—	1895
» » Macedo Guimarães	S. Paulo	—	1891
» » Souza Queiroz	»	—	1897
» Ernesto da Cunha	»	1868	1896
» Gomes da Rocha Azevedo	Minas Geraes	1888	
» José Gonçalves Chaves	Rio G. do Sul	1883	
» Ribeiro de Faria	Rio de Janeiro	1890	
» » Oliveira	S. Paulo	—	1896
» Teixeira d'Assumpção	»	1882	
Amador Alves da Silva	»	1868	
» Brandão Carneiro Nogueira Cobra	Minas Geraes	1888	
» da Cunha Bueno	S. Paulo	1879	
Amancio Guilhermino de Oliveira Penteado	»	1884	
» Olympio d'Andrade Barros	Minas Geraes	1876	
Amaro José d'Avila Silveira	Rio G. do Sul	1842	
Ambrosio Leitão da Cunha	Pará	1845	
Americo Annibal de Abreu	Rio de Janeiro	1891	
» Antonio Ayres	S. Paulo	1857	
» Brasileiro da Costa Moreira	Rio de Janeiro	1866	

A	NATURALIDADE	SCIENCIAS	
		Jurídicas e Sociaes	Jurídicas e Sociaes
Americo Braziliense d'Almeida Mello	S. Paulo	1855	
» Brazilio de Campos	»	1860	
» Candido Tavares Bastos	Alagoas	1862	
» Cantidiano Nogueira	Minas Geraes	1873	
» de Campos Sobrinho	S. Paulo	1891	
» » Moura Marcondes de Andrade	»	1857	
» » Oliveira Monteiro de Barros	Minas Geraes	1860	
» Ferreira de Abreu	S. Paulo	1858	
» Lobo Leite Pereira	Minas Geraes	1863	
» Ludolf	Rio de Janeiro	1889	
» Muniz Cordeiro Gitagy	Bahia	1859	
» Vaz	S. Paulo	1888	
» Vespucio Pinheiro e Prado	»	1860	
» Xavier Pinheiro e Prado	»	1886	
Anacleto José Ribeiro Continho	Rio de Janeiro	1833	
Anastacio Teixeira da Silva Bittencourt	S. Paulo	1868	
André Augusto de Padua Fleury	Matto Grosso	1853	
» Cordeiro de Araujo Lima	Rio de Janeiro	1853	
» Corsino Pinto Chichorro da Gama	Bahia	1835	
» de Faro Fleury	Capital Federal	1892	
» Dias d'Aguiar	S. Paulo	1857	
» Martins d'Andrade	Minas Geraes	1868	
» » Junior	»	1893	
» Pereira Lima	Bahia	1833	
Angelo Gomes Pinheiro Machado	Rio G. do Sul	1882	
» Guarinello	Italia	—	1897
» José da Fonseca	Rio de Janeiro	1833	
» Mendes de Almeida	S. Paulo	1896	
» Vieira Martins	Minas Geraes	1883	
Antenor Augusto de Aranjó	»	1886	
Antero de Andrade Botelho	»	1893	
» Fernandes Cassalho de Oliveira	Rio de Janeiro	1872	
» Ferreira d'Avila	Rio G. do Sul	1867	
» José Lage Barbosa	Minas Geraes	1856	
» Simões da Silva Cuim Atua	Bahia	1860	
» Victor da Silva Costa Pessoa	S. Paulo	1864	
Antonino Carmelino de Mesquita Barros	»	1886	
» do Amaral Vieira	»	1890	
Antonio Achilles de Miranda Varejão	Rio de Janeiro	1856	
» Affonso de Aguiar Witacker	S. Paulo	1859	
» » Lamonnier Godofredo	Minas Geraes	1883	
» Agostinho José da Silva	»	1865	
» Alberto de Almeida Corrêa	S. Paulo	1889	
» Alexandrino Diniz	Minas Geraes	1891	
» Alonso de Faria	Rio de Janeiro	1866	
» Alvares de Abreu e Silva Junior	Minas Geraes	1864	
» » Lobo	S. Paulo	1881	

A	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas (e Sociais)	Jurídicas	Sociais
Antonio Alvares Vellozo de Castro	Rio de Janeiro	1864		
» Alves da Costa Carvalho.	S. Paulo	1883		
» » Silva Pinto.	Rio de Janeiro	1833		
» » Guimarães de Azambuja	Rio G. do Sul	1845		
» » Pereira		1868		
» Amador de Godoy Moreira	S. Paulo	—	1895	
» Angelo Christino Fioravante.		1836		
» Antunes Ribas.		1866		
» Arnaldo de Oliveira	Minas Geraes	1868		
» » Sobrinho		1891		
» Augusto Bittencourt	S. Paulo	1868		
» » Celso Nogueira	Minas Geraes	1887		
» » Cezar d'Azevedo	Matto Grosso	1850		
» » da Costa Barradas	Rio de Janeiro	1866		
» » da Fonseca	Portugal	1849		
» » d'Athayde	Minas Geraes	1876		
» » de Bulhão Jardim	Goyaz	1873		
» » » Carvalho.	Bahia	1880		
» » » Chaves	Rio G. do Sul	1895		
» » » Lima.	Minas Geraes	1882		
» » » Oliveira (1.º).		1853		
» » » » (2.º)		1872		
» » » Roxo	Côrte	1884		
» » » Queiroga	Minas Geraes	1831		
» » » Serpa Pinto	Capital Federal	1893		
» » dos Reis Serapião	Minas Geraes	1866		
» » Gomes Nogueira	S. Paulo	—	1896 1897	
» » Malheiros		1893		
» » Moreira de Toledo		1883		
» » Nogueira da Gama Junior	Espirito Santo	1873		
» » Pereira da Cunha	Bahia	1834		
» » Ribeiro de Almeida	Rio de Janeiro	1861		
» » Rodrigues de Moraes	Goyaz	1879		
» » Simões Pires	Rio G. do Sul	1890		
» » Teixeira	Minas Geraes	1893		
» » Vellozo		1879		
» Avelino de Andrade	Rio de Janeiro	1891		
» Baptista de Campos Pereira		1880		
» » » Carvalho		1860		
» » » Franco	Côrte	1888		
» » Barboza da Silva e Souza	S. Paulo	1858		
» » » de Azevedo Viegas		1862		
» » » Gomes Nogueira	Minas Geraes	1846		
» » » Junior		1883		
» » Benedicto de Cerqueira Cezar	S. Paulo	1861		
» » » dos Santos Malheiros		1868		
» » » Monteiro Vianna		1866		

A	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas (e Sociais)	Jurídicas	Sociais
Antonio Benedicto Valladares Ribeiro	Minas Geraes	1895		
» Bento de Souza e Castro.	S. Paulo	1868		
» » Domingues de Castro		1881		
» Bittencourt Amarante Junior.	Minas Geraes	1882		
» Bley	Paraná	1875		
» Caetano de Oliveira Carvalho	S. Paulo	1858		
» Caio da Silva Prado		1879		
» Candido da Cunha Leitão	Rio de Janeiro	1868		
» » » Rocha		1845		
» » de Almeida e Silva.	S. Paulo	1868		
» » de Azambuja.	Rio de Janeiro	1868		
» » do Amaral	S. Paulo	1874		
» » Ferreira de Abren		1845		
» » Teixeira	Minas Geraes	1863		
» » Vieira	S. Paulo	1886		
» » Xavier de Almeida Souza		1887		
» Cardoso de Gusmão	Pernambuco	1887		
» Carlos Carneiro Viriato Catão	Minas Geraes	1854		
» » da Costa Carvalho Junior	Rio de Janeiro	1891		
» » » Rocha Fragoso	Minas Geraes	—	1895 1891	
» » » de Assumpção.	S. Paulo	—	1894 1896	
» » » Castro Madeira	Pernambuco	1880		
» » » Moraes Salles	S. Paulo	1866		
» » dos Reis Junior	Bahia	1856		
» » Pereira da Cunha	Rio G. do Sul	—	1895	
» » Ribeiro de Andrada	S. Paulo	1862		
» » » » Filho	Minas Geraes	1891		
» » » » chado e Silva	S. Paulo	1855		
» Antonio Carlos Simões da Silva	Capital Federal	1893		
» » Carneiro de Campos	S. Paulo	1853		
» » Carvalho Serra.	Maranhão	1866		
» » Casemiro da Motta Pacheco	Minas Geraes	1860		
» » Celestino Soares	S. Paulo	1884		
» » Cesario de Faria Alvim	Minas Geraes	1865		
» » Cordeiro de Negreiros Lobato		1867		
» » Corrêa de Oliveira.	Rio G. do Sul	1863		
» » » do Couto	Matto Grosso	1857		
» » Continho de Souza	Bahia	1867		
» » Crispiniano Barbosa Freire	Rio de Janeiro	1881		
» » da Costa Pinto e Silva		1849		
» » Daniel Tanajura Guimarães	Bahia	1884		
» » da Rocha Fernandes Leão	Minas Geraes	1861		
» » » Rosa Moraes	S. Paulo	1898		
» » » Silva Corrêa	Rio de Janeiro	1893		
» » » Jardim		1882		
» » » Neves	Pernambuco	1834		

A	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Antonio da Silva Prado	S. Paulo	1861		
» Silveira Xandó.	Minas Geraes	1899		
» de Almeida Cintra	S. Paulo	—	1898	1896
» » Martins Costa	Maranhão	1893		
» » Andrade Junior	Capital Federal	1893		
» » Anhaia Mello	S. Paulo	1882		
» » Barros Mello	Minas Geraes	1859		
» » Campos Toledo	S. Paulo	1863		
» » Castro de Mendonça Furtado	»	1856		
» » Prado	»	1886		
» » Cerqueira Carvalho da C. Pinto	Bahia	1831		
Junior	Capital Federal	1893		
Antonio de Freitas Paiva	S. Paulo	1894		
» » Godoy Moreira e Costa	Capital Federal	1891		
» » Oliveira Rocha	Minas Geraes	1882		
» » Padua Assis Rezende.	Ceará	1862		
» » Pereira Pacheco	S. Paulo	1881		
» » Salles	»	1875		
» » Paiva Azevedo	Minas Geraes	1834		
» » Paula Ramos	Rio de Janeiro	1864		
» » Junior	S. Paulo	1854		
» » Queiroz Telles Junior.	»	1881		
» » Souza Barros	Maranhão	1861		
» » da Silveira	Minas Geraes	1891		
» » Dias Ferraz Junior	S. Paulo	1859		
» » Novaes	Rio de Janeiro	1856		
» » Paes Leme	S. Paulo	1875		
» » Dino da Costa Bueno	»	1838		
» » Duarte Novaes	Minas Geraes	1886		
» » Dutra Nicacio.	»	1868		
» » Esperidião Gomes da Silva	S. Paulo	—	1896	1893
» » Esteves dos Santos Sobrinho	Côrte	1871		
» » Eulalio Monteiro Junior	S. Paulo	1881		
» » Ezequiel de Camargo.	»	1837		
» » Faustino Cesar	Rio de Janeiro	1871		
» » Fausto Neves de Souza	Goyaz	1865		
» » Felix de Bulhões Jardim.	Rio de Janeiro	—	1899	
» » Miranda	Côrte	1886		
» » Felizardo Copertino do Amaral.	Minas Geraes	1854		
» » Fernandes Moreira Junior	»	1890		
» » Pinto Coelho	Rio de Janeiro	1882		
» » Werneck Moreira.	»	1864		
» » Ferreira da Silva Pinto	S. Paulo	1872		
» » de Castilho	»	1892		
» » Mello.	Alagoas	1879		
» » Novaes Mello	Côrte	1888		
» » Souza Redondo.	»	»		

A	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Antonio Ferreira França	Bahia	1868		
» » Vianna	Rio G. do Sul	1855		
» » Firmo Dias Cardoso Junior	Pará	1888		
» » Francisco Coelho de Almeida	Rio de Janeiro	1890		
» » da Costa Ramos	»	1862		
» » de Aguiar e Barros	S. Paulo	1857		
» » » e Castro	»	1861		
» » Araujo Cintra	»	1863		
» » Ribeiro.	Rio de Janeiro	1869		
» » Villaça de Azevedo	S. Paulo	1862		
» » Furtado da Rocha Frota.	Ceará	1895		
» » Galvão da Costa França	S. Paulo	1892		
» » Garcia Adjuto	Minas Geraes	1890		
» » Gomes Candido	»	1836		
» » de Almeida	»	1895		
» » Pinheiro Machado	S. Paulo	1839		
» » Junior.	Rio G. do Sul	1880		
» » dos Reis Junior	S. Paulo	1866		
» » Gonçalves Barbosa da Cunha	»	1844		
» » de Carvalho	Rio de Janeiro	1863		
» » Mesquita Junior	Minas Geraes	1863		
» » Chaves Junior	»	1863		
» » Gomide.	S. Paulo	1852		
» » Pereira de Sá Peixoto	Capital Federal	1891		
» » Gregorio do Nascimento Godoy.	S. Paulo	1881		
» » Guilhermino Gentili de Lacerda	Rio de Janeiro	1835		
» » Herculano Furtado de Mendonça	»	1862		
» » Hermogenes Altenfelder Silva	—	1895		
» » Jacob da Paixão	Minas Geraes	1875		
» » Januario Pinto Ferraz	S. Paulo	1871		
» » Joaquim Barboza da Silva	Minas Geraes	1878		
» » da Costa	Rio de Janeiro	1861		
» » Silva Cotrim	S. Paulo	1834		
» » de Carvalho.	»	1863		
» » Macedo Soares	Rio de Janeiro	1861		
» » Sampaio Peixoto	S. Paulo	1834		
» » Siqueira	Rio de Janeiro	1831		
» » Souza Paraíso	Bahia	1861		
» » Fernandes de Oliveira	Rio de Janeiro	1867		
» » Leme	S. Paulo	1862		
» » Ribas	Rio de Janeiro	1839		
» » José Affonso Guimarães Junior	»	1864		
» » Barboza da Veiga	»	1838		
» » de Oliveira	Bahia	1853		
» » Capote Valente	Ceará	1883		
» » da Costa e Silva.	S. Paulo	1888		
» » Junior.	Rio de Janeiro	1864		

A	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Antonio José da Motta e Silva	Rio G. do Sul	1837		
» » » Rocha	S. Paulo	1858		
» » » Veiga Cabral.	Rio G. do Sul	1859		
» » » de Mattos Lima.	Rio de Janeiro	1862		
» » » Moraes	S. Paulo	1867		
» » » Barros	»	1891		
» » » Pupo.	»	1862		
» » » Fernandes Junior	Rio de Janeiro	1893		
» » » Ferreira Braga Junior	Côrte	1870		
» » » Couteiro	Minas Geraes	1876		
» » » Gonçalves Bastos Junior	Rio de Janeiro	1862		
» » » Chaves	Rio G. do Sul	1836		
» » » Leite Lobo	Rio de Janeiro	1852		
» » » Lisbôa	»	1834		
» » » Lopes Rodrigues	S. Paulo	1867		
» » » Martins Coelho	Rio G. do Sul	1836		
» » » Moreira	Minas Geraes	1900		
» » » Pereira	Goyaz	1870		
» » » Pinto Junior	S. Paulo	1859		
» » » Rodrigues Siqueira	»	1863		
» » » Torres	Rio de Janeiro	1864		
» » » Teixeira Machado	S. Paulo	1890		
» » » Viera Ferraz	Rio de Janeiro	1870		
» » » Machado	»	1864		
» » » Justino Monteiro de Queiroz Junior	Minas Geraes	1866		
» » » Ladisláu de Figueiredo Rocha	Bahia	1833		
» » » Lambert	Minas Geraes	1900		
» » » Lara da Fontoura Palmeiro	Rio G. do Sul	1879		
» » » Leite Ribeiro de Almeida	Rio de Janeiro	1869		
» » » Leme da Silva	»	1837		
» » » Junior.	S. Paulo	1870		
» » » Lopes de Oliveira Araujo	Rio de Janeiro	1850		
» » » Lossio Seiblz	S. Paulo	1846		
» » » Lourenço de Freitas	»	1856		
» » » Luiz dos Santos Werneck	Rio de Janeiro	1880		
» » » Ferreira Tinoco	»	1866		
» » » Pereira da Cunha Junior	S. Paulo	1862		
» » » Ramos Nogueira	»	1862		
» » » Sayão	Rio de Janeiro	1852		
» » » Macedo Simões	S. Paulo	1900		
» » » Manoel Coelho Netto	»	1836		
» » » de Campos Mello	»	1833		
» » » Freitas	Rio de Janeiro	1873		
» » » dos Reis	S. Paulo	1872		
» » » Peixoto de Souza	Rio de Janeiro	1867		
» » » Pinto Coelho.	»	1891		
» » » Marcondes dos Santos	»	1887		

A	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Antonio Maria da Silva	S. Paulo	1881		
» » » Honorato Mercado.	Rio G. do Sul	1884		
» » » Neves da Silveira (D.)	Rio de Janeiro	1853		
» » » Marinho Loureiro Chaves	Rio G. do Sul	1893		
» » » Marques de Oliveira	Minas Geraes	1894		
» » » Martins da Silva	»	—	1895	
» » » Fontes Junior	S. Paulo	1899		
» » » Torres	Rio de Janeiro	1862		
» » » Maximo do Couto	Portugal	1847		
» » » Nogueira Penido	Minas Geraes	1867		
» » » Ribeiro da Luz.	»	1848		
» » » Mendes de Oliveira Castro So- brinho	Côrte	1886		
» » » Antonio Militão de Souza Aymerê	S. Paulo	1889		
» » » Mouiz Barreto.	Bahia	1837		
» » » de Souza	S. Paulo	1878		
» » » Monteiro Freire	Rio de Janeiro	1881		
» » » Moreira de Barros	S. Paulo	1861		
» » » Filho.	»	1888		
» » » Tavares	Rio de Janeiro	1856		
» » » Navarro de Abreu	Matto Grosso	1835		
» » » Nunes de Aguiar Junior.	Rio de Janeiro	1850		
» » » Seabra Perestrello.	»	1856		
» » » Gomes Pereira	Rio G. do Sul	1888		
» » » Olavo de Araujo.	Bahia	1869		
» » » Olympio Rodrigues Vieira	Ceará	—	1895	
» » » Pacheco Ferreira Vianna.	Côrte	1883		
» » » Paes de Barros Sobrinho.	S. Paulo	1886		
» » » Passos de Miranda Filho	Pará	1891		
» » » Paulino da Silva	S. Paulo	1891		
» » » Soares de Souza.	Côrte	1865		
» » » Pedro da Costa Pinto	Minas Geraes	1860		
» » » d'Alencastro Junior	Côrte	1870		
» » » de Souza e Silva	Rio de Janeiro	1882		
» » » Monteiro de Souza	»	1864		
» » » Pereira da Rocha Soares.	S. Paulo	—	1893	
» » » Silva Barros	»	1872		
» » » de Abreu Junior	Goyaz	—	1898	
» » » Queiroz	S. Paulo	1883		
» » » dos Santos	»	1857		
» » » Pimentel Junior	»	1898		
» » » Pinheiro de Albuquerque.	»	1887		
» » » Pinto de Almeida Ferraz	»	1891		
» » » Oliveira	Minas Geraes	1891		
» » » do Rego Freitas	S. Paulo	1861		
» » » Proost Rodovalho Junior	»	1890		
» » » Quirino de Souza e Castro	»	1860		

A	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociaes
Antonio Ramos Caiado	Goyaz	1895		
„ Ribeiro da Silva Porto	Rio de Janeiro	1853		
„ „ de Castro	„	1837		
„ „ dos Santos	S. Paulo	1872		
„ „ Penna	Minas Geraes	1886		
„ „ Rozado	Côrte	1870		
„ „ Velho de Avellar	Rio de Janeiro	1882		
„ Roberto de Almeida	Pernambuco	1835		
„ Rodrigues Coelho Junior	Minas Geraes	1886		
„ „ da Motta Cunha	Rio de Janeiro	1856		
„ „ de Almeida Jordão	S. Paulo	1831		
„ „ Azevedo Ferreira	„	1861		
„ „ Mello	„	—	1895	
„ „ do Amaral Cesar	„	1892		
„ „ Prado Junior	Matto Grosso	1858		
„ „ Fernandes Chaves	Rio G. do Sul	1862		
„ „ Guimarães Junior	Rio de Janeiro	1861		
„ „ Monteiro de Azevedo	„	1862		
„ Salgado Bicudo	S. Paulo	—	1895	
„ Sebastião Rebouças	„	1890		
„ Serafim da Costa Porto	Minas Geraes	1870		
„ Silverio de Alvarenga	S. Paulo	1881		
„ Silvestre de Pinho	Matto Grosso	1876		
„ Simões da Silva	Bahia	1831		
„ Simplicio de Salles	Minas Geraes	1855		
„ Soares da Silva	Rio G. do Sul	1867		
„ Sygmaringa de Moraes Cordeiro	S. Paulo	1891		
„ Teixeira da Silva	„	1896		
„ „ de Assumpção Netto	„	1892		
„ „ Siqueira Magalhães	Minas Geraes	1861		
„ Thomaz de Godoy	„	1834		
„ Tiburcio Figueira	Rio de Janeiro	1876		
„ Velentim da Costa Magalhães Junior	Côrte	1881		
„ Antonio Vaz Pinto Coelho da Cunha	Minas Geraes	1861		
„ Veriano Pereira	S. Paulo	1890		
„ Verissimo de Mattos	Rio de Janeiro	1841		
„ Versiani de Figueiredo Murta	Minas Geraes	1886		
„ Vespasiano de Albuquerque	S. Paulo	1857		
„ Vicente de Siqueira Pereira Leitão	Rio G. do Sul	1831		
„ „ Souza Queiroz	S. Paulo	1886		
„ Victor de Macedo	„	1886		
„ Vieira Barboza	„	1861		
„ „ Braga	Rio G. do Sul	1832		
„ „ da Cosa Machado	Rio de Janeiro	1861		
„ „ dos Santos Werneck	„	1879		
„ Villela de Castro	Minas Geraes	—	1897	1896

A	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociaes
Apolinario José da Silva	Minas Geraes	1834		
Aquilino Leite do Amaral Coutinho	Matto Grosso	1861		
„ „ „ Junior	S. Paulo	1889		
Araldo Manoel Erichsen	„	1873		
Arão da Rocha Miranda	Rio de Janeiro	1892		
Argemiro Antonio da Silveira	S. Paulo	1890		
„ Cicero Galvão	Rio G. do Sul	1884		
Ariowaldo Augusto do Amaral	S. Paulo	1891		
Aristides de Araujo Maia	Minas Geraes	1881		
„ Godofredo Caldeira	„	1888		
„ Mello	Santa Catharina	1892		
„ Salles	S. Paulo	—	1895	
Arlindo Carneiro da Silva Braga	„	1835		
„ da Costa Corrêa Leite	Rio G. do Sul	—	1895	
„ de Carvalho Pinto	S. Paulo	1895		
„ Ernesto Ferreira Guerra	„	1881		
„ Ferreira Carneiro	„	1889		
„ Vieira Paes	„	1884		
Armando de Souza	„	1897		
„ Patricio de Azambuja	Rio G. do Sul	1890		
„ Soares Dias	Capital Federal	—	1895	1893
Armando Freire de Almeida Mello	Minas Geraes	1893		
Arnolpho Rodrigues de Azevedo	S. Paulo	1891		
Arsenio de Almeida Araujo Cavalcanti	Bahia	1881		
„ Gonçalves Marques	Paraná	1869		
Arthur Bellegarde Mariz Maracajá	Parahyba	1896		
„ Cezar da Silva Lima	Minas Geraes	1889		
„ „ Whitacker	S. Paulo	1891		
„ „ Guimarães	Rio de Janeiro	1863		
„ da Silva Araujo	S. Paulo	1886		
„ „ Bernardes	Minas Geraes	1900		
„ „ Leme	S. Paulo	1900		
„ de Camargo Carneiro	Goyaz	1889		
„ „ Carvalho Moreira	Rio de Janeiro	1870		
„ „ Oliveira Paiva	S. Paulo	1893		
„ Eduardo dos Santos	„	1890		
„ Emiliano da Costa	Rio de Janeiro	—	1891	
„ Eugenio Furtado	Minas Geraes	1891		
„ Ferreira Brandão	„	1884		
„ „ d'Avila Rebouças	S. Paulo	1884		
„ „ Diniz	Minas Geraes	1896		
„ Franco Fernandes de Barros	Paraná	1883		
„ Gonçalves de Oliveira Carvalho	Minas Geraes	1876		
„ Gouvêa	S. Paulo	—	1897	1896
„ Itabirano de Menezes	Minas Geraes	1889		
„ Leal Ferreira	Bahia	1880		
„ Luiz Cadaval	Rio G. do Sul	1875		

A	NATURALIDADE	SCIENCIAS			
		Juridicas e Sociaes	Juridicas	Sociaes	
Arthur Mesquita Curtines Laxe	Rio de Janeiro	1888			
» Moreira de Almeida	S. Paulo	—	1891		
» » Castro Lima	»	1889			
» Nicolau de Vergueiro	»	1884			
» Octaviano Braga	Rio G. do Sul	1879			
» Pinto Lima	Rio de Janeiro	1898			
» Prado de Queiroz Telles	S. Paulo	1884			
» Ribeiro de Oliveira	Minas Geraes	1888			
» Rudge da Silva Ramos	S. Paulo	—	1898	1896	
» Severiano Ferreira Guimarães	Minas Geraes	1888			
» Soares de Moura	»	1892			
» Teixeira Leite	»	1870			
» Travassos Prestes	Rio G. do Sul	1893			
» Vautier	S. Paulo	1888			
» Vianna Barbosa	Rio de Janeiro	1900			
» Xavier Pinheiro e Prado	Rio G. do Sul	1892			
Ascanio Beriguy	S. Paulo	—	1896		
» » de Cerqueira	»	—	1897		
Ascendino Angelo dos Reis (Dr.)	Sergipe	1889			
Astolpho Dutra Nicacio	Minas Geraes	1888			
» Pio da Silva Pinto	»	1861			
» Vieira de Rezende e Silva	»	1891			
Ataliba Leonel Rolim	S. Paulo	—	1896	1895	
Ataulfo Napoles de Paiva	Rio de Janeiro	1887			
Atto Chaves Barcellos	Rio G. do Sul	1891			
Augusto Albino de Almeida	Minas Geraes	1891			
» Alvares de Azevedo	Côrte	1867			
» Balthasar da Silveira	Bahia	1831			
» Cesar de Barros Cruz	S. Paulo	1881			
» » Mattos	»	1883			
» » Padua Fleury	Goyaz	1860			
» Cincinato de Almeida Lima	S. Paulo	1859			
» Cochrane de Alencar	Côrte	1888			
» da Costa Guimarães	S. Paulo	1891			
» de Azevedo Vianna	Minas Geraes	1893			
» » Meirelles Reis.	S. Paulo	1886			
» » Oliveira Maia	Rio de Janeiro	1891			
» » Siqueira Cardoso	S. Paulo	1881			
» » Souza Queiroz.	»	1872			
» do Couto Delgado	Côrte	1869			
» Fausto Guimarães Alvim.	Minas Geraes	1857			
» Ferreira de Castilho	S. Paulo	—	1893	1895	
» » França	Bahia	1857			
» Freire da Silva	Maranhão	1862			
» » Junior	S. Paulo	1884			
» » de Andrade	Minas Geraes	1892			
» Henrique Turk	S. Paulo	1894			

A	NATURALIDADE	SCIENCIAS			
		Juridicas e Sociaes	Juridicas	Sociaes	
Augusto José da Costa	Rio de Janeiro	1881			
» » de Castro e Silva	»	1857			
» » Marques	Maranhão	1881			
» » Peixoto	Pernambuco	1841			
» » Pereira das Neves	Rio de Janeiro	1890			
» Lobo de Moura	Portugal	1835			
» » Junior	Paraná	1866			
» Maciel	Minas Geraes	1890			
» Mario Caldeira Brant.	»	1898			
» Martins Barbosa	S. Paulo	1890			
» Octaviano Bessa	Rio de Janeiro	1871			
» Olympio Gomes Valladão	Minas Geraes	1895			
» Pereira Leite	S. Paulo	1893			
» Ribeiro de Loyola	Minas Geraes	1865			
» » Mendes	»	1891			
» Teixeira de Freitas	Bahia	1861			
» Torquato de Andrade Botelho	Minas Geraes	1886			
» Xavier Bueno de Andrade	S. Paulo	1866			
Aureliano Augusto de Andrade	Minas Geraes	1862			
» Baptista Pinto de Almeida Junior	»	1863			
» Caetano Tavares Bastos.	Alagoas	1858			
» de Souza e Oliveira.	Rio G. do Sul	1864			
» » » Coutinho	Côrte	1870			
» » » Junior	S. Paulo	1891			
» José dos Santos	Rio de Janeiro	1861			
» Martins de Carvalho Mourão	Minas Geraes	1868			
» Moreira de Magalhães	»	1865			
» Oliver e Alzamora	»	1881			
» Roberto Duarte	»	—	1895	1896	
Aurelio de Bittencourt Junior	Rio G. do Sul	—	1896		
» » Faria Lobato	Minas Geraes	1893			
» » Figueiredo Rings	Rio de Janeiro	1890			
» Gomes Ferreira Velloso	Bahia	1881			
» José das Neves	Minas Geraes	—	1896	1895	
Auto Pereira Barbosa Fortes	Rio de Janeiro	1891			
Avelino de Paula Eduardo	S. Paulo	1883			
» José de Pinho.	Rio de Janeiro	1883			
» Rodrigues Milagres	Minas Geraes	1857			
Ayres Augusto de Araújo	Matto Grosso	1836			
Azarias de Andrade Queiroz Botelho	Minas Geraes	1894			
Balthazar da Silva Carneiro	Rio de Janeiro	1858			
» de Abreu Cardoso Sodré	»	1848			
Barnabé Francisco Vaz de Carvalhaes So- brinho	Côrte	1889			
Baptista Caetano Teixeira de Almeida Junior	Rio de Janeiro	1879			
Basileu Soares Muniz	S. Paulo	—	1898	1896	

B	NATURALIDADE	SCIÊNCIAS	
		Jurídica e Sociais	Jurídicas e Sociais
Belisario Francisco Caldas	Rio de Janeiro	1869	
» Pereira de Carvalho	S. Paulo	1900	
Benedicto Armando Teixeira Paes	»	1898	
» Castilho de Andrade	»	1889	
» Cordeiro de Campos Valladares	Minas Geraes	1872	
» da Lapa Trancoso	S. Paulo	—	1896
» Felix de Souza	Goyaz	1859	
» Ferraz de Camargo	S. Paulo	1894	
» Froscolo Jovino de Almeida	Bahia	1860	
Aymberé	S. Paulo	1836	
Benedicto José de Araujo Toledo	»	1890	
» Netto de Araujo	»	1880	
» Philadelpho de Castro	»	—	1897 1895
» Rolim Junior	»	1889	
Benjamin Antunes de Oliveira	Ceará	1893	
» da Luz Novaes	S. Paulo	1884	
» Firmo de Paula Araucira	Minas Geraes	1886	
» Guilherme de Macedo	»	1858	
» Rodrigues Pereira	»	1863	
Bento Aguiar de Barros	S. Paulo	1872	
» Antunes Barroso	Rio de Janeiro	1891	
» Barata Ribeiro	S. Paulo	1889	
» Benedicto Coelho de Almeida	Rio de Janeiro	1880	
» Carneiro de Almeida Pereira	»	1857	
» Francisco de Paula e Souza	S. Paulo	1886	
» Galvão da Costa e Silva	»	1859	
» Luiz de Oliveira Lisboa	Rio de Janeiro	1888	
» » Toledo Lisboa	Côrte	1859	
» Manoel de Almeida Baptista	Rio de Janeiro	1893	
» Pereira Bueno	S. Paulo	1886	
» Pinto do Rego Freitas	»	1857	
» » Ribeiro Pereira de Sampaio	Rio de Janeiro	1891	
» Ribeiro da Luz	Minas Geraes	1881	
» dos Santos Camargo	S. Paulo	1868	
» Rodrigues Freire	Rio de Janeiro	1882	
Bernardino Augusto de Lima	Minas Geraes	1893	
» de Souza Monteiro	Espirito Santo	1879	
» Ferreira da Silva	S. Paulo	1891	
» Guerreiro Rodrigues Torres	Rio de Janeiro	1838	
» José de Aquino	Minas Geraes	1831	
» » Campos	Bahia	1863	
» » Junior	Minas Geraes	1833	
» » Queiroga	»	1838	
» » Rodrigues Ferreira	Rio G. do Sul	1869	
» Pamplona de Menezes	Rio de Janeiro	1893	
» Peixoto de Campos	S. Paulo	1833	
Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja	Rio de Janeiro	1833	

C	NATURALIDADE	SCIÊNCIAS	
		Jurídica e Sociais	Jurídicas e Sociais
Bernardo Augusto Rodrigues da Silva	S. Paulo	1852	
» Avelino Gavião Peixoto	»	1849	
» de Souza Campos	»	1893	
» Dias de Castro	Rio G. do Sul	1835	
» Guilherme Carneiro	Rio de Janeiro	1852	
» Jacintho da Veiga (1.º)	Minas Geraes	1855	
» » (2.º)	Côrte	1889	
» Joaquim da Silva Guimarães	Minas Geraes	1852	
» José da Fonseca Vasconcellos	Rio de Janeiro	1865	
Boaventura Antonio da Costa	Rio G. do Sul	1879	
» Seraphico de Brito Guerra	Rio G. do Norte	1884	
Bogumil Bartholomey	Rio G. do Sul	1890	
Branlio Augusto de Bragança	Rio de Janeiro	1887	
» Romulo Colonia	Bahia	1857	
» Thimothéo Urioste	S. Paulo	1861	
Braz Barbosa da Silva	»	1858	
» Odorico de Freitas	»	1863	
Brazilio Alves Corrêa do Amaral	»	1880	
» Augusto Machado de Oliveira	»	1872	
» Rodrigues dos Santos	»	1877	
» Yiberé da Cunha	Paraná	1870	
Briano O'Connor de Camargo Dauntre	S. Paulo	1879	
Caetano Alves Rodrigues Horta	Minas Geraes	1835	
» Augusto da Gama Cerqueira	»	1867	
» dos Santos	Côrte	1881	
» Furquim de Almeida	Minas Geraes	1838	
» José de Andrade Pinto	Rio de Janeiro	1855	
» » Souza	Maranhão	1853	
» Luiz Machado de Magalhães	Minas Geraes	1875	
» Marques dos Santos	Rio de Janeiro	1850	
» Pinto de Miranda Montenegro	Côrte	1873	
» Xavier da Silva Pereira	Matto Grosso	1859	
Caio de Campos Valladares	Rio de Janeiro	—	1891 1895
Calimério Nestor dos Santos	Minas Geraes	1889	
Camillo Augusto Maria de Brito	»	1865	
» Gavião Peixoto	S. Paulo	1861	
» Soares de Moura Junior	Minas Geraes	1889	
Candido Alves Duarte Silva	Rio de Janeiro	1866	
» Pereira	Rio G. do Sul	1834	
» Augusto Rodrigues	S. Paulo	1881	
» Baptista de Lacerda	Rio de Janeiro	1871	
» Bueno da Costa Junior	Minas Geraes	1841	
» Carneiro Ribas	S. Paulo	1881	
» de Souza Campos	»	1895	
» » Toledo Malta	»	1884	
» Drummond Furtado de Mendonça	Rio de Janeiro	1873	
» Fernando da Costa Guimarães Junior	Côrte	1873	

C	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídica e Sociais	Jurídica	Sociaes
Candido Ferreira da Silva Camargo	S. Paulo	1861		
» Gomes de Vasconcellos Guanabara	Rio de Janeiro	1855		
» José de Andrade	S. Paulo	1854		
» » Mariano Junior	Minas Geraes	1861		
» » Rodrigues Torres	Rio de Janeiro	1863		
» Leopoldo da Motta Cruz		1862		
» Lopes de Oliveira	S. Paulo	1857		
» Luiz Maria de Oliveira	Minas Geraes	1865		
» Monteiro da Cunha Bueno	S. Paulo	1884		
» Nanzianzeno Nogueira da Motta		1891		
» Pereira Barreto	Rio de Janeiro	1860		
» » Gustavo	Minas Geraes	1867		
» Rebello de Araujo Palhares	S. Paulo	1835		
» Tavares Bastos	Rio G. do Sul	1886		
» Teixeira Fortes	Minas Geraes	1867		
» Xavier de Almeida e Souza	S. Paulo	1854		
Cantidio Tolentino de Figueiredo Bretas	Minas Geraes	1896		
Canuto José Saraiva	S. Paulo	1875		
Carlindo dos Santos Pinto	Minas Geraes	1890		
Carlos Affonso de Assis Figueiredo		1867		
» Alberto de Bulhões Ribeiro	S. Paulo	1868		
» » Teixeira Leite	Minas Geraes	1862		
» » Vianna	S. Paulo	1899		
» Antonio Cordeiro	Rio de Janeiro	1834		
» » de Bulhões Ribeiro		1833		
» » » Carvalho		1836		
» » » França Carvalho		1867		
» » Rodrigues	S. Paulo	1862		
» Arthur Busch Varella	Rio de Janeiro	1848		
» Augusto Cardozo de Menezes	S. Paulo	1866		
» » Coelho	Capital Federal	—	1895	1893
» » de Carvalho	Côrte	1873		
» » » Freitas Villalva	S. Paulo	1880		
» » » Oliveira Figueiredo	Rio de Janeiro	1858		
» » » Souza Lima	S. Paulo	1866		
» » do Amaral Sobrinho		1866		
» » Ferreira Brandão	Minas Geraes	1892		
» » Garcia Ferreira	S. Paulo	1882		
» » Germano Knüppeln	Rio G. do Sul	1895		
» » Pereira Guimarães	S. Paulo	1883		
» Baptista de Castro	Minas Geraes	1861		
» Borges Monteiro	Côrte	1886		
» Caetano de Abreu	S. Paulo	1863		
» Canuto Malheiros		1851		
» Carneiro de Barros Azevedo	Côrte	1876		
» Coelho de Oliveira	Capital Federal	1890		
» de Arruda Botelho	S. Paulo	1891		

C	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídica e Sociais	Jurídica	Sociaes
Carlos de Camargo Tolomony	S. Paulo	1898		
» » Campos		1887		
» » Moraes Barros		1890		
» Domicio de Assis Toledo	Minas Geraes	1882		
» Edmundo Amalio da Silva	Rio G. do Sul	1894		
» Ferreira de Souza Fernandes Junior	Espirito Santo	1881		
» » França	S. Paulo	1878		
» » Ramos	Rio G. do Sul	1880		
» » Tinôco	Rio de Janeiro	1891		
» Frederico Castrioto		1856		
» » de Lima e Silva		1855		
» » » Moura e Cunha	Rio G. do Sul	1869		
» » Pires Maciel	Rio de Janeiro	1869		
» » Taylor		1856		
» Henrique de Aguiar Melchert		1858		
» Honorio Benedicto Ottoni	Minas Geraes	1866		
» Hido da Silva	S. Paulo	1837		
» João Pereira Bastos	Rio de Janeiro	1863		
» José Augusto de Oliveira	Minas Geraes	1873		
» Leoncio da Silva Carvalho	Rio de Janeiro	1868		
» Magalhães de Azerêdo	Capital Federal	1893		
» Marcondes de Toledo Lessa	Rio de Janeiro	1868		
» Mariano Galvão Bueno	S. Paulo	1860		
» » » Filho		1891		
» Marques de Sá	Côrte	1881		
» » Lisboa	Rio de Janeiro	1857		
» Martins Ferreira	Minas Geraes	1867		
» Norberto de Souza Aranha	S. Paulo	1878		
» Pereira da Silva	Pernambuco	1891		
» Peixoto de Mello Filho	Minas Geraes	1860		
» Reis	Côrte	1883		
» Rodrigues Chaves	Rio G. do Sul	1867		
» Samuel de Araujo	Pernambuco	1886		
» Silveira Martins	Rio G. do Sul	1881		
» Soares da Silva	Minas Geraes	1891		
» » Guimarães	Côrte	1883		
» Thompson Flores	Rio G. do Sul	1865		
» Tito Callado	Côrte	1870		
» Vaz de Mello	Minas Geraes	1864		
» Vieira Ferreira	Rio de Janeiro	—		1893
Cassiano Candido Tavares Bastos	Alagoas	1866		
Cassio Marcondes Monteiro	S. Paulo	1892		
Celestino Gomes de Oliveira	Rio de Janeiro	1865		
Cezar Augusto Salgado Guaritá	Parahyba	1896		
» Nogueira Torres	S. Paulo	1883		
» Vieira Machado	Rio de Janeiro	1876		
Cherubim de Moraes Gomide	S. Paulo	1880		

D	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Cherubim Ferraz de Andrade	S. Paulo	1886		
Chrispiun Jacques de Bias Fortes	Minas Geraes	1870		
Christiano Alberto Vianna Ritt	Côrte	1881		
» de Macedo Costa	S. Paulo	—	1895	1896
» Mello Franco	Minas Geraes	1855		
» Mauricio Stockler de Lima	»	1858		
» Pereira Brazil	»	1886		
» Vieira de Andrade	»	1886		
Christovão Corrêa e Castro	Rio de Janeiro	1860		
» Rodrigues de Andrade	»	1857		
Cicero Eurico Leonel	S. Paulo	1900		
» Ribeiro de Castro	Minas Geraes	1893		
Cincinato Cezar da Silva Braga	S. Paulo	1886		
Claudino Pereira da Fonseca	Minas Geraes	1858		
» Teixeira Guimarães	Portugal	1839		
Claudio Herculano Duarte	Minas Geraes	1863		
» Jeronymo Stockler de Lima	S. Paulo	1861		
Clemente Falcão de Souza Filho	»	1855		
» José Ferreira Braga Junior	Rio de Janeiro	1861		
Clementino de Souza Castro	S. Paulo	1876		
» José do Carmo Junior	Minas Geraes	1868		
» Villas Bôas Canabrava	Bahia	1874		
Cleophano Pitagnary de Araujo	Minas Geraes	1890		
» Mello Terra	»	1888		
Conrado Caetano Erichsen	S. Paulo	1868		
Constancio Rodrigues da Silveira	»	1891		
Constantino de Almeida Faria	»	1839		
» Ernesto de Figueiredo Faro	»	1884		
» Gonçalves Fraga	Bahia	1887		
» José Gonçalves	Rio de Janeiro	1863		
» Luiz Paleta	Minas Geraes	1884		
Crescencio José de Oliveira Costa	S. Paulo	1873		
Custodio Alves dos Santos	Piauhv	1862		
» Cardoso Fontes Filho	Rio de Janeiro	1860		
» Celso de Saboia e Silva	Ceará	—	1891	
» de Araujo Padilha	Minas Geraes	1860		
» José Coelho de Almeida	Rio de Janeiro	1886		
» da Costa Cruz	Minas Geraes	1865		
» Leite de Souza	Rio de Janeiro	1862		
» Mercellino de Magalhães	»	1862		
» Rodrigues de Moura	Minas Geraes	1850		
Cypriano Fenelon Guedes Alcanforado	Pernambuco	1849		
» José Lisboa	Rio de Janeiro	1835		
» Soares	S. Paulo	1863		
Cyrino Antonio de Lemos	Minas Geraes	1832		
Cyro Franklin de Azevedo	Sergipe	1882		
Damaso Candido Corrêa Coelho	S. Paulo	1883		

D	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Damaso José dos Santos Brochado	Minas Geraes	1883		
Daniel Arthur Horta O'leary	»	1858		
» Augusto Machado	S. Paulo	1843		
» » Filho	»	1882		
» Dias Ribeiro de Almeida	Paraná	1858		
» Gonçalves Rezende	S. Paulo	1881		
Dario Augusto Ferreira da Silva	Minas Geraes	1882		
» do Amaral	S. Paulo	1899		
» Getulio Monteiro de Mendonça	Minas Geraes	1890		
» Raphael Callado	Montevideo	1854		
» Sebastião de Oliveira Ribeiro	Minas Geraes	—	1896	1895
David Gomes Jardim Junior	S. Paulo	1892		
» Moretz-Sohn Campista	Côrte	1883		
Delfim Carlos Bernardino e Silva	S. Paulo	1887		
» Moreira da Costa Ribeiro	Minas Geraes	1890		
Delfino Pinheiro de Ulhôa Cintra	»	1834		
» » » Filho	S. Paulo	1858		
Demetrio Uripia	Bahia	1894		
Deocleciano Sarmiento Ferreira de Araujo	Espirito Santo	1892		
Deusdedit de Carvalho	Rio de Janeiro	1891		
Didimo Agapito da Veiga	Portugal	1842		
» » » Filho	Rio de Janeiro	1868		
Diniz Augusto de Araujo Azambuja	S. Paulo	1838		
Diogo de Mendonça Pinto	»	1839		
» Holanda de Lima	Pará	1889		
» José de Andrada Machado	S. Paulo	1887		
» Vieira de Mattos	Rio de Janeiro	1853		
» Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos	Minas Geraes	1867		
Diogo Rodrigues de Moraes Junior	S. Paulo	—	1895	1896
» Teixeira de Macedo Junior	Rio de Janeiro	1834		
Dionisio de Oliveira Silverio Junior	Côrte	1866		
» Paula Orioste	S. Paulo	1863		
Domiciano Barboza da Silva	»	1863		
» de Salles Vianna	Rio de Janeiro	1860		
» Leite Pinto	»	1893		
» Ribeiro	Minas Geraes	1833		
Domingos Alves Barcellos Cordeiro	Rio de Janeiro	1862		
» de Almeida	»	1873		
» Brito	»	1862		
» Chaves	Minas Geraes	—	1895	1896
» da Silva Ribeiro	S. Paulo	1867		
» de Almeida Campos Junior	»	1857		
» Alvarenga Pinto	Rio de Janeiro	1857		
» Andrade Figueira	»	1857		
» Oliveira Maia	»	1849		
» José da Cunha Junior	Minas Geraes	1855		

E	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Domingos José Vaz Dias Junior . . .	Rio G. do Sul	—	1897	1898
» Licínio Ferraz . . .	S. Paulo	1894		
» Marcondes de Andrade . . .	Rio de Janeiro	1866		
» Pinto França Mascarenhas Junior . . .	»	1859		
» Ramos Mello Junior . . .	»	1865		
» Theodoro de Mendonça . . .	Minas Geraes	1870		
» Velho Pereira da Veiga . . .	Rio de Janeiro	1836		
Donato Joaquim da Fonseca . . .	Minas Geraes	1887		
Edgard de Almeida Prado . . .	S. Paulo	—	1896	1895
» Novaes Carvalho . . .	Pernambuco	1895		
Edgardo Carlos da Cunha Pereira . . .	Minas Geraes	1884		
» Guilherme Pahl . . .	Capital Federal	1898		
Edmundo Muniz Barreto . . .	Côrte	1884		
» Palmeiro Pereira da Cunha . . .	Rio G. do Sul	1876		
» Pereira Lins . . .	Minas Geraes	1889		
» Veiga . . .	Sergipe	1889		
Edmur de Souza Queiroz . . .	S. Paulo	1900		
Eduardo Aleixo Callado . . .	Montevideo	1854		
» Alves Guimarães . . .	Côrte	1889		
» Antonio de Barros . . .	Minas Geraes	1862		
» Augusto Nogueira de Camargo . . .	S. Paulo	1880		
» Barbosa Nogueira . . .	Minas Geraes	1886		
» Camargo Neves . . .	S. Paulo	1881		
» Carlos Ferreira da Silva . . .	»	1877		
» da Cunha Canto . . .	»	1884		
» Silva Chaves . . .	»	1888		
» de Almeida Magalhães Sobrinho . . .	Minas Geraes	1875		
» Andrade Pinto . . .	Rio de Janeiro	1856		
» Campos Maia . . .	»	1891		
» Lima Ramos . . .	Bahia	1896		
» Oliveira Cruz . . .	S. Paulo	1900		
» Ernesto da Gama Cerqueira . . .	Minas Geraes	1868		
» Fernandes Lima . . .	Rio G. do Sul	1881		
» Figueira de Aguiar . . .	S. Paulo	1881		
» Galvão de Souza Mello . . .	»	1891		
» Gê Badaró . . .	Minas Geraes	1891		
» Gonçalves de Lima . . .	Rio de Janeiro	1869		
» José de Moura Filho . . .	Minas Geraes	1858		
» Manhães . . .	Rio de Janeiro	1890		
» Leite Ribeiro . . .	»	1886		
» Martins Fontes . . .	S. Paulo	1893		
» Meirelles Alves Moreira . . .	Rio de Janeiro	1867		
» Olympio Machado . . .	Bahia	1845		
» Paulo da Silva Prado . . .	S. Paulo	1881		
» Ribeiro Machado . . .	Maranhão	1889		
» Soulnier de Pierrelévée . . .	»	1886		
» Teixeira de Carvalho Durão . . .	Rio de Janeiro	1873		

E	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Eduardo Tito de Sá . . .	Rio G. do Sul	1891		
Edwino de Andrade Figueira . . .	S. Paulo	1880		
Egydio Barboza de Oliveira Itaquí . . .	Rio G. do Sul	1862		
» de Assis Andrade . . .	Minas Geraes	1882		
» Mariano de Souza Bessa . . .	Rio de Janeiro	1863		
Eleuterio da Silva Prado . . .	S. Paulo	1859		
» Frazão Muniz Varella . . .	Maranhão	1886		
Elias Antonio Pacheco Chaves . . .	S. Paulo	1865		
» de Camargo Novaes . . .	»	1888		
» Meyer . . .	»	1893		
» Pinto de Carvalho . . .	Minas Geraes	1810		
Eliseu Guilherme Christiano . . .	S. Paulo	1886		
Eloy David Benedicto Ottoni . . .	Minas Geraes	1871		
» de Miranda Chaves . . .	S. Paulo	—	1896	1894
Elpidio Maria da Trindade . . .	Capital Federal	1890		
Emiliano David Pernetta . . .	Paraná	1889		
» Fagundes Varella . . .	Rio de Janeiro	1836		
» Pires de Amorim . . .	»	1866		
Emílio Francisco Povão . . .	Goyaz	1891		
» José Candido Soares de Campos . . .	Rio G. do Sul	—	1895	
» Paulo de Carvalho . . .	S. Paulo	1832		
» Valentim Barrios . . .	Rio G. do Sul	1861		
Emydio Antonio da Silva . . .	S. Paulo	1831		
» Joaquim dos Santos . . .	Bahia	1863		
» José Ribeiro . . .	»	1842		
» Tourinho Furtado . . .	»	1892		
» Westphalen . . .	Paraná	1867		
Enéas de Araujo Torreão . . .	Rio G. do Norte	1861		
» Ferreira da Silva . . .	Bahia	—	1896	
» Galvão . . .	Rio G. do Sul	1886		
Epaminondas Piratinino d'Almeida . . .	»	1870		
Erasmio Teixeira de Assumpção . . .	S. Paulo	—	1891	
Erico Vieira de Almeida . . .	Rio de Janeiro	1900		
Ermelino Agostinho de Leão . . .	Paraná	1893		
Ernesto Alves de Oliveira . . .	Rio G. do Sul	1883		
» Augusto da Gama Cerqueira . . .	Minas Geraes	—	1895	
» Malheiros . . .	S. Paulo	1886		
» Pereira . . .	Rio de Janeiro	1861		
» de Moraes Cohn . . .	Capital Federal	1893		
» Dias Lorangeira . . .	Bahia	1862		
» Germack Possolo . . .	Rio de Janeiro	1868		
» Gonçalves Martins . . .	Bahia	1856		
» Leite da Silva . . .	S. Paulo	1884		
» Mariano da Silva Ramos . . .	»	1861		
» Martiniano Pedroso . . .	»	1886		
» Moura . . .	»	1886		
» Pujol . . .	Capital Federal	—	1898	

E	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociaes
Ernesto Rodrigo Goulart Penteado	S. Paulo	1891		
» Rudge da Silva Ramos	»	1889		
Esperidião Eloy de Barros Pimentel Junior	Alagoas	1877		
Esquilão Francisco do Amaral Góes	S. Paulo	1863		
Estacio Corrêa	Paraná	1891		
Estevam Augusto de Oliveira Filho Junior	Rio G. do Sul	1883		
» de Araujo Almeida	Rio de Janeiro	1886		
» José de Siqueira Filho	»	1866		
» Leão Bourroul.	França	1881		
» Leite de Magalhães Pinto	Minas Geraes	1891		
» Lobo Leite Pereira	Rio de Janeiro	1890		
» Ribeiro de Souza Rezende	»	1863		
» Rezende	S. Paulo	1835		
Euclides Fausto de Souza	Côrte	1886		
» Francisco de Moura	S. Paulo	1863		
Eudoxio de Figueiredo	Capital Federal	1897		
Eugenio Adriano de Moraes	»	1892		
» Augusto da Fonseca	S. Paulo	1888		
» Baptista de Oliveira	Londres	1863		
» da Cunha Mello	Capital Federal	1900		
» de Andrade Egas	S. Paulo	1884		
» Oliveira e Silva	»	1891		
» Paula Ferreira	»	1872		
» Valladão Catta Preta	Côrte	1883		
» Ferreira da Cunha	»	1887		
» Gomes Pires Ferreira	Capital Federal	1891		
» Gonçalves Tourinho	Bahia	1891		
» José Pereira de Mello	Rio de Janeiro	1835		
» Lamartine de Andrade	Minas Geraes	1892		
» Manoel de Toledo	S. Paulo	1863		
» Pinto Cardozo Malheiros	»	1861		
» Teixeira Leite	Rio de Janeiro	1875		
Eurico Sergio Ferreira	Minas Geraes	1891		
Eurides Cunha	Paraná	1894		
Eusebio de Queiroz Mattozo Ribeiro	Rio de Janeiro	1858		
» dos Passos Cardoso	Allemanha	1887		
» Gomide Reichert	S. Paulo	1889		
» Innocencio Vaz Lobo da Camara	»			
» Leal	Paraná	1879		
Eusebio Silveira da Motta	»	1870		
Euthiquio Carlos de Carvalho Gama	Alagoas	1888		
Evaristo de Araujo Cintra	S. Paulo	1853		
» Oliveira	Minas Geraes	—	1897	
» Ferreira da Veiga	»	1855		
» » Gonzaga	Côrte	1886		
» Gonçalves Marinho	Rio de Janeiro	1876		
» Ladislau e Silva	Bahia	1835		

F	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociaes
Evaristo Norberto Duarte	Minas Geraes	1862		
» Rodrigues da Silva Carvalho	Goyaz	1868		
Everardo Vallim Pereira de Souza	S. Paulo	1891		
Ezequiel Anselmo Christino Fioravante	»	1861		
» de Paula Ramos	»	1866		
» Ramos Junior	»	—	1896	
Fabiano Augusto Nogueira Porto	S. Paulo	1884		
Fabio de Almeida Leite Guimarães	Rio de Janeiro	1893		
» Sá Barretto	»	—	1895	
» Jacintho de Mendonça Uchôa	Sergipe	1886		
» Pires Ramos	»	1884		
Faustino José de Oliveira Ribeiro	Bahia	1869		
Fausto Augusto de Aguiar	Rio de Janeiro	1839		
» de Freitas Castro	Rio G. do Sul	1865		
» Dias Ferraz	Minas Geraes	—	1895	1892
Feliciano Augusto de Oliveira Penna	»	1869		
» Bernardino Baptista Pereira	Rio de Janeiro	1866		
» Duarte Penido	Minas Geraes	1881		
Felicio José de Miranda	»	1863		
» Ribeiro dos Santos Camargo	S. Paulo	1863		
Felippe Antonio Gonçalves Junior	Minas Geraes	1890		
» Corrêa Pinheiro e Silva	S. Paulo	1834		
» de Sampaio Corrêa	Rio de Janeiro	1870		
» Gabriel de Castro Vasconcellos	Minas Geraes	1871		
» Ladeira de Faria	Bahia	1889		
» Saboia Bandeira de Mello	Ceará	1886		
» Xavier da Rocha	Rio de Janeiro	1855		
Felisberto Barcellos Ferreira de Azevedo	Rio G. do Sul	1887		
» Gomes Jardim	Rio de Janeiro	1855		
» Pereira da Silva	Rio G. do Sul	1855		
» Soares de Gouvêa Horta	Rio de Janeiro	1863		
Felix Bocayuva	Capital Federal	1890		
» Generoso de Almeida e Silva	Minas Geraes	1892		
» José da Costa e Souza	Rio de Janeiro	1870		
» » Serra	Sergipe	1871		
» Pastana	S. Paulo	1900		
» Xavier da Cunha	Rio G. do Sul	1851		
Felizardo Pinheiro de Campos	Rio de Janeiro	1831		
» » Muller	»	1861		
Fenelon da Silva Monte	Sergipe	1871		
Fernão de Souza Queiroz	S. Paulo	1886		
Fernando Antonio de Barros	Minas Geraes	1862		
» Caldeira de Andrade	Santa Catharina	1892		
» da Costa Leal Figueiredo	Minas Geraes	1863		
» de Siqueira Cardozo	S. Paulo	1883		
» Souza Barros	»	1882		
» Ferraz de Andrade Junior	»	1891		

F	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociaes
Fernando Gomes Caldeira de Oliveira Fontoura	Minas Geraes	1835		
» Leite Ribeiro de Faria	Rio de Janeiro	1870		
» Lobo Leite Pereira	Minas Geraes	1876		
» Lourenço de Freitas	S. Paulo	1858		
» Machado		1895		
» Mendes d'Almeida	Maranhão	1879		
» Pacheco de Vasconcellos	S. Paulo	1878		
» Pinheiro de Souza Tavares	Rio de Janeiro	1867		
» Saldanha Moreira	Minas Geraes	1886		
» Sebastião Dias da Matta	Rio de Janeiro	1832		
» Villela de Andrade	S. Paulo	1889		
Fidelix de Oliveira		1883		
» Ignacio de Andrade Botelho	Minas Geraes	1856		
Filastrio Nunes Pires	Santa Catharina	1842		
Filinto Manoel Teixeira	Maranhão	1891		
Firmiano de Moraes Pinto	S. Paulo	1882		
Firmino Antonio da Silva Whitaker Filho		1886		
» de Souza Lima	Rio de Janeiro	1862		
» Estevão Pinheiro	Minas Geraes	1870		
» Rodrigues Silva	Rio de Janeiro	1837		
Firmo d'Albuquerque Diniz		1852		
» de Souza Vianna		1900		
Flaminio Antonio do Nascimento Lessa	S. Paulo	1843		
Flavio Augusto de Oliveira Queiroz		1886		
» de Barros Franco		1898		
» Salles Dias	Minas Geraes	1893		
» Farnezi da Paixão Junior		1856		
» Ferreira de Camargo	S. Paulo	1898		
» Guedes de Araujo	Bahia	1883		
Florencio Carlos de Abreu e Silva	Rio G. do Sul	1862		
Floriano Antonio de Moraes Junior	S. Paulo	1892		
» de Souza Neves Junior		1860		
» Leite de Assis	Rio de Janeiro	1878		
Florindo Loureiro Sampaio		1891		
Fortunato dos Santos Moreira	S. Paulo	1886		
» José de Camargo Junior		1861		
» Luiz Barreto Filho	Rio G. do Sul	1889		
» Raphael Nogueira Penido	Minas Geraes	1837		
Francisco Accaci Corrêa	Pará	1861		
» Accioli Lins	Pernambuco	1881		
» Aguiar de Barros	S. Paulo	1862		
» Alvares da Silva Campos (1.º)	Minas Geraes	1846		
» » (2.º)	Rio de Janeiro	1834		
» d'Azevedo Macedo Junior		1865		
» Alvaro Bueno de Paiva	Minas Geraes	1933		
» Alves Branco	Rio de Janeiro	1867		

F	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociaes
Francisco Alves da Cunha Horta Junior	Minas Geraes	1886		
» de Brito	Bahia	1831		
» dos Santos (1.º)	S. Paulo	1861		
» » (2.º)		1893		
» Guimarães	Paraná	1866		
» Monteiro Netto	S. Paulo	1881		
» Antenor Jobim	Rio G. do Sul	—	1896	
» Antonio Barbosa	S. Paulo	1863		
» Camarano	Italia	1888		
» da Costa Braga Junior	S. Paulo	—	1898	
» » Machado		1832		
» Luz		1861		
» de Almeida Mello		1831		
» » Morato		1888		
» Araujo	Bahia	1833		
» Junior	S. Paulo	1857		
» Borba Junior		1853		
» Carvalho Junior	Côrte	1877		
» Oliveira Ribeiro	Sergipe	1850		
» Salles (1.º)	S. Paulo	1868		
» » (2.º)	Minas Geraes	1886		
» Souza Queiroz Junior	S. Paulo	1857		
» » Netto		1887		
» Dutra Rodrigues	Rio de Janeiro	1865		
» Ferreira	S. Paulo	1863		
» Pinto	Montevideo	1844		
» Victor	Minas Geraes	1833		
» Augusto da Cunha		1873		
» de Barros		1874		
» Oliveira Muniz	S. Paulo	1832		
» Pinto de Moura	Minas Geraes	1890		
Aurelio de Souza Carvalho		1853		
» Filho	S. Paulo	1893		
Azarias de Queiroz Botelho	Minas Geraes	1859		
Balthazar da Silveira (D.)	Bahia	1832		
Baptista da Cunha Madureira		1856		
» de Assis Freitas	Minas Geraes	1886		
» Marques Pinheiro	Portugal	1865		
Belizario Soares de Souza	Rio de Janeiro	1861		
Benedicto de Souza Barboza	Bahia	1861		
Bernardino Ribeiro	Rio de Janeiro	1831		
» Rodrigues Silva	Minas Geraes	1873		
Bernardes Teixeira Duarte		1886		
Borja de Almeida Gomes		1886		
Botelho	S. Paulo	1886		
Caetano da Silva Campos	Rio de Janeiro	1881		
Candido Cardozo	Côrte	1875		

F	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Francisco Candido Gama Junior . . .	Minas Geraes	1891		
» de Bulhões Ribeiro . . .	Rio de Janeiro	1866		
» Marciano da Fontoura e Castro . . .	Minas Geraes	1835		
» Cardozo de Araujo Ribeiro . . .	S. Paulo	—	1896	1895
» Carlos de Araujo Brusque . . .	Rio G. do Sul	1845		
» » » Junior . . .	»	1882		
» » » Moreira . . .	Minas Geraes	1891		
» » dos Reis . . .	Bahia	1862		
» » Mariani Junior . . .	Pará	1854		
» Carneiro Monteiro Salles . . .	Pernambuco	1883		
» Ribeiro da Luz . . .	Minas Geraes	1881		
» Cezario de Figueiredo Cortes J. ^{or} . . .	»	1879		
» Coelho Borges . . .	Bahia	1834		
» » de Magalhães Junior . . .	Rio de Janeiro	1863		
» » Duarte Badaró . . .	Minas Geraes	1883		
» Cordeiro da Silva Guerra Filho . . .	S. Paulo	1879		
» Corrêa Borges . . .	»	1894		
» » Ferreira Rabello . . .	Minas Geraes	1865		
» Corsino de Assis . . .	»	1886		
» da Costa Carvalho . . .	Bahia	1853		
» » Chaves Faria . . .	Côrte	1866		
» » Guimarães . . .	Rio de Janeiro	1835		
» » Cunha Brito . . .	Paraná	1888		
» » Silva Tavares . . .	Rio G. do Sul	1868		
» das Chagas Alvares Fernandes . . .	S. Paulo	1834		
» » Caminha . . .	»	1835		
» de Araujo de Aragão Bulcão . . .	Bahia	1882		
» » Assis Barcellos Corrêa . . .	Minas Geraes	1888		
» » Barros Penteado . . .	S. Paulo	1884		
» » de Oliveira Braga . . .	»	1860		
» » » Junior . . .	»	1881		
» » do Monte Carmello . . .	»	1833		
» » e Almeida . . .	Matto Grosso	1838		
» » Lopes Mendes Ribeiro . . .	»	1834		
» » Martins Costa . . .	»	1862		
» » Mascarenhas (D.) . . .	Côrte	1868		
» » Pacheco Junior . . .	S. Paulo	1862		
» » Netto . . .	»	1887		
» » Peixoto Gomide . . .	»	1838		
» » » Junior . . .	»	1873		
» » Pupo . . .	»	1832		
» » Tavares . . .	Minas Geraes	1870		
» » Vieira Bueno . . .	S. Paulo	1811		
» » Borja de Macedo Couto . . .	Rio G. do Sul	1890		
» » Barros Lima Monte Razo . . .	Minas Geraes	1886		
» » Campos Andrade Junior . . .	S. Paulo	1886		

F	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Francisco de Campos Valladares . . .	Rio de Janeiro	—	1894	1795
» » Carvalho Figueira de Mello . . .	Pernambuco	1861		
» » Prates . . .	Rio G. do Sul	1864		
» » Castro Junior . . .	Capital Federal	1900		
» » Rodrigues Campos . . .	Minas Geraes	1895		
» » Faria Villas Bôas . . .	Rio G. do Sul	1874		
» » Paula Amaral . . .	Minas Geraes	1886		
» » de Araujo Macedo . . .	S. Paulo	1844		
» » » Silva . . .	Rio de Janeiro	1866		
» » » Azevedo e Souza . . .	Rio G. do Sul	1867		
» » do Amaral Menna . . .	»	1867		
» » Belfort Duarte . . .	Maranhão	1864		
» » Coelho Valmont . . .	Minas Geraes	1866		
» » Cordeiro de Negreiros Lobato . . .	»	1870		
» » da Fonseca Barros . . .	S. Paulo	1891		
» » Felicissimo . . .	Minas Geraes	1891		
» » Fernandes Rabello . . .	»	1867		
» » Ferraz e Souza . . .	Rio de Janeiro	1866		
» » Ferreira da Costa . . .	Minas Geraes	1861		
» » » de Rezende . . .	»	1855		
» » Franco . . .	S. Paulo	1877		
» » Guimarães . . .	Minas Geraes	1863		
» » Leme . . .	S. Paulo	1861		
» » Marinho . . .	Rio de Janeiro	1862		
» » Martins . . .	S. Paulo	1863		
» » Monteiro de Barros Lima . . .	Capital Federal	1891		
» » Moreira Barboza . . .	Minas Geraes	1883		
» » Negreiros Sayão Lobato . . .	Rio de Janeiro	1834		
» » Oliveira Borges . . .	S. Paulo	1869		
» » Paiva Baracho . . .	»	1881		
» » Pereira Barboza . . .	»	1862		
» » Pinto . . .	»	1886		
» » Prestes Pimentel . . .	Côrte	1866		
» » Rabello e Silva . . .	S. Paulo	1868		
» » Ramos Horta Junior . . .	Minas Geraes	1861		
» » Rodrigues Alves . . .	S. Paulo	1870		
» » Roza Ferraz . . .	»	1850		
» » Souza Filho . . .	»	1850		
» » Toledo . . .	»	1858		
» » Queiroz Coutinho Mattozo . . .	Loanda	1834		
» » Sá Brito Junior . . .	Rio G. do Sul	1832		
» » Salles Dias Ribeiro . . .	Minas Geraes	1874		
» » Rosa . . .	Rio de Janeiro	1848		
» » Santa Barbara Garcia . . .	Goyaz	1834		
» » Souza Martins . . .	Piauhv	1882		
» » » Ramos . . .	Minas Geraes	1834		

F	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Juridicas e Sociais	Juridicas	Sociaes
Francisco de Toledo Malta	S. Paulo	1880		
» Dias Novaes	»	1884		
» Diogo Pereira de Vasconcellos	Minas Geraes	1835		
» Domingues Machado Junior	Capital Federal	1890		
» do Nascimento Marques	Rio G. do Sul	1861		
» Emydio da Fonseca Pacheco	S. Paulo	1851		
» Ernesto Malheiros	»	1853		
» Eugenio de Toledo	»	1883		
» » Pacheco e Silva	»	1863		
» Evangelista de Araujo	Minas Geraes	1866		
» Fernandes da Silva	S. Paulo	1854		
» Ferreira de Paiva	Rio de Janeiro	1850		
» » Dias Duarte	Minas Geraes	1867		
» Frederico da Rocha Vieira	Alagoas	1875		
» Galdino da Rocha Cabral	Bahia	1850		
» Gomes de Araújo Goes Filho	Rio G. do Sul	1853	1895	
» » dos Santos Lopes	Rio de Janeiro	1863		
» Gonçalves da Silva	»	1863		
» » de Meirelles Baptista	Bahia	1855		
» Bastos Junior	»	1856		
» » Martins	S. Paulo	1893		
» Granadeiro da Silva Guimarães	Rio de Janeiro	1866		
» Gualberto da Silva	Santa Catharina	1845		
» Honorato Cidade	Minas Geraes	1893		
» Honorio Ferreira Brandão Filho	Alagoas	1839		
» Ignacio de Carvalho Moreira	Minas Geraes	1861		
» » Rezende	»	1861		
» » Marquades Homem de	S. Paulo	1858		
» Mello	»	1889		
» Moreira Marcondes	Rio de Janeiro	1858		
» Infante Vieira	Minas Geraes	1886		
» Izidoro Barbosa Lage	S. Paulo	1863		
» » de Almeida Junior	Minas Geraes	1834		
» Januario da Gama Cerqueira	Rio de Janeiro	1890		
» José Barcellos	Bahia	1858		
» » da Silva e Almeida	Minas Geraes	1867		
» » » Ribeiro	»	1836		
» » » Serra Negra	»	1889		
» » de Almeida Brant	S. Paulo	1834		
» » » Azevedo Junior	Bahia	1833		
» » » Lima	Rio de Janeiro	1857		
» » de Souza Gomes	»	1873		
» » dos Santos Cardozo	»	1833		
» » Ferreira Baptista	Côrte	1870		
» » » Junior	Minas Geraes	1853		
» » » Torres	Piauby	1839		
» » Furtado	»	1839		

F	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Juridicas e Sociais	Juridicas	Sociaes
Francisco José Henriques	Rio de Janeiro	1864		
» » Monteiro Junior	S. Paulo	1869		
» » Pinheiro Guimarães	Rio de Janeiro	1832		
» » Julio da Veiga	»	1864		
» » Justino Gonçalves de Andrade	Portugal	1850		
» » Leandro de Toledo	S. Paulo	1850		
» » Leite Bastos Junior	Rio de Janeiro	1886		
» » Bittencourt Sampaio	Côrte	1884		
» » de Bittencourt Sampaio	Sergipe	1859		
» » » Magalhães Pinto	Minas Geraes	1862		
» » » Ribeiro Guimarães	»	1854		
» » Leonardo Falcão Junior	Rio G. do Sul	1886		
» » Leopoldo Marinho de Souza	Pernambuco	1882		
» » Lopes Gomes de Freitas	Côrte	1874		
» » Luiz da Veiga	Minas Geraes	1866		
» » Soares de Souza e Mello	Rio de Janeiro	1878		
» » Machado de Magalhães Junior	Minas Geraes	1881		
» » Maciel Gago Quintanilha Junior	Rio de Janeiro	1866		
» » Malta Cardozo	S. Paulo	1893		
» » Manoel das Chagas	»	1855		
» » Marcondes de Gouvêa	»	1886		
» » Marcos Inglez de Souza	Amazonas	1886		
» » Maria Corrêa de Sá e Benevides	Côrte	1867		
» » » de Souza Furtado de Men- donça	Loanda	1838		
» » » Velho da Veiga	Rio de Janeiro	1848		
» » Martiniano da Costa Carvalho	S. Paulo	1891		
» » Martins da Silva	»	1860		
» » » de Andrade	Minas Geraes	1883		
» » Mendes de Paiva	Rio de Janeiro	1875		
» » » Pimentel	Côrte	1889		
» » Misael Torres Quintanilha	Rio de Janeiro	1833		
» » Moreira da Rocha	Minas Geraes	1851		
» » Netto Carneiro Leão	Rio de Janeiro	1881		
» » Nunes de Seabra Perestrello	»	1856		
» » Octaviano de Almeida Rosa	»	1845		
» » Oliveira Pinto Dias	Minas Geraes	1861		
» » » Porto	S. Paulo	1879		
» » Paulino de Almeida e Albuquerque	Parahyba	1881		
» » » Soares de Souza	Côrte	1868		
» » Pedro de Miranda e Castro	Rio G. do Sul	1864		
» » Pennaforte Mendes de Almeida	S. Paulo	1883		
» » Pereira Monteiro Rosa	Rio G. do Sul	1837		
» » Pires Nogueira da Gama	S. Paulo	1872		
» » Py Crespo	Rio G. do Sul	1886		
» » Quirino da Rocha Werneck	Rio de Janeiro	1858		
» » » dos Santos	S. Paulo	1863		

F	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Francisco Rangel Pestana	Rio de Janeiro	1863		
„ Raphael de Araujo e Silva	S. Paulo	1891		
„ Ribeiro da Silva Queiroz	Rio de Janeiro	1833		
„ „ de Assis Rezende	Minas Geraes	1893		
„ „ „ Azevedo Macedo	Pará	1893		
„ „ „ Moura Escobar	S. Paulo	1883		
„ „ „ Teive e Argolo	Bahia	1879		
„ „ d'Escobar	S. Paulo	1852		
„ Soares Bernardes de Gouvêa	Minas Geraes	1843		
„ „ Netto	„	1883		
„ „ Peixoto de Moura	„	1886		
„ Soter de Araujo Faria	S. Paulo	—	1894	
„ Teixeira de Souza Alves Junior	Rio de Janeiro	1862		
„ „ Leite Guimarães	„	1886		
„ Thomaz de Carvalho	S. Paulo	1886		
„ Torquato Fortes Junqueira	Minas Geraes	1863		
„ Vieira Braga	Rio G. do Sul	1856		
„ „ da Costa	Rio de Janeiro	1838		
„ „ de Almeida	„	1869		
„ „ „ Oliveira e Silva	S. Paulo	1893		
„ Villela de Oliveira Marcondes	„	1881		
„ Xavier da Costa Aguiar de An- drada	„	1818		
„ „ „ Silva	Pará	1860		
„ „ „ de Barros	„	1843		
„ „ „ Carvalho	Bahia	1886		
„ „ „ Paula Nogueira	S. Paulo	1834		
„ „ „ Souza e Castro	„	1886		
„ „ „ Leite Pereira Lobo	„	1863		
„ „ „ Moretz-Sohn	Rio de Janeiro	1863		
„ „ „ Paes de Barros (1.º)	S. Paulo	1854		
„ „ „ „ (2.º)	„	1881		
„ „ „ Vahia Durão	Rio de Janeiro	1853		
Franklin Gomes Souto	Rio G. do Sul	1865		
„ Washington da Silva e Almeida	Piahy	1867		
Frederico Augusto Alvares da Silva	Minas Geraes	1852		
„ „ Cleto Moreira	Rio de Janeiro	1867		
„ „ „ de Almeida	Bahia	1855		
„ „ „ Xavier de Brito	Rio de Janeiro	1813		
„ Dabney de Avellar Brotero	S. Paulo	1860		
„ „ de Almeida Rego	Côrte	1867		
„ „ „ Barros Brotero	S. Paulo	—	1896	1895
„ „ do Nascimento Moura	Minas Geraes	1868		
„ „ Ferreira França	Bahia	1878		
„ „ José Cardozo de Araujo Abranches	S. Paulo	1864		
„ „ Marcondes Machado	„	1861		
„ „ Nunes de Seabra Perestrello	Rio de Janeiro	1855		

G	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Frederico Vergueiro Steidel	S. Paulo	1887		
Frontino Ribeiro de Azevedo Vasconcellos	Rio de Janeiro	—	1895	
Gabriel Cactano Guimarães Alvim	Minas Geraes	1858		
„ „ de Oliveira Rocha	S. Paulo	1891		
„ „ „ Santos	Minas Geraes	1881		
„ „ „ Paula Almeida Magalhães	„	1855		
„ „ „ Vilhena Valladão	„	1898		
„ „ Dias da Silva Morewood	S. Paulo	1882		
„ „ Diniz Junqueira	Minas Geraes	1837		
„ „ Gomide	S. Paulo	1882		
„ „ José Rodrigues de Rezende	Minas Geraes	1891		
„ „ „ dos Santos (1.º)	S. Paulo	1836		
„ „ „ „ (2.º)	„	1866		
„ „ „ Lessa	Minas Geraes	1897		
„ „ „ Olinto de Carvalho e Silva	S. Paulo	1862		
„ „ „ Orlando Teixeira Junqueira	Minas Geraes	1887		
„ „ „ Ozorio Mascarenhas	Rio G. do Sul	—	1898	1897
„ „ „ Pinto de Almeida	Minas Geraes	1859		
„ „ „ Pio da Silva	„	1859		
„ „ „ de Loyolla	„	1886		
„ „ „ Ribeiro dos Santos	S. Paulo	—	1895	
„ „ „ Villela de Andrade	„	1889		
„ „ „ Galdino de Freitas Travassos	Rio G. do Sul	1866		
„ „ „ Fernandes Pinheiro	Rio de Janeiro	1867		
„ „ „ Pedrosa Bittencourt	S. Paulo	1892		
„ „ „ Siqueira	„	—	1895	
„ „ „ Galeno Martins de Almeida	Rio de Janeiro	1893		
„ „ „ Gaspar Menna Barreto de Barros Falcão	Pernambuco	1886		
„ „ „ Siqueira Martins	Rio G. do Sul	1855		
„ „ „ Gastão Aldauro Vaz Lobo da Camara Leal	S. Paulo	1891		
„ „ „ da Cunha	Minas Geraes	1881		
„ „ „ de Souza Mesquita	S. Paulo	1881		
„ „ „ Galbardo Madeira	„	1892		
„ „ „ Generoso Alves Ribeiro	Matto Grosso	1861		
„ „ „ Marques dos Santos	Paraná	1865		
„ „ „ Genipro da Cunha d'Eça e Costa	Pernambuco	1836		
„ „ „ Genuino Antonio da Silva Peres	Rio de Janeiro	1831		
„ „ „ Firmino Vidal Capistrano	Santa Catharina	1873		
„ „ „ Gentil Nelatan de Maura Rangel	Minas Geraes	1893		
„ „ „ Geraldino da Silva Campista	„	1886		
„ „ „ Geraldo Leite de Magalhães Gomes	„	1886		
„ „ „ Nogueira da Gama Carneiro Belens	Côrte	1866		
„ „ „ Germano Martins França	S. Paulo	—	1895	
„ „ „ Gil Diniz Goulart	Rio de Janeiro	1867		
„ „ „ Pedro Pereira da Silva	Minas Geraes	1887		
„ „ „ Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos	Ceará	1865		
„ „ „ Graciano Alves de Azambuja	Rio G. do Sul	1866		

II	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídica e Sociais	Jurídica	Sociais
Gregorio Francisco de Miranda . . .	Rio de Janeiro	1876		
» José de Oliveira Costa Junior . . .	S. Paulo	1862		
» Tavares Maciel da Costa . . .	Cayena	1837		
Guido Cardoso de Menezes e Souza . .	Capital Federal	1893		
» Saraiva Nogueira . . .	Rio de Janeiro	1861		
Guilherme Bandeira de Gouvêa . . .		1833		
» Caetano da Silva Filho . . .	S. Paulo	1874		
» de Almeida Magalhães . . .	Minas Geraes	1858		
» José Montenegro . . .	S. Paulo	1868		
Gustavo Adolpho e Castro . . .		1857		
» Suchow . . .	Rio de Janeiro	1863		
» Alberto de Aquino e Castro . . .	Goyaz	1880		
» Galvão . . .	Rio G. do Sul	1884		
» Julio Pinto Pacca . . .	S. Paulo	1887		
» Marcondes de Albuquerque . . .	Paraná	1868		
Heitor Frederico Gambara . . .	Italia	1895		
» Teixeira Penteado . . .	S. Paulo	1900		
Heliodoro Delfim da Silva . . .	de Janeiro	1868		
Henrique Amancio de Souza Jordão . .		1891		
» Antonio Alves de Carvalho . . .		1866		
» Barnabé Vincent . . .		1876		
» Bawden . . .	Minas Geraes	—	1898	
» Borges Monteiro . . .	Côrte	1889		
» Cappellano . . .	Montevideo	1897		
» de Almeida Valgas . . .	Santa Catharina	1891		
» Francisco de Avila . . .	Rio G. do Sul	1855		
» Graça . . .	Ceará	1880		
» João Dodsworth . . .	Côrte	1868		
» José Coelho . . .	Capital Federal	1893		
» » Rodrigues . . .	Rio de Janeiro	1891		
» » Teixeira . . .		1865		
» Ladislau da Silva Araujo . . .		1863		
» Lascasas . . .	S. Paulo	1883		
» Limpo de Abreu . . .	Rio de Janeiro	1861		
» Lobato Marcondes Machado . . .	S. Paulo	—	1896	1895
» Marques de Carvalho . . .	Rio de Janeiro	1866		
» Martins Chaves . . .	Rio G. do Sul	1883		
» Porchat de Assis . . .	S. Paulo	1869		
» Proost de Camargo . . .		1891		
Herculano Augusto de Padua e Castro . .	Côrte	1875		
» Chrispim de Carvalho . . .	S. Paulo	1890		
» de Figueiredo e Souza . . .	Rio de Janeiro	1866		
» Galdino de Alvarenga . . .	S. Paulo	1888		
» Marcos Inglez de Souza . . .	Pará	1876		
» Nina Parga . . .	Maranhão	—	1891	
» Ribeiro . . .	Minas Geraes	1891		
Hermano Cardozo da Silva Ramos . . .	Côrte	1867		

I	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídica e Sociais	Jurídica	Sociais
Hermenegildo Lopes de Moraes . . .	Goyaz	1891		
» Militão de Almeida . . .	Pará	1881		
» Rodrigues de Barros . . .	Minas Geraes	1886		
Hermogeneo Pereira de Queiroz e Silva . .	Côrte	1868		
Hermogenes Francisco de Aguiar Pantoja .	Rio de Janeiro	1842		
» Martiniano Mendes Pereira . . .	Ceará	1865		
Herodiano Alipio Camboim . . .	Rio G. do Sul	—	1895	
Hilario Gomes Nogueira . . .	Minas Geraes	1841		
» » de Castro . . .	S. Paulo	1855		
Honorio Augusto Ribeiro . . .	Minas Geraes	1860		
» de Souza Pacheco . . .	Rio de Janeiro	1891		
» Hermeto Carneiro Leão . . .	Minas Geraes	1853		
» » Pinto de Figueiredo . . .		1874		
» Rodrigues de Faria e Castro . . .		1837		
» Teixeira Coimbra . . .	Rio de Janeiro	1865		
Horacio Andrade . . .	Minas Geraes	1887		
» de Magalhães Gomes . . .		1890		
» Gonçalves Pereira . . .	S. Paulo	1900		
» Leão Belfort Sabino . . .	Santa Catharina	1889		
» Moreira Guimarães . . .	Côrte	1880		
» Ribeiro da Silva . . .	Minas Geraes	1891		
» » . . .		1857		
Hygino Alves de Abreu e Silva . . .		—	1895	1891
» Chaves de Camargo . . .	Rio G. do Sul	1881		
Hyppolito Cabeda . . .		—		
» de Camargo . . .	S. Paulo	1872		
» José de Araujo . . .		1863		
» » Soares de Souza . . .	Maranhão	1842		
» » » Filho . . .	S. Paulo	1866		
» Ladislau Alves Cruz . . .		1881		
» Pacheco Alves de Araujo . . .	Paraná	1889		
Ibrahim Carneiro da Cruz Machado . . .	Minas Geraes	1887		
Ignacio Alves Pereira . . .	Rio G. do Sul	1868		
» Antonio de Assis Monteiro . . .	Minas Geraes	1862		
» de Loyolla Gomes da Silva . . .		1867		
» » Mendonça Uchôa . . .	Alagoas	1879		
» » Queiroz Lacerda . . .	S. Paulo	1882		
» Francisco Silveira da Motta . . .	Goyaz	1838		
» Joaquim Barboza Junior . . .	Rio de Janeiro	1844		
» » de Paiva Freire de Andrade . . .	Rio G. do Sul	1836		
» José de Araujo . . .	Rio de Janeiro	1833		
» Manoel Alves de Azevedo . . .		1833		
» Maranhão da Rocha Vieira . . .	Alagoas	1882		
» Marcondes Romêiro . . .	S. Paulo	1879		
» Moreno Rodrigues Chaves . . .	Rio G. do Sul	1893		
» Ribeiro de Assis . . .	Minas Geraes	1890		
» Rodrigues Bernardes (P.) . . .	Espirito Santo	1839		
» Soares de Bulhões Jardim . . .	Goyaz	1875		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Ildefonso Brant de Bulhões Carvalho .	Rio de Janeiro	1881		
» Carlos de Azevedo Dutra .	Rio G. do Sul	1888		
» de Assis Pinto .	Minas Geraes	1869		
» » Castilho Lisboa .	Capital Federal	1891		
» Moreira de Faria Alvim .	Minas Geraes	1889		
» Simões Lopes .	Rio G. do Sul	1852		
» Xavier Ferreira (P.)	S. Paulo	1834		
Indalecio Randolpho Figueira de Aguiar .	»	1837		
Innocencio Francisco Serpa .	Alagóas	1891		
Irineu Villela .	S. Paulo	1888		
Isaac da Costa Mesquita .	»	—	1898	1896
Isaias Villaça .	»	1889		
Ismael Augusto Froemberg .	Rio G. do Sul	1882		
» Dias da Silva .	S. Paulo	1886		
» Franzen .	»	1892		
Israel Rodrigues Barcellos .	Rio G. do Sul	1838		
Izidoro Boucoult .	França	1833		
» de Souza Ribeiro .	Capital Federal	1891		
» José Ribeiro Campos .	S. Paulo	1892		
Izidro Borges Monteiro .	Rio de Janeiro	1848		
» Pinto de Souza .	S. Paulo	1892		
Jacinto Alvares da Silva Campos .	Minas Geraes	1879		
» da Silva Lima .	Rio G. do Sul	1837		
» de Souza .	S. Paulo	—	1897	1896
» do Nascimento Moura .	Minas Geraes	1882		
» José Coelho .	Santa Catharina	1813		
» Pereira da Silva Barros .	S. Paulo	1877		
» » de Almeida .	Rio de Janeiro	1868		
Jacobi Thomaz Itapura de Miranda .	S. Paulo	1861		
James de Oliveira Franco e Souza .	Paraná	1861		
Jarbas Augusto Tavares Pinheiro .	Rio de Janeiro	1890		
» Tupinambá de Mattos Guaranymas .	S. Paulo	1891		
Jayne de Siqueira Castro .	Minas Geraes	1891		
» Pinto Serva .	Bahia	1893		
» Soares do Nascimento .	Rio G. do Sul	1891		
Jeremias Luiz da Silva .	S. Paulo	1879		
Jeronymo da Cunha .	Bahia	—	1899	1896
» de Freitas Guimarães .	Rio de Janeiro	1865		
» » Souza Monteiro .	Espirito Santo	1891		
» José de Campos Curado Fleury .	Goyaz	1858		
» Teixeira Junior .	Rio de Janeiro	1853		
» Maximo Nogueira Penido .	Minas Geraes	1834		
» » Junior .	Rio de Janeiro	1861		
» » de Oliveira e Castro .	Minas Geraes	1832		
» » Versiani e Castro .	»	1863		
» Xavier Ferreira .	S. Paulo	1861		
Jesuino Antonio Ferreira de Almeida .	»	1857		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
João Adolpho Ribeiro da Silva .	S. Paulo	1868		
» Affonso de Moraes Torres .	Rio de Janeiro	1837		
» Alberto de Salles .	S. Paulo	1882		
» Albino Dias da Silva .	Rio de Janeiro	1887		
» Alvares de Siqueira Bueno .	S. Paulo	1858		
» » Rubião Junior .	Rio de Janeiro	1871		
» Alves Corrêa do Amaral .	S. Paulo	1880		
» » da Silva e Oliveira .	Rio de Janeiro	1857		
» » » Porto .	Côrte	1883		
» » de Castro .	Goyaz	1891		
» » » Roza .	Rio de Janeiro	1833		
» » Ferreira .	S. Paulo	—	1896	1895
» » Loureiro .	Rio de Janeiro	1831		
» » Meira .	»	1864		
» » Junior .	»	—	1895	
» Anselmo Pereira .	Bahia	1835		
» Antonio da Costa Bueno .	Minas Geraes	1854		
» » Silva Peres .	Rio de Janeiro	1833		
» » de Azevedo Cruz .	»	—	1895	
» » Miranda .	»	1833		
» » Oliveira Campos .	S. Paulo	1862		
» » Cesar .	»	1882		
» » Guimarães .	Rio de Janeiro	—	1891	
» » Pereira dos Santos Junior .	S. Paulo	1891		
» Segadas Vianna Filho .	Côrte	1869		
» Ataliba Nogueira .	S. Paulo	1858		
» Augusto de Oliveira Bello Junior .	Minas Geraes	1889		
» » Souza Fleury .	Goyaz	1887		
» Baptista Augusto Marques .	Maranhão	1882		
» Bernardino e Silva .	Rio de Janeiro	1864		
» Cortines Laxe .	S. Paulo	1858		
» da Cunha .	Minas Geraes	1893		
» » Silva Gomes Barata .	S. Paulo	1812		
» » Silveira .	»	1880		
» de Almeida Werneck .	Rio de Janeiro	1862		
» » Araujo Lopes .	»	1870		
» » Carvalho Drummond .	Minas Geraes	1866		
» » Moraes .	S. Paulo	1868		
» » Vieira .	»	1871		
» » Oliveira .	Minas Geraes	—	1897	1896
» » » Pentecado .	S. Paulo	1886		
» » Sampaio Ferraz .	»	1878		
» » Senne Junior .	»	1886		
» » Souza .	»	1897		
» » » Ferraz .	»	1860		
» » Toledo .	»	1886		
» » Furtado de Mendonça .	Rio de Janeiro	1866		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Juridicas e Sociaes	Juridicas	Sociaes
João Baptista Galvão de Moura Lacerda .	S. Paulo	1882		
» Martins de Menezes .	»	1884		
» » Sobrinho .	Bahia	1891		
» » Pereira .	Rio de Janeiro	1857		
» » de Almeida .	S. Paulo	1891		
» » Guimarães .	»	1882		
» » Pimentel Lustoza .	Minas Geraes	1862		
» » Porto Moretz-Sohn .	S. Paulo	1889		
» » Rabello de Campos .	Minas Geraes	1863		
» » Rodrigues Guião .	Rio de Janeiro	1890		
» » Junior .	»	1862		
» » Sertorio .	S. Paulo	1881		
» » Vital .	Ceará	1891		
» Barbosa .	S. Paulo	1900		
» Bawden .	Minas Geraes	1868		
» Benicio da Silva .	Rio G. do Sul	1855		
» Bentley Junior .	S. Paulo	—	1896	1894
» Bernardino Cesar Gonzaga .	»	1873		
» » Jorge Junior .	Maranhão	1846		
» Bernardo da Silva .	S. Paulo	1867		
» Bonifacio Gomes de Siqueira .	Goyaz	1840		
» » Junior .	»	1884		
» Bráulio Moinhos de Vilbena .	Minas Geraes	1858		
» Braz de Oliveira Arruda .	S. Paulo	1881		
» Braziliense Leal da Costa .	Rio de Janeiro	1893		
» Brazil Silvado .	Côrte	1882		
» Caetano de Oliveira Souza .	Minas Geraes	1870		
» Caldas Vianna .	Rio de Janeiro	1832		
» » Netto .	»	1883		
» Candido Rodrigues de Andrade .	»	1866		
» Capistrano de Maccido Alkmim .	Minas Geraes	1834		
» » Miranda Castro .	Santa Catharina	1834		
» » Ribeiro de Alkmim .	Minas Geraes	1860		
» Cardozo de Menezes e Souza .	S. Paulo	1848		
» Carlos da Silva Telles .	»	1834		
» » das Chagas Leite .	Rio de Janeiro	1881		
» » de Araujo .	S. Paulo	1888		
» » » Moreira .	Minas Geraes	1862		
» » » Oliva Maia .	S. Paulo	1858		
» » Souza Peixoto .	Rio de Janeiro	1858		
» » Garcia de Almeida .	Bahia	1857		
» » Leite Penteado .	S. Paulo	1837		
» » Pereira Leite .	Matto Grosso	1889		
» Carneiro de Almeida Maia .	S. Paulo	1884		
» » Mendonça Franco .	Minas Geraes	1834		
» » Pestana de Aguiar .	»	1864		
» Carvalho de Souza Mello .	Rio de Janeiro	1833		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Juridicas e Sociaes	Juridicas	Sociaes
João Cesar Bueno Bierrembach .	S. Paulo	1893		
» » de Arruda .	Matto Grosso	1891		
» » Cezario dos Santos .	S. Paulo	1868		
» » Chrisostomo Leopoldino de Magalhães .	Minas Geraes	1867		
» » Pupo .	S. Paulo	1833		
» » Chrispiniano Soares .	»	1834		
» » Climaco de Alvarenga Rangel .	Espirito Santo	1833		
» » Coelho Bastos .	Parahyba	1857		
» » de Moraes .	Rio G. do Sul	1871		
» » Gomes Ribeiro .	Côrte	1876		
» » Linhares .	Minas Geraes	1858		
» » Corrêa Cepellos .	S. Paulo	1848		
» » de Moraes .	Rio de Janeiro	1867		
» » Costa .	Minas Geraes	1891		
» » Coutinho de Lima .	S. Paulo	—	1895	
» » Dabney de Avellar Brotero .	Rio de Janeiro	1846		
» » da Costa Goulart Junior .	Rio G. do Sul	1894		
» » » Lima Drummond .	Côrte	1888		
» » » Matta Gonçalves Cesar .	Rio de Janeiro	1886		
» » » Rocha Miranda e Silva .	»	1857		
» » » Silva Carrão .	S. Paulo	1837		
» » » Cordeiro Barcellos .	Rio de Janeiro	1834		
» » » Meirelles .	»	1884		
» » » Telles Rudge .	S. Paulo	1896		
» » das Chagas de Faria Lobato .	Minas Geraes	1859		
» » de Aguiar Castro .	S. Paulo	1858		
» » » Telles de Menezes .	Sergipe	1858		
» » Almeida Pereira Filho .	Rio de Janeiro	1850		
» » Azevedo Carneiro Maia .	»	1843		
» » Campos Carvalho Vidigal .	Minas Geraes	1900		
» » Carvalho .	Rio de Janeiro	1890		
» » Cerqueira Mendes .	Bahia	1874		
» » Deus Sampaio .	Minas Geraes	1887		
» » Godoy Bueno .	Rio de Janeiro	1861		
» » Lauren Martins da Silva .	S. Paulo	1889		
» » Moraes Martins Filho .	Maranhão	1894		
» » Saldanha da Gama .	Rio de Janeiro	1858		
» » Salles Pinheiro .	»	1893		
» » Siqueira Queiroz .	Bahia	1836		
» » Souza Nunes .	Rio de Janeiro	1837		
» » » Reis .	Pernambuco	1872		
» » Toledo Piza .	S. Paulo	1863		
» » Dias de Castro .	Rio G. do Sul	1833		
» » do Rego Barros .	Pernambuco	1877		
» » Domingues Sampaio .	S. Paulo	1897		
» » dos Santos Amazonas Pinto .	Rio de Janeiro	1893		
» » Edmundo de Oliveira Gondim .	Ceará	1888		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
João Egydio de Souza Aranha	S. Paulo	1872		
Emilio de Rezende e Costa	Minas Geraes	1868		
Ernesto Corrêa		1888		
de Souza Lobo	Rio G. do Sul	1891		
Evangelista da Silva Frota	Ceará	1888		
de N. Sayão Lobato	Minas Geraes	1836		
Sobrinho	Rio de Janeiro	1862		
Ferreira de Mello	S. Paulo	1891		
Marcondes Varella	S. Paulo	1869		
Monteiro de Castro	Minas Geraes	1869		
Rodrigues	S. Paulo	1895		
Faria	Minas Geraes	1886		
Feliciano da Costa Ferreira Junior	S. Paulo	1851		
Fernandes Carneiro Vianna	Rio de Janeiro	1833		
Ferreira de Azevedo	Portugal	—	1890	
Mello Nogueira	Rio de Janeiro	1872		
Machado	Minas Geraes	1888		
Floriano Martins de Toledo	S. Paulo	1868		
Fortunato de Brito Abreu Souza Me- nezes	Rio de Janeiro	1853		
Francisco Barcellos	S. Paulo	1883		
de Oliveira Godoy	Minas Geraes	1888		
Paula Andrade	Côrte	1882		
Diogo	Rio de Janeiro	1867		
Leite Nunes	S. Paulo	1870		
Malta Junior	Rio de Janeiro	1881		
Nunes Filho	Paraná	1868		
Franco de Oliveira e Souza	Bahia	1861		
Frederico de Almeida	S. Paulo	1890		
Gabriel de Moraes Navarro	Bahia	1857		
Galeão Carvalho	S. Paulo	1880		
Galvão da Costa França	Minas Geraes	1860		
Gogliano	Rio de Janeiro	1891		
Gomes Ribeiro de Avellar	Minas Geraes	1860		
Horta	S. Paulo	1883		
Gonçalves Dente	S. Paulo	1895		
de Oliveira (1.º)		1863		
(2.º)	Minas Geraes	1891		
Gomes de Souza	Côrte	1858		
Pedreira Ferreira	S. Paulo	1883		
Gualberto da Silva Chaves	Bahia	—	1896	
Nogueira	Minas Geraes	1892		
Pereira da Silva	S. Paulo	1884		
Guedes de Carvalho	Rio de Janeiro	1866		
Guerreiro Rodrigues Torres	S. Paulo	1891		
Guilherme de Aguiar Whitacker		1850		
Henrique Amelung		1868		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
João Hippolito das Mercês	Pará	1900		
Honorio de Magalhães Gomes (P.)	Minas Geraes	1839		
Ignacio da Cunha	Rio de Janeiro	1866		
Silveira da Motta	Bahia	1848		
Teixeira	Rio G. do Sul	1867		
Jacinto de Mendonça		1882		
Junior		1881		
Gonçalves de Andrade (P.)	Portugal	1864		
Jorge de Siqueira Franco	S. Paulo	—	1895	1896
José Cardozo Junior	Rio de Janeiro	1832		
Carneiro da Silva		1863		
Coutinho		1832		
de Almeida Couto	Bahia	1835		
Andrade Bastos	Rio de Janeiro	1871		
Pinto Junior		1846		
Araujo	Minas Geraes	1886		
Azevedo	S. Paulo	—	1898	
Vieira Junior	Rio de Janeiro	1889		
Frederico Ludovice Filho	S. Paulo	1874		
Gomes da Silva	Rio de Janeiro	1866		
Pereira	Minas Geraes	1833		
Bastos Junior	Rio de Janeiro	1860		
Pedrosa	Paraná	1865		
Rodrigues	S. Paulo	1845		
Kopke	Rio de Janeiro	1875		
Leme da Silva	S. Paulo	1868		
Lins Vieira e Cansanção de Sinimbu Junior	Rio G. do Sul	1878		
Lopes da Silva Coito	Rio de Janeiro	1832		
Luiz Alves Junior	Minas Geraes	1889		
d'Avila	Rio de Janeiro	1854		
de Mattos Pereira de Castro		1855		
Soares Martins	Bahia	1856		
Manoel Carlos de Gusmão	Rio de Janeiro	1879		
de Almeida Barboza	S. Paulo	1833		
Lima e Silva	Rio de Janeiro	1861		
Lopes de Carvalho Pimentel	Bahia	1833		
Marcellino de Souza Gonzaga	Rio de Janeiro	1811		
Marciano Oliveira da Silva	Côrte	1886		
Marcondes de Moura Romeiro	S. Paulo	1865		
dos Santos	Côrte	1886		
Maria da Costa	Rio de Janeiro	1890		
de Miranda Mansos	Minas Geraes	—	1894	1895
Moraes Junior	Pará	1861		
do Valle	Côrte	1884		
Lisboa Junior	Rio de Janeiro	1868		
Martins de Carvalho Mourão	Minas Geraes	1892		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociaes
João Martins de Mello Junior . . .	S. Paulo	—	1895	
» » França . . .	Rio G. do Sul	1862		
» Maurício de Sampaio Vianna . . .	Bahia	1891		
» Meira Almeida . . .	Maranhão	1853		
» » Junior . . .	S. Paulo	1877		
» Miguel de Mello Taques . . .	»	1838		
» Muniz Cordeiro Tatagiba . . .	Bahia	1847		
» Monteiro da Cunha Salgado . . .	S. Paulo	1884		
» » Luz . . .	Rio de Janeiro	1863		
» Nepomuceno de Souza Freire . . .	S. Paulo	1849		
» » Freire Junior . . .	»	1886		
» » Nogueira da Motta . . .	»	1884		
» Nunes Ramalho Junior . . .	»	1861		
» Olavo Eloy de Andrade . . .	Minas Geraes	1886		
» Pamphilo Velloso de Assumpção . . .	Paraná	1889		
» Passos . . .	S. Paulo	1881		
» Paulo Barbosa Lima . . .	Ceará	1886		
» » de Almeida Couto . . .	Bahia	—	1895	
» » » Magalhães . . .	Rio de Janeiro	1851		
» » dos Santos Barreto Filho . . .	»	1857		
» » Martinho Lehfeld . . .	Allemanha	1896		
» Pedro Bellfort Vieira . . .	Maranhão	1868		
» » Carvalho de Moraes . . .	Rio de Janeiro	1853		
» » da Veiga Filho . . .	Minas Geraes	1886		
» » Dias Vieira . . .	Maranhão	1841		
» » Moretz-Sohn . . .	Minas Geraes	1869		
» Peregrino Viriato de Medeiros . . .	Ceará	1874		
» Pereira Corsino . . .	S. Paulo	1891		
» » da Silva Borges Fortes . . .	Rio G. do Sul	1869		
» » » Continentino . . .	Côrte	1878		
» » Monteiro Junior (1.º) . . .	»	1872		
» » » (2.º) . . .	S. Paulo	—	1895	1891
» Pinheiro da Silva . . .	Minas Geraes	1887		
» Pinto Borba . . .	S. Paulo	1858		
» » da Silveira Coelho . . .	Rio de Janeiro	1861		
» » de Castro . . .	S. Paulo	1866		
» » Moreira . . .	Minas Geraes	1859		
» » Nunes Junior . . .	S. Paulo	1863		
» Piragyba . . .	Rio de Janeiro	1872		
» Pires da Silva Junior . . .	»	1852		
» » Nogueira da Gama . . .	S. Paulo	1870		
» Propício Azambuja d'Avila . . .	Rio G. do Sul	1894		
» Py Crespo . . .	»	1888		
» Quirino do Nascimento . . .	S. Paulo	1861		
» Raphael de Azevedo . . .	Rio de Janeiro	1861		
» Ribeiro da Silva . . .	S. Paulo	1858		
» » de Moura Escobar . . .	»	1893		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociaes
João Ribeiro de Oliveira Souza . . .	Minas Geraes	1886		
» » dos Santos Zamith . . .	Rio de Janeiro	1859		
» » Marcondes Machado . . .	S. Paulo	1861		
» » Mendes . . .	Minas Geraes	1848		
» Rodrigues da Costa . . .	Bahia	1855		
» » Junior . . .	Rio de Janeiro	1883		
» » Fagundes . . .	Rio G. do Sul	1836		
» Roquette Carneiro de Mendonça . . .	Minas Geraes	1861		
» Sertão Junior . . .	S. Paulo	1841		
» Severiano Martins da Cunha . . .	»	1860		
» Silveira de Souza . . .	Santa Catharina	1849		
» Teixeira das Neves . . .	S. Paulo	—	1897	
» » de Miranda Junior . . .	Rio de Janeiro	1858		
» Theodoro Xavier de Mattos . . .	S. Paulo	1853		
» Thomaz da Costa . . .	Espirito Santo	1892		
» » de Mello Alves . . .	Côrte	1882		
» Ulisses de Carvalho . . .	Rio G. do Sul	1894		
» Vicente da Silva Bueno . . .	S. Paulo	1868		
» Viegas Jorte Moniz . . .	»	1841		
» Vieira da Cunha . . .	Rio G. do Sul	1864		
» » Machado da Cunha . . .	Rio de Janeiro	1867		
» Xavier Rabello . . .	»	1865		
Joaquim Abilio Borges . . .	Bahia	1882		
» Alberto Cardozo de Mello . . .	S. Paulo	1891		
» Alvares Machado de Vasconcellos . . .	»	1865		
» Alvaro de Souza Camargo . . .	»	1884		
» Alves Carneiro de Campos . . .	Rio de Janeiro	1869		
» Antônio Fernandes Leão . . .	Minas Geraes	1833		
» » Junior . . .	»	1863		
» Antonio da Costa Junior . . .	Rio de Janeiro	1835		
» » Silva Carvalho . . .	Bahia	1883		
» » » Silveira Drummond . . .	»	1867		
» » de Mesquita . . .	»	1861		
» » » Oliveira Neves . . .	S. Paulo	1887		
» » » Portes . . .	Paraná	1884		
» » do Amaral Gurgel . . .	S. Paulo	1868		
» » Fernandes de Oliveira . . .	Côrte	1867		
» » Pereira da Cunha . . .	Bahia	1833		
» » Pinto Junior . . .	Montevideo	1838		
» » Ribeiro . . .	Rio G. do Sul	1884		
» Antunes de Figueiredo Junior . . .	Rio de Janeiro	1864		
» Augusto da Costa Marques . . .	Matto Grosso	1891		
» » de Assumpção . . .	Rio G. do Sul	1872		
» » » Barros Penteado . . .	S. Paulo	1894		
» » » Camargo . . .	»	1860		
» » » Oliveira Santos . . .	Minas Geraes	1881		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociaes
Joaquim Augusto de Sant'Anna	S. Paulo	1899		
» do Livramento	Santa Catharina	1848		
» Ferreira Alves	Rio de Janeiro	1864		
» Gomide	S. Paulo	1886		
» Guerreiro Lima	Côrte	1868		
» Ribeiro da Luz	S. Paulo	1845		
» » Junior	Rio de Janeiro	1874		
» Avelino de Castro Carneiro Leão	S. Paulo	1863		
» Bandeira de Gouvêa	Rio de Janeiro	1833		
» Baptista de Souza Castellões	»	1851		
» Barboza de Castro Junior	Minas Geraes	1863		
» Bento de Oliveira Junior	»	1869		
» Ribeiro da Luz	»	1876		
» Bernardes da Cunha	»	1818		
» Birnfeld	Rio G. do Sul	1886		
» Caetano da Silva Guimarães	Minas Geraes	1840		
» Canuto de Figueiredo Junior	S. Paulo	1882		
» Carlos Bernardino e Silva	Rio de Janeiro	1865		
» Celidonio Gomes dos Reis (1.º)	S. Paulo	1864		
» » (2.º)	»	1890		
» Coutinho de Araujo Malta	Espirito Santo	1869		
» Custodio Fernandes Sobrinho	Rio de Janeiro	1886		
» d'Almeida Faria Sobrinho	Paraná	1868		
» Leite Moraes	S. Paulo	1857		
» » Junior	»	1881		
» Povoas	Rio de Janeiro	1862		
» Ramos	»	1859		
» da Silva Ramalho	Santa Catharina	1861		
» d'Assis Oliveira Borges	S. Paulo	1868		
» de Azevedo Carneiro Maia	Rio de Janeiro	1881		
» Carvalho Drummond	Minas Geraes	1870		
» » Malta Junior	Rio de Janeiro	1852		
» Gomensoro	»	1894		
» Moraes Jardim	Capital Federal	1893		
» Oliveira Bastos	Rio de Janeiro	1861		
» » Machado	S. Paulo	1863		
» » Junior	Rio de Janeiro	1887		
» Souza Campos Junior	S. Paulo	1887		
» Toledo Piza e Almeida	»	1866		
» Vasconcellos Teixeira da Motta	Minas Geraes	1868		
» Delfino Ribeiro da Luz	»	1848		
» Delvaux Pinto Coelho	Rio de Janeiro	1884		
» Dias da Rocha	Paraná	1886		
» Domingues de Lameda (P.º)	Minas Geraes	1844		
» Duarte Pimenta Bueno	Rio de Janeiro	1871		
» » Pinto Ferraz	S. Paulo	—	1897	1895
» Eduardo de Avellar Brandão	Côrte	1881		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociaes
Joaquim Fabiano Nogueira Alves	Minas Geraes	1883		
» Felicio dos Santos	»	1850		
» Felix de Souza	Goyaz	1859		
» » Pereira de Carvalho Sobrinho	S. Paulo	1890		
» Fernando da Fonseca	»	1873		
» » de Barros	»	1868		
» Ferreira Carneiro	Minas Geraes	1852		
» » Vellozo	Italia	1877		
» Firmino Pereira Jorge	S. Paulo	1832		
» Fiusa de Carvalho Junior	»	1863		
» Floriano de Araujo Cintra	»	1843		
» Francisco de Abreu Netto	Rio G. do Sul	1887		
» » Assis Brazil	»	1882		
» » Faria Junior	Rio de Janeiro	1850		
» » Toledo	»	1837		
» » Junior	»	1868		
» Galdino Gomes da Silva	S. Paulo	1863		
» Gomes de Menezes	Rio de Janeiro	1860		
» » Pinto	S. Paulo	1892		
» » Ribeiro Leitão	Rio de Janeiro	1863		
» Gonçalves de Araujo	Côrte	1868		
» Gregorio de Souza	Bahia	1833		
» Ignacio de Mello e Souza Jequiriçá	Minas Geraes	1866		
» » Moraes	S. Paulo	1856		
» » Nogueira Penedo	Minas Geraes	1866		
» » Ramalho	S. Paulo	1834		
» » Silveira da Motta Junior	Paraná	1865		
» Jacintho de Mendonça	Rio G. do Sul	1850		
» » Filho	»	1891		
» Jeronymo Fernandes da Cunha	Bahia	1876		
» Junior	»	1837		
» José Affonso Alves	Rio G. do Sul	1837		
» » Alves dos Santos Silva	Rio de Janeiro	1863		
» » da Cruz Secco	Rio G. do Sul	1832		
» » França Junior	Rio de Janeiro	1862		
» » Silva Leite	»	1863		
» » de Assis	Minas Geraes	1854		
» » Moraes Costa	Rio de Janeiro	1865		
» » Siqueira Filho	»	1864		
» » Souza Breves Junior	»	1869		
» » do Amaral	»	1862		
» » dos Reis Junior	Bahia	1873		
» » Ferreira Damião	S. Paulo	1862		
» » Gonçalves de Moraes	Rio de Janeiro	1867		
» » Pacheco	Bahia	1833		
» » Palhares Filho	Rio de Janeiro	1857		
» » Pereira de Santiago	Portugal	1860		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS			
		Juridicas e Sociaes	Juridicas	Sociaes	
Joaquim José Ribeiro Guimarães	Bahia	1834			
» Saraiva Junior	S. Paulo	1886			
» Teixeira	Rio de Janeiro	1834			
» » de Carvalho Filho.	Capital Federal	—	1895		
» » » Junior	Côrte	1871			
» » Leite	Minas Geraes	1834			
» » Vieira de Carvalho	S. Paulo	1862			
» Leite Ferreira de Mello	Minas Geraes	1857			
» Leonel de Rezende	»	1858			
» » Filho	»	1883			
» Lopes Chaves	S. Paulo	1856			
» Manoel de Araujo Filho	Rio de Janeiro	1860			
» » Gonçalves de Andrade (P.)	Portugal	1836			
» » S. Paulo	S. Paulo	1861			
» Maria dos Anjos Esposel	Rio de Janeiro	1865			
» » Nascentes de Azambuja	»	1836			
» Mariano Campos do Amaral Gurgel	Rio de Janeiro	1857			
» » de Almeida Moraes	S. Paulo	1857			
» » Galvão de Moura Lacerda	»	1847			
» Marques Ferreira Braga	»	1892			
» Marra	Minas Geraes	1898			
» Martini	Rio G. do Sul	1882			
» Martins Villela de Andrade	Minas Geraes	1892			
» Mattoso Duque Estrada Camara	Côrte	1870			
» Medina Celi	Rio de Janeiro	1854			
» Mendes Malheiros	Matto Grosso	1852			
» Miguel Martins Siqueira	S. Paulo	1883			
» Miró	Paraná	1894			
» Moreira de Souza Dias	S. Paulo	1888			
» Nogueira de Almeida Pedroso	Minas Geraes	1893			
» » Itagiba	»	1892			
» Octavio Nebias	S. Paulo	1834			
» Olympio Leite	Matto Grosso	1892			
» Pedro da Costa Lobo	Bahia	1832			
» » Villaça	S. Paulo	1837			
» Pereira Arraes	Piauhv	1863			
» » da Costa	Rio G. do Sul	1883			
» » de Barros	S. Paulo	1888			
» » Noronha	»	1870			
» » Ferreira Mendes	Matto Grosso	1891			
» Pinheiro Paranaçu	Côrte	1889			
» Pinto Porto	Rio G. do Sul	1837			
» Pires de Amorim	Rio de Janeiro	1863			
» Prudo d'Azambuja	S. Paulo	1884			
» Prudente Guimarães	»	1890			
» Rabello Teixeira	Minas Geraes	1898			
» Rafael da Silva	Alagoas	1890			

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS			
		Juridicas e Sociaes	Juridicas	Sociaes	
Joaquim Ribeiro dos Santos Silva	Minas Geraes	1861			
» Roberto de Azevedo Marques Filho	S. Paulo	1868			
» » Carvalho Pinto	»	1848			
» Rodrigues dos Santos Junior	»	1893			
» » Seixas	Bahia	1887			
» Russel	Rio G. do Sul	1852			
» Sebastião de Macedo	Minas Geraes	1891			
» Soares Guimarães	Côrte	1875			
» Soter dos Santos Coelho	Rio G. do Sul	1860			
» Tavares Guerra	Côrte	1870			
» Teixeira das Neves Junior	S. Paulo	1894			
» Tiburcio de Azevedo	Rio G. do Sul	1891			
» Timotheo de Araujo Netto	Côrte	1882			
» Vaz do Prado Amaral	Rio G. do Sul	1877			
» Vicente Lopes de Oliveira	Espirito Santo	1881			
» Victorino Ferreira Alves	Rio de Janeiro	1870			
» Villela de Oliveira Marcondes	S. Paulo	1881			
» Xavier da Silveira	»	1865			
» » » Junior	»	1866			
» » Garcia de Almeida Junior	Rio de Janeiro	1864			
» » Guimarães Natal	Goyaz	1882			
Job Marcondes de Rezende	S. Paulo	1881			
Jorge de Azevedo Segurado	»	1867			
» do Amaral	»	1881			
» Frederico Moller	Rio de Janeiro	1861			
» João Dordsworth	»	1865			
» Ludgero de Cerqueira Miranda	S. Paulo	1862			
» Militão de Souza Aymberé	»	—	1895		
José Accioli de Brito	Sergipe	1875			
» Adelino Teixeira	Minas Geraes	—	1895	1897	
» Afonso Pereira	Rio G. do Sul	1837			
» Agostinho Moreira Guimarães	Rio de Janeiro	1850			
» Alexandrino Dias de Moura	Matto Grosso	1848			
» Alves da Cruz Rios	Bahia	1832			
» » de Azevedo Magalhães	Rio de Janeiro	1856			
» » Cerqueira Cesar	S. Paulo	1860			
» » dos Santos Filho	Minas Geraes	1861			
» » » Junior	S. Paulo	1863			
» » Ferreira da Silva Mello	Minas Geraes	1889			
» » Martins dos Santos	S. Paulo	1889			
» » Pereira de Carvalho	Maranhão	1863			
» » Pinto	S. Paulo	1897			
» Americo de Siqueira	Rio de Janeiro	1861			
» Aniceto de Paula Candido	»	1881			
» Antonio da Cunha Silveira Junior	Capital Federal	1890			
» » » Rocha	Rio G. do Sul	1816			
» » » Silva Maia Junior	Minas Geraes	1850			

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociaes	Jurídicas	Sociaes
José Antonio de Azevedo Castro . . .	Rio de Janeiro	1862		
» » » Carvalho Junior . . .	»	1862		
» » » Castro . . .	Minas Geraes	1835		
» » » Oliveira Seabra . . .	Rio de Janeiro	1856		
» » » Souza Lima . . .	Minas Geraes	1857		
» » dos Reis (P.) . . .	S. Paulo	1832		
» » Fernandes Lima Junior . . .	Rio de Janeiro	1862		
» » Getúlio de Magalhães Ma- chado . . .	Minas Geraes	1854		
» » Marcondes Machado . . .	S. Paulo	1886		
» » Mendes de Carvalho . . .	Minas Geraes	1891		
» » Pedreira de Magalhães Castro . . .	Côrte	1879		
» » Pimenta Bueno (1.º) . . .	S. Paulo	1832		
» » » (2.º) . . .	Rio de Janeiro	1834		
» » » Junior . . .	S. Paulo	1859		
» » Saraiva . . .	Bahia	1846		
» » Teixeira Machado . . .	S. Paulo	1888		
» » Vaz de Carvalhaes . . .	»	1847		
» Aristides Vieira de Souza . . .	Rio de Janeiro	—	1897	1895
» Arruda . . .	S. Paulo	1892		
» Augusto Adail de Oliveira . . .	Minas Geraes	1889		
» » Cesar . . .	S. Paulo	1898		
» » Chaves . . .	Bahia	1839		
» » Coelho da Rocha . . .	Rio de Janeiro	1896		
» » de Andrade . . .	S. Paulo	1883		
» » » Assis Lima . . .	Minas Geraes	—	1896	
» » » Godoy e Vasconcellos . . .	Côrte	1889		
» » » Oliveira Moura . . .	S. Paulo	1864		
» » » Paula Santos . . .	Minas Geraes	1877		
» » » Toledo Barbosa . . .	S. Paulo	1887		
» » do Nascimento Pereira . . .	»	1862		
» » Gomes de Menezes . . .	Rio de Janeiro	1833		
» » Pereira . . .	S. Paulo	1843		
» » » de Queiroz . . .	»	1890		
» » Querino dos Santos . . .	»	1892		
» » Simões Corrêa . . .	»	1888		
» Balthasar de Abreu Cardoso Sodré . . .	Rio de Janeiro	1849		
» Baptista de Lima . . .	S. Paulo	1876		
» » Lisboa . . .	Rio de Janeiro	1833		
» » Pereira . . .	Rio G. do Sul	1876		
» » Vieira Machado . . .	Minas Geraes	1865		
» Barbosa de Oliveira . . .	Bahia	1834		
» » Rodrigues . . .	Pará	1891		
» » Torres . . .	Rio de Janeiro	1867		
» Basson de Miranda Osorio . . .	Piauby	1859		
» Belisario Peixoto de Mello . . .	S. Paulo	1868		
» Bento de Araujo . . .	Rio de Janeiro	1868		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociaes	Jurídicas	Sociaes
José Bernardes de Loyolla . . .	Rio de Janeiro	1834		
» » Marques Leite . . .	S. Paulo	1868		
» Bonifacio Bulcão . . .	»	—	1898	1896
» » Bueno de Andrada . . .	»	1882		
» » da Silva Pontes . . .	»	1863		
» » de Andrada e Silva . . .	França	1853		
» » » » Sobrinho . . .	Minas Geraes	1892		
» » » Oliveira Coutinho . . .	Capital Federal	1896		
» » Marcondes Machado . . .	S. Paulo	1891		
» » Nascentes de Azambuja . . .	Rio de Janeiro	1836		
» Bricio da Gama e Abreu . . .	Pará	1879		
» Caetano de Andrade Pinto Junior . . .	Rio de Janeiro	1846		
» » Araujo . . .	»	1838		
» » » Paiva Pereira Tavares . . .	»	1860		
» » dos Santos . . .	»	1852		
» » Furquim de Almeida . . .	Minas Geraes	1839		
» » Rodrigues Horta . . .	»	1884		
» Calmeida Nogueira Valle da Gama . . .	Rio de Janeiro	1859		
» Carlos da Silva Brandão . . .	»	1888		
» » de Azevedo Marques . . .	S. Paulo	1853		
» » » Pontes Visgueiro . . .	Alagoas	1834		
» » Pimentel de Duarte . . .	Rio de Janeiro	1891		
» Cardoso de Almeida . . .	S. Paulo	1890		
» Carlos da Cruz Paula . . .	Rio de Janeiro	1852		
» » de Alambary Luz . . .	S. Paulo	1853		
» » Almeida Arêas . . .	Rio de Janeiro	1848		
» » Borba . . .	S. Paulo	1859		
» » Dias Torres de Oliveira . . .	»	1889		
» » Machado de Oliveira . . .	Pará	1856		
» » Rodrigues . . .	Rio de Janeiro	1864		
» Cavalheiro do Amaral . . .	Santa Catharina	1847		
» Cesarão da Silva Bastos . . .	S. Paulo	1872		
» » de Castro Monteiro de Barros . . .	Minas Geraes	1865		
» » » Faria Alvim Junior . . .	»	1862		
» » » Miranda Monteiro de Barros . . .	»	1867		
» » » Ribeiro . . .	»	1877		
» Christiano Gastão Stockler . . .	»	1832		
» » Stockler de Lima . . .	»	1865		
» Chrysostomo de Paiva . . .	»	1892		
» Coelho de Magalhães Gomes . . .	»	1886		
» Corrêa de Jesus . . .	Rio de Janeiro	1864		
» » e Castro . . .	»	1858		
» Custodio da Cunha Canto . . .	S. Paulo	1868		
» da Costa Barros Pereira das Neves . . .	Côrte	1889		
» » Leite Falcão . . .	Matto Grosso	1837		
» » Machado e Souza . . .	Minas Geraes	1853		
» » Rangel Junior . . .	»	1883		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS			
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais	
José da Motta de Azevedo Corrêa Junior.	Sergipe	1893			
» Rocha Leal	Bahia	1882			
» Silva Costa	Rio de Janeiro	1862			
» Vergueiro	S. Paulo	1880			
» de Abreu Medeiros	»	1880			
» Alcantara Machado de Oliveira	»	—	1893	1894	
» Almeida Martins Costa Junior	Alagôas	1887			
» Andrade Guimarães	Rio de Janeiro	1858			
» Araujo Brusque	Rio G. do Sul	1850			
» Avellar Fernandes	Rio de Janeiro	1882			
» Figueira	»	1870			
» Barros Duarte	S. Paulo	1866			
» Franco Junior	Rio de Janeiro	1882			
» Calasans Rodrigues de Andrade Junior.	»	1866			
» Soares de Souza	»	1859			
» Campos Novaes	S. Paulo	1886			
» Toledo	»	1895			
» Castro de Mendonça Furtado.	»	1858			
» Freitas Guimarães	»	—	1895		
» Valle	Rio G. do Sul	1891			
» Magalhães Couto Junior	S. Paulo	1879			
» Mello Carvalho Muniz Freire.	»	1881			
» Mesquita Barros	»	1891			
» Oliveira Coelho.	Rio de Janeiro	1877			
» Paiva de Magalhães Calvet	»	1859			
» Queiroz Aranha	S. Paulo	1890			
» Carneiro Mattozo.	Côrte	1891			
» Rezende Teixeira Guimarães	Minas Geraes	1857			
» Siqueira Queiroz	Portugal	1836			
» Souza Brandão.	Rio de Janeiro	1879			
» Gomes	Côrte	1886			
» Queiroz	S. Paulo	1878			
» Ribas	Paraná	1864			
» Diogo de Menezes Froes.	Rio de Janeiro	1855			
» do Amaral Gurgel.	S. Paulo	1840			
» Domingos Rache	Rio G. do Sul	1892			
» Domingues dos Santos Junior	Rio de Janeiro	1866			
» dos Passos da Silva e Cunha.	Pará	1895			
» Santos Pacheco Lima.	S. Paulo	1865			
» Eduardo Torres Camara	Ceará	1891			
» Elias Ayres do Amaral	S. Paulo	1861			
» Pacheco Jordão.	»	1841			
» Vaz de Almeida.	»	1890			
» Eloy Machado.	Rio de Janeiro	1834			
» Emilio Ribeiro de Campos	»	1864			
» Espindola Batalha Ribeiro	Espirito Santo	1893			

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS			
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais	
José Estacio Corrêa de Sá e Benevides	Rio de Janeiro	1879			
» Estanislau do Amaral Junior.	S. Paulo	1877			
» Soares de Meirelles	Rio de Janeiro	1850			
» Eufrosino Ferreira de Brito	Minas Geraes	1862			
» Evaristo Alves Cruz	S. Paulo	1873			
» Ezequiel Freire	Rio de Janeiro	1880			
» Feliciano Dias de Gouvêa.	Minas Geraes	1852			
» Ferreira da Rosa	S. Paulo	1877			
» Horta de Araujo	Minas Geraes	1858			
» Felipe de Freitas Castro.	»	1893			
» dos Santos	»	1871			
» Felix Monteiro Junior.	S. Paulo	1883			
» Fernandes Coelho	Côrte	1874			
» da Costa Pereira Junior	Rio de Janeiro	1856			
» Moreira	Minas Geraes	1852			
» Ferraz de Assis Negreiros	S. Paulo	1884			
» Ferreira Brant	Minas Geraes	1865			
» da Silva	S. Paulo	—	1898		
» de Andrade	Minas Geraes	1886			
» Mello	Santa Catharina	1870			
» Nogueira	Rio de Janeiro	1875			
» Menezes	»	1866			
» Dias	»	1859			
» Nobre.	»	1871			
» Figueiredo de Andrade	»	1859			
» Florencio de Araujo Soares	Minas Geraes	1893			
» Fortunato da Silveira Bulcão Junior.	S. Paulo	1863			
» de Sampaio Carvalho	»	1864			
» Fonseca Teixeira de Barros	»	1893			
» Francisco Bellens de Lima	Bahia	1835			
» Cardoso	Rio de Janeiro	1853			
» de Araujo Macedo.	Minas Geraes	1867			
» Carvalho Nobre	Sergipe	1860			
» Freitas Junior	Rio de Janeiro	1871			
» Oliveira e Silva Junior.	»	1865			
» Paula Eduardo	S. Paulo	1859			
» Novaes	»	1886			
» Diana	Rio G. do Sul	1868			
» Soares Filho	Alagôas	1886			
» Frederico Ribeiro da Luz	S. Paulo	1837			
» Fructuoso Rangel	Rio de Janeiro	1834			
» Gabriel de Toledo Piza	S. Paulo	1892			
» Marcondes Rodovalho	»	1873			
» Gaspar dos Santos Lima	Paraná	1832			
» Geraldo Bezerra de Menezes	Rio de Janeiro	1892			
» Getulio Monteiro	S. Paulo	1883			
» Gervasio Benevides de Queiroz Carneira	Côrte	1883			

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Juridicas e Sociais	Juridicas	Sociais
José Gomes de Souza Portugal Junior.	Rio de Janeiro	1860		
„ „ Pinheiro	Minas Geraes	—	1895	
„ „ Machado	S. Paulo	1878		
„ „ Varella Lessa e Silva	Bahia	1834		
„ „ Gonçalves da Silva Junior	Minas Geraes	1859		
„ „ de Souza	Minas Geraes	1886		
„ „ Maia	Pernambuco	1888		
„ „ Marques	Paraná	1871		
„ „ Viriato de Medeiros	Ceará	1858		
„ „ Grey	Capital Federal	1890		
„ „ Guilherme da Silva Martins	Alagoas	1883		
„ „ Henrique de Sampaio	S. Paulo	1889		
„ „ Souza Ramos	Côrte	1879		
„ „ Hyppolito de Oliveira Ramos	S. Paulo	1859		
„ „ Ignacio de Barros Cobra Junior	Minas Geraes	1864		
„ „ Macedo	Minas Geraes	1864		
„ „ Guimarães	S. Paulo	1891		
„ „ Gomes Ferreira de Menezes	Rio de Janeiro	1863		
„ „ Guimarães	Bahia	1857		
„ „ Nogueira Penido	Minas Geraes	1834		
„ „ Silveira da Motta	Goyaz	1833		
„ „ Vaz Vieira Filho	Rio de Janeiro	1832		
„ „ Ildelfonso de Souza Ramos	Minas Geraes	1834		
„ „ Innocencio de Campos	S. Paulo	1836		
„ „ Moraes Vieira	S. Paulo	1845		
„ „ Jacintho de Azevedo Baeta	Minas Geraes	1871		
„ „ Joaquim Alves	Rio de Janeiro	1867		
„ „ Baeta Neves Filho	Pernambuco	1882		
„ „ Cardoso de Mello	S. Paulo	1858		
„ „ „ Junior	S. Paulo	1880		
„ „ da Costa Pereira Braga	Capital Federal	1890		
„ „ Silva	Bahia	1834		
„ „ de Almeida Reis	Bahia	1861		
„ „ Andrade Neves Netto	Rio G. do Sul	1894		
„ „ Moraes Junior	S. Paulo	1866		
„ „ Siqueira	Rio de Janeiro	1834		
„ „ Souza	Goyaz	1865		
„ „ do Carmo Junior	Rio de Janeiro	1854		
„ „ dos Santos Prado	S. Paulo	1895		
„ „ Werneck	Rio de Janeiro	1870		
„ „ Fernandes Torres	Minas Geraes	1862		
„ „ Ferreira da Costa Braga Junior	Côrte	1878		
„ „ „ Veiga	Rio de Janeiro	1836		
„ „ „ Rebello	Minas Geraes	1857		
„ „ „ Valle	Maranhão	1849		
„ „ Guimarães	Rio de Janeiro	1834		
„ „ Landulpho da Rocha Medrado	Bahia	1853		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Juridicas e Sociais	Juridicas	Sociais
José Joaquim Machado	Rio de Janeiro	1835		
„ „ Monteiro de Andrade	Minas Geraes	1891		
„ „ Pessanha Povôa	Rio de Janeiro	1864		
„ „ Jorge da Silva	Minas Geraes	1893		
„ „ „ Junior	Rio de Janeiro	1859		
„ „ Julio de Freitas Coutinho	Portugal	1838		
„ „ Ladislau Terra	Montevideo	1864		
„ „ Leite de Arruda	S. Paulo	—	1895	
„ „ „ Souza	S. Paulo	—	1894	
„ „ Pinheiro	S. Paulo	—	1890	
„ „ Leopoldo de Bulhões Jardim	Goyaz	1880		
„ „ Pereira Lima	Pará	1891		
„ „ Lobo Leite Pereira	Rio de Janeiro	1890		
„ „ Lourenço de Sá Ribas	S. Paulo	1849		
„ „ Luciano da Silva Barbosa	S. Paulo	1854		
„ „ Luiz Alvares da Silva	Minas Geraes	1884		
„ „ de Almeida Nogueira	S. Paulo	1873		
„ „ Andrade Junior	Rio de Janeiro	1859		
„ „ dos Santos Teixeira Junior	Rio de Janeiro	1860		
„ „ Monteiro de Souza	Rio de Janeiro	1861		
„ „ Lustosa da Cunha Paranaguá	Côrte	1877		
„ „ Machado Coelho de Castro	Rio de Janeiro	1850		
„ „ Pinheiro Lima	Paraná	1871		
„ „ Manoel da Costa Bastos	Rio de Janeiro	1848		
„ „ Fonseca Leite Junior	S. Paulo	1881		
„ „ de Almeida Pereira	Rio de Janeiro	1881		
„ „ Azevedo Marques	S. Paulo	1886		
„ „ Arruda Alvim	S. Paulo	1870		
„ „ Barros Fonseca	S. Paulo	—	1895	1896
„ „ Mesquita Junior	S. Paulo	1859		
„ „ Freire Junior	Rio de Janeiro	1868		
„ „ Lobo	S. Paulo	1886		
„ „ Machado de Araujo Filho	Sergipe	1896		
„ „ Pereira Cabral	Minas Geraes	1861		
„ „ Portugal	Rio de Janeiro	1857		
„ „ Marcellino de Araujo Ledo Vega	Rio de Janeiro	1863		
„ „ Marciano Gomes Baptista (P.)	Minas Geraes	1834		
„ „ Marcondes de Andrade Figueira	Rio de Janeiro	1882		
„ „ Maria Bourroul	S. Paulo	1884		
„ „ Corrêa de Sá e Benevides	Rio de Janeiro	1854		
„ „ da Camara Leal	Rio de Janeiro	1856		
„ „ de Andrade	S. Paulo	1851		
„ „ Azevedo Velho Junior	Rio de Janeiro	1859		
„ „ Campos Cordeiro	Minas Geraes	1879		
„ „ Moura Leite	Minas Geraes	1862		
„ „ „ Junior	Minas Geraes	—	1895	
„ „ Oliveira	Minas Geraes	1894		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociaes
José Maria de Souza	S. Paulo	1834		
» do Valle Junior.	Santa Catharina	1860		
» Frederico de Souza Pinto	Portugal	1833		
» Lamaneres Junior	S. Paulo	1879		
» Largacha Junior.		1881		
» Leitão da Cunha	Pará	1874		
» Lisbôa Junior	S. Paulo	1892		
» Vaz	Minas Geraes	1858		
» Pinto Coelho		1884		
» Whitaker	S. Paulo	—	1896	1895
Mariano Corrêa	Maranhão	1891		
» de Camargo Aranha.	S. Paulo	—	1893	1896
» Pinto Monteiro Junior	Minas Geraes	1884		
Marques da Silva Ayroza.	S. Paulo	—	1895	1898
» de Oliveira Ivaby		1863		
Martiniano de Alencar.	Pará	1850		
» Oliveira Borges	S. Paulo	1851		
Martins de Arango.	Paraná	1864		
» Fontes Junior.	Sergipe	1887		
Mathias Ferreira de Abreu	S. Paulo	1835		
Mattoso de Andrade Camara.	Loanda	1834		
Mauricio Fernandes Pereira de Barros	Rio de Janeiro	1848		
Maximo Nogueira Penido.	Minas Geraes	1866		
» Pinheiro Lima	S. Paulo	1898		
Mendes	Minas Geraes	1891		
» de Almeida	S. Paulo	1892		
Monteiro Machado Cezar		1866		
Moreira Barboza	Rio de Janeiro	1833		
» da Rocha.	Minas Geraes	1856		
Nicoláu de Vasconcellos	S. Paulo	1886		
» Vergueiro		1868		
Norberto dos Santos	Rio de Janeiro	1835		
Olegario de Albuquerque Pinheiro	S. Paulo	1893		
» Almeida Moura		1887		
Oscar de Araujo Cunha		1863		
Ovidio do Amaral Gurgel.		1886		
Pacheco Leão	Capital Federal	1894		
Pamplona de Menezes.	Rio de Janeiro	1869		
Pedro Carlos da Fonseca Filho	Minas Geraes	1834		
» de Azevedo Segurado	S. Paulo	1849		
» Castro		1890		
» Figueiredo Carvalho	Minas Geraes	1860		
» Marcondes Cezar	S. Paulo	1866		
» Moll	Rio de Janeiro	—	1895	
Peixoto Ipiranga dos Guarany		1850		
Pereira Cardoso Filho.	Capital Federal	1892		
» Corsino	S. Paulo	1884		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociaes
José Pereira da Costa Motta	Rio de Janeiro	1834		
» Silva Guimarães	Côrte	1870		
» de Queiroz	S. Paulo	1886		
» do Nascimento Motta	Rio de Janeiro	1864		
» dos Santos (1.º)	Minas Geraes	1863		
» (2.º)	Rio de Janeiro	1869		
» Leite de Souza		1865		
» Rodrigues Porto Sobrinho		1892		
» Terra Junior		1871		
» Pinheiro de Andrade		1880		
» Uilhôa Cintra	S. Paulo	1857		
Pinto da Fonseca Guimarães	Rio G. do Sul	—	1892	
» de Almeida Cesar	S. Paulo	1886		
» Moura	Maranhão	—	1893	
» Souza Dantas	Bahia	1881		
» Ribeiro Pereira de Sampaio	Rio de Janeiro	1857		
» Rodrigues de Brito.		1865		
Pires Falcão Brandão Junior	Bahia	1879		
Porfirio Alvares Machado Junior.	Minas Geraes	1886		
Quirino da Rocha Werneck	Rio de Janeiro	1863		
Ramos Brandão	S. Paulo	1884		
» Corrêa da Silva		1862		
» da Silva Junior		1863		
Raymundo do Lago	Maranhão	1887		
Ribeiro de Castro Sobrinho	Rio de Janeiro	1867		
» Miranda Junior	Minas Geraes	1891		
» Monteiro Junqueira		1893		
Ricardo de Sá Rego	Rio de Janeiro	1837		
» Pinheiro Uilhôa Cintra	Rio G. do Sul	1863		
» Vaz de Lima.	Minas Geraes	1886		
» Roberto de Mello Franco	Portugal	1836		
» Leite Penteado	S. Paulo	1882		
» Raulpho Nunes		1888		
» Rodrigues de Souza (1.º)		1845		
» (2.º)		1891		
» Duarte Ribas		1866		
» Jardim	Goyaz	1844		
» Munhoz.	S. Paulo	1886		
» Vieira	Pará	1886		
Rolim de Oliveira Ayres	S. Paulo	1863		
Rubim Cezar		1875		
Rubino de Oliveira		1868		
Sebastião Ferreira da Silva	Rio de Janeiro	1857		
Serafim da Costa Faria	Bahia	1886		
Severiano de Lima Junior.	Minas Geraes	1893		
Severino Fernandes Junior	S. Paulo	1882		
Silvestre Machado Junior	Minas Geraes	1887		

J	NATURALIDADE	SCIENCIAS	
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas e Sociais
José Silvino de Faria	Bahia	1891	
» Soares da Cunha e Costa	Portugal	1897	
» » Teixeira de Gouvêa	Rio de Janeiro	1853	
» Tavares de Lacerda	Minas Geraes	1894	
» Teixeira Machado	S. Paulo	1881	
» Theodoro Bayeux	»	—	1895
» Theotônio Pacheco	Minas Geraes	1874	
» Thiago de Siqueira	»	—	1895
» Thomaz da Silva Quintanilha	Maranhão	1855	
» » de Aquino	Bahia	1834	
» Tito Nabuco de Araújo	Rio de Janeiro	1860	
» Ulpiano Pinto de Souza	S. Paulo	1891	
» V. de Almeida Prado Junior	»	1900	
» Valois de Castro (P.)	»	1883	
» Vaz Alves de Castro Amaral	Rio G. do Sul	1847	
» Vicente Castro do Amaral	Côrte	1878	
» » da Silva Paranhos	Minas Geraes	1892	
» » de Azevedo	S. Paulo	1882	
» » Marcondes de Moura Romeiro	»	1850	
» » Valladão	Minas Geraes	1891	
» Vieira Barbosa	S. Paulo	1891	
» Braga	Rio G. do Sul	1834	
» » Couto de Magalhães	Minas Geraes	1859	
» » » Sobrinho	»	1896	
» » da Cunha	Rio G. do Sul	1882	
» » de Moraes	S. Paulo	1880	
» Viriato de Freitas Junior	Rio de Janeiro	1863	
» Xavier da Silva Capanema	Minas Geraes	1856	
» » de Almeida	Goyaz	—	1894
» » Toledo	Minas Geraes	1866	
» Wencesláu de Souza Arantes	»	1863	
» » Marques da Cruz	Rio de Janeiro	1054	
» Werneck da Silva	»	1882	
Josephino Felício dos Santos	Minas Geraes	1881	
Josino Alcantara de Araújo	»	1886	
» de Oliveira Guimarães	S. Paulo	1893	
» » Paula Araújo	Rio de Janeiro	1882	
» » Quadros Bittencourt e Sá	Minas Geraes	1891	
» » do Nascimento e Silva	Rio de Janeiro	1831	
» » » Filho	»	1862	
Josselino Ribeiro Mendes	Minas Geraes	1886	
Josué da Costa Lage	»	1892	
Joviano Telles	Sergipe	1892	
Jovino de Sylos	S. Paulo	—	1895
Julião José de Oliveira e Souza	Rio de Janeiro	1838	
Julio Abelardo Teixeira	S. Paulo	1894	
» Accioli de Brito	Bahia	1858	

L	NATURALIDADE	SCIENCIAS	
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas e Sociais
Julio Alves de Brito	Côrte	1874	
» Amaro da Rosa Furtado	S. Paulo	1887	
» Bandeira Vilella	Ceará	1893	
» Benedicto Ottoni	Côrte	1878	
» Castellar de Oliveira	S. Paulo	1896	
» Cezar Augusto do Carmo	Rio de Janeiro	1863	
» » Cardoso	Pernambuco	1893	
» » da Silva	S. Paulo	—	1895
» » » Silveira	Santa Catharina	—	1895
» » de Freitas Coutinho	Côrte	1869	
» » » Moraes Carneiro	Rio de Janeiro	1874	
» » Ferreira de Mesquita	S. Paulo	1883	
» de Barros Raja Gabaglia	Rio de Janeiro	1886	
» » Mendonça Moreira	Rio G. do Sul	1877	
» » Souza Meirelles	Minas Geraes	1891	
» » » Ramos	Bahia	—	1895 1893
» Eduardo de Avellar Brandão	Capital Federal	1890	
» Gonçalves do Valle Pereira	Pernambuco	1891	
» Henrique de Mello e Alvim	Rio de Janeiro	1854	
» Joaquim Gonçalves Maia	S. Paulo	1884	
» Luiz Vieira	Rio de Janeiro	1863	
» Pinto Rabello Pestana	S. Paulo	1866	
» Prates de Castilho	Rio G. do Sul	1881	
» Verissimo da Silva Santos	Rio de Janeiro	1883	
» Xavier Ferreira	S. Paulo	1856	
Junio Soares Caiuby	»	1890	
Jusselino Barbosa	Minas Geraes	1895	
Justiniano Baptista Madureira	Bahia	1846	
» José da Rocha	Rio de Janeiro	1833	
» » Luiz de Miranda	Minas Geraes	1835	
» » Martins de Azambuja Meirelles	S. Paulo	1876	
Justino Ferreira Carneiro	Minas Geraes	1860	
» José Tavares	Rio de Janeiro	1833	
Juvenal Augusto Alves de Carvalho	S. Paulo	1886	
» Francisco Parada	»	1887	
» Malheiros de Souza Menezes	»	1886	
Juvencio da Silva Pereira e Souza	Rio de Janeiro	1868	
Lafayette Coutinho Rodrigues Pereira	Minas Geraes	1893	
» das Chagas Justiniano	»	1891	
» Rodrigues de Assis Valle	»	1893	
» » Pereira	»	1857	
Lamartine Delamare Nogueira da Gama	»	1887	
Laurindo Abelardo de Brito	Montevideó	1851	
» Dias Minhoto	S. Paulo	1891	
» Pitta de Castro	Rio de Janeiro	1877	
Lauro Rolim	S. Paulo	1898	
Leão Luiz Ribeiro	Rio G. do Sul	1883	

L	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Leão Ribeiro de Oliveira	Minas Geraes	—	1899	
Leolino José Teixeira	Bahia	—	1895	
Leonardo Macedonia Franco e Souza	Rio G. do Sul	1891		
Leone Augusto Pinheiro da Silva	S. Paulo	1878		
Leoncio Rolim de Carvalho	"	1897		
Leonel Loreti da Silva Lima	Rio de Janeiro	1881		
» Martiniano d'Alencar	"	1853		
» Teixeira Lomiba	Minas Geraes	1866		
Leonidas Detsi	Espirito Santo	1892		
» Marcondes de Toledo Piza	Rio de Janeiro	1866		
Leopoldino Antonio da Fonseca e Silva	Alagoas	1882		
» Cabral de Mello	Rio de Janeiro	1871		
» Martins Meira d'Andrade	S. Paulo	1883		
» Pinto da Cunha Freire	"	1893		
Leopoldo Antunes Maciel	Rio G. do Sul	1870		
» Augusto de Lima	Minas Geraes	1891		
» Cezar de Andrade Duque Estrada	Rio de Janeiro	1868		
» de Freitas Cruz	Rio G. do Sul	1891		
» Ferreira Monteiro	Minas Geraes	1887		
» Henrique Castrioto	Rio de Janeiro	1858		
» Teixeira Leite	"	1881		
Leovegildo de Mendonça Uchôa	Alagoas	1882		
Levindo Ferreira Lopes	Rio de Janeiro	1866		
Liberato da Costa Fontes	Sergipe	1891		
Lincoln Guimarães	Rio de Janeiro	1897		
Lindolf de Vereza Soares	S. Paulo	1863		
» Ernesto Ferreira França	"	1856		
Lindolpho d'Almeida Campos	Minas Geraes	—	1895	
Lopo Diniz Cordeiro	Rio de Janeiro	1856		
Loreto Ribeiro de Albreu	Minas Geraes	1890		
Lourenço de Mello Franco	S. Paulo	1835		
» Justiniano da Silva	Rio de Janeiro	1837		
» Valente de Figueiredo	Pianhy	1862		
Lucas Jorge de Siqueira Franco	S. Paulo	1897		
Luciano de Souza Lima Netto	Minas Geraes	1887		
» Esteves dos Santos Junior	S. Paulo	1896		
» Rangel d'Azevedo	Minas Geraes	1863		
Lucio da Cunha Pavolid e Menezes (Dr.)	Capital Federal	1895		
» de Toledo Malta	S. Paulo	1866		
» Drummond Furtado de Mendonça	Rio de Janeiro	1877		
» Pereira Peixoto	S. Paulo	1895		
Ludgero Antonio Coelho	Minas Geraes	1881		
Luiz Adolpho Thiers Velloso	Bahia	1891		
» Albino Barboza de Oliveira	Côrte	1878		
» Alves da Silva Carvalho	Rio de Janeiro	1866		
» de Souza	Côrte	1869		
» Leite de Oliveira Bello	Rio G. do Sul	1811		

L	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Luiz Alves Leite de Oliveira Bello Junior	Rio de Janeiro	1872		
» Anselmo Rennó	Minas Geraes	1893		
» Antonio Barboza	"	1835		
» Coelho da Silva	Rio de Janeiro	1860		
» da Silva Nazareth	"	1836		
» d'Assumpção	S. Paulo	1810		
» de Aguiar Souza	"	1887		
» » Alvarenga Peixoto	Capital Federal	1891		
» » Campos Mesquita	S. Paulo	—	1897	1895
» » Souza Ferraz	"	1868		
» » Neves	Côrte	1878		
» » Fernandes Pinheiro	Rio de Janeiro	1858		
» » Vieira	"	1862		
» Aranha	S. Paulo	1892		
» Arthur Varella	"	1890		
» Augusto Cesar	Capital Federal	1892		
» Corrêa Galvão	S. Paulo	1890		
» de Carvalho Mello	Côrte	1884		
» » Queiroz Aranha	S. Paulo	1889		
» » Sampaio Vianna	Bahia	1888		
» » Ferreira	S. Paulo	1872		
» » Nogueira	Minas Geraes	1895		
» » Teixeira de Assumpção	S. Paulo	1893		
» Barboza Accioli de Brito	Rio de Janeiro	1819		
» » da Gama Cerqueira	"	1886		
» » Silva	S. Paulo	1860		
» » Gonçalves Penna	Minas Geraes	1889		
» Barreto Murat	S. Paulo	1886		
» Bartholomeu Marques Pitaluga	Goyaz	1881		
» Caetano da Silva Guimarães	Minas Geraes	1888		
» Candido da Rocha	"	1884		
» Carlos da Rocha	Minas Geraes	1839		
» » d'Assumpção	S. Paulo	1857		
» » de Paiva Teixeira	Rio de Janeiro	1831		
» » Frôes da Cruz	"	1876		
» Christiano de Castro	Minas Geraes	1883		
» da Costa Ferreira França	Pernambuco	1835		
» d'Assis Mascarenhas (D.)	Bahia	1812		
» de Albuquerque Maranhão	S. Paulo	—	1896	1895
» » Andrade Figueira	"	1882		
» » Camargo Mello	"	1873		
» » Campos Maia	"	—	1891	
» » França Vianna	Minas Geraes	1878		
» » Freitas Castro	Rio G. do Sul	1839		
» » » Guimarães	Côrte	1867		
» » Lemos Pinto Coelho	Espirito Santo	1891		
» » Lima e Silva	França	1894		

L	NATURALIDADE	SCIENCIAS	
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas e Sociais
Luiz de Medeiros	Santa Catharina	1855	
» » Oliveira Lins e Vasconcellos	Alagóas	1867	
» » Rezende e Souza	S. Paulo	1894	
» » Siqueira da Silva Lima	Espirito Santo	1868	
» » Souza Dias	Rio de Janeiro	1890	
» » Leite Junior.	S. Paulo	1895	
» » Monteiro de Barros	Rio de Janeiro	1870	
» » Toledo Piza e Almeida	S. Paulo	1883	
» » Dias Novaes	»	1856	
» » Edmundo Cases	»	1879	
» » Ernesto Xavier	»	1863	
» » Eugenio Horta Barboza	Minas Geraes	1863	
» » Fernandes Ferreira	Maranhão	1837	
» » Ferreira da Silva Maia	Rio de Janeiro	1837	
» » Garcia	S. Paulo	1881	
» » Gomes	Rio de Janeiro	1835	
» » Felipe Baeta Neves	Minas Geraes	1886	
» » Fortunato de Brito Abreu Souza Me- nezes.	Rio de Janeiro	1832	
» » Fortunato de Brito Abreu Souza Me- nezes Filho.	»	1863	
» » Fortunato de Souza Carvalho.	S. Paulo	1893	
» » Francisco da Camara Leal	Rio de Janeiro	1845	
» » Fontoura Lima.	»	1864	
» » Frederico Rangel de Freitas	S. Paulo	1889	
» » Gastão d'Escraguolle Doria	Capital Federal	1890	
» » Gomes Martins.	Minas Geraes	1882	
» » Ribeiro.	»	1857	
» » Gonzaga da Silva Leme	S. Paulo	1876	
» » de Oliveira Costa	»	1870	
» » Jayme	Goyaz	1882	
» » Pereira da Fonseca	Minas Geraes	1868	
» » Guedes de Moraes Sarmento Junior	Capital Federal	1891	
» » Ignacio Nascientes d'Azambuja	Rio de Janeiro	1836	
» » Joaquim de Magalhães Castro Junior.	Bahia	1863	
» » Duque Estrada Teixeira.	Rio de Janeiro	1836	
» » José da Costa e Souza	»	1836	
» » de Carvalho Mello e Mattos	»	1860	
» » Mello e Oliveira	S. Paulo	1862	
» » Ferreira Braga	Rio de Janeiro	1866	
» » de Araujo	Espirito Santo	1851	
» » Ladisláu de Toledo Dantas	S. Paulo	1855	
» » Lopes Baptista dos Anjos Junior	Bahia	1877	
» » Domingues	Rio de Janeiro	—	1895
» » Mattozo Duque Estrada Camara	»	1861	
» » Mello Guimarães	Rio G. do Sul	1897	
» » Nogueira Martins	S. Paulo	—	1894

M	NATURALIDADE	SCIENCIAS	
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas e Sociais
Luiz Nunes Ferreira Filho	Rio de Janeiro	1893	
» » Paulino Pereira Pinto	Rio G. do Sul	1876	
» » Pedreira do Couto Ferraz.	Rio de Janeiro	1838	
» » Pereira de Castro Filho	»	1864	
» » Ferreira de Faro	Côrte	1884	
» » Pinto de Alencar Cintra	S. Paulo	1894	
» » Miranda Montenegro	Rio de Janeiro	1853	
» » Serva	S. Paulo	1900	
» » Porfirio da Rocha	Rio de Janeiro	1864	
» » Ramos da Silva Barbas	»	1862	
» » Figueira	»	1865	
» » Rodrigues de Lorena Ferreira	Côrte	1880	
» » Ferreira	Rio de Janeiro	1834	
» » Filho	»	1867	
» » Pereira	Minas Geraes	1890	
» » Romulo Peres de Moreno	Buenos Ayres	1859	
» » Sanches de Lemos.	Minas Geraes	1884	
» » Serra	Matto Grosso	1894	
» » Silverio Alves Cruz	S. Paulo	1854	
» » Sizenando Xavier Serra-dourada	Goyaz	1891	
» » Soares da Silveira	S. Paulo	1897	
» » de Gouvêa	Minas Geraes	1843	
» » Teixeira de Barros Junior.	S. Paulo	1887	
» » Torquato Marques de Oliveira	Minas Geraes	1834	
» » Tosta da Silva Nunes.	Parahyba	1883	
» » Lupercio da Rocha Lima	Bahia	1866	
» » Lycurgo Leite	Minas Geraes	—	1898 1897
» » Lysippo Antonio do Amaral Garcia	Capital Federal	1893	
» » Mamede José Gomes da Silva (P.)	S. Paulo	1854	
» » Manços Pinto de Andrade	Minas Geraes	1893	
» » Manoel Alvaro de Souza Sá Vianna	Maranhão	1883	
» » Alves Alvim	S. Paulo	1832	
» » de Araujo	Paraná	1859	
» » Antonio Braune.	Rio de Janeiro	1876	
» » dos Passos	»	1860	
» » Duarte de Azevedo	»	1856	
» » Dutra Rodrigues	Côrte	1878	
» » Pereira Lima	S. Paulo	1891	
» » Augusto de Almeida	Bahia	1842	
» » Alvarenga	S. Paulo	1881	
» » Mendonça Brito	»	1866	
» » Ornellas	»	1884	
» » Baptista da Cruz Tamandaré	Rio de Janeiro	1858	
» » Bento Guedes de Carvalho	S. Paulo	1839	
» » Cardoso de Menezes Barretto.	Sergipe	—	1896 1895
» » Clementino da Conceição Monte	Alagóas	1881	
» » Coelho Barroso	Rio de Janeiro	1872	

M	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociaes	Jurídicas	Sociaes
Manoel Coelho de Almeida	Rio de Janeiro	1865		
» Corrêa Dias	S. Paulo	1879		
» d'Almeida Mello Freire	»	1857		
» da Costa Manso	»	1895		
» Cunha Lopes Vasconcellos	Bahia	1864		
» Silva Gouvêa	Minas Geraes	1859		
» Mafra	Santa Catharina	1855		
» Silveira Corrêa	S. Paulo	—	1895	
» de Araujo da Cunha	Maranhão	1853		
» Azevedo Castro	S. Paulo	—	1896	1897
» Campos Cartier	Rio G. do Sul	1883		
» Freitas Paranhos	Bahia	1884		
» Jesus Valdetaro	Rio de Janeiro	1832		
» Magalhães Gomes	Minas Geraes	1881		
» Meirelles Freire	S. Paulo	1834		
» Moraes Barros	»	1857		
» Siqueira Cavalcanti	Pernambuco	1883		
» Dias da Silva	S. Paulo	1857		
» de Aquino e Castro	Goyaz	1879		
» Toledo	S. Paulo	1832		
» » Junior	»	1862		
» Domingues de Castro	»	1862		
» do Nascimento da Fonseca Galvão	Sergipe	1858		
» Silva	Rio de Janeiro	1862		
» Eduviges de Queiroz Vieira	»	1881		
» Elisiário de Castro Menezes	Ceará	1838		
» Eloy dos Santos Andrade	Minas Geraes	—	1894	
» Emilio Gomes de Carvalho	Rio de Janeiro	1882		
» Epiphânio de Andrade	»	1891		
» Estêvam do Espirito Santo	Minas Geraes	1890		
» Eufrazio Corrêa	Paraná	1862		
» Eustachio Martins de Andrade	Minas Geraes	1870		
» Faustino Corrêa Brandão Junior	»	1895		
» Ferraz de Campos Leite	S. Paulo	1883		
» » Salles	»	1863		
» Ferreira de Faria Junior	Côrte	1865		
» » Mattos	Rio de Janeiro	1859		
» » Mello	Santa Catharina	1872		
» Forquim d'Almeida	Minas Geraes	1865		
» de Campos	Rio de Janeiro	1866		
» Francisco Corrêa	Paraná	1854		
» » da Cruz Tamandarê	S. Paulo	1882		
» » Silva Guerra	»	1894		
» » de Paula Bittencourt	Rio de Janeiro	1864		
» Frederico da Costa Pinto	Minas Geraes	1839		
» Galeão Carvalho	S. Paulo	1893		
» Gesteira Passos	Rio de Janeiro	1862		

M	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociaes	Jurídicas	Sociaes
Manoel Gomes Tolentino	Minas Geraes	1867		
» Gonçalves da Silva Rossi	Rio G. do Sul	1865		
» Henriques da Fonseca Portella	Rio de Janeiro	1885		
» Ignacio Carvalho de Mendonça Junior	Minas Geraes	1881		
» » Gonzaga	Rio de Janeiro	1853		
» Jacintho de Araujo Ferraz	S. Paulo	1858		
» » Nogueira da Gama	Rio de Janeiro	1859		
» » Rodrigues Vêo	Minas Geraes	1834		
» » Vieira de Moraes	S. Paulo	1876		
» Jacques d'Araujo Bastos	Rio de Janeiro	1835		
» João da Costa	Minas Geraes	1833		
» Joaquim da Silva Filho	Côrte	1878		
» » » Pinto	Rio de Janeiro	1872		
» » de Azevedo Avellar	»	1858		
» » » Lemos Junior	Minas Geraes	1863		
» » do Amaral Gurgel (P.)	S. Paulo	1832		
» » Pereira de Lacerda	Rio de Janeiro	1833		
» » Pinto de Souza	S. Paulo	1858		
» Jorge Rodrigues	Rio G. do Sul	1860		
» José Chaves	S. Paulo	1835		
» » da Costa França	»	1862		
» » » Lapa Trancoso	Rio de Janeiro	1881		
» » » Silva	S. Paulo	1859		
» » de Castro Monteiro de Barros	Minas Geraes	1857		
» » » Junior	»	1892		
» » » Freitas Travassos	Rio G. do Sul	1834		
» » » Lacerda Trancoso	Rio de Janeiro	1854		
» » » Ferreira	Rio G. do Sul	1880		
» » » Penna	S. Paulo	1886		
» » Gomes Rebello Horta	Minas Geraes	1834		
» » Monteiro de Barros G. de S. Martinho	»	1834		
» » Moreira dos Santos	»	1882		
» » Murinho	Matto Grosso	1869		
» » Pinto de Vasconcellos	Bahia	1836		
» » Villaga	S. Paulo	1881		
» Leite de Barros	»	1893		
» » Camargo	»	1882		
» Libanio Pereira de Castro	Bahia	1833		
» Marcondes de Andrade Figueira	Rio de Janeiro	1881		
» » Moura e Costa	S. Paulo	1851		
» » do Amaral	Rio de Janeiro	1886		
» » Homem de Mello	S. Paulo	1876		
» Maria do Amaral	Bahia	1818		
» » Modesto Góes de Lacerda	Rio de Janeiro	1837		

M	NATURALIDADE	SCIENCIAS	
		Juridicas e Sociaes	Juridicas Sociaes
Manoel Marques de Sá	Rio de Janeiro	1856	
» Martins da Costa Cruz	Minas Geraes	1891	
» » Torres	Rio de Janeiro	1864	
» Monteiro Chassin Drummond	Minas Geraes	1869	
» Netto de Araujo	S. Paulo	1877	
» Nogueira Viotti	Minas Geraes	1895	
» Octavio Pereira e Souza	Rio de Janeiro	1891	
» Orlando Rodrigues	Rio de Janeiro	1891	
» Orphelino Tostes	Rio G. do Sul	1886	
» Pacheco Prates		1886	
» Pereira da Silva	Piauhy	1842	
» » Coelho	Matto Grosso	1836	
» » » Lobo	Bahia	1835	
» » de Souza Arouca	S. Paulo	1862	
» » Guimarães		1887	
» » Terra	Rio de Janeiro	1868	
» Pinto de Miranda		1835	
» » Souza Dantas	Bahia	1872	
» » Ribeiro Pereira de Sampaio	Rio de Janeiro	1853	
» Pires da Silva		1866	
» Queiroz Mattozo da Camara		1863	
» Raymundo da Silva Pereira	Bahia	1886	
» Rodrigues de Almeida Barboza	S. Paulo	1834	
» » Jardim	Goyaz	1854	
» » Peixoto	Rio de Janeiro	1864	
» Simões de Souza Pinto	Portugal	1859	
» Teixeira de Souza	Minas Geraes	1893	
» » » Magalhães		1862	
» Thomaz de Carvalho Britto		—	1894
» Torres de Oliveira	S. Paulo	1889	
» Travassos da Costa Junior	Rio de Janeiro	1833	
» Valerio Gomes da Silva		1886	
» Vicente do Amaral	Rio G. do Sul	1890	
» Victor Fernandes de Barros	Rio G. do Norte	1877	
» Vieira da Cunha Brandão Junior	Rio de Janeiro	1869	
» » de Oliveira Andrade	Minas Geraes	1891	
» » dos Santos Machado	Rio de Janeiro	1860	
» » Tosta	Bahia	1831	
» » Filho		1860	
Marçal José dos Santos	Minas Geraes	1835	
» Pereira de Escobar	Rio G. do Sul	1878	
Marcellino da Gama Coelho	Rio de Janeiro	1875	
» d'Assis Tostes	Minas Geraes	1862	
» Ferreira Bueno (P.)	S. Paulo	1832	
» José da Ribeira Silva Bueno (P.)		1833	
» » Nogueira Junior	Paraná	1887	
» Poppe da Silva Lopes	Pernambuco	1891	

M	NATURALIDADE	SCIENCIAS	
		Juridicas e Sociaes	Juridicas Sociaes
Marcilio Dias Silveira da Motta	S. Paulo	1890	
» Mourão	Minas Geraes	1890	
Marcinio José Cardozo de Araujo Abranches	S. Paulo	1868	
Marcionillo José da Costa Faria	Bahia	1879	
Marcollino Pinto Cabral	S. Paulo	1879	
Marcos Antonio Ribeiro Monteiro de Barros	Rio de Janeiro	1857	
» Diniz Hilario Nogueira	S. Paulo	1853	
» Dolzani Inglez de Souza	Amazonas	1888	
Mariano Antonio de Mello	Minas Geraes	1863	
» Rodrigues da Silva e Mello	S. Paulo	1835	
» » de Siqueira		1895	
Mario Barros	Rio G. do Sul	1891	
» Bulcão	S. Paulo	1891	
» da Silveira Vianna	Rio de Janeiro	1890	
» de Camargo	S. Paulo	1889	
» » Oliveira Paes		—	1894
» do Amaral		1896	
» Gomes Pahim	Rio de Janeiro	1900	
» Pedro da Silva	Capital Federal	1893	
» Pereira da Fonseca	S. Paulo	1894	
» Tavares		1896	
» Vicente de Azevedo		1898	
Martim Cabral Moreira dos Santos		1869	
» Francisco Ribeiro de Andrada	França	1845	
» » » Filho	S. Paulo	1875	
» » » So- brinho		1883	
» Gonçalves Gomide		1834	
Martinho Alvares da Silva Campos Junior	Rio de Janeiro	1876	
» » » Sobrinho	Minas Geraes	1882	
» » » Contagem		1865	
» Avelino da Silva Prado	S. Paulo	1861	
» da Silva Prado		1835	
» » » Junior		1866	
» Duarte Pinto Monteiro	Minas Geraes	1876	
Martiniano Antonio de Barros		1862	
» de Araujo Padilha		1859	
» » Souza Linz		1864	
Mathews da Silva Chaves Junior	S. Paulo	1887	
» Marcondes de Moura Romeiro		1864	
» Marques de Moura Leite		1869	
» Rodrigues Fortes	Rio de Janeiro	1863	
Mathias Antonio da Fonseca Morato		1854	
Maurício Levy	S. Paulo	1897	
Maurilio Augusto Curado Fleury	Goyaz	1889	
Mauro de Assumpção Amaral Pacheco	S. Paulo	1897	
Maximiano Augusto de Barros Cobra	Minas Geraes	1861	

N	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Maximiano de Souza Bueno	Rio de Janeiro	1862		
Melchíades Corrêa Garcia	Bahia	1876		
da Boa Morte Trigueiro	S. Paulo	1868		
José Alves Vieira	Pernambuco	1871		
Menandro Rodrigues Fontes	Rio G. do Sul	1868		
Miguel Antonio de Moraes	S. Paulo	1861		
Dutra Filho	Rio G. do Sul	1875		
Archanjo de Souza Vianna	Minas Geraes	1889		
Ribeiro de Castro Camargo (P.)	S. Paulo	1833		
Calmon du Pin e Almeida	Bahia	1863		
de Godoy Moreira	S. Paulo	1887		
e Costa		1865		
Moura Botelho	Rio de Janeiro	1862		
Oliveira Ribeiro	Minas Geraes	1891		
Joaquim Ribeiro de Carvalho Junior	Côrte	1871		
Jorge Montenegro	S. Paulo	1864		
José de Moraes Castro		1869		
Tavares Filho	Rio de Janeiro	1863		
Lino de Moraes Abreu	Rio G. do Sul	1868		
Monteiro de Godoy	S. Paulo	1850		
Pinto Ribeiro	Minas Geraes	1883		
Thomaz Pessoa	Espirito Santo	1871		
Vieira Braga	Rio G. do Sul	1837		
Milcíades Mario de Sá Freire	Capital Federal	1891		
Militão dos Santos Sarabyba	Bahia	1886		
Misael Candido de Mesquita	Minas Geraes	1857		
Ferreira Penna		1872		
Modesto Alves Pereira de Mello	Côrte	1871		
Perestrello de Carvalhosa	Rio de Janeiro	—	1896	
Moysés Pereira Vianna	Rio G. do Sul	1889		
Narcizo Alves de Abreu Pitaluga	Rio de Janeiro	1879		
Tavares Coimbra	Minas Geraes	1858		
Nelson Tobias de Mello		1886		
Nicanor de Queiroz Nascimento	Capital Federal	1892		
Nicoláu Antonio de Barros	Minas Geraes	1859		
de Souza Queiroz	S. Paulo	1862		
José dos Santos	Rio de Janeiro	1863		
Rodrigues Barboza	Rio G. do Sul	1839		
Pereira Reis	Rio de Janeiro	1862		
Nominato José de Souza Lima	Minas Geraes	1863		
Norberto Adelino de Cerqueira	Sergipe	1895		
Custodio Ferreira	Minas Geraes	1886		
Normelio Rosa	Rio G. do Sul	1891		
Numa Pereira do Valle	S. Paulo	—	1895	
Nuno Alvaro Pereira	Rio de Janeiro	1891		
Eulálio dos Reis Sobrinho		1883		

O	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas	Sociais
Octacilio Cainhy Ovande Camará	S. Paulo	—	1896	1895
Octaviano Carlos de Azevedo	Minas Geraes	1894		
Coelho da Silva	Côrte	1879		
da Costa Vieira	S. Paulo	1890		
de Aguirra Camargo		1893		
Anhaia Mello		1887		
Souza Bueno		1889		
Lima	Minas Geraes	1898		
Odorico Souto	Rio G. do Sul	1891		
Silva	S. Paulo	1892		
Octavio Ascoli	Rio de Janeiro	1893		
Ferreira de Barros	S. Paulo	1894		
do Amaral e Silva	Paraná	1889		
Germack Possolo	Capital Federal	1895		
Justiniano de Moura Chagas	Minas Geraes	1891		
Mendes	S. Paulo	1889		
Paes de Barros		1898		
Oduvaldo Pacheco e Silva		1889		
Olavo Franco de Godoy	Rio G. do Sul	1894		
Olegario Ernesto Pereira de Almeida	S. Paulo	1891		
Herculano de Aquino e Castro		1848		
Oliverio José do Pilar	Rio G. do Sul	1853		
Olympio Alvares de Magalhães	S. Paulo	1378		
da Paixão		1868		
Geffeneg de Niemeyer	Rio de Janeiro	1864		
Oscar de Vilhena Valladão	Minas Geraes	1875		
Pinheiro de Lemos	Bahia	1864		
Rodrigues Pimentel	S. Paulo	1890		
Teixeira de Oliveira	Minas Geraes	1893		
Olyntho Augusto Ribeiro		1884		
Horacio de Paula Andrade		1882		
José de Lima	Pará	1898		
Orlando Faro Marques de Santiago	Rio de Janeiro	1891		
Orosimbo Augusto do Amaral	S. Paulo	1897		
Horta de Araujo	Minas Geraes	1856		
José das Neves		—	1898	
Oscar de Almeida	S. Paulo	1892		
Felippe Rheingantz	Rio G. do Sul	1886		
Paes Ferreira de Macedo Soares	Rio de Janeiro	1886		
Paranhos Pederneiras	Rio G. do Sul	1882		
Schwench d'Horta	Minas Geraes	1891		
Thompson	S. Paulo	1899		
Varady	Rio de Janeiro	1888		
Osorio Dias de Aguiar Souza	S. Paulo	1891		
Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro	Rio de Janeiro	1848		
Marques Guimarães	Rio G. do Sul	1886		
Paulo Badaró	Minas Geraes	1897		

P	NATURALIDADE	SCIENCIAS			
		Jurídica	Sociaes	Jurídica	Sociaes
Pacifico da Silva Castello Branco	Piauby	1877			
Pamphilo Manoel Freire de Carvalho	Pernambuco	1883			
Pantaleão José da Silva	Minas Geraes	1837			
Paulo Pereira	Rio G. do Sul	1870			
Paschoal Pereira de Mattos	Bahia	1851			
Patricio Luiz de Souza	Rio G. do Sul	1895			
Paulino Coelho de Souza		1893			
da Fonseca	S. Paulo	1894			
Ferreira de Amorim	Rio de Janeiro	1850			
José Franco de Carvalho	Minas Geraes	1863			
Soares de Souza	França	1831			
Filho	Rio de Janeiro	1855			
Junior	Côrte	1887			
Paulo Alvares Lobo	S. Paulo	—	1896		
Americo Passalacqua		—	1894	1896	
Antonio do Valle		1848			
de Almeida Nogueira		1894			
Souza Queiroz	Belgica	1874			
Dias de Azevedo Junior	S. Paulo	—	1898	1896	
dos Passos Teixeira	Minas Geraes	1893			
Egydio de Oliveira Carvalho	S. Paulo	1865			
Emygdio dos Santos Lobo	Rio de Janeiro	1870			
Francisco da Costa Vianna	Côrte	1872			
José de Mello Rodrigues Costa	Bahia	1855			
Pereira de Almeida Torres	Rio de Janeiro	1858			
Machado Florence	S. Paulo	1887			
Maria de Lacerda		1894			
Moreira dos Santos	Minas Geraes	—	1895		
Prado	S. Paulo	1889			
Pedro Affonso dos Santos Junior	Côrte	1889			
Ferreira de Abreu	S. Paulo	1853			
Mibielli	Rio G. do Sul	1886			
Alves Corrêa do Amaral	S. Paulo	1894			
Antônio de Freitas Telles Barreto					
de Menezes	Rio de Janeiro	1867			
Oliveira		1832			
Falcão Brandão	Bahia	1857			
Ferreira Vianna	Rio de Janeiro	1862			
Arbues da Silva	S. Paulo	1876			
Junior		—	1895		
Augusto Carneiro Lessa	Minas Geraes	1883			
da Costa Silveira	S. Paulo	1868			
de Moura Carijó	Rio de Janeiro	1863			
Gomes Cardim	Rio G. do Sul	1888			
Tavares Junior	Rio de Janeiro	1884			
Baptista de Azevedo Vianna	Minas Geraes	1883			
do Espirito Santo	Bahia	1883			

P	NATURALIDADE	SCIENCIAS			
		Jurídica	Sociaes	Jurídica	Sociaes
Pedro Barbosa Nogueira	Côrte	1884			
Caetano da Costa	Bahia	1849			
Sanches de Moura	Minas Geraes	1838			
Carvalho Moraes	Côrte	1884			
da Costa Fonseca	Minas Geraes	1834			
Matta Machado		1889			
d'Alcantara e Almeida Magalhães		1869			
Cerqueira Leite		1833			
Leite Ribeiro	Rio de Janeiro	1884			
Nabuco de Abreu		1887			
Sardemberg		1853			
de Araujo Leite	Minas Geraes	1862			
Arbues Simões Pires	Rio G. do Sul	1890			
Castro Canto e Mello		1891			
Vasconcellos Teixeira da Matta	Minas Geraes	1875			
Dias de Carvalho	Côrte	1876			
do Monte Ablas	S. Paulo	—	1895		
Elias Martins Pereira	Minas Geraes	1859			
Eugenio Cleto		1894			
Fernandes Pereira Corrêa		1864			
Fernando Paes de Barros	S. Paulo	1892			
Francelino Guimarães Filho	Bahia	1878			
Gomes Pereira de Moraes	Rio de Janeiro	1870			
Gonçalves Moacyr	Rio G. do Sul	1891			
José Netto Teixeira	Côrte	1874			
Leão de Souza Guaracy	Minas Geraes	1893			
Luiz de Oliveira Costa	S. Paulo	1896			
Sayão	Côrte	1887			
Pereira de Souza	Rio de Janeiro	1860			
Manoel de Toledo	S. Paulo	1884			
Maria de Oliveira	Rio de Janeiro	1859			
Mariani Junior	Bahia	1878			
Moniz Leão Vellozo		1878			
Nolasco Xavier de Paula	Minas Geraes	1859			
Paulo Carneiro de Almeida Pereira	Rio de Janeiro	1884			
de Souza Nogueira		1869			
do Amaral		1878			
Ramos da Silva		1834			
Rodolpho Marcondes dos Reis		1863			
Rodrigues Fernandes Chaves	Rio G. do Sul	1832			
Soares de Meirelles	Côrte	1869			
Sayão de Bulhões Carvalho		1883			
Taques d'Almeida Alvim	S. Paulo	1853			
Tavares de Almeida	Pernambuco	1891			
Teixeira Soares	Rio de Janeiro	1886			
Vicente de Azevedo	S. Paulo	1866			
Xavier Alves Carneiro	Rio de Janeiro	1854			

R	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociaes	Jurídicas	Sociaes
Pedro Wenceslão de Mello e Cunha . . .	Rio de Janeiro	1873		
Pelagio Pereira de Almeida . . .	Rio G. do Sul	1895		
Pelino Joaquim da Costa Guedes . . .	Pernambuco	1882		
Peregrino Vieira da Cunha . . .	Rio de Janeiro	1900		
Philadelpho de Moraes Lima . . .	S. Paulo	1884		
Plinio Alvim . . .	Rio G. do Sul	1877		
» Chaves Barcellos . . .	»	1891		
» de Castro Casado . . .	»	1892		
» Godoy Moreira e Costa . . .	S. Paulo	1893		
Pompilio de Castro Lima e Almeida . . .	Piauhv	1891		
Ponciano Vieira de Araujo Machado . . .	Rio de Janeiro	1866		
Porfirio Abdagero Figueira d'Aguir . . .	S. Paulo	1871		
» Ferreira Vellozo . . .	Bahia	1847		
Possidonio Mancio da Cunha . . .	Rio G. do Sul	1884		
Primitivo de Castro Rodrigues Sette . . .	Ceará	1886		
Procopio Corrêa Alves Quintanilha . . .	Rio de Janeiro	1834		
» de Toledo Malta . . .	S. Paulo	1861		
Prudente José de Moraes . . .	»	1863		
Quintiliano José da Silva . . .	Minas Geraes	1832		
Ratael Archanjo Gurgel . . .	S. Paulo	1900		
» Corrêa da Silva Sobrinho . . .	»	1881		
» de Sampaio . . .	»	1896		
» Dabney de Avellar Brotero . . .	»	1856		
» de Abreu Sampaio Vidal . . .	»	1891		
» Aguiar . . .	»	1883		
» » Paes de Barros . . .	»	1858		
» Almeida Magalhães . . .	Rio de Janeiro	1887		
» Araujo Ribeiro . . .	Rio G. do Sul	1833		
» » Filho . . .	S. Paulo	1869		
» Ferraz de Sampaio . . .	»	1883		
» Lopes Branco e Silva . . .	Paraná	1866		
» Marques Cantinho . . .	S. Paulo	1884		
» Tobias de Aguiar . . .	»	1857		
Ralpho Pacheco e Silva . . .	»	—	1895	
Ramiro Pereira de Abreu . . .	Goyaz	1871		
Randolpho Augusto de Oliveira Fabrino . . .	Minas Geraes	1883		
» Fernandes das Chagas . . .	»	1892		
Raul Alvares de Castro . . .	Rio de Janeiro	1886		
» Chaves de Camargo . . .	Rio G. do Sul	—	1895	1894
» de Regis de Oliveira . . .	»	—	1895	
» Fernandes . . .	Rio de Janeiro	—	1898	1897
» Nogueira Penido . . .	Minas Geraes	1888		
» Ortiz Monteiro . . .	S. Paulo	—	1899	1895
» Renato Cardoso de Mello . . .	»	1896		
» Soares de Moura . . .	Minas Geraes	1900		
Raymundo Borges Leal Castello Branco . . .	Piauhv	1858		
» da Matta de Azevedo Corrêa (1.º)	Maranhão	1863		

S	NATURALIDADE	SCIENCIAS		
		Jurídicas e Sociaes	Jurídicas	Sociaes
Raymundo da Matta de Azevedo Corrêa (2.º)	Maranhão	1883		
» Silva Cunha Filho . . .	Pará	1893		
» Furtado de Albuquerque Calvalcanti Filho . . .	Paraná	1892		
» Leonardo Pereira Brandão . . .	Minas Geraes	1891		
» Martiniano Alves de Souza . . .	Maranhão	1863		
» Pennaforte de Toledo Black . . .	S. Paulo	1889		
» Pereira Smith . . .	Maranhão	1900		
» »	»	1891		
Regino Antonio de Carvalho . . .	S. Paulo	—	1898	1896
Renato Fulton Silveira da Motta . . .	Capital Federal	1890		
» Gomes Flôres . . .	S. Paulo	1891		
Reynaldo Porchat . . .	»	1890		
Ricardino Sygmaringa de Moraes Cordeiro . . .	Côrte	1879		
Ricardo Irineo de Souza . . .	Rio G. do Sul	1887		
Rivadavia da Cunha Corrêa . . .	Côrte	1886		
Roberto Jorge Haddoch Lobo . . .	Minas Geraes	1869		
» Sabiniano de Barros . . .	»	1886		
Rodolpho Custodio Ferreira . . .	»	1891		
» de Faria Pereira . . .	S. Paulo	1886		
» Ferreira dos Santos . . .	Minas Geraes	1865		
» Leite Ribeiro . . .	S. Paulo	1854		
Rodrigo Antonio Monteiro de Barros . . .	»	1856		
» Augusto da Silva . . .	Minas Geraes	1891		
» Bretas de Andrade . . .	S. Paulo	1867		
» Lobato Marcondes Machado . . .	»	1886		
» Marcondes Romeiro . . .	Alagoas	1850		
» Netto Firmiano de Moraes . . .	Bahia	1861		
» Octavio de Oliveira Menezes . . .	S. Paulo	1886		
» Langgard Menezes . . .	Rio de Janeiro	1860		
» Pereira Barreto . . .	S. Paulo	1863		
» Leite . . .	»	1886		
Rogério O'Connor Lopes de Camargo . . .	»	1884		
» Dauntre . . .	»	1882		
» Pinto Ferraz . . .	»	1874		
Romão Teixeira Leonil Junior . . .	Rio de Janeiro	1874		
Romualdo de Andrade Baena . . .	Minas Geraes	1836		
Roque de Souza Dias . . .	Rio de Janeiro	1846		
Rufino d'Avila Rebouças . . .	Ceará	1866		
» Furtado de Mendonça . . .	Minas Geraes	1813		
» Theotônio Segurado . . .	Parabyba	1891		
Rufiro Tavares de Almeida Junior . . .	Bahia	1876		
Ruy Barboza . . .	Minas Geraes	1891		
Sabino Alexandrino Pinheiro Junior . . .	»	1881		
» Alves Barroso Junior . . .	»	1891		
» de Almeida Lustosa . . .	Rio de Janeiro	1836		
» Francisco Frougethe . . .	Bahia	1892		
» Gomes da Silva . . .	»	1892		

S	NATURALIDADE	SCIENCIAS	
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas e Sociais
Salathiel Albino de Almeida Cyrino . . .	Minas Geraes	1886	
Salustiano de Camargo Penteado . . .	S. Paulo	1883	
Salvador Furtado de Mendonça Drummond	Rio de Janeiro	1869	
» Leite de Camargo Penteado . . .	S. Paulo	1877	
» Martins França Junior . . .	Rio G. do Sul	1862	
» Meyer de Vasconcellos . . .	S. Paulo	1884	
Saturnino Amancio da Silveira . . .	Minas Geraes	1866	
» de Souza e Oliveira . . .	Rio G. do Sul	1861	
» Epaminondas de Arruda . . .	»	1866	
Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda .	Rio de Janeiro	1884	
» Fleury Curado . . .	Goyaz	1886	
» Fortunato de Oliveira Penteado . .	S. Paulo	1884	
» Gomes Barrôzo . . .	Rio de Janeiro	1885	
» José de Carvalho Japejú . . .	S. Paulo	1857	
» » Pereira . . .	»	1897	
» » Junior . . .	»	1854	
» » Rodrigues de Azevedo . . .	»	1891	
» Landulpho da Rocha Medrado . . .	Bahia	1887	
» Lyra da Silva . . .	Rio de Janeiro	1852	
» Machado Nunes . . .	»	1836	
» Possolo . . .	Côrte	1887	
» Ribeiro de Almeida . . .	Rio G. do Sul	1835	
» Rodrigues Barcellos . . .	»	1861	
» Vicente Ribas da Silva . . .	Paraná	1895	
Serafim dos Anjos França . . .	Rio G. do Sul	1836	
» Muniz Barreto . . .	Bahia	1856	
Sergio Francisco de Souza Castro . . .	S. Paulo	1861	
» » » Junior . . .	Paraná	1894	
» Lopes Falcão . . .	Santa Catharina	1844	
» Ulrich de Macedo . . .	Rio G. do Sul	1894	
Severiano Emilio de Figueiredo . . .	Bahia	1900	
Severino Alves de Carvalho . . .	Maranhão	1852	
» de Freitas Prestes . . .	Rio G. do Sul	1879	
» dos Santos Vieira . . .	Bahia	1874	
» Eulogo Ribeiro de Rezende . . .	Minas Geraes	1867	
Severo Mendes dos Santos Ribeiro . .	»	1867	
» Peixoto de Oliveira Barcellos . . .	Rio G. do Sul	1883	
Silverio Fernandes de Araujo Jorge . .	Alagôas	1840	
» Gonzaga de Carvalho Amorim . . .	Rio de Janeiro	1867	
Silvino Bráulio Cesar . . .	S. Paulo	1886	
» Cavalcanti d'Albuquerque . . .	Pernambuco	1852	
» Soares de Mello . . .	Rio de Janeiro	1863	
Silvio Tibiriçá de Almeida . . .	Minas Geraes	1892	
Sinão Eugenio de Oliveira Lima . . .	S. Paulo	1881	
Simpliciano da Rocha Pombo . . .	»	1863	
» de Souza Lima . . .	Minas Geraes	1867	
Sizenando Barreto Nabuco de Araujo .	Pernambuco	1864	

T	NATURALIDADE	SCIENCIAS	
		Jurídicas e Sociais	Jurídicas e Sociais
Symphorozo de Lara Fernandes . . .	Rio de Janeiro	1890	
Tancredo Pitta Pinheiro . . .	Rio G. do Sul	1890	
Tertuliano Moreira Cesar . . .	S. Paulo	1879	
» Teixeira de Freitas . . .	Bahia	1859	
Theodomiro Alves Pereira . . .	Minas Geraes	1863	
» de Araujo Cintra . . .	S. Paulo	1896	
Theodoro de Barros Machado da Silva .	Capital Federal	1891	
» Macedo Sodré . . .	Rio de Janeiro	1868	
» Dias de Carvalho Junior . . .	Minas Geraes	1883	
» Reichert Junior . . .	S. Paulo	1883	
» Torquato Pinto e Silva . . .	»	1886	
Theodosio Manoel Soares de Souza . .	Minas Geraes	1835	
Theophilo Benedicto de Souza Carvalho	S. Paulo	1892	
» Carlos Benedicto Ottoni . . .	Rio de Janeiro	1863	
» de Almeida Fortuna . . .	Ceará	—	1898 1896
» Dias de Mesquita . . .	Maranhão	1881	
» José Antunes Braga . . .	S. Paulo	1874	
» Nobrega . . .	»	1897	
» Ayroza . . .	Minas Geraes	1858	
» Pereira da Silva . . .	»	1865	
» Ribeiro de Andrade . . .	»	1894	
» » Rezende Junior . . .	S. Paulo	1871	
» Tavares Paes . . .	Minas Geraes	1859	
» Victorio Ribeiro de Rezende . . .	S. Paulo	1837	
Theotonio de Miranda Lima . . .	Minas Geraes	1868	
» Fernandes da Costa Pereira . . .	Rio de Janeiro	1868	
Thimoteo Pereira da Rosa (1.º) . . .	Rio G. do Sul	1859	
» » » (2.º) . . .	»	1890	
Thomaz Alves Junior . . .	Rio de Janeiro	1854	
» Augusto Ribeiro de Lima . . .	S. Paulo	1886	
» d'Aquino Leite . . .	Minas Geraes	1862	
» da Silva Brandão . . .	»	1888	
» Dias Leite . . .	S. Paulo	1888	
» Eurico Gomes . . .	Bahia	1884	
» Fortunato de Brito . . .	Rio de Janeiro	1841	
» José Coelho de Almeida . . .	»	1861	
» Malheiros . . .	Rio G. do Sul	—	1897 1896
» Pimentel . . .	S. Paulo	—	1895
» Wallace da Gama Cochrane . . .	»	1883	
Thomé Pires d'Avila Netto . . .	»	1870	
Tiburcio Valeriano da Rocha Lins . .	Alagôas	1860	
Tito Augusto de Toledo Blak . . .	S. Paulo	1892	
» Pereira de Mattos . . .	Bahia	1857	
» de Souza Rodrigues . . .	S. Paulo	1884	
» Fulgencio Alves Pereira . . .	Minas Geraes	1884	
» Livio Vieira Dórtas . . .	Sergipe	1866	
» Prates da Silva . . .	Rio G. do Sul	1877	

V	NATURALIDADE	SCIENCIAS			
		Jurídicas	Sociaes	Jurídicas	Sociaes
Tobias Antunes Franco de Siqueira Tollendal	Minas Geraes	1869			
de Aguiar.	S. Paulo	1888			
Torquato Rodrigues Dutra Rocha.	Bahia	1818			
Traiano da Fonseca.	S. Paulo	1887			
Tolentino			1895	1894	
Tristão Antonio d'Alvarenga	Minas Geraes	1832			
Nogueira		1872			
Cardozo de Menezes Filho	S. Paulo	1865			
d'Alencar Araripe		1815			
Pereira da Fonseca	Minas Geraes	1878			
Tullio Theodoro de Campos	S. Paulo	1894			
Ubaldo do Amaral Fontoura.	Paraná	1867			
Uladislau Herculano de Freitas	Rio G. do Sul	1889			
Uldarico Medina Pereira do Lago.	Rio de Janeiro	1892			
Urbano Alves de Souza Pereira Junior		1865			
Marcondes de Moura	S. Paulo	1887			
Martins de Mello		1892			
Pereira de Abreu Galvão		1891			
Araujo	Piahy	1881			
Sabino Pessoa de Mello Filho	Pernambuco	1860			
Urias de Mello Botelho.	Minas Geraes	1894			
Valdomiro Amadel Soares	Capital Federal	1890			
Pinto Alves.	S. Paulo	—	1895		
Silveira		1895			
Valentin Tobias de Oliveira		—	1896		
Valerio Barbosa de Rezende	Minas Geraes	1897			
Vasco Pinto Bandeira Filho	Rio G. do Sul	1881			
Venancio de Oliveira Ayres	S. Paulo	1868			
José de Oliveira Lisboa.	Rio de Janeiro	1858			
Gomes da Costa Junior	Minas Geraes	1868			
Ventura José de Freitas Albuquerque.	Bahia	1868			
Verissimo José de Mello	S. Paulo	1861			
Vicente Augusto de Carvalho		1886			
Aurelio da Costa Cabral		1861			
de Paula Almeida Prado		1900			
Soares Albergaria	Minas Geraes	1894			
Souza Queiroz (1.º)	S. Paulo	1868			
(2.º)		1898			
Enfrazio da Costa e Abreu		1867			
Silva e Abreu	Rio G. do Sul	1837			
Ferreira da Silva	S. Paulo	1866			
Bueno		1838			
Joaquim Torres.	Rio de Janeiro	1854			
José da Costa Cabral	Bahia	1833			
Maia	Rio G. do Sul	1833			
Liberalino de Albuquerque	Ceará	1866			
Machado da Silva Lima	Paraná	1891			

Z	NATURALIDADE	SCIENCIAS			
		Jurídicas	Sociaes	Jurídicas	Sociaes
Vicente Mamede de Freitas	S. Paulo	1855			
Miguel da Silva Abreu	Goyaz	1893			
Pires da Motta (P.º)	S. Paulo	1832			
Xavier de Toledo Sobrinho	Minas Geraes	1868			
Victor Manoel de Souza Lima.	Rio de Janeiro	1882			
Monteiro.	Côrte	1881			
Marques da Silva Ayrosa	S. Paulo	1887			
Victorino Antonio do Sacramento.	Bahia	1867			
Caetano de Brito.	S. Paulo	1861			
José Carneiro Monteiro	Rio G. do Sul	1883			
Vindilino Furtado de Mendonça	Minas Geraes	1892			
Virgilio Augusto de Araujo	S. Paulo	—	1895		
de Toledo Malta		1884			
Siqueira Cardozo		1857			
Francisco Caldas		1891			
Martins de Mello Franco.	Minas Geraes	1866			
Moretz-Sohn		1881			
Ramos Gordillo	Bahia	1881			
Vieira	S. Paulo	1893			
Virgilio Amancio Pereira Leite	Rio de Janeiro	1866			
Viriato Diniz Mascarenhas	Minas Geraes	1887			
Waldomiro Guilherme Christiano		1883			
Wenceslau Braz Pereira Gomes		1890			
José de Oliveira Queiroz	S. Paulo	1890			
Pereira de Escobar.	Rio G. do Sul	1880			
Washington Badaró	Minas Geraes	1884			
Luiz Pereira de Souza	Rio de Janeiro	1891			
Osorio de Oliveira		—	1898		
Rodrigues Pereira	Minas Geraes	1883			
Wladimir do Nascimento Matta	S. Paulo	1889			
Wladimiro Augusto do Amaral		1891			
Zelerino de Faria Filho	Côrte	1882			
Zoroastro Augusto Pamplona	Pernambuco	1862			

DOUTORES	NATURALIDADE	Data do grão
A		
Abelardo Saturnino Teixeira de Mello	Rio de Janeiro	1888
Afonso Augusto Moreira Penna	Minas Geraes	1871
» Celso de Assis Figueiredo Junior	»	1881
Agostinho Marques Perdigão Malheiros	»	1849
Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima (***)	Piauhv	1892
Americo Braziliense d'Almeida Mello	S. Paulo	1860
Anacleto José Ribeiro Coutinho	Rio de Janeiro	1834
Antonio Augusto de Bulhões Jardim	Goyaz	1877
» Caio da Silva Prado	S. Paulo	1880
» Candido da Silva Leitão	Côrte	1869
» Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva	S. Paulo	1856
» Dino da Costa Bueno	»	1876
» Ferreira França	Bahia	1869
» Vianna	Rio G. do Sul	1856
» Januario Pinto Ferraz	S. Paulo	1891
» Joaquim Ribas	Côrte	1840
» Luiz dos Santos Werneck	Rio de Janeiro	1881
» Maria de Moura (*)	»	1831
» Tiburcio Figueira	»	1877
Augusto Gurgel	Ceará	1878
Aureliano Candido de Tavares Bastos	Alagoas	1859
» de Souza e Oliveira Coutinho (***)	Côrte	1892
B		
Baltazar da Silva Carneiro	Rio de Janeiro	1859
Benedicto Cordeiro de Campos Valladares	Minas Geraes	1873
Brazilio Augusto Machado de Oliveira	S. Paulo	1875
» Rodrigues dos Santos (**)	»	1883
C		
Candido Nazianzeno Nogueira da Motta (****)	S. Paulo	1897
Carlos Carneiro de Campos (*)	Bahia	1831
» Leoncio da Silva Carvalho	Côrte	1869
Clemente Falcão de Souza Filho	S. Paulo	1857
Cypriano José Lisboa	Rio de Janeiro	1836
D		
Dario Sebastião de Oliveira Ribeiro (****)	Minas Geraes	1898
Delino Pinheiro de Ulhôa Cintra	S. Paulo	1867
Domingos de Andrade Figueira	Rio de Janeiro	1857

DOUTORES	NATURALIDADE	Data do grão
E		
Eduardo Olympio Machado:	Bahia	1846
Egydio Barbosa de Oliveira Itaquí	Rio G. do Sul	1863
Emilio Valentim Barrios	»	1862
Emygdio Joaquim dos Santos	Bahia	1866
Ernesto Ferreira França	Pernambuco	1860
» Moura (***)	S. Paulo	1893
Ezequiel de Paula Ramos	»	1867
F		
Fernando Mendes de Almeida	Maranhão	1880
Francisco Antonio de Araujo	Bahia	1834
» Dutra Rodrigues	Rio de Janeiro	1866
» Bernardino Ribeiro	»	1835
» de Assis do Monte Carmello	S. Paulo	1836
» Gomes dos Santos Lopes	Rio de Janeiro	1860
» José Ferreira Baptista	»	1834
» Justino Gonçalves de Andrade	Portugal	1851
» Maria de Souza Furtado de Mendonça	Loanda	1839
» Velho da Veiga	Rio de Janeiro	1819
Frederico José Cardoso de Araujo Abranches	S. Paulo	1877
G		
Gabriel José Rodrigues de Rezende (****)	Minas Geraes	1897
» dos Santos	S. Paulo	1838
Genuino Firmino Vidal Capistrano	Santa Catharina	1874
H		
Hygino Alves de Abreu e Silva	Minas Geraes	1859
I		
Ildefonso Xavier Ferreira	S. Paulo	1838
J		
Jesuino Ubaldo Cardoso de Mello	S. Paulo	1887
João Baptista Pereira	Côrte	1858
» Carlos de Oliveira Maia	S. Paulo	1859
» Chrispiniano Soares	»	1835

DOCTORES	NATURALIDADE	Data do grão
João Dabney de Avellar Brotero	Côrte	1852
da Silva Carrão	S. Paulo	1838
de Souza Reis.	Pernambuco	1873
Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho.	Rio de Janeiro	1875
Jacinto Gonçalves de Andrade	Portugal	1865
Manoel Carlos de Gusmão	Rio de Janeiro	1880
Mendes de Almeida Junior	S. Paulo	1880
Pamphilo Velloso de Assumpção (****)	Paraná	1898
Pedro da Veiga Filho (**)	Minas Geraes	1894
Pereira Monteiro Junior	Côrte	1874
Theodoro Xavier	S. Paulo	1856
Joaquim Antonio Pinto Junior.	Montevideo	1839
Augusto de Camargo	S. Paulo	1866
d'Almeida Leite Moraes	"	1860
" Junior	"	1883
Ignacio Ramalho	"	1835
José Pacheco	Bahia	1834
Ribeiro Guimarães	"	1838
Vieira de Carvalho	S. Paulo	1863
José Antonio Pedreira de Magalhães Castro	Côrte	1880
Pimenta Bueno	S. Paulo	1843
de Alcantara Machado de Oliveira (****)	"	1895
da Silva Costa.	Côrte	1863
Bonifacio de Oliveira Coutinho (****)	Capital Federal	1898
Ignacio Silveira da Motta.	Goyaz	1834
Joaquim d'Almeida Reis	Bahia	1862
de Siqueira	Rio de Janeiro	1835
Julio de Albuquerque Barros.	Ceará	1870
Luiz de Almeida Nogueira	S. Paulo	1874
Machado de Oliveira (**)	Bahia	1892
Maria Corrêa de Sá e Benevides	Côrte	1858
da Camara Leal	"	1858
de Avellar Brotero (*).	Portugal	1834
Leitão da Cunha	Pará	1877
Mariano Corrêa de Camargo Aranha (****)	S. Paulo	1897
Pereira Terra Junior	Rio de Janeiro	1872
Rubino de Oliveira	S. Paulo	1869
Thomaz d'Aquino.	Bahia	1836
Ulpiano Pinto de Souza (****)	S. Paulo	1897
Vieira Couto de Magalhães	Minas Geraes	1860
Julio Cezar de Moraes Carneiro	Rio de Janeiro	1875
L		
Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira	Côrte	1859
Lopes Baptista dos Anjos Junior	Bahia	1878
Pedreira do Couto Ferraz	Rio de Janeiro	1839

DOCTORES	NATURALIDADE	Data do grão
M		
Maunede José Gomes da Silva	S. Paulo	1858
Manoel Antonio Duarte de Azevedo	Rio de Janeiro	1859
Dias de Toledo.	S. Paulo	1833
Joaquim da Silva Filho	Côrte	1880
do Amaral Gurgel	S. Paulo	1833
Libanio Pereira de Castro.	Bahia	1834
Pedro Villaboim (**)	"	1892
Pereira Guimarães (****)	S. Paulo	1897
Marcellino José da Ribeira Silva Bueno	"	1834
Martim Francisco Ribeiro de Andrada	França	1856
Miguel Archaujo Ribeiro de Castro Camargo	S. Paulo	1834
O		
Olegario Herculano d'Aquino e Castro	S. Paulo	1849
Osorio Dias de Aguiar Souza (****)	"	1899
P		
Paulo Antonio do Valle	S. Paulo	1860
Pedro Augusto Carneiro Lessa.	Minas Geraes	1888
Elias Martins Pereira	S. Paulo	1860
Vicente de Azevedo.	"	1878
Prudencio Gerales Tavares da Veiga Cabral (*).	Matto Grosso	1834
R		
Raphael Corrêa da Silva Sobrinho (****)	S. Paulo	1895
de Araujo Ribeiro	Rio G. do Sul	1834
Reynaldo Porchat (****).	S. Paulo	1897
Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes.	S. Paulo	1862
Romualdo de Andrade Baena	Rio de Janeiro	1875
S		
Severino de Freitas Prestes.	Rio G. do Sul	1880
T		
Tito Augusto Pereira de Mattos	Bahia	1858
U		
Uladislau Herculano de Freitas (**)	Rio G. do Sul	1892

DOUTORES	NATURALIDADE	Data do grão
Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araujo.	Pernambuco	1879
Manede de Freitas	S. Paulo	1859
Pires da Motta.	"	1833
Victorino Caetano de Brito.	"	1872

(*) Foi conferido o grão em virtude do Decreto n.º 34 de 16 de Setembro de 1834.

(**) Foi conferido o grão em vista do Aviso do Ministério dos Negocios do Imperio de 25 de Setembro de 1883, e do disposto no art. 49 dos Estatutos approvados pelo Decreto n.º 1386 de 28 de Abril de 1854.

(***) Foi conferido o grão em virtude do disposto no art. 112 do Decreto n.º 1232 F—de 2 de Janeiro de 1891 e do art. 83 do Código do Ensino approved pelo Decreto n.º 1159 de 3 de Dezembro de 1892.

(****) Foi conferido o grão em virtude do art. 112 do Decreto n.º 1232 F—de 2 de Janeiro de 1891 e do art. 83 do Código do Ensino approved pelo Decreto n.º 1159 de 3 de Dezembro de 1892 e pelo Decreto Legislativo n.º 230—de 7 de Dezembro de 1894.

DIRECTORES	
Tenente-General José de Arouche de Toledo Rendon	1827
Dr. Carlos Carneiro de Campos	1833
Dr. José da Costa Carvalho	1836
Senador Luiz Nicoláu de Campos Vergueiro	1837
Dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel	1858
Conselheiro Dr. Vicente Pires da Motta	1865
Conselheiro Dr. André Augusto de Padua Fleury	1883
Conselheiro Dr. Carlos Leoncio de Carvalho	1890
Conselheiro Dr. Barão de Ramalho	1891
VICE-DIRECTOR	
Dr. João Pereira Monteiro	1893
LENTES CATHEDRATICOS	
Dr. José Maria de Avellar Brotero	1827
Dr. Balthazar da Silva Lisboa	1827
Dr. Antonio Maria de Moura	1828
Dr. Luiz Nicoláu Fagundes Varela	1828
Dr. Carlos Carneiro de Campos	1829
Dr. José Joaquim Fernandes Torres	1829
Dr. Prudencio Gerales Tavares da Veiga Cabral	1829
Dr. Thomaz José Pinto de Cerqueira	1830
Dr. José Candido de Deus e Silva	1830
Dr. Clemente Falcão de Souza	1831
Dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel	1834
Dr. Vicente Pires da Motta	1834
Dr. Manoel Dias de Toledo	1834
Dr. Anacleto José Ribeiro Continho	1834
Dr. José Ignacio Silveira da Motta	1842
Dr. João Chrispiniano Soares	1854
Dr. Joaquim Ignacio Ramalho	1854
Dr. Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça	1856
Dr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz	1858
Dr. João da Silva Carrão	1858
Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada	1859
Dr. Antonio Joaquim Ribas	1860
Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva	1861
Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva	1864

Dr. Francisco Justino Gonçalves de Andrade	1868
Dr. Clemente Falcão de Souza Filho	1870
Dr. João Theodoro Xavier	1870
Dr. Ernesto Ferreira França	1871
Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo	1875
Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides	1877
Dr. João Jacintho Gonçalves de Andrade	1878
Dr. Carlos Leoncio de Carvalho	1881
Dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues	1881
Dr. Joaquim José Vieira de Carvalho	1881
Dr. Joaquim Augusto de Camargo	1881
Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes	1882
Dr. José Rubino de Oliveira	1882
Dr. João Pereira Monteiro	1883
Dr. Vicente Mamede de Freitas	1887
Dr. Americo Braziliense de Almeida Mello	1888
Dr. Antonio Dino da Costa Bueno	1890
Dr. Brásilio Augusto Machado de Oliveira	1890
Dr. Brásilio Rodrigues dos Santos	1891
Dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches	1891
Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa	1891
Dr. Manoel Clementino de Oliveira Escorel	1891
Dr. João Mendes de Almeida Junior	1891
Dr. José Luiz de Almeida Nogueira	1890
Dr. Antonio Amancio Pereira de Carvalho	1891
Dr. Uladislau Herculanio de Freitas	1891
Dr. Jesuino Ubaldo Cardoso de Mello	1891
Dr. Antonio de Campos Toledo	1891
Dr. Antonio Januario Pinto Ferr	1891
Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	1891
Dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo	1891
Dr. Ernesto Moura	1891
Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima	1895
Dr. Manoel Pedro Villaboim	1892
Dr. José Machado de Oliveira	1895
Dr. Severino de Freitas Prestes	1895
Dr. João Pedro da Veiga Filho	1897

LENTES SUBSTITUOS

Dr. Francisco José Ferreira Baptista	1834
Dr. Francisco Bernardino Ribeiro	1835
Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos	1854
Dr. João Dabney de Avellar Brotero	1856
Dr. João José de Almeida Reis	1871
Dr. José Xavier Carvalho de Mendonça	1891
Dr. Augusto Miranda	1891
Dr. Raphael Corrêa da Silva Sobrinho	1895

Dr. José de Alcantara Machado de Oliveira	1895
Dr. José Ulpiano Pinto de Souza	1897
Dr. Candido Nazianzeno Nogueira da Motta	1897
Dr. José Mariano Corrêa de Camargo Aragha	1897
Dr. Gabriel José Rodrigues de Rezende	1897
Dr. Reynaldo Porchat	1898
Dr. Dario Sebastião de Oliveira Ribeiro	1898

Secretaria da Faculdade de Direito de São Paulo, 31 de Dezembro de 1900.

O Subsecretario,

Julio Joaquim Gonçalves Maia

Apêndice 2

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTRO (QUINTINO BOCAIÚVA)

RELATORIO I DO ANO DE 1890 I APRESENTADO AO GENERALÍSSIMO CHEFE DO GOVERNO PROVISÓRIO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL ... EM JANEIRO DE 1891. PUBLICADO EM 1891.

RELATORIO

APRESENTADO

AO

GENERALISSIMO CHEFE DO GOVERNO PROVISORIO

DOS

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

POR

Quintino Bocayuva

MINISTRO E SECRETARIO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1891

INDICE

	Pag.
Conferencia dos Estados independentes da America em Washington.	6
União monetaria	7
União aduaneira	8
Direito de porto.	10
Systema metrico	12
Emolumentos consulares.	12
Bancos	13
Nomenclatura commum de mercadorias estrangeiras	13
Estrada de ferro intercontinental	14
Escriptorio commercial das Republicas Americanas.	16
Tratados sobre propriedade litteraria e artistica, sobre patentes de invenção e sobre marcas de commercio e de fabricas celebrados no Congresso de Montevideó	22
Tratados de direito penal internacional firmados no Congresso de Montevideó	23
Tratados de direito civil, direito commercial e processo judicial assignados no Congresso de Montevideó.	24
Regulamentos sanitarios.	24
Direitos do estrangeiro	25
Navegação dos rios.	26
Legalisação de documentos	27
Bibliotheca latino-americana.	27
Linhhs de navegação a vapor e Telegraphos.	27
Conquista.	30
Profissões liberaes.	30

	Pag.
Propriedade litterariã e artistica:	
Accordo com Portugal	32
União Internacional para a protecção da propriedade industrial.	32
Convenção para a troca de documentos officiaes e outros.	33
Convenção telegraphica Internacional	33
Convenção Internacional para a protecção dos cabos submarinos	34
Conferencia maritima Internacional em Washington	34
Congresso Internacional dos caminhos de ferro	34
Relações commerciaes com os Estados Unidos da America	35
União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras	35
Limites com a Republica Argentina	35
Secretaria de Estado, Corpo Diplomatico e Corpo Consular.	35
Orçamento para 1891.	36
Creditos.	36



Generalissimo



UCCINTAMENTE passo a expôr-vos neste relatorio as principaes occurrencias e o estado dos negocios subordinados à repartição a meu cargo, de cuja gerencia fui incumbido como um dos membros do Governo Provisorio installado por effeito da revolução de 15 de novembro de 1889.

Ápezar da interrupção sobrevinda nas nossas relações officiaes com as outras potencias, me é grato poder assignalar que durante esse periodo mantivemos boas relações officiosas com todas aquellas que tinham no Brazil representantes diplomaticos ou funcionarios de outra categoria.

Hoje estão restabelecidas as relações officiaes com quasi todas as potencias estrangeiras e praz-me assegurar-vos que reciprocamente temos dado provas de desejar manter essas relações no pé da maior cordialidade e com o sincero intuito de estreital-as cada vez mais.

O novo regimen politico do Brazil foi reconhecido pelos Governos dos seguintes paizes :

Na America—Estados Unidos da America, Republica Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Mexico, Nicaragua, Paraguay, Perù, Salvador, Republica Oriental do Uruguay e Venezuela.

Na Europa—Allemanha, Belgica, Dinamarca, França, Paizes Baixos, Portugal, Suecia e Noruega, e Suissa.

Na Africa—Marrocos.

Tambem o reconheceu a Santa Sé.

A Gran-Bretanha e a Italia reconheceram a bandeira da Republica. Os seus Ministros, que teem continuado as relações officiosamente, serão acreditados logo que se effectue a eleição do Presidente.

A Hespanha reconheceu a bandeira, entrou em relações officiaes e opportunamente nomeará o seu Ministro.

CONFERENCIA DOS ESTADOS INDEPENDENTES DA AMERICA EM WASHINGTON

O Governo do Brazil foi convidado pelo dos Estados Unidos da America a se fazer representar nessa conferencia, aceitou o convite e mandou por seus delegados o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, o Enviado Extraordinario em Washington José Gurgel do Amaral Valente e o Dr. Salvador de Mendonça, então Consul Geral em Nova York. O primeiro não aceitou a renovação dos seus poderes, que lhe foi offerecida pelo Governo Provisorio, e retirou-se. Conservarão-se os outros e tomarão parte em todos os trabalhos até à sua conclusão.

A conferencia tomou em consideração varios assumptos importantes e resolveu-os nos termos que passo a expor.

UNIÃO MONETARIA

Um dos assumptos era, segundo o programma, « a adopção de uma
« moeda de prata commum, emittida por cada Governo, com curso legal em
« todas as transacções commerciaes entre os cidadãos de todos os Estados
« Americanos. » Sobre isso deu a respectiva commissão o seguinte parecer,
« que foi approvado :

« A commissão de convenção monetaria, tendo tomado em conside-
« ração as differentes propostas submettidas à conferencia, offerece este
« projecto :

« A Conferencia Internacional Americana pensa que seria mui pro-
« veitoso para o commercio entre as nações deste continente o uso de
« uma moeda ou moedas de curso corrente e do mesmo valor em todos os
« paizes representados nesta Conferencia. Em consequencia recommenda:

« 1.º Que se estabeleça uma União Monetaria Internacional Ame-
« ricana.

« 2.º Que como base desta União se cunhe uma ou mais moedas
« internacionaes, uniformes em peso e lei, e que possam ser usadas em
« todos os paizes representados nesta conferencia.

« 3.º Que para o devido cumprimento desta recommendação, reuna-se
« em Washington uma commissão, composta de um ou mais delegados
« por cada nação representada nesta Conferencia, a qual estudará a
« quantidade em que ha de ser cunhada a moeda internacional, a especie
« de curso que ha de ter e o valor e proporção da moeda ou moedas de
« prata e sua relação com o ouro.

« 4.º Que o Governo dos Estados Unidos convide a commissão a
« reunir-se em Washington, dentro de um anno, contado do encerra-
« mento desta Conferencia. »

O Governo Provisorio recebeu esse convite e será representado na
Commissão pelo Sr. Salvador de Mendonça, actualmente Enviado
Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington.

UNIÃO ADUANEIRA

Dizia o programma :

« Medidas conducentes á formação de uma União Aduaneira, mediante
« a qual o commercio das nações Americanas entre si seja promovido na
« medida possível e proveitosa. »

A Commissão respectiva pronunciou-se contra essa idea no parecer
que transcrevo, porque convem conhecê-lo na sua integra ; é este :

« A Commissão da União Aduaneira estudou cuidadosamente o
« assumpto de que foi encarregada pela Conferencia Internacional Ameri-
« cana e que se refere á formação de uma União Aduaneira entre as
« varias nações deste continente.

« Entende-se geralmente por União Aduaneira o estabelecimento de
« um mesmo territorio aduaneiro entre varias nações, o que significa que
« os Estados que formão a União cobrão direitos de importação sobre
« mercadorias estrangeiras por uma só tarifa e dividem entre si o producto
« em proporção dada, recebendo reciprocamente como nacionaes, e por-
« tanto livres de direitos, os productos naturaes ou manufacturados das
« nações que constituem a União.

« A adopção deste plano exigiria, como condição prévia, a alteração
« das leis fundamentaes das nações que o aceitassem. Ainda no caso de
« estarem ellas dispostas a fazer essas alterações, teriam de vencer dif-
« ficuldades quasi insuperaveis, como a de fixar a base da representação
« de cada Republica na Assembléa Internacional autorizada para formar
« a tarifa commum e para modificá-la. A extensão territorial, a popu-
« lação e a riqueza nacional differem tanto entre as Republicas America-
« nas, que, si estes elementos fossem tomados como base para a repre-
« sentação de cada uma naquella Assembléa, os Estados pequenos ficariam
« sem garantias sufficientes para os seus interesses; e si as nações fossem
« representadas como soberanos, isto é, no pé de absoluta igualdade, não
« seriam bastantemente garantidos os interesses das maiores. Seria ne-

« cessario crear dous corpos, um que representasse a população e sua
 « riqueza e o outro os Estados, como se resolveu este problema na Con-
 « stituição dos Estados Unidos da America. Porém, no entender da
 « Commissão, este arbitrio, além de exigir sacrificio parcial da soberania
 « de cada Estado Americano, requereria na sua constituição mudanças
 « mais radicacs do que, segundo lhe parece, se acham os Estados dis-
 « postos a accitar.

« Si se entende por União Aduaneira a livre troca entre as nações
 « Americanas de todos os seus productos naturaes ou manufacturados,
 « o que é propriamente reciprocidade absoluta, a Commissão crê que é
 « aceitavel esse principio, porque toda medida que favoreça a liberdade do
 « commercio ha de augmentar e desenvolver os elementos de riqueza das
 « nações que a adoptarem, e crê que esse systema produziria prova-
 « velmente os mesmos resultados favoraveis que a livre troca tem dado
 « entre os varios Estados da União Americana.

« Porém a commissão pensa que o estabelecimento dessa União como
 « systema continental não é praticavel por ora, entre outros motivos,
 « porque todas as nações Americanas tiram as suas principaes rendas dos
 « direitos que cobram do commercio exterior ; e as que não são manu-
 « factureiras soffreriam redução mais ou menos consideravel nessas
 « rendas, das quaes dependem em grande parte para cobrir as suas
 « despesas publicas. As manufacturêiras, como os Estados Unidos da
 « America, teriam que prescindir, ao menos parcialmente, do systema
 « de protecção que tem adoptado em maior ou menor escala ; e não pa-
 « recem estar preparadas para dar esse passo. Demais, um tratado de
 « reciprocidade mutuamente vantajoso entre duas nações contiguas
 « poderia ser gravoso, si se estendesse a todas com o character de conti-
 « nental, principalmente attendendo-se a que os productos de muitos dos
 « Estados Americanos são similares. Enquanto, pois, subsistem estes
 « obstaculos, parece prematuro propor a livre troca entre todas as na-
 « ções deste hemispherio.

« Porém si, como parece, não é facil chegar de uma vez á reciproci-

« dade absoluta, cre a Commissão quo se deveria buscar esse resultado
 « gradualmente. A primeira e a mais eficaz das medidas que facilitarião
 « esse objecto è a celebração, entre as nações Americanas, de tratados de
 « reciprocidade parcial, em virtude dos quaes cada uma convenha em
 « remover ou reduzir os seus direitos de importação sobre alguns dos
 « productos naturaes ou manufacturados de um ou mais dos outros paizes
 « em troca de concessões semelhantes ou equivalentes, porque, si as con-
 « cessões não fossem verdadeiramente reciprocas, os tratados se tornarião
 « odiosos, terião duração limitada e desacreditarião completamente o sys-
 « tema. Si este, depois de experimentado algum tempo, dêsse, como è de
 « esperar, bom resultado, poder-se-hia alargar em cada caso o numero
 « dos artigos livres de direitos, até chegar, no fim de alguns annos, à reci-
 « procidade absoluta ou ao livre cambio entre alguns ou todos os paizes,
 « si, desenvolvendo-se os elementos de riqueza de cada um, lhe fosse per-
 « mittido crear rendas internas ou augmental-as.

« Propõe portanto a Commissão:

« Recommende-se aos Governos representados nesta Conferencia, a
 « cujos interesses convenha celebrar tratados parciaes de reciprocidade
 « commercial, a negociação desses tratados com uma ou mais das nações
 « Americanas com quem lhes convenha concluil-os, sobre bases aceitaveis
 « em cada caso, attendendo à situação, condições e interesses especiaes de
 « cada nação com o fim de promover o bem-estar commum. »

Este parecer foi approved pela Conferencia com o voto do Brazil.

DIREITO DE PORTO

Parecer:

« A Commissão, tomando em consideração as diversas indicações for-
 « muladas e as difficuldades apontadas por algumas delegações para se

« fixar desde logo uma quota commum e uniforme por direitos de porto
 « em todas as nações representadas na Conferencia, attentas as condições
 « especiaes em que actualmente se achão estabelecidos os serviços de porto
 « em algumas dellas; e desejando consultar essa uniformidade no que
 « for praticavel, enquanto não é possivel resolver a completa suppressão
 « dos gravames que os navios soffrem por taes direitos, tem a honra de
 « propor o seguinte projecto :

« A Conferencia Internacional resolve recommendar aos Governos
 « nella representados :

« Primeiro: Que todos os direitos de porto sejam comprehendidos em
 « um só sob a denominação de — direito de tonelagem .

« Segundo: Que este direito seja cobrado sobre a tonelagem bruta,
 « isto é, sobre a capacidade total do navio .

« Terceiro: Que cada Governo fixe a importancia deste direito, tendo
 « em consideração o espirito que anima esta Conferencia, que é o de facilitar
 « e favorecer a navegação .

« Quarto : Que sejam exceptuados do artigo 1º os direitos que se cobrão
 « ou tenham de ser cobrados em virtude de contractos vigentes com parti-
 « culares .

« Quinto : Que sejam isentos de pagamento da contribuição :

« 1. Os transportes ou navios de guerra .

« 2. Os que medirem menos de vinte e cinco toneladas .

« 3. Os que, por terem soffrido avarias, forem obrigados a arribar
 « aos portos .

« 4. Os hiates e demais embarcações de recreio . »

Este parecer foi approved pela conferencia, com a alteração constante
 do seguinte trecho da acta respectiva :

« Leu-se o artigo 5º e o Sr. J. Furtado, Delegado de Colombia, propoz
 « que o n. 3 do dito artigo (5º) fosse modificado assim :

« 3. Os navios que por força maior se virem compellidos a entrar no
 « porto, desviando-se do seu rumo . »

SYSTEMA METRICO

A Conferencia approvou a seguinte resolução proposta pela sua Commissão de pesos e medidas :

« A Conferencia Internacional Americana recommenda a adopção do
« systema metrico decimal às nações nella representadas, que ainda o não
« tiverem aceitado. »

A Legação Americana communicou essa recommendação, dizendo que o seu Governo suggeriu ao Congresso a conveniencia de lei que determine o uso do dito systema nas respectivas alfandegas.

EMOLUMENTOS CONSULARES

Parecer da Commissão respectiva :

« A honrada Conferencia incumbiu esta Commissão de examinar e
« propor a maneira mais propria de se dar conformidade aos direitos
« consulares.

« O estudo comparativo dos regulamentos, que a Commissão pôde consultar, levou-a a concluir que dentro dos limites que lhe forão marcados
« só parcial e incompletamente se poderia obter o resultado que se deseja.

« Derivando-se os emolumentos ou retribuições concedidas aos consules dos actos em que estes interveem, é preciso que os praticados pelos
« agentes consulares das differentes nações representadas na Conferencia
« sejam da mesma natureza, para que os emolumentos percebidos sejam
« iguaes e uniformes.

« E' essa condição que falta nos actuaes regulamentos consulares.

« Com excepção de poucos actos concernentes à navegação e ao commercio, em que seria facil estabelecer uniformidade de emolumentos,
« muitos ha que só existem no regulamento de uma das nações aqui
« representadas ou differem em particularidades e classificações que
« influem na fixação da importancia do emolumento.

« A Comissão não considera insuperavel a tarefa de estabelecer re-
 « gras analogas para os agentes consulares das nações americanas ;
 « mas, como por uma parte não nos julgamos autorizados para empre-
 « hendel-a, dado o alcance do nosso mandato, e por outra é de presumir
 « que o tempo, que os Srs. delegados possuem dedicar aos negocios sub-
 « mettidos ao seu exame, não lhes permitta estudar attentamente um
 « projecto sobre aquella materia, para resolver com acerto, julgámos pre-
 « ferivel propor o seguinte projecto de accordo :

« Que se recomende aos Governos representados na Conferencia a
 « adopção de uma classificação uniforme dos actos em que os agentes
 « consulares podem intervir, indicando-se o maximo dos emolumentos
 « que seria conveniente marcar para cada um desses actos, especialmente
 « dos que se referem à navegação e ao commercio. »

BANCOS

Foi approvada a seguinte resolução :

« A Conferencia recommenda aos Governos nella representados que
 « fação concessões favoraveis ao desenvolvimento de operações bancarias
 « inter-americanas e mui especialmente as que conduzão ao estabeleci-
 « mento de um Banco Internacional Americano. »

NOMENCLATURA COMMUN DE MERCADORIAS ESTRANGEIRAS

A Comissão de regulamentos aduaneiros, informando sobre uma proposta do Delegado Mexicano, submetteu à Conferencia esta indicação :

« A Conferencia Internacional Americana recommenda aos Governos
 « nella representados que adoptiem uma nomenclatura commun de mer-
 « cadorias estrangeiras que importarem, da qual deverão usar todas as
 « nações Americanas na cobrança dos direitos de importação que cada uma
 « tenha estabelecido ou estabelecer, que servirá à organização de mani-

« festos de navios, em facturas consulares, pedidos de despacho, etc. e que
 « será impressa em Hespanhol, Portuguez o Inglez. Esta nomenclatura,
 « porém, não alterará o direito, que cada nação tem, de cobrar os direitos de
 « importação existentes ou que venha a estabelecer e de alteral-os quando
 « o julgar conveniente aos seus interesses. »

O Delegado do Perú propoz que se intercalassem nesse texto as palavras necessarias para que ficasse assim redigido : « A Conferencia Internacional Americana recommenda aos Governos nella representados que
 « adoptem uma nomenclatura commum, pela qual sejam descriptas alphabeticamente e em termos equivalentes, em Castelhana, Portuguez o Inglez, as mercadorias estrangeiras, etc. »

A proposta assim emendada foi unanimemente approvada pela Conferencia.

ESTRADA DE FERRO INTERCONTINENTAL

Foi approvedo o seguinte parecer da Commissão respectiva:

« A Conferencia Internacional Americana é de opinião :

« Primeiro : que uma estrada de ferro que ligue todas as nações
 « representadas na Conferencia, ou a maior parte dellas, contribuirá
 « poderosamente para o desenvolvimento das relações moraes e dos interesses
 « desses materiaes das ditas nações ;

« Segundo : que o meio mais adequado para preparar e resolver a
 « sua execução, é nomear uma commissão internacional de engenheiros,
 « que estude os traçados possiveis, determine a sua verdadeira extensão,
 « calcule os respectivos custos e compare as suas reciprocas
 « vantagens ;

« Terceiro : que essa commissão se componha de tres engenheiros
 « nomeados por cada nação e tenha a faculdade de dividir-se em subcommissões e de nomear os demais engenheiros e empregados que julgue
 « necesarios para o mais prompto desempenho do seu encargo ;

« Quarto : que cada um dos governos adherentes possa nomear à sua
« custa commissarios ou engenheiros com o character de auxiliares das
« subcommissões encarregadas de estudarem as secções da estrada de ferro ;

« Quinto : que a estrada de ferro, tanto quanto o permittirem os
« interesses communs, deverá ligar as principaes cidades que se encontrem
« nas vizinhanças do seu trajecto ;

« Sexto : que, si a direcção geral da linha não puder ser desviada com
« o objecto indicado no artigo anterior, sem grande prejuizo, estudar-se-
« hão ramaes que liguem essas cidades ao tronco da estrada ;

« Setimo : que, para diminuir o custo da obra, se aproveitem as vias
« ferreas existentes quanto for possivel e compativel com o traçado e con-
« dições da continental ;

« Oitavo : que, si os trabalhos da commissão mostrarem a praticabili-
« dade e conveniencia da estrada de ferro, chame-se propostas para a
« construcção da obra na sua totalidade ou por secções ;

« Nono : que a construcção, administração e uso da linha seja de conta
« particular dos concessionarios ou das pessoas com quem fizerem sub-
« contractos ou a quem transferirem os seus direitos com as necessarias
« formalidades e o previo consentimento dos respectivos Governos.

« Decimo : que todos os materiaes necessarios para a construcção e uso
« da estrada de ferro sejam livres de direitos de importação, sem prejuizo
« das medidas precisas para se impedirem os abusos que possam ser com-
« mettidos ;

« Decimo primeiro : que as propriedades, moveis e immoveis, da es-
« trada de ferro, empregadas na sua construcção e uso, sejam isentas de
« todo imposto nacional, provincial (Estado) e municipal ;

« Decimo segundo : que a execução de uma obra de tal magnitude
« merece além disso ser estimulada com subvenções, concessões de terrenos
« ou garantia de um minimo de juros ;

« Decimo terceiro : que os vencimentos da commissão e os gastos exi-
« gidos pelos estudos preliminares e definitivos sejam pagos por todas as
« nações adherentes na proporção das suas populações respectivas segundo

« os ultimos censos officiaes, e na falta destes, por accordo entre os seus
« proprios Governos.

« Decimo quarto : que a estrada de ferro seja declarada perpetuamente
« neutral, afim de se lhe assegurar o livre trafico

« Decimo quinto : que a approvação dos projectos, as condições das
« propostas, a protecção aos concessionarios, a inspecção dos trabalhos, a
« legislação da linha, a neutralidade da estrada e a livre passagem das
« mercadorias em transito sejam, no caso previsto pelo artigo VIII, ma-
« teria de convenções especiaes entre todas as nações interessadas ;

« Decimo sexto : que o Governo dos Estados Unidos, logo que receber
« a adhesão dos outros a este projecto, os convide a nomearem a com-
« missão de engenheiros a que se refere o artigo II afim de que ella se
« reuna nesta cidade com a maior brevidade possivel.

« Washington, 20 de fevereiro de 1890. »

O Governo dos Estados Unidos da America, participando por meio da sua Legação ao do Brazil que o Congresso dos mesmos Estados aceitara as recommendações da Conferencia e votara a quantia necessaria para a sua parte das despesas calculadas na razão de mil dollars por milhão de população, convidou o Governo do Brazil a se fazer representar na commissão de engenheiros que se reuniria no 1º de outubro ou pouco depois.

O Governo Provisorio aceitou o convite, mas declarou que, tomando parte nos trabalhos preliminares, não se compromettia desde logo a concorrer para a construcção da estrada e que a sua resolução definitiva seria communicada opportunamente.

ESCRITORIO COMMERCIAL DAS REPUBLICAS AMERICANAS

Sobre este assumpto deu a Commissão de Regulamentos Aduaneiros o seguinte parecer :

« Na sessão da Conferencia de 29 de março de 1890 foi approvada
« esta resolução :

« Os paizes aqui representados se unirão com o objecto de estabelecer
« um « Escritorio Internacional Americano » para a compilação, coorde-
« nação e publicação, em Inguez, Hespanhol e Portuguez, de dados e infor-
« mações concernentes à producção, commercio, leis e regulamentos
« aduaneiros dos respectivos paizes. Este escritorio, fundado em utilidade
« commum e à custa dos paizes contractantes, terá a sua séde em um
« delles e fornecerá a todos os dados estatísticos sobre commercio e outras
« informações uteis que preste qualquer das Republicas Americanas.

« A Commissão de Regulamentos Aduaneiros fica autorizada e in-
« struída para apresentar um plano de organização e um projecto sobre o
« estabelecimento e administração do proposto escritorio. »

« De conformidade com essa resolução propõe a Commissão as seguin-
« tes recommendações :

« 1. — Os paizes representados nesta Conferencia formarão uma asso-
« ciação intitulada « União Internacional das Republicas Americanas »
« para a prompta compilação e distribuição de informações sobre o com-
« mercio.

« 2. — A União Internacional será representada por um escritorio
« estabelecido em Washington, D. C., sob a vigilancia do Secretario de
« Estado dos Estados Unidos, o qual escritorio terá a seu cargo todas as
« traducções, publicações e correspondencia relativas à União Interna-
« cional.

« 3. — Este escritorio será denominado « Escritorio Commercial das
« Republicas Americanas » e terá por orgão uma publicação intitulada
« Boletim do Escritorio Commercial das Republicas Americanas. »

« 4. — O « Boletim » será impresso em inguez, Hespanhol e Por-
« tuguez.

« 5. — O conteúdo do « Boletim » comprehenderá :

« (a) As tarifas vigentes nos diversos paizes pertencentes à União e

« todas as modificações que vão soffrendo, com as explicações que se julgarem convenientes.

« (b) Todos os regulamentos officiaes concernentes à entrada e saída de navios e à exportação de mercadorias nos portos dos paizes representados; bem como todas as circulars dirigidas aos empregados das alfandegas com relação aos processos aduaneiros ou à classificação das mercadorias que devão pagar direitos.

« (c) Amplos extractos dos tratados de commercio e de correios entre as Republicas Americanas.

« (d) Dados estatísticos importantes sobre o commercio exterior e os productos nacionaes e outras informações de interesse especial para os commerciantes e carregadores dos paizes representados.

« 6.— Para o Escritorio commercial obter a maior exactidão na publicação do « Boletim » cada nação pertencente a esta União lhe remetterá directamente e sem demora dous exemplares dos documentos officiaes que possão interessar aos assumptos concernentes aos fins da União, incluindo as tarifas das alfandegas, circulars officiaes, tratados ou accordos internacionaes, regulamentos locais e, tanto quanto for possivel, uma estatística completa do commercio e dos productos e recursos nacionaes.

« 7.— Este escritorio servirá sempre de meio de communicação para fornecer, a quem pedir, informações razoaveis que se refirão a assumptos pertencentes às tarifas e regulamentos das alfandegas e ao commercio e à navegação das Republicas Americanas.

« 8.— O Escritorio Commercial determinará a fôrma e o estylo do « Boletim », devendo cada edição constar de mil exemplares, pelo menos. Para que os representantes diplomaticos, agentes consulares, camaras de commercio e outras pessoas distinctas recebam o « Boletim » sem demora, cada membro da União poderá fornecer ao Escritorio os endereços a que devão ser remettidos exemplares à custa do mesmo Escritorio.

« 9.— Cada paiz da União receberá de cada edição do « Boletim » a parte que lhe pertença na proporção da sua população.

« Quando houver sobra poder-se-hão vender numeros do « Boletim » por preço marcado pelo Escritorio.

« 10. — A União Internacional não toma responsabilidade pecuniaria pelos erros ou inexactidões que possam ocorrer nas publicações do Escritorio ; haverá porém o maior cuidado possivel para se obter a mais absoluta exactidão nessas publicações. Na primeira pagina e em logar visivel de cada edição do « Boletim » se imprimirá um aviso naquelle sentido.

O maximo das despesas annuaes para se estabelecer e manter o Escritorio será de \$ 36.000. O seguinte é um orçamento particularisado da sua organização, sujeito ás modificações que parecerem convenientes:

« Um director, encarregado do Escritorio. . .	\$ 5.000
« Um secretario	3.000
« Um guarda-livros.	2.200
« Um escrevente	1.800
« Um escrevente, <i>type writer</i>	1.600
« Um traductor (Hespanhol e Inglez)	2.500
« Um traductor (Hespanhol e Inglez)	2.000
« Um traductor (Portuguez e Inglez)	2.500
« Um correio	800
« Um porteiro	600
	<hr/>
	22.000

« Gastos de Escritorio.

« Aluguel de casa, que tenha um quarto para o Director, um para o secretario, um para os traductores, um para os dous escreventes, etc. e um para a livraria e archivo. \$ 3.000

« Luz, fogo, limpeza, etc 500

3.500

« Publicação do Boletim.

« Impressão, papel e outros gastos 10.000

« Portes, despesas diversas e de expresso 500

10.500

« 12.— O Governo dos Estados Unidos adianará a União Interna-
« cional a somma de \$36.000 ou a parte della que seja necessaria para as
« despesas do primeiro anno do Escritorio Commercial e somma igual para
« cada anno subsequente, durante a existencia da dita União.

« 13.—No 1º de julho de 1891 e de cada anno seguinte, enquanto
« durar a União, o Director do Escritorio Commercial remetterá a cada
« um dos Governos pertencentes a União conta especificada das despesas
« feitas para os objectos desta União, as quaes não deverão exceder de
« \$ 36.000 e que deverão ser cobertas pelos mencionados Governos na
« mesma proporção, quanto à somma total despendida, em que a popu-
« lação de cada paiz está para a totalidade das populações de todos os
« paizes representados; e todos os Governos contribuintes enviarão pon-
« tualmente ao Secretario de Estado dos Estados Unidos, em moeda ou
« no seu equivalente, as sommas que respectivamente lhes forem taxadas
« pelo Director do Escritorio. Para calcular a importancia dessas quotas
« proporcionalmente à população de cada um dos paizes representados,
« o Director do Escritorio será autorizado a servir-se dos ultimos dados
« estatisticos que possuir. O primeiro calculo será feito de conformidade
« com a tabella seguinte :

PAIZES	POPULAÇÃO	QUOTAS
Haiti.	500.000	\$ 187.50
Nicaragua	200.000	75.00
Perú.	2.600.000	975.00
Guatemala.	1.400.000	525.00
Uruguay.	600.000	225.00
	5.300.000	\$ 1.987.50

PAIZES	POPULAÇÃO	QUOTAS
Transportes	5.300.000	\$ 2.937.50
Colombia.	3.900.000	1.462.50
Argentina	3.900.000	1.462.50
Costa Rica.	200.000	75.00
Paraguay.	250.000	93.75
Brazil	14.000.000	5.250.00
Honduras.	350.000	131.25
Mexico.	10.400.000	3.900.00
Bolivia.	1.200.000	450.00
Estados Unidos.	50.150.000	18.806.00
Venezuela	2.200.000	825.00
Chile.	2.500.000	937.50
Salvador.	650.000	243.75
Equador	1.000.000	375.00
Total.	90.000.000	35.000.00

« 14.— Para evitar demora no estabelecimento da União aqui de-
« scrita, os Delegados reunidos nesta Conferencia communicarão, sem
« perda de tempo, aos seus respectivos Governos o plano de organização
« e de trabalhos praticos adoptados pela Conferencia : e tambem se pedirá
« aos ditos Governos que notifiquem ao Secretario de Estado dos Estados
« Unidos, por meio de seus representantes acreditados nesta Capital ou
« de qualquer outro modo, si aceitam, ou conforme resolverem, os
« termos propostos.

« 15. — Pde-se ao Secretario de Estado dos Estados Unidos que
« se sirva tomar a seu cargo a organização e o estabelecimento do
« Escritorio Commercial, logo que seja possivel, depois que a maioria das
« nações aqui representadas declarar oficialmente que concorda em fazer
« parte desta União Commercial.

« 16. — O plano desta União póde soffrer reformas e modificações por
« meio de voto da maioria dos seus membros, que será communicado
« oficialmente ao Secretario de Estado dos Estados Unidos.

« 17. — Esta União continuará em vigor durante dez annos, contados da
« data da sua organização e o paiz que nella entrar como seu membro
« não deixará de o ser emquanto não tiver decorrido esse periodo de
« dez annos. Si doze mezes antes de expirar esse prazo uma maioria de
« membros da União não der ao Secretario de Estado dos Estados Unidos
« aviso official de que deseja que a União termine ao expirar o primeiro
« periodo, continuará a mesma União e será mantida por outro periodo
« de dez annos e assim successivamente sob as mesmas condições por
« periodos successivos de dez annos cada um.»

Este parecer foi approvado unanimemente.

O Governo Americano communicou por meio da sua Legação que o
Congresso votou a referida quantia de 36.000 dollars.

O Governo do Brazil concordou no estabelecimento do mencionado
escritorio, comprometteu-se a pagar a quantia de \$ 5.250 e obrigou-se
a fornecer documentos.

TRATADOS SOBRE PROPRIEDADE LITTERARIA E ARTISTICA, SOBRE
PATENTES DE INVENÇÃO E SOBRE MARCAS DE COMMERCIO E DE
FABRICA CELEBRADOS NO CONGRESSO DE MONTEVIDEO

A Conferencia approvou o seguinte projecto de resolução:

« Resolve-se :

« A Conferencia Internacional Americana é de opinião que os tratados
« sobre propriedade litteraria e artistica, sobre patentes de invenção e
« sobre marcas de commercio e de fabrica, celebrados pelo Congresso
« Sul-Americano de Montevideo, garantem e protegem plenamente os
« direitos de propriedade, que são materia das estipulações nelles con-
« tidas.

« Em consequencia a Conferencia recommenda a adhesão a esses
 « tratados tanto aos Governos das nações da America que, tendo acei-
 « tado a idea da reunião do Congresso, não poderão concorrer às suas
 « deliberações, como aos das não convidadas que estão representadas
 « nesta Conferencia.»

O Governo passado não chegou a pronunciar-se sobre esses tra-
 tados, como consta do seu ultimo relatorio, apresentado em 1889, onde
 estão impressos.

TRATADO DE DIREITO PENAL INTERNACIONAL FIRMADO NO CONGRESSO DE MONTEVIDEO

A Conferencia approvou a seguinte resolução :

« A Conferencia Internacional Americana resolve :

« (1) Recommendar aos Governos das nações Latino-Americanas o
 « estudo do tratado de direito penal internacional ajustado pelo Congresso
 « Sul-Americano, de 1888, de Montevideo para que dentro de um anno
 « contado da data do encerramento desta Conferencia declarem se adherem
 « a elle, dizendo, no caso de não ser absoluta a sua adhesão, as restricções
 « ou modificações com que o aceitam.

« (2) Recommendar ao mesmo tempo que os Governos da America
 « Latina, que não tenham celebrado tratados especiaes de extradição
 « com o Governo dos Estados Unidos da America do Norte, os façam. »

O Plenipotenciario Brasileiro não assignou esse tratado e a sua
 abstenção foi approvada pelo Governo passado.

TRATADOS DE DIREITO CIVIL. DIREITO COMMERCIAL E PROCESSO JUDICIAL ASSIGNADOS NO CONGRESSO DE MONTEVIDEO

Resolução approvada :

« Resolve-se : Que se recommende aos Governos representados nesta
 « Conferencia, que ainda não tenham aceitado os tratados de direito inter-

« nacional privado, civil, commercial e de processo judicial do Congresso
 « de Montevideo, reunido em 25 de agosto de 1888, que façam examinar e
 « estudar esses tratados para que, no termo de um anno contado da data
 « do encerramento desta Conferencia, declarem si a elles adherem, dizendo,
 « no caso de não ser absoluta a sua adhesão, as restricções ou modificações
 « com que os aceitam. »

O Plenipotenciario Brasileiro só assignou os tratados de direito commercial e de processo judicial. A sua abstenção quanto ao de direito civil foi approvada pelo Governo passado, que nenhuma resolução tomou sobre os outros.

REGULAMENTOS SANITARIOS

A Commissão respectiva propoz o seguinte projecto de recommendação, que foi approvado :

« A Conferencia Internacional Americana, considerando :

« Que, dado o estado actual das relações entre as nações da America, é tão facil como conveniente ao desenvolvimento dessas relações,
 « que haja perfeito accordo sobre disposições sanitarias;

« Que a maior parte dos portos da America do Sul sobre o Atlantico
 « se rege e governa pela Convenção Sanitaria Internacional do Rio de Janeiro de 1887;

« Que, embora não consie que os projectos do Congresso Sanitario
 « de Lima, de 1889, tenham passado à categoria de factos internacionaes,
 « é de esperar que sejam aceitos pelos Governos que tomarão parte no
 « mencionado Congresso, visto haverem sido esses projectos discutidos e
 « approvados por medicos de reconhecida competencia ;

« Que a Convenção Sanitaria do Rio de Janeiro, de 1887, e os projectos do Congresso de Lima, de 1889, estão de accordo nas suas disposições essenciaes, de sorte que se pôde dizer que constituem um
 « só corpo de regras e disposições ;

« Que, si estas fossem devidamente observadas em toda a America,

« impediriam, em qualquer circumstancia, o conflicto que sóe apresentar-
« se entre a obrigação de velar pela saude publica e o principio de
« liberdade de communicações entre os povos :

« Que as Nações da America Central e do Norte não estiverão re-
« presentadas na Convenção Sanitaria do Rio de Janeiro, nem no Congresso
« de Lima ; poderiam porém facilmente aceitar e applicar aos seus respe-
« ctivos portos em ambos os Oceanos as já citadas disposições sanitarias ;

« Recommenda :

« A's Nações representadas nesta Conferencia que adoptem as dispo-
« sições da Convenção Sanitaria Internacional do Rio de Janeiro, de 1887,
« ou as do projecto de Convenção Sanitaria do Congresso de Lima,
« de 1889. »

A Convenção Sanitaria do Rio de Janeiro e o respectivo regula-
mento foram promulgados pelos Decrs. ns. 10.318 e 10.319 de 22 de
agosto de 1889.

No protocollo da ultima conferencia, os plenipotenciarios que firmaram
aquelles actos internacionaes fizeram a seguinte declaração que foi
approvada pelos seus Governos :

« Os mesmos Srs. concordarão em reservar para os Estados da
« America do Sul que não tomarão parte nesta negociação a faculdade de
« accederem á respectiva Convenção e ao seu regulamento no prazo de doze
« mezes contados da data da communicação que para isso lhes for feita. »

Em virtude dessa resolução e de accordo com os Governos Argentino e
Oriental foram em 1 de dezembro de 1889 convidados os destes Estados :
Paraguay, Bolivia, Chile, Peru, Equador, Colombia e Venezuela.

Só o Paraguay adheriu á Convenção. Os outros Estados não chegaram
a fazel-o.

DIREITOS DO ESTRANGEIRO

Foi approvada a seguinte resolução, proposta pela Commissão de Direito
Internacional :

« A Conferencia Internacional Americana recommenda aos Governos
« das nações nella representadas que reconheçam como principios de direito
« internacional americano os seguintes :

« 1.º — Os estrangeiros gozam de todos os direitos civis de que gozam
« os nacionaes ; e podem fazer uso delles tanto na materia como na fórma
« ou processo e nos recursos que tenham logar absolutamente nos mesmos
« termos que os ditos nacionaes.

« 2.º — A Nação não tem nem reconhece a favor dos estrangeiros
« outras obrigações ou responsabilidades além das estabelecidas em igual
« caso a favor dos nacionaes pela Constituição e as leis. »

Votaram affirmativamente : Nicaragua, Perú. Guatemala, Colombia,
Republica Argentina, Costa Rica, Paraguay, Brazil, Honduras, Mexico,
Bolivia, Venezuela, Chile, Salvador e Equador.

Os Estados Unidos da America votaram negativamente.

NAVEGAÇÃO DOS RIOS

Foi approvada esta resolução :

« Attendendo a que é principio admittido no direito internacional e
« apoiado em razões de justiça e equidade e na conveniencia geral, que a
« navegação dos rios seja livre para todas as Nações confinantes, a Confe-
« rencia Internacional Americana

« Resolve : Recommendar aos diversos Governos das Nações repre-
« sentadas nesta Conferencia que adoptem, declarem e reconheçam as
« seguintes resoluções :

« 1.º — Que os rios que separam diversos Estados ou correm pelos
« seus territorios ficam abertos à livre navegação das nações ribeirinhas.

« 2.º — Que esta declaração não altera o dominio nem a soberania de
« cada uma das nações ribeirinhas, tanto em tempo de paz como de
« guerra. »

Votaram a favor : Haiti, Perú, Guatemala, Colombia, Republica

Argentina, Costa Rica, Paraguay, Brazil, Honduras, Mexico, Bolivia, Chile, Salvador e Equador.

Votaram contra : Nicaragua e os Estados Unidos da America.

LEGALISAÇÃO DE DOCUMENTOS

Resolução aprovada :

« Que se recomende a adopção do principio de que a legalisação dos
« documentos se considera feita em devida forma quando é effectuada de
« conformidade com as leis do paiz da procedencia, e os documentos
« estão authenticados pelo agente diplomatico ou consular acreditado no
« dito paiz ou na localidade pelo Governo do Estado em cujo territorio
« tenha a legalisação de produzir os seus effeitos. »

BIBLIOTHECA LATINO-AMERICANA

Foi unanimemente approvada a seguinte resolução proposta pelo Delegado de Colombia :

« Resolve-se: Que se funde na cidade de Washington, para commemo-
« rar a reunião da Conferencia Internacional Americana, uma bibliotheca
« Latino-Americana, em local especial que se pedirá ao Governo dos
« Estados Unidos, formada por contribuições de todos os governos repre-
« sentados nesta Conferencia, em que se recolhão todas as obras historicas,
« geographicas, litterarias, mappas e documentos officiaes de toda especie.
« Esta bibliotheca deverá ser inaugurada solemnemente no dia em que
« for celebrado nos Estados Unidos o quarto centenario da descoberta da
« America. »

LINHAS DE NAVEGAÇÃO A VAPOR E TELEGRAPHOS

A Conferencia recommendou a adopção do seguinte projecto, offerecido pela Comissão de communicações pelo Atlantico:

« 1.º— A Commissão de communicações pelo Atlantico resolve recom-
« mendar aos Governos respectivos que auxiliem uma ou mais linhas de
« navegação a vapor entre os portos dos Estados Unidos e os do Brazil e
« Rio da Prata.

« 2.º— As companhias auxiliadas deverão estabelecer um serviço
« rapido bimensal de navegação a vapor entre os portos dos Estados Uni-
« dos, Rio de Janeiro, Montevideo e Buenos Aires e os navios deverão ter
« as accomodações e capacidade necessarias para o transporte de carga
« e passageiros e conduzirão a mala do Correio.

« 3.º— Os navios rapidos só tocarão em um porto dos paizes interne-
« diarios em suas viagens de ida e volta a Buenos Aires; porém nas épocas
« de quarentena só desembarcarão correspondência e passageiros, e nada
« embarcarão que esteja sujeito a infecção : nos paizes de sahida e ultimo
« destino poderão tocar em dous portos.

« 4.º— A velocidade dos vapores rapidos deve ser, pelo menos, de
« dezoito milhas por hora ; a sua capacidade não será menor de cinco mil
« toneladas ; e de accordo com a velocidade se formará uma tabella das
« entradas e sahidas de portos.

« 5.º— A Commissão tambem recommenda uma linha auxiliar de
« vapores para carga, que sahirão duas vezes por mez não fazendo menos
« de doze milhas por hora, tocando em portos dos Estados Unidos e do
« Brazil e respeitando o contracto da linha existente com este Governo.
« A subvenção será paga em partes iguaes pelos Governos dos Estados
« Unidos e do Brazil.

« 6.º— O contracto com as empresas de vapores será feito na cidade
« de Nova York, sendo as companhias convidadas a fazerem proposta pelo
« menos em cinco diarios de maior circulação em cada paiz contractante
« e marcando-se um prazo nunca menor de noventa dias para a apresen-
« tação das propostas : estas serão abertas na presença dos representantes
« nomeados pelos Governos interessados.

« 7.º— Os licitantes deverão declarar a tonelagem dos navios de con-
« formidade com o artigo 4º e o preço da subvenção, sendo esta calculada

« com relação à tonelada por cada mil milhas e calculando também o
« custo da subvenção por viagem redonda.

« 8.º— Os Governos reservão o direito de não aceitar nenhuma das
« propostas, si lhes parecerem excessivas.

« 9.º— Os Estados teem o direito de impor a sua bandeira e matrícula
« a um numero de navios proporcionado à subvenção que pagão.

« Entende-se que a quota de cada Nação paga a subvenção do navio ou
« navios que arvorarem a sua bandeira.

« Em caso de guerra, cada Estado poderá empregar como transporte
« os navios auxiliados que arvorarem a sua bandeira e empregar-os
« como cruzadores.

« 10.º— Os navios auxiliados, qualquer que seja a sua bandeira,
« gozarão nos portos dos Governos signatarios das franquizas, e prorroga-
« tivas concedidas aos nacionaes, sómente quanto ao commercio interna-
« cional e não quanto ao costeiro.

« 11.º— A linha rapida será auxiliada pelos Governos contractantes
« na seguinte proporção:

Estados Unidos, por cento	60
Republica Argentina	17 $\frac{1}{2}$
Brazil	17 $\frac{1}{2}$
Republica do Uruguay.	5

« 12.º— As nações contractantes só aceitarão navios construidos nos
« Estados Unidos em attenção a ser a maior subvenção paga pelo seu
« Governo.

« 13.º— O prazo da subvenção será de dez annos.

« 14.º— A Commissão recommenda aos Governos respectivos que
« animem a construcção de linhas telegraphicas que liguem directamente os
« paizes nella representados com serviços regulares e tarifas equitativas.

« 15.º— As Republicas da Bolivia e do Paraguay adherem ao projecto
« da commissão e contribuirão para o subsidio, si as Empresas concor-

« darem em estabelecer linhas subsidiarias de navegação fluvial que
« cheguem aos seus portos. »

Por proposta da propria Commissão o ultimo paragrapho do artigo 9º
foi substituído por este : —

« Em casos de guerra os navios que arvorarem a bandeira de um dos
« belligerantes será matriculado em algum dos outros Estados contribuintes
« que se conservar neutral. »

CONQUISTA

Sobre esta materia foi approvedo o seguinte :

« 1.º O principio de conquista fica eliminado do Direito Publico
« Americano durante o tempo que estiver em vigor o tratado de arbi-
« tramento.

« 2.º As cessões de territorio feitas durante o tempo que subsistir o
« tratado de arbitramento serão nullas, si o tiverem sido sob a ameaça da
« guerra ou a pressão da força armada.

« 3.º A nação que houver feito taes cessões terá o direito de exigir
« que a sua validade seja decidida por arbitramento.

« 4.º A renuncia do direito de recorrer ao arbitramento, feita nas
« condições do art. 2º, será nulla e sem effeito. »

Votaram todas as Delegações, menos a do Chile.

O Governo Provisorio approvou o voto de seus Delegados.

A Conferencia tambem tratou do arbitramento nas questões interna-
cionaes. Deste assumpto me occuparei em relatorio especial.

PROFISSÕES LIBERAES

No Congresso de direito internacional privado de Montevideo foi
assignado, pelos Plenipotenciarios ahi reunidos (menos o brasileiro), um
tratado sobre o exercicio daquellas profissões, que passo a traduzir:

« Art. 1.º Os nacionaes ou estrangeiros, que, em qualquer dos Es-
« tados signatarios desta Convenção, tiverem obtido titulo ou diploma
« expedido pela competente autoridade nacional para exercer profissões
« liberaes, serão considerados habilitados para exercel-as nos outros
« Estados.

« Art. 2.º Para que o titulo ou diploma a que se refere o artigo
« anterior produza os ditos effeitos, requer-se :

« 1.º A exhibição do mesmo devidamente legalisado ;

« 2.º Que a pessoa que o exhibir prove ser a propria a cujo favor
« foi expedido.

« Art. 3.º Para que este convenio tenha vigor não é indispensavel a
« sua ratificação simultanea por todas as Nações signatarias. A que o
« approvar o communicará aos Governos das Republicas Argentina e
« Oriental do Uruguay para que o façam constar às outras nações con-
« tractantes. Este procedimento fará as vezes de troca.

« Art. 4.º Feita a troca na fôrma do artigo antecedente, ficará a
« Convenção em vigor desde esse acto por tempo indefinido.

« Art. 5.º Si alguma das Nações signatarias julgar conveniente des-
« ligar-se da Convenção ou fazer-lhe modificações, prevenirá as outras ;
« porém só ficará desligada dous annos depois da denuncia, termo em que
« se procurará chegar a novo accordo.

« Art. 6.º O art. 3º é extensivo às Nações que, não tendo concorrido
« a este Congresso, quizerem adherir à presente Convenção. »

O Governo passado approvou a abstenção do seu Plenipotenciario, mas o actual entendeu não haver razão sufficiente para que o Brazil deixasse de entrar no accordo. Recommendou-se portanto às Legações em Montevideo e Buenos Aires que se entendessem com os respectivos Ministros das Relações Exteriores sobre o modo de se fazer a accessão permittida pelo art. 6º, declarando porém que o compromisso desta Republica ficaria dependente de approvação legislativa.

Ainda não se effectuou a accessão por faltar aquella approvação aos Governos Argentino e Oriental.

PROPRIEDADE LITTERARIA E ARTISTICA

ACCORDO COM PORTUGAL

Como em outra parte deste Relatorio reïeri que a Conferencia Internacional de Washington recommendou a adopção do tratado sobre a propriedade litteraria e artistica firmado no Congresso de Montevideo, devo communicar-vos que ha sobre esta materia um accordo com Portugal. Consta de uma declaração firmada nesta capital em 9 de setembro de 1889 e promulgada pelo Decreto n. 10.533 de 14 desse mez e anno.

Em virtude dessa declaração os autores de obras litterarias escriptas em Portuguez e das artisticas de cada um dos dous paizes gozão no outro do mesmo direito de propriedade que as leis ahi vigentes ou as que forem promulgadas concedem ou concederem aos autores nacionaes.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A PROTECÇÃO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

A Convenção de 20 de março de 1883, em que se estabeleceu esta União e na qual o Brazil é parte, está sujeita a revisões periodicas.

A ultima revisão foi feita em Madrid em abril do anno proximo passado e a respectiva conferencia, em que o Governo brasileiro se achou representado, formulou quatro projectos de accordos sobre as seguintes materias :

Repressão das falsas indicações de procedencia sobre as mercadorias ;

Registro Internacional das marcas de fabrica ou de commercio ;

Dotação da Secretaria Internacional da União ;

Interpretação e applicação da Convenção.

Referindo-se ao segundo projecto diz o protocollo final :

« O regulamento para a execução do accordo acima será posto em harmonia com o texto definitivo do mesmo accordo pela Secretaria Interna-

« cional sob a direcção do Governo Suisso, que o transmittirá aos Estados
« contractantes por via diplomatica. »

O Governo Suisso desempenhou esse encargo da maneira prescripta.
Todos esses ajustes pendem da solução do Ministerio competente.

O Governo dos Paizes Baixos accedeu pelas suas colonias de Curaçao e Surinam á Convenção mencionada a contar do 1º de julho do anno proximo findo.

O Governo Dominicano, que se tinha retirado da União em março de 1889, resolveu voltar a ella. A sua accessão começou a ter vigor a 11 dos referidos mez e anno.

CONVENÇÕES PARA TROCA DE DOCUMENTOS OFFICIAES E OUTROS

São duas. Uma foi concluida com a Belgica, Hespanha, Estados Unidos da America, Italia, Portugal, Servia e Confederação Suissa para a troca de documentos officiaes e publicações scientificas e litterarias. A segunda foi feita com os mesmos Estados, menos o ultimo, para a troca immediata do jornal official e dos annaes e documentos parlamentares.

A Republica Oriental do Uruguay adheriu a ambas as Convenções.

As Republicas Argentina e do Paraguay adheriram sòmente á primeira.

CONVENÇÃO TELEGRAPHICA INTERNACIONAL

Os Delegados das Administrações telegraphicas dos Estados que constituem a respectiva União resolverão na Conferencia de 1885 em Berlim, de conformidade com a Convenção de 1875, que a seguinte Conferencia fosse feita em Paris no anno de 1890.

A administração telegraphica Brasileira, convidada pelo Governo Francez que marcou o dia 15 de maio para a nova reunião, foi nesta representada pelo Ministro Sr. Barão de Itajubá. O Ministerio competente vos informará do que se resolveu.

Accederão à Convenção :

A « Sociedade Franceza dos telegraphos submarinos » por suas linhas : de Santiago de Cuba a Môle St. Nicolas (Haiti) ; de Môle St. Nicolas a Puerto Plata (Republica Dominicana) ; de Puerto Plata a S. Domingos ; de S. Domingos a Curaçao e de Curaçao a la Guayra (Venezuela).

As Administrações dos telegraphos de Cuba, Porto Rico e Philippinas.

A Companhia « Indo European Telegraph ».

CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTECÇÃO DOS CABOS SUBMARINOS

A Legação Franceza participou que o Bey de Tunis accedeu a essa Convenção e que as disposições adoptadas por Sua Alteza para satisfazer as disposições do artigo 12 (penalidades) estão conformes com o que elle determina.

CONFERENCIA MARITIMA INTERNACIONAL DE WASHINGTON

Abriu-se em 16 de outubro de 1889. sendo o Brazil representado por dous Delegados de nomeação do Ministerio da Marinha, o qual vos informará dos trabalhos respectivos.

CONGRESSO INTERNACIONAL DOS CAMINHOS DE FERRO

Em 4 de junho de 1889 foi o Governo do Brazil convidado pelo da Belgica para tomar parte na sessão desse Congresso que se havia de abrir em Paris no mez de setembro do mesmo anno. O Governo aceitou o convite e foi representado pelo Sr. Jorge Rademaker Grunewald. O Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas vos informará do que se fez.

RELAÇÕES COMMERCIAES COM OS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

Pelo Ministerio da Fazenda sereis informado das condições de um accordo aduaneiro que se está negociando em Waskington.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A PUBLICAÇÃO DAS TARIFAS ADUANEIRAS

Esta União foi organizada por iniciativa do Governo Belga. Em uma Conferencia, aberta em Bruxellas no 1º de julho do anno proximo passado, assignaram os respectivos Delegados uma convenção e um regulamento de execução. O Governo Brasileiro, que já tinha adherido á idéa da União, não tomou parte naquella conferencia por não ter sido convidado, sem duvida porque então ainda não estava reconhecido o novo regimen politico do Brazil. Accede, porém, áquelles ajustes e tem de promulgal-os.

LIMITES COM A REPUBLICA ARGENTINA

Por deliberação unanime dos membros do Governo Provisorio foi celebrado (como sabeis) o tratado definitivo de limites com a Republica Argentina.

Tendo ambos os governos convencionado não dar-lhe publicidade, antes de ser opportunamente apresentado aos parlamentos de um e outro paiz, de cuja approvação dependem, deixo de inseril-o neste Relatorio, aguardando a deliberação do Congresso Nacional.

SECRETARIA DE ESTADO. CORPO DIPLOMATICO E CORPO CONSULAR

O decreto n. 291 de 29 de março do anno proximo findo alterou a organização da Secretaria de Estado; o decreto n. 997 A de 11 de novembro reorganizou o Corpo Diplomatico e o expedido na mesma data com o n. 997 B organizou o Corpo Consular.

Os dous ultimos decretos exigem actos complementares.

ORÇAMENTO PARA 1891

A quantia pedida para as despesas

deste exercicio é de 1.572:675\$000

assim distribuida:

Secretaria de Estado. 199:730\$000

Legações e Consulados 1.012:955\$000

Empregados em disponibilidade. 40:000\$000

Ajudas de custo 100:000\$000

Extraordinarias no exterior 80:000\$000

Ditas no interior 10:000\$000

Commissões de limites 130:000\$000

A votada para 1889, em vigor no exer-

cicio de 1890, foi de. 771:706\$666

Para mais. 800:968\$334

Essa differença provém dos augmentos do ordenado do Ministro ; dos vencimentos do pessoal da Secretaria de Estado e do Corpo Diplomatico e Consular, tanto em effectividade como em disponibilidade ; da criação de novas Legações e Consulados Geraes ; de terem-se reforçado as rubricas — Ajudas de custo e extraordinarias no exterior, por serem as sommas votadas insufficientes ; e de haver-se restabelecido a rubrica—Commissões de limites.

CREDITOS

Foram abertos dous creditos extoordinarios na importancia total 125:570\$880 para ser applicada á commissão de—limites e um supplementar de 492:108\$344 para todas as rubricas do orçamento deste Ministerio no exercicio de 1890. A' justificação do excesso das despesas precede os respectivos decretos.

Capital Federal, 21 de janeiro de 1891.

G. Bacayusa.